

RELATÓRIO E CONTAS 2025



ÍNDICE:

MENSAGEM DO PRESIDENTE-----	2
2025 EM DESTAQUE-----	4
A EMPRESA -----	10
1. QUEM SOMOS	11
2. ORGANIZAÇÃO	15
3. AS NOSSAS AMBIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	19
O NEGÓCIO -----	24
1. A ENVOLVENTE	25
2. O SETOR	28
3. A ENERGIA NO GRUPO ADP	35
4. CONTEXTO REGULATÓRIO	38
5. AS NOSSAS PESSOAS	42
6. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	47
7. A ATIVIDADE	49
8. RISCO E CONTROLO	100
9. DESEMPENHO ECONÓMICO – FINANCEIRO	110
10. EVENTOS RELEVANTES SUBSEQUENTES	115
11. PERSPECTIVAS FUTURAS	116
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	119
14. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA E DISPOSIÇÕES LEGAIS	120
15. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	139
16. ANEXO AO RELATÓRIO	140
AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025 -----	141
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO -----	207
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS -----	208

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2025 foi um ano muito exigente e desafiante para a AgdA.

Um ano que ficou marcado pelo início de um novo mandato dos órgãos sociais, originando as necessárias adaptações inerentes. Consistiu num ano de adaptação, mas, ao mesmo tempo, de enormes desafios.

Fomos confrontados com muitas dificuldades, onde todos fomos colocados à prova. O apagão em abril, consistiu no principal episódio de disrupção com que a empresa, e Portugal no seu todo, se viu confrontada. Situações de stress, que superadas, permitiram o crescimento da empresa e de todos os que diariamente trabalham para conseguir resolver as mais diversas situações que ocorrem.

O ano de 2025 também foi um ano de desenvolvimento e de crescimento para a AgdA, com muitos aspetos positivos! A capacidade de resposta aos problemas diários que temos de enfrentar, demonstra cada vez mais o nível de maturidade das equipas e das várias áreas da empresa. A empresa demonstrou ter a dinâmica necessária para assumir os desafios que se colocaram, tanto ao nível do investimento, operação, manutenção, mas também ao nível da inovação, promoção, sustentabilidade e sensibilização ambiental.

Aprovámos e lançámos um número significativo de empreitadas, destacando a reabilitação das Barragens do Enxoé e Monte Clérigo, o reforço a Aljustrel, a ETAR de Moura e intervenções em várias ETAs. Vamos lançar no início de 2026 a empreitada de conceção/construção da ETA de S. Teotónio, a conclusão do reforço a Beja, a reabilitação dos reservatórios de Almogrove e S. Francisco da Serra, a reabilitação do centro produtor da Fonte da Telha e Horta dos Banhos, cujos trabalhos preparatórios desenvolvidos durante o ano de 2025. Estão em fase de conclusão as empreitadas da ETAR de Ermidas-Sado, ETAR do Ciborro, a ETAR de Cuba e a ETA do Enxoé.

Ao nível de processos em contencioso, foram concluídos vários processos que decorriam há bastante tempo, destacando-se o processo com a Associação de Beneficiários do Roxo.

Reforçámos a nossa presença na região participando em vários eventos, tendo estado presentes com stand institucional em 16 feiras na área de intervenção da AgdA.

Avançámos na melhoria de processos, realçando o processo de renovação das certificações, tendo-se reduzido o número de não conformidades.

Apesar da dispersão territorial das equipas, promovemos momentos de encontro e partilha, que são tão necessários, por forma a criar laços de proximidade entre todos.

Também 2025 ficou marcado com a constituição da Comissão de Trabalhadores da AgdA, que desejamos que seja um veículo de informação e aproximação entre a Administração e os trabalhadores da empresa.

Por fim, preparámos e consolidámos o plano de investimentos para os próximos anos, num trabalho de proximidade com os vários Parceiros (Tutela, Acionistas, Municípios, Comissão de Parceria), com vista a criar as condições para acelerar o plano de investimentos em vigor na empresa.

O Presidente do Conselho de Administração

(Diogo Nascimento)

2025 EM DESTAQUE

1. FACTOS RELEVANTES DE 2025

O ano de 2025 registou níveis de pluviosidade superiores aos anos anteriores, nomeadamente na primavera e outono deste ano, o que permitiu a recuperação dos níveis das principais albufeiras que constituem as origens dos vários sistemas operados pela AgdA.

Também ao nível das captações subterrâneas se verificou uma recuperação dos níveis freáticos, o que permitiu gerir os períodos estivais sem grandes preocupações ao nível da disponibilidade de água.

No entanto, considerando a vulnerabilidade hídrica do Alentejo, para além do desafio operacional de garantir o abastecimento de água às populações, a AgdA manteve um diálogo constante com os vários utilizadores das origens de água, no sentido de assegurar uma gestão mais integrada dos recursos hídricos.

Pela premência de ser assegurado um consumo mais racional da água, foi dada continuidade ao diálogo com os municípios e ao desenvolvimento das ações de sensibilização da campanha “Água é Vida. Não a desperdice”, bem como das iniciativas de sensibilização ambiental nas escolas.

Num contexto de crescente aposta na resiliência dos sistemas, para além do uso racional e eficiente dos recursos hídricos, importa destacar a necessidade de prevenir a deterioração da qualidade das massas de água. Aqui, destaca-se, o facto de ainda não ter sido possível resolver o problema de contaminação com mecoprope das captações do sistema de abastecimento de Santa Clara, em Odemira. Em 2025 foram desencadeadas várias reuniões de trabalho com vista a elaboração de plano de ação, coordenado pela APA, que contempla as ações a desenvolver por cada uma das entidades. Devido à natureza desse poluente, o seu controlo deveria ser assegurado na origem. Contudo, ao longo dos últimos anos, para além do acumular de incumprimentos da legislação, a AgdA tem procurado minimizar o potencial impacto na saúde das populações, implementando melhorias nos processos de tratamento.

No âmbito das atividades planeadas para 2025, destacam-se diversas ações realizadas ao longo do ano:

- Apresentação da revisão do EVEF, estudo de viabilidade económica e financeira da empresa, incluindo a atualização do plano de investimentos, do modelo técnico e das necessidades de recursos humanos, ao grupo de trabalho designado para o mesmo;
- Encerramento das operações financiadas pelo POSEUR, com a entrega e aprovação dos respetivos relatórios finais, incluindo a empreitada da ETA do Enxoé;
- Aprovação da nova estrutura orgânica;
- Reforço da capacidade de avaliação de disponibilidades hídricas e de aplicação do direito de uso prioritário para o consumo humano, através do diálogo com entidades gestoras de empreendimentos equiparados a fins múltiplos e o envolvimento da APA/ARH Alentejo (e.g. modelação da albufeira de Monte da Rocha; revisão do estudo hidrológico da bacia do Mira; Pacto H2O);

- Reforço da organização funcional e capacitação tecnológica, através da transformação digital da empresa, com destaque para a implementação do sistema de gestão da operação (NAVIA) e do sistema de gestão de manutenção/ativos (AQUAMAN) e sua interconexão;
- Elaboração do plano de gestão de ativos, no sentido da elaboração de um roteiro para a respetiva implementação;
- Lançamento do procedimento de Telegestão, na área do C. O. Noroeste;
- Participação em projetos e partilha de conhecimento e de melhores práticas com parceiros nacionais e internacionais;
- A renovação do processo de acreditação na AgdA, reduzindo o número de não conformidades;
- Início dos trabalhos com vista à elaboração do Plano de Continuidade de Negócio da AgdA, envolvendo as partes interessadas, por forma a estarmos melhor preparados para situações de disrupção, como aconteceu com o Apagão e as recentes tempestades;
- A conclusão de processos em contencioso, destacando-se os processos com a Associação de Beneficiários do Roxo.

Igualmente, foi desenvolvido e apresentado um Plano de Regularização do Licenciamento das Captações, que tem como objetivo a concretização dos trabalhos necessários à obtenção dos respetivos títulos. Com a implementação do Plano, pretende-se pôr termo à situação irregular das captações, definir os perímetros de proteção e promover, de acordo com a legislação em vigor, uma abordagem integrada à Avaliação do Risco, incluindo a análise dos riscos associados à bacia hidrográfica correspondente a cada captação.

Pretende-se dar continuidade à melhoria do indicador “Água Segura”, com o objetivo de manter um nível de qualidade de excelência. Para esse efeito foi efetuado, no final do ano 2025, um plano de ação onde foram identificadas medidas concretas, com o objetivo de minimizar a probabilidade de ocorrência de incumprimentos. Foi definido que o plano em questão deveria ser implementado durante o ano 2026.

O investimento acumulado realizado em sistemas de abastecimento de água ascende em 2025 ao valor de 1 27,569 milhões de euros, tendo o valor realizado no ano ascendido a 810 mil euros de euros associado à execução de empreitadas abrangendo 4 concelhos (Beja, Aljustrel, Grândola e Montemor-o-Novo), em grande medida apoiadas no âmbito do ALENTEJO 2030.

Paralelamente e na continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, foram elaborados e concluídos os projetos de Ligação EFMA – Monte da Rocha, Adução a Beja – 2.ª Fase, Expansão a Mértola Noroeste, Fonte da Telha e Horta dos Banhos, a NT da ETA de S. Teotónio, Projetos de Serpa (ZIL Vila Nova de São Bento, Sobrepressora de Serpa, ZIL de Serpa e novo PE de Serpa), Reforço do Abastecimento a Santiago do Cacém (Escatelares) e foi promovida a execução de projetos de execução, sendo de realçar Sistema de S. Teotónio – Adução a Boavista dos Pinheiros (SAA Odemira) e Zambujeira do Mar (Via ETA de S. Teotónio) e Reabilitação de adutoras em Odemira (Lote 1) e Adução à Fataca via S. Teotónio e Brejão (via ETA de S. Teotónio) (Lote 2), Reforço de Adução a Melides, Projetos de Execução de Abastecimento de Água ao Sistema de Alvito, Sistemas de Minutos e Bica Fria e Sistemas de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira e Santiago do Cacém (Lotes A, B e C), Captação e Adução do Sistema de Santa Clara.

Também durante o ano de 2025 foram promovidos concursos para as seguintes empreitadas:

- Empreitada de Reabilitação do Órgão de Segurança da Barragem do Enxoé e da Barragem do Monte Clérigo;
- Empreitada de Execução do Reforço da Fiabilidade da Adução a Aljustrel;
- Empreitada de Reabilitação dos Reservatórios de São Francisco da Serra e do Almogrove;
- Empreitada de Trabalhos de Pintura, Caixilharia e Vedação do Reservatório da Comporta;
- Empreitada de Conceção-Construção para a Reabilitação Estrutural do Muro da Encosta do Castelo;
- Empreitada de Conceção-Construção da ETAR de Moura.

No que se refere aos recursos humanos, para além do já referido processo de recrutamento, foi promovida uma utilização mais consolidada da Plataforma Success Factors, com a realização de várias sessões de formação ao nível do Grupo AdP, com especial enfoque no desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Pessoal e do processo de Avaliação de Desempenho 2024/2025. Também foi possível desenvolver e aprovar o Plano de Formação 2024-2026.

No que diz respeito a potenciais fontes de financiamento, destaca-se o trabalho desenvolvido no seio do Grupo AdP, em que foi estudado o enquadramento das empreitadas previstas nos planos de investimentos de cada uma das empresas no exercício de reprogramação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), bem como no desenvolvimento da Estratégia “Água que Une”, iniciativa governamental que constitui um plano multissetorial para assegurar a disponibilidade de água para os usos essenciais, promovendo a sustentabilidade ambiental e social. Neste âmbito, foram identificadas as fontes de financiamento existentes no atual quadro comunitário, que permitam o financiamento dos principais investimentos a realizar.

Na AgdA reconhecemos a comunicação como um elemento crucial para divulgar a nossa atividade e projetos, promover a transparência, construir confiança e fortalecer o relacionamento com os stakeholders, potenciando a interação com os mesmos. Esta é a base para, com foco na nossa estratégia, elevar o nosso desempenho, crescimento e inovação. Transmitir o que somos, fazemos, pretendemos e o que queremos oferecer é essencial para que continuemos a dignificar os nossos objetivos e a manter-nos unidos pela água, pelo bem-estar e pelo futuro. Em 2025 investimos em estratégias de comunicação que também envolveram e inspiraram a comunidade. Através de diversos canais, como redes sociais, ações de sensibilização, comunicados de imprensa e, com destaque para a nova Newsletter mensal “AgdA Sustentável”, assegurámos que as informações pertinentes estivessem acessíveis a todos. Ao longo do ano, disponibilizámos informações detalhadas sobre a gestão dos recursos hídricos, os investimentos realizados e os resultados alcançados, promovendo a transparência através da divulgação proativa de dados e resultados que permitem a compreensão plena do nosso desempenho.

2. SÍNTESE DE INDICADORES

Os quadros que se seguem procuram avaliar de forma sintética a evolução da atividade operacional, de investimento e financeira, entre os anos de 2023 a 2025:

INDICADORES DE ATIVIDADE

	2025	2024	2023
1. Investimento total (Milhares de Euros) ⁽¹⁾	5 068	5 865	13 650
2. N.º Médio de Trabalhadores (sem órgãos sociais)	200	169	155
3. N.º de Trabalhadores em 31 de dezembro (sem órgãos sociais)	196	202	155
4. N.º de Órgãos Sociais	9	9	9
5. Volume de Água Captada (10 ³ m ³ /ano)	23 610	22 805	22 651
6. Volume de Água Produzida (10 ³ m ³ /ano)	23 172	22 390	22 135
7. Volume de Água Fornecida (10 ³ m ³ /ano)	22 152	21 358	21 246
8. Volume de Água Faturada (10 ³ m ³ /ano)	22 152	21 358	21 246
9. Volume de Efluente Recolhido (10 ³ m ³ /ano)	14 617	13 796	13 151
10. Volume de Efluente Tratado (10 ³ m ³ /ano)	13 922	13 084	12 516
11. Volume de Efluente Faturado (10 ³ m ³ /ano) ⁽²⁾	10 521	10 349	8 615
12. Energia Consumida (KW h/ano)	25 437 579	24 538 638	24 580 227
13. Energia Consumida (Milhares de Euros)	3 671	3 641	3 898
14. Número de Captações de Água em funcionamento	312	312	305
15. Extensão da Rede em funcionamento (Km)			
- Abastecimento	1496	1 496	1 479
- Saneamento	123	123	122
16. Número de ETA's em funcionamento	16	16	16
17. Número de ETAR's em funcionamento	102	102	102
18. Número de Estações Elevatórias em funcionamento			
- Abastecimento	95	94	92
- Saneamento	39	39	39
19. Número de Reservatórios em funcionamento	312	310	305
20. Municípios Abrangidos			
- Abastecimento	20	20	20
- Saneamento	20	20	20
21. Municípios Servidos			
- Abastecimento	20	20	20
- Saneamento	20	20	20
22. População Abrangida			
- Abastecimento	204 484	204 484	204 484
- Saneamento	176 641	176 641	176 641
23. População Servida			
- Abastecimento	201 944	202 023	199 848
- Saneamento ⁽³⁾	176 641	176 641	176 641

⁽¹⁾ Inclui investimento de substituição e sem capitalização de encargos

⁽²⁾ Faturados à tarifa contratualizada

⁽³⁾ Foi considerada a população servida independentemente da faturação

INDICADORES FINANCEIROS

	2025	2024	2023
1. Capital Social Realizado	11 332 560	11 332 560	11 332 560
2. Capital Próprio	15 930 649	15 178 491	14 411 919
3. Ativo Líquido Total	191 239 012	188 703 350	194 242 718
4. Investimento ⁽¹⁾	5 067 694	5 865 175	13 649 847
5. Recebimentos de Apoios Comunitários	4 781 545	5 326 938	2 333 404
6. Passivo Total	175 308 363	174 005 658	179 830 799
7. Dívida de clientes total	6 954 284	7 326 022	6 541 438
8. Dívida de clientes municipais vencida	2 359 810	2 880 742	2 563 278
9. Endividamento	64 154 573	64 777 260	67 045 455
10. Volume de Negócios	27 212 810	23 895 873	20 155 506
11. Vendas	18 436 470	16 071 431	14 049 670
12. Prestação de Serviços	8 776 339	7 824 442	6 105 836
13. Desvios de Recuperação de Gastos	70 716	666 810	2 648 305
14. Gastos Operacionais	33 180 782	32 009 225	39 324 343
15. Gastos Operacionais Ajustados ⁽²⁾	29 173 767	28 025 814	35 155 289
16. EBIT	3 614 687	2 968 774	2 181 330
17. EBIT Ajustado ⁽³⁾	3 543 971	2 301 964	-466 974
18. EBITDA	7 474 270	6 812 469	6 345 612
19. EBITDA Ajustado ⁽³⁾	7 403 554	6 145 659	3 697 307
20. Resultados Financeiros	(2 547 479)	(1 889 985)	(1 267 217)
21. Resultados Antes de Impostos	1 067 207	1 078 789	914 114
22. Resultado Líquido do Exercício	752 158	766 572	738 996
23. Tarifa média de Abastecimento de Água	0,832	0,752	0,661
24. Tarifa média de Águas Residuais	0,834	0,756	0,709

⁽¹⁾ Inclui investimento de substituição e sem capitalização de encargos

⁽²⁾ Deduzidos de subsídios ao investimento e outros rendimentos

⁽³⁾ Sem desvios de recuperação de gastos

INDICADORES DE GESTÃO

	2025	2024	2023
1. Margem EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	27,21%	25,72%	18,34%
2. Gastos operacionais ajustados / EBITDA ajustado ⁽¹⁾	394%	456%	951%
3. Eficiência de Operacional	71,59%	74,99%	82,36%
4. Capital Empregue (M€)	89,590	88,955	91,554
5. Autonomia Financeira	57,03%	54,32%	54,12%
6. Liquidez Geral	201,06%	106,99%	161,73%
7. Solvabilidade	132,74%	118,28%	117,95%
8. Fundo Maneio (M€)	8,599	0,868	7,395
9. ROE	4,72%	5,05%	5,13%
10. ROA	0,39%	0,41%	0,38%
11. Dívida Financeira (M€)	64,155	64,777	67,045
12. <i>Debt to Equity</i>	403%	427%	465%
13. <i>Net Debt</i> (M€)	62,364	63,702	66,284
14. <i>Net debt to EBITDA</i> ajustado ⁽¹⁾	8,42	10,37	17,93
15. PMP (dias)	31	32	42
16. PMR (dias)	88	106	112

⁽¹⁾ Para cálculo dos indicadores não foram considerados os desvios de recuperação de gastos



A EMPRESA

1. QUEM SOMOS

1.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S. A. (AgdA) é uma sociedade anónima de direito privado e capitais públicos criada na sequência do Contrato de Parceria celebrado em 13 de agosto de 2009 entre o Estado Português e 21 Municípios, tendo-lhe sido cometida a “...exploração e a gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, doravante SPPIAALENTEJO, em regime de parceria pública...”.

Com a assinatura dos Aditamentos aos contratos de Parceria e de Gestão, em 22 de dezembro de 2015, passaram a ser abrangidos 20 concelhos, a saber, Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vidigueira.

MISSÃO

No âmbito da sua Missão, a AgdA procede à exploração e à gestão dos serviços de água relativos ao SPPIAALENTEJO, em regime de parceria pública visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

A gestão da empresa deve fazer-se num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental.

VISÃO

A AgdA pretende ser reconhecida como empresa de referência pela qualidade, continuidade e eficiência dos serviços que presta, numa região com necessidades especiais, devidas essencialmente a problemas de escassez de recursos hídricos e à dispersão populacional.

VALORES

A AgdA assume como valores: Espírito de Servir; Excelência; Integridade; Responsabilidade e Rigor.

1.2. DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA

A Empresa surge na sequência do Contrato de Parceria Pública para a gestão, de forma integrada, dos serviços de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais, celebrado a 13 de agosto de 2009 entre o Estado Português e os municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vidigueira.

Com este Contrato de Parceria é criado o SPPIAALENTEJO, que se decompõe no Sistema Integrado de Abastecimento de Água e no Sistema Integrado de Águas Residuais atualmente abrangendo todos os municípios subscritores do Contrato de Parceria inicial, com exceção de Ferreira do Alentejo, que não subscreveu o aditamento ao contrato assinado entre as partes em 22 de dezembro de 2015, tendo sido delegado na entidade gestora da parceria, a AgdA, a prestação dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais nos concelhos abrangidos, através do Contrato de Gestão assinado na mesma data entre as partes.

Esta parceria visa garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços de águas em “alta”, numa região com necessidades especiais, nomeadamente problemas de escassez de recursos hídricos e alguma dispersão populacional.

Objetivos do Contrato de Parceria celebrado:

- i. Garantir de forma regular, contínua e eficiente, em qualidade e em quantidade, o abastecimento de água para consumo público e o saneamento de águas residuais urbanas a toda a população abrangida;
- ii. Através de um investimento total de 253 milhões de euros, incluindo o reinvestimento, dos quais cerca de 200,189 milhões de euros já foram realizados, promover a conceção, reparação e renovação e assegurar a construção e exploração das infraestruturas, das instalações e dos equipamentos necessários à captação, ao tratamento e ao abastecimento de água para consumo público e à recolha, ao tratamento e à rejeição de águas residuais;
- iii. Assegurar a qualidade, continuidade e eficiência dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais à população residente, a cerca de 228 mil habitantes, em 17% do território nacional, de forma a promover a saúde pública, o bem-estar das populações, o aumento do emprego local, a proteção do ambiente e a sustentabilidade económico-financeira do setor;
- iv. Contribuir para o desenvolvimento regional, para o ordenamento do território, para a qualidade de vida das populações e para a salvaguarda do património ambiental.



1.3. CADEIA DE VALOR

A empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica que a seguir se apresenta, expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das atividades de operação.



1.4. OS NOSSOS STAKEHOLDERS

A AgdA está consciente das suas responsabilidades enquanto empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros os quais, direta ou indiretamente, constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.



2. ORGANIZAÇÃO

2.1. ESTRUTURA ACIONISTA

O parceiro Estado, através da AdP SGPS, e o conjunto dos 20 municípios que atualmente integram o SPPIAALENTEJO, através da AMGAP, repartem o capital social da entidade gestora (AgdA) em respetivamente, 51% e 49%, conforme quadro seguinte:

ESTRUTURA ACIONISTA

	%	N.º Ações Classe A	Capital Social Subscrito	Capital Social Realizado
Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	51%	1 155 921	5 779 606	5 779 606
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública do Alentejo	49%	1 110 591	5 552 954	5 552 954
TOTAL	100%	2 266 512	11 332 560	11 332 560

2.2. ÓRGÃOS SOCIAIS

2.2.1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14.º dos Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre acionistas ou outras pessoas e eleitos em Assembleia Geral por um período de três anos.

Em 03 de fevereiro de 2025 foram eleitos os órgãos sociais para o triénio 2025-2027 passando a Mesa da Assembleia Geral a ter a seguinte constituição:

- *Presidente:* Dr. António Manuel Ascensão Mestre Bota
- *Vice-Presidente:* AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.
- *Secretária:* Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira

Em 28 de janeiro de 2026, o Dr. António Manuel Ascensão Mestre Bota apresenta a renúncia ao cargo de Presidente da mesa de Assembleia Geral, sucedendo-lhe o Eng.º Hélder António Guerreiro por eleição em 11 de fevereiro de 2026 através de Declaração Social Unânime por Escrito pelo restante período do mandato em vigor (2025-2027).

Neste sentido a Mesa de Assembleia Geral passou a ter a seguinte composição:

- *Presidente:* Eng.º Hélder António Guerreiro
- *Vice-Presidente:* AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.
- *Secretária:* Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira

2.2.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do n.º I do artigo 18.º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três ou cinco Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais. O Presidente poderá, nos termos do n.º 4 do mesmo artigo designar um Vice-Presidente, que o substituirá nas suas faltas e impedimentos.

Na Assembleia Geral de 03 de fevereiro de 2025 foram eleitos os órgãos sociais para o mandato 2025-2027, passando o Conselho de Administração a seguinte composição:

- *Presidente Executivo:* Eng.º Diogo Maria Parreira Cabral Cruz Nascimento
- *Vice-Presidente Executivo:* Dr. Jorge Paulo Colaço Rosa
- *Vogal Executivo:* Prof.ª Patrícia Alexandra Dias Brito Palma
- *Vogal Não Executivo:* Dr. Álvaro dos Santos Beijinha
- *Vogal Não Executivo:* Dr.ª Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro

Em 23 de janeiro de 2026, o Dr. Álvaro dos Santos Beijinha apresenta a renúncia ao cargo de Vogal Não Executivo do Conselho de Administração, sucedendo-lhe o Dr. José Manuel Carvalho Penedo Martins Efigénio por eleição em 11 de fevereiro de 2026 através de Declaração Social Unânime por Escrito pelo restante período do mandato em vigor (2025-2027).

Neste sentido o Conselho de Administração passou a ter a seguinte composição:

- *Presidente Executivo:* Eng.º Diogo Maria Parreira Cabral Cruz Nascimento
- *Vice-Presidente Executivo:* Dr. Jorge Paulo Colaço Rosa
- *Vogal Executivo:* Prof.ª Patrícia Alexandra Dias Brito Palma
- *Vogal Não Executivo:* Dr. José Manuel Carvalho Penedo Martins Efigénio
- *Vogal Não Executivo:* Dr.ª Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro

2.2.3. FISCAL ÚNICO

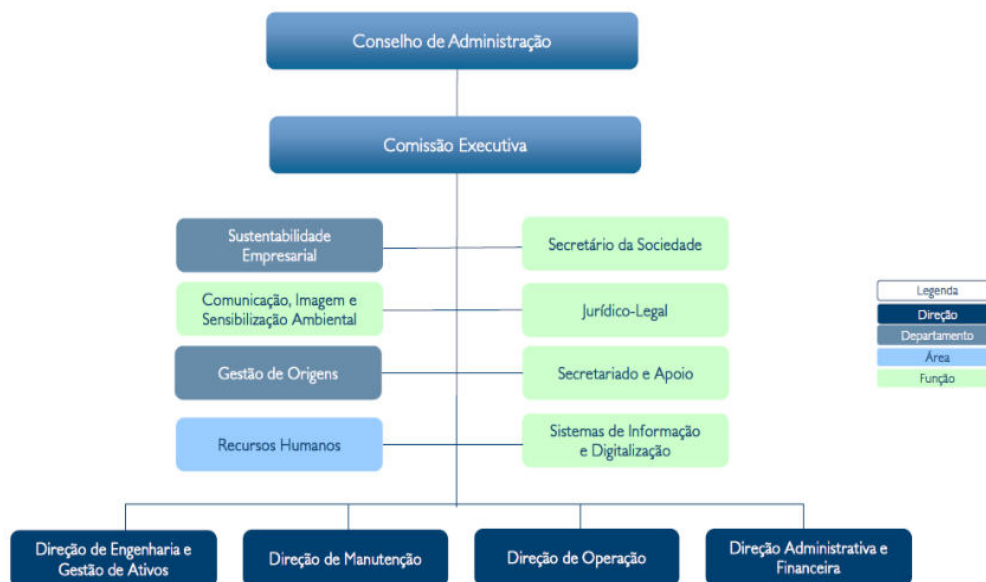
Nos termos do n.º I do artigo 24.º dos Estatutos da Sociedade, a fiscalização da atividade da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente, ou a um Fiscal Único e a um Fiscal Único Suplente, conforme for decidido, nos termos da lei, pela Assembleia Geral que os elege por mandatos de três anos, renováveis.

Para o mandato de 2023-2025, exercícios de 2024 e 2025, e na sequência da Assembleia Geral de 18 de março de 2024, foi eleito um Fiscal Único e um Fiscal Único Suplente:

- *Fiscal Único Efetivo:* Deloitte & Associados, SROC S. A., Registo na OROC n.º 43, inscrito na CMVM sob o n.º 20161389, representada por Dr.ª Ana Alexandra Dornelas Pinheiro (ROC n.º 1496)
- *Fiscal Único Suplente:* Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira, ROC n.º 1129, inscrito na CMVM sob o n.º 20160741.

2.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para o exercício da atividade cometida através do Contrato de Gestão e respetivo aditamento, foi criada uma estrutura organizativa com um conjunto de órgãos funcionais para apoio à gestão da empresa, responsáveis pela definição e implementação das políticas, pela gestão dos recursos humanos e pela avaliação e controlo das atividades desenvolvidas.



Os órgãos de apoio ou staff têm como principais atribuições:

DESIGNAÇÃO	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES
Sustentabilidade Empresarial	Promover e coordenar as atividades relativas às obrigações dos sistemas de gestão da qualidade, ambiente, higiene e segurança e responsabilidade social, constantes do Contrato de Parceria e dos compromissos assumidos pela empresa; Análise do Risco: Gestão do risco empresarial; Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; Promoção de Estudos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+I) em toda a cadeia de valor.
Comunicação, Imagem e Sensibilização Ambiental	Elaboração do plano de comunicação da empresa e coordenação da comunicação interna e externa; Gestão das iniciativas de comunicação institucional da empresa e das relações com os órgãos de comunicação social; Definição, em articulação com as entidades parceiras, dos standards de imagem da empresa e controlo da sua aplicação, nomeadamente nas viaturas, nas obras em curso e nas instalações; Atividades de comunicação de âmbito escolar e sensibilização ambiental de acordo com a estratégia e plano de comunicação.
Gestão de Origens	Identificar e implementar as melhores soluções para origens de água, em termos de quantidade, qualidade e segurança, sejam origens subterrâneas e superficiais, sejam outras alternativas, bem como transmitir requisitos para adequação do processo de tratamento; Apoiar a elaboração, manutenção e implementação do Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas; Apoiar a elaboração e cumprimento do plano de monitorização da qualidade da água nas origens, na água fornecida para consumo humano e nas descargas de águas residuais; Apoiar a elaboração, manutenção e implementação dos planos de segurança e de seca/contingência, incluindo a articulação com a comunidade e entidades interessadas; Apoiar a elaboração, manutenção e implementação de plano de reutilização e de eficiência hídrica, ao nível da entidade gestora e na promoção e articulação com as principais partes interessadas; Apoiar a identificação e implementação das melhores soluções de proteção e preservação das origens da entidade gestora e de entidades fornecedoras do sistema, incluindo gestão de licenças de captação e perímetros de proteção; Apoiar a gestão ativa das origens, incluindo nas manobras de operação.
Secretário da Sociedade	Zelar pelo cumprimento das obrigações da Sociedade, sob a orientação do Presidente do Conselho de Administração, em matéria de elaboração e arquivo de atas do Conselho de Administração, bem como o expediente a elas relativo e registo comercial dos atos sociais a ele sujeitos; Assegurar o apoio logístico às reuniões do Conselho de Administração e aos membros do Conselho de Administração e difundir as respetivas deliberações.

DESIGNAÇÃO	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES
Jurídico-Legal	Elaborar pareceres/interpretações sobre a aplicação do Contrato de Gestão, bem como de outros contratos, legislação, normas e regulamentos; Assessoria nos processos de concurso e sua avaliação; Resolução de disputas e litígios e patrocínio da empresa em ações judiciais, quer na qualidade de demandante ou demandada.
Secretariado e Apoio	Apoio administrativo na atividade regular e societária, das agendas e da correspondência recebida e expedida, incluindo gestão de arquivo.
Recursos Humanos	Gestão estratégica das pessoas, alinhando as competências dos colaboradores com os objetivos da empresa; Gestão de processos de recrutamento e seleção, desenvolvimento, avaliação e retenção de talentos. Promoção de um clima organizacional saudável, no cumprimento da legislação laboral e no bem-estar dos colaboradores
Sistemas de Informação e Digitalização	Suporte tecnológico às atividades da organização, assegurando a eficiência, segurança e fiabilidade da informação; Desenvolver, implementar e manter sistemas de informação que apoiem os processos de negócio e a tomada de decisão Promoção da transformação digital, na inovação tecnológica e na melhoria contínua dos processos organizacionais

No que respeita aos órgãos de primeira linha, as principais atribuições podem apresentar-se como se segue:

DESIGNAÇÃO	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES
Direção Administrativa e Financeira	Participação na preparação dos planos a médio e longo prazo para a empresa, com incidência na estratégia e política tarifária, na fixação de objetivos e na afetação de custos; Assegurar a gestão financeira da empresa; Assegurar a contabilidade geral e analítica; Elaboração e execução do orçamento da empresa e sua atualização; Assegurar a gestão patrimonial dos bens da empresa, bem como o direito de utilização das infraestruturas municipais; Gestão do Plano Anual de Compras e tramitação de procedimentos de aquisição de bens, serviços e empreitadas. Gestão de processos de aquisição de bens e serviços e gestão do parque automóvel da empresa.
Direção de Engenharia e Gestão de Ativos	Acompanhar o Plano de Investimentos de novas empreitadas, de obras de ampliação e reabilitação de infraestruturas, gerindo a sua execução em termos de prazo, custo e qualidade; Elaborar, acompanhar e desenvolver projetos de engenharia nas várias especialidades da empresa; Coordenar a execução e fiscalização das obras em curso, assim como as demais prestações de serviços necessárias; Propor uma política de gestão de energia, com o objetivo da maximização de eficiência energética nas infraestruturas; Monitorizar os consumos energéticos da empresa e desenvolver um plano de eficiência energética; Planeamento, controlo e otimização do ciclo de vida dos ativos, garantindo a sua disponibilidade, desempenho e sustentabilidade ao longo do tempo
Direção de Manutenção	Propor uma política de gestão da manutenção, ao nível de planeamento e controlo, gestão de recursos, gestão de serviços e avaliação de resultados; Propor um planeamento e executar as ações de manutenção preventiva, corretiva, condicionada e sistemática dos ativos da empresa, com o objetivo de garantir a qualidade de serviço;
Direção de Operação	Coordenação e execução das ações de operação e comando da captação, tratamento, adução e abastecimento de água para consumo incluindo a coordenação geral dos centros de operação; Coordenação das ações de operação e comando da recolha, tratamento, rejeição e medição de efluentes, incluindo a coordenação geral dos centros de operação; Realização das atividades de manutenção previstas nas rotinas de operação; Coordenação e execução da gestão de resíduos; Execução de estudos para melhoria do funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais; Supervisão e comando da operação através de telegestão e telemetria; Gestão do parque de equipamentos de medição caudal.

3. AS NOSSAS AMBIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

A prestação de serviços públicos essenciais coloca-nos numa posição de elevada responsabilidade. A forma como atuamos tem impacto direto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico dos territórios onde operamos.

Num contexto de alterações climáticas, a crescente pressão sobre os recursos, a degradação dos ecossistemas - acompanhados por riscos acrescidos de poluição – são desafios significativos que assumimos cada vez mais com uma atuação cada vez mais exigente, integrando a sustentabilidade na gestão do negócio e na dimensão de governação.

3.1. COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

A AgdA subscreveu em dezembro de 2021 o Compromisso de Integridade, assumindo a implementação do modelo definido na Política de Integridade - https://www.agda.pt/images/Politica_de_Integridade_do_Grupo_guas_de_Portugal_1.pdf e nos instrumentos que lhe estão associados. Este compromisso reforça a capacitação interna e promove uma cultura organizacional assente em padrões éticos elevados.

O nosso referencial ético é coadjuvado por normas de conduta, políticas e procedimentos internos que asseguram a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente:

- Código de Ética e de Conduta: <https://www.agda.pt/geral/codigo-de-conduta-e-etica>
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas: <https://www.agda.pt/geral/cpc>
- Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades: <https://grupoadp.form.maistransparente.com/>
- Manual de Contratação Pública: <https://www.agda.pt/geral/estatutos-e-regulamentos>
- Manual de Compras: <https://www.agda.pt/geral/estatutos-e-regulamentos>

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com funções complementares: Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos; a Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A AgdA dispõe ainda de uma Linha de Integridade, um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

3.2. COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal traduz a sua visão e ambições, orientando a atuação pelos princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido.



As nossas ambições estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e refletem a forma como incorporamos a sustentabilidade no propósito do nosso trabalho, na ação climática, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação e na cooperação internacional, sempre com uma forte componente de educação e sensibilização para o valor da água.

3.3. AS NOSSAS AMBIÇÕES

No Grupo Águas de Portugal, e igualmente na AgdA, estruturámos as Ambições de Sustentabilidade em sete prioridades:

i. Trabalhar com Propósito

Valorizamos um ambiente de trabalho que promova o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores, a igualdade de oportunidades, a diversidade e inclusão, assegurando condições de segurança e saúde e incentivamos o equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

ii. Agir pelo Clima

Atuamos no sentido da neutralidade e autossustentabilidade energética, reduzindo emissões de gases com efeito de estufa e aumentando a resiliência dos sistemas perante cenários de alterações climáticas.

iii. Economia Circular da Água

Procuramos maximizar a eficiência na gestão do ciclo urbano da água, reduzir desperdícios, valorizar recursos e promover soluções regenerativas.

iv. Valorização dos Territórios

Prestamos um serviço público de excelência que reforça a proximidade com as comunidades, protege a biodiversidade e contribui para a saúde pública.

v. *Inovação com Impacto*

Incentivamos a inovação através de projetos de I&D+i, transformação digital e desenvolvimento de soluções sustentáveis, com impacto e que respondam aos desafios do setor.

vi. *Cooperação Internacional*

Participamos em iniciativas de cooperação para a gestão sustentável da água, partilhando conhecimento e apoiando programas em países em desenvolvimento.

vii. *Educação para a Sustentabilidade*

Promovemos a sensibilização sobre o valor da água e o seu papel no desenvolvimento sustentável, dirigindo-nos às comunidades, escolas e parceiros institucionais.

O NOSSO COMPROMISSO EM 2025

Em linha com o compromisso estabelecido nos anos anteriores, o foco na sustentabilidade tem-se mantido presente em toda a cadeia de valor da AgdA, sendo transversal a todas as áreas da empresa. Sistematizam-se, em seguida, algumas atividades realizadas ao longo do ano, alinhadas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e com o Compromisso de Sustentabilidade da AdP, já apresentado anteriormente neste relatório.

▾ TRABALHAR COM PROPÓSITO | Valorizar a relação com os/as trabalhadores/as, encorajando a evolução profissional e pessoal

- Política de recursos humanos da AdP;
- Planos de desenvolvimento de carreira para todos os/as trabalhadores/as;
- Plano para a Igualdade de género;
- Sistema de Responsabilidade Empresarial;
- Assegurar formação continua aos/às trabalhadores/as;
- Estimular os/as trabalhadores/as para aumentarem as suas qualificações;
- Melhorar continuamente a segurança das infraestruturas;
- Monitorizar, no âmbito da segurança no trabalho, os ambientes de trabalho;
- Assegurar os equipamentos de proteção individual e coletivos necessários à execução das tarefas;
- Promover uma cultura de segurança;
- Assegurar seguro de saúde a todos/as trabalhadores/as e agregado familiar;
- Consultar os/as trabalhadores/as em matéria de segurança no trabalho;
- Assegurar apoio psicológico aos/às trabalhadores/as, através de linha telefónica de apoio;
- Aprovação e constituição do Comité para a Saúde, Segurança e Bem-estar;
- Avaliação de riscos psicossociais;
- Aprovação e constituição do Comité de voluntariado, do Programa “Unir para Cuidar” e Projeto “Horas que cuidam”.

➤ **AGIR PELO CLIMA** | Reduzir as emissões Gases de Efeitos de Estufa (GEE), mitigar os nossos impactos, adaptar as operações às alterações climáticas

- Constituição do Grupo de Gestão de Energia;
- Monitorização da quantificação dos GEE produzidos pela AgdA;
- Aumento da produção de energia 100% renovável;
- Redução do consumo de energia elétrica;
- Aumento da autossuficiência energética;
- Criar condições para redução da dependência de combustíveis fósseis;
- Realização de auditorias energéticas para identificação de medidas de eficiência energética;
- Desenvolvimento do Plano de descarbonização, com impacto na redução das emissões de carbono da AgdA no Âmbito 1 e 2.



➤ **ACCELERAR A ECONOMIA CIRCULAR DA ÁGUA** | Gerir o ciclo urbano em equilíbrio com a natureza, garantindo a transição para a economia circular

- Monitorização da qualidade da água nas origens;
- Monitorização das perdas físicas (reais);
- Valorização de 100% de lamas de ETAR.



➤ **VALORIZAR OS TERRITÓRIOS** | Prestar um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população

- Manual de Compras Ecológicas;
- Sistema de Gestão Integrado;
- Assegurar o tratamento das águas residuais;
- Assegurar o fornecimento de água segura;
- Redução de perdas de água.



➤ **INOVAR PARA IMPACTAR** | Impulsionar uma inovação aberta, colaborativa e que gere valor para o grupo AdP e para as empresas

- Gestão da recarga de aquíferos utilizando fontes alternativas de água. Caso de estudo da ETAR Comporta - Projeto MARCLAIMED (Managed Aquifer Recharge with alternative water resources) – Financiado pelo Programa Horizonte Europa da União Europeia.;
- Portal ApR - criação de um portal "Balcão Único de ApR". Este portal terá como objetivo facilitar e agilizar processos de gestão, de licenciamento e de aquisição de Água para Reutilização (ApR).



↳ **EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE** | Ser um ator de referência em matéria de educação para o desenvolvimento sustentável

- Realização de campanhas de sensibilização em escolas a promover o conhecimento das etapas do Ciclo Natural e do Ciclo Urbano da água na região;
- Realização de campanhas de sensibilização em escolas e para a população geral, promovendo o uso racional da água – Campanha sob o mote “Água é vida. Não a desperdice”, do Grupo Águas de Portugal (AdP), com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);
- Realização de campanhas de sensibilização em escolas e para a população geral, promovendo o uso sustentável da rede de saneamento – Campanha “No cano, lixo não”;
- Visitas às instalações de abastecimento e saneamento por parte de escolas e população geral;
- Campanhas de sensibilização internas para melhoria da eficiência energética nas instalações e nos processos de tratamento de água e água residual.



↳ **GARANTIR A SUSTENTABILIDADE, CRIANDO VALOR PARA AS PARTES INTERESSADAS**

- Execução do plano de investimentos de infraestruturas;
- Realização de investimento em energias renováveis nas infraestruturas;
- Desenvolvimento de um *Plano de Eficiência Energética*;
- Monitorização de perdas;
- Assegurar a sustentabilidade económica e financeira da empresa;
- Alinhamento das atividades da empresa com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



↳ **GARANTIR A CREDIBILIDADE, A ÉTICA, A TRANSPARÊNCIA E O RIGOR DO MODELO DE GESTÃO DA EMPRESA**

- Avaliação do risco empresarial e acompanhamento de execução do plano de tratamento de riscos e do plano de implementação de oportunidades;
- Avaliação do cumprimento do plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas;
- Formação em Conciliação e igualdade, aos trabalhadores da empresa;
- Formação em ética, integridade e prevenção da corrupção e infrações conexas;
- Reforço do compromisso com UN Global Compact.





O NEGÓCIO

1. A ENVOLVENTE

1.1. CONTEXTO MACROECONÓMICO¹

2025 foi um ano de crescimento global resiliente, mas moderado. A economia mundial evitou a recessão, mas as restrições estruturais, a fragmentação do comércio e as incertezas políticas mantiveram o crescimento abaixo do seu potencial de longo prazo.

Desde outubro de 2025, as tensões comerciais têm continuado a diminuir, mas continuam sujeitas a ocasionais conflitos. Uma disputa entre a China e os Estados Unidos envolvendo controlos sobre as exportações de semicondutores e minerais de terras raras foi rapidamente seguida por uma trégua que reduziu as tarifas bilaterais até novembro de 2026 e suspendeu os controlos de exportação. As autoridades americanas retiraram também, para todos os países, as tarifas sobre alguns produtos agrícolas, compensando as tarifas mais elevadas sobre determinados sectores que tinham sido anteriormente anunciadas e que estão agora em vigor.

Global

O crescimento global para os anos 2025 e 2026 estima-se em 3,3%, e de 3,2% para 2027.

Este desempenho estável resulta, à primeira vista, do equilíbrio de forças divergentes. Os obstáculos decorrentes da alteração das políticas comerciais são compensados pelos fatores favoráveis provenientes de investimentos emergentes relacionados com a tecnologia, incluindo a inteligência artificial (IA), principalmente na América do Norte e na Ásia, para além do apoio fiscal e monetário, das condições financeiras amplamente favoráveis e da adaptabilidade do setor privado.

A inflação global deverá descer de uma estimativa de 4,1% em 2025 para 3,8% em 2026 e para 3,4% em 2027, prevendo-se um regresso à meta mais gradual nos Estados Unidos do que noutras grandes economias.

Zona do Euro

A zona euro e a União Europeia estão a navegar num panorama internacional cada vez mais complexo. As alterações na dinâmica geopolítica, o rápido avanço tecnológico, os crescentes riscos climáticos, o envelhecimento da população e a baixa produtividade afetam as perspetivas económicas. Estes desenvolvimentos representam desafios significativos, mas também oportunidades transformadoras para a zona euro e para a UE, sublinhando a importância crucial de quadros de política macroeconómica robustos. A zona euro e a UE continuaram a crescer, embora a um ritmo moderado.

As projeções para a atividade na área do euro apontam para crescimentos de 1,4% em 2025, 1,2% em 2026 e 1,4% em 2027.

¹ Fontes: *FMI World Economic Outlook*; *European Commission Economic Outlook*; *Boletim Económico do Banco Portugal*; *Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu*; Eurostat e INE.

A inflação na zona euro normalizou em 2025 e prevê-se que fique abaixo da meta de 2% do Banco Central Europeu (BCE) para 2026. Este ambiente favorece estabilidade prolongada das taxas de juro, mas mantém os decisores políticos atentos aos riscos de subida impulsionados pelos salários e relacionados com as despesas fiscais.

O BCE reduziu as taxas de juro várias vezes no início de 2025, baixando a taxa de depósito de 3,00% (final de 2024) para 2,00% em junho de 2025. A partir de junho de 2025, as taxas mantiveram-se inalteradas, uma vez que a inflação regressou perto da meta de 2% e o crescimento manteve-se fraco, mas estável. O BCE não se compromete antecipadamente com uma trajetória de taxas, mas sinaliza que a política monetária está *"num bom momento"*.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2025 e 2026 são os seguintes:

	Estimativa 2026	Estimativa 2025	Ano 2025
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,3%	2,0%	2,1%
Taxa crescimento Consumo Privado	2,3%	3,6%	3,0%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	2,1%	2,2%	2,7%
Taxa de desemprego	6,3%	6,2%	6,4%
Euribor 6 meses (fim do ano)	2,0%	2,2%	3,6%
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	n.d.	3,08%	2,96%

A atividade económica em Portugal deverá crescer 2,0% em 2025, 2,3% em 2026, 1,7% em 2027 e 1,8% em 2028, e a inflação deverá estabilizar em torno de 2%. O crescimento económico é mais apoiado na procura interna do que na média do período 2020–2024.

A economia portuguesa continua a crescer a um ritmo robusto num enquadramento externo marcado por tensões comerciais, incerteza elevada e apreciação do euro. O impacto destes choques tem sido amortecido pelo alívio das condições financeiras, pelo aumento dos fundos da UE e pela orientação expansionista da política orçamental.

O mercado de trabalho permanece resiliente, com o emprego em níveis máximos e uma taxa de desemprego historicamente baixa. No entanto, o menor crescimento da população, associado à redução dos fluxos migratórios, limitará a evolução do emprego e da atividade.

O aumento do rendimento disponível das famílias será mais contido em 2025–2028, refletindo-se num abrandamento do consumo privado e numa redução da taxa de poupança, que se manterá ainda assim elevada em termos históricos.

Em termos de finanças públicas, as projeções apontam para um saldo orçamental equilibrado em 2025, seguido de défices de 0,4% do PIB em 2026, 0,9% em 2027 e 1% em 2028. Esta trajetória traduz uma deterioração significativa no período recente, explicada sobretudo pelas medidas de redução de impostos e pelo aumento permanente da despesa. O rácio da dívida pública mantém uma trajetória descendente, passando de 93,6% do PIB em 2024 para cerca de 80% em 2028.

A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa aumenta gradualmente, de 2,3% em 2025 para 2,6% em 2028. Esta evolução reflete a evolução esperada das taxas de juro de longo prazo.

REGIÃO DO ALENTEJO

A região do Alentejo conta com uma história marcada pelo património natural e cultural que lhe conferem identidade e autenticidade, e um potencial de afirmação competitiva, diferenciadora e sustentável, em atividades consolidadas, mas também em nichos de especialização produtiva. Parte assim de produtos de reconhecida excelência como a cortiça, a prazeres com saber e sabor em domínios como artesanato, gastronomia, vinhos ou azeites, mas também heranças intemporais como a paisagem e património cultural.

A sua posição de charneira confere ao desenvolvimento de infraestruturas de acessibilidade e conectividade uma importância central para a atração de investimento a partir de Zona Industrial e Logística de Sines, onde novas oportunidades têm vindo a ser potenciadas, mas também do aeroporto de Beja, desde o suporte logístico à indução de novas atividades conexas, desde a manutenção de aeronaves, mas também ao seu desmantelamento e articulação com outras atividades relevantes.

Também a disponibilidade de água a partir do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva tem permitido uma importante expansão da atividade agrícola, mas também o desenvolvimento da agroindústria.

Os 170 km de zona costeira das mais preservadas da Europa, com diversificado potencial de recursos marinhos para o desenvolvimento de um conjunto vasto de novas atividades, ampliam ainda o potencial turístico e de atração de população desta importante parcela do território.

É, pois, num contexto de dinamismo e de maior aposta em acrescentar parcerias, designadamente com os territórios vizinhos, que se deve identificar um potencial passível de contrariar tendências de recessão demográfica prolongada.

2. O SETOR²

A água constitui um elemento fundamental em qualquer circunstância, período ou cenário. Este facto é ainda mais reforçado e evidente quando se associa o atual contexto de crise à sustentabilidade em todas as suas dimensões (climática, de recursos ou de biodiversidade).

A par do aumento da população mundial, assiste-se à progressiva e cada vez mais acentuada diminuição das disponibilidades hídricas, muitas vezes associada aos efeitos das alterações climáticas que são perceptíveis, à escala mundial, pela alteração dos padrões de precipitação. Efetivamente, à medida que os impactos das alterações climáticas aumentam e as populações crescem, há a necessidade urgente, dentro e entre países, de criar compromissos e verdadeira união em torno da proteção e conservação deste recurso precioso.

A saúde pública e a prosperidade das comunidades, os seus sistemas alimentares e energéticos, a produtividade económica e a integridade ambiental dependem de um ciclo da água que funcione bem e seja gerido de forma equitativa garantindo qualidade e acesso a todos.

É neste contexto desafiante que urge garantir a conservação de ecossistemas sustentáveis (equilibrados e saudáveis), a par da necessidade básica de acesso a água potável absolutamente essencial para o desenvolvimento socioeconómico.

Também pelo exposto, a água e os serviços que lhe estão inerentes, designadamente o abastecimento e o saneamento, mantêm-se, cada vez mais, no centro do desenvolvimento sustentável e subjacentes a vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

No caso dos serviços mencionados, existe ainda a necessidade de assegurar a resiliência nos sistemas a eventos cada vez mais comuns e extremos, de origem climática ou não climática.

Ao longo das últimas décadas, tem-se vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que visam responder aos desafios referidos. Efetivamente, estão hoje nas agendas das estratégias para o setor: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, consequentemente, a desacelerar as alterações climáticas; ou o incentivo à inovação para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular da Água, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos.

Não obstante os avanços, subsistem ainda situações insustentáveis e iníquas:

- Três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- Mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de “stress” hídrico;

² <http://www.worldbank.org>; <http://oecdoobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

- Cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano;
- Mais de 3 mil milhões de pessoas em todo o mundo dependem da água que atravessa as fronteiras nacionais. No entanto, apenas 24 países têm acordos de cooperação para toda a água partilhada.³
- 3,4 bilhões de pessoas continuam sem acesso a saneamento básico seguro: infraestruturas envelhecidas, desigualdades e mudanças climáticas põem em risco um direito humano básico.⁴

e, mesmo em áreas geográficas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca *performance* do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento;
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exacerbados pelas incertezas das políticas económicas adotadas em várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia ou no Médio Oriente são exemplos.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico que o *World Bank Water Global Practise*, através do Plano Estratégico e na prossecução da meta do ODS6, baseado na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por:

- a transformação de acordos políticos em normas juridicamente vinculativas;
- o garante da distribuição equitativa dos serviços de água e saneamento de forma equitativa;
- a aplicação de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelos empregadores e pelos trabalhadores;
- o estabelecimento de instrumentos de *soft-law* (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONG) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Paralelamente, também o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2025, intitulado "Montanhas e glaciares -Torres de Água"⁵, emanado aquando da celebração do Dia Mundial da Água, reforçou a preocupação com o declínio da água doce no planeta. O objetivo é conservar e restaurar lagos, rios, pântanos, aquíferos, manguezais e geleiras, que estão sob ameaça crescente das mudanças climáticas, poluição e outros fatores.

³ <https://www.sgambiente.gov.pt/agua-para-a-paz-tema-do-dia-mundial-da-agua-2024/>

⁴ <https://news.un.org/pt/story/2025/11/1851571>

⁵ https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000393090_por

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) também alertou para o aumento da pressão sobre os recursos hídricos, com algumas regiões como Norte de África e Ásia Ocidental em níveis críticos.

A agricultura continua a ser o maior consumidor de água, e o *stress* hídrico agrava-se com o crescimento da procura.⁶

Crise Geopolítica e Energética

Existem, atualmente, um conjunto de conflitos que impactam e agravam, de forma muito acentuada, toda a geografia do globo. A situação é preocupante, continuando a significar e evidenciar um quadro de crise geopolítica e energética, em termos globais.

O conflito na Europa Oriental (conflito Ucrânia / Rússia), que perturba e condiciona o mercado mundial da energia mantém-se. A este, juntou-se a guerra Israel/Hamas/Hezbollah em outubro de 2023, cujos efeitos se estenderam ao longo de 2024 e 2025, agravando a crise energética pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

Por outro lado, verificam-se outros conflitos e tensões que, direta ou indiretamente, continuam a impactar a geopolítica europeia e a segurança energética. As tensões no Mar do Sul da China persistem, com repercussões globais, nomeadamente ao nível das rotas comerciais marítimas estratégicas, essenciais para o fornecimento de energia e bens à Europa. A crise no Sahel permanece um fator de instabilidade, afetando a segurança regional e o acesso a recursos estratégicos, como o urânio, fundamental para a produção de energia nuclear em vários países europeus. O conflito no médio oriente continua a influenciar as dinâmicas geopolíticas e energéticas no Mediterrâneo Oriental, uma região de crescente importância estratégica para a União Europeia. Por outro lado, as disputas no Ártico intensificam-se em 2025, uma vez que o degelo progressivo reforça a competição entre grandes potências — como a Rússia, os Estados Unidos e a China — pelo controlo de novas rotas marítimas e pela exploração de recursos energéticos, incluindo petróleo e gás natural.

Em maio de 2022, como resposta ao conflito Ucrânia/Rússia, a Comissão Europeia tinha aprovado o Plano REPowerEU⁷ que estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da União Europeia. Em paralelo visa a poupança energética, a produção de energia limpa e a diversificação do aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar infraestruturas e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita.

No contexto deste plano europeu foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com período de execução até 2026, para apoiar investimentos e reformas em Portugal, no valor de 300 mil milhões de euros, e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados, no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM n.º 136/2022).

⁶ <https://news.un.org/pt/story/2025/12/1851827>

⁷ https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repower-eu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

Em abril 2025 foi publicada a atualização final do Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030)⁸, com objetivos ambiciosos para a transição energética: redução de emissões de gases com efeito de estufa para 55% até 2030, em relação aos níveis de 2005. O PNEC 2030 traça, também, uma meta de 51% para a quota de energias renováveis no consumo final bruto de energia até 2030, acima da meta anterior de 47%.

Estas iniciativas refletem o compromisso de Portugal em continuar a implementar medidas para mitigar a crise energética, alinhando-se com as diretrizes europeias e promovendo a sustentabilidade energética a longo prazo.

Em abril de 2025, Portugal e a Península Ibérica sofreram um grande apagão causando paragens nos transportes (comboios, metropolitano), falhas nos semáforos e sobrecarga nos hospitais, expondo vulnerabilidades na rede elétrica, forçando mais produção a gás e dificultando metas climáticas. Este evento severo destacou a necessidade de reforçar a infraestrutura energética europeia, com relatórios apontando para falhas em cascata.

Esse evento desencadeou impactos diretos nos sistemas de captação, bombeamento e tratamento de água das entidades gestoras, uma vez que a energia elétrica é necessária para a operação contínua de estações elevatórias e unidades de tratamento e distribuição; paralelamente, houve efeitos indiretos na pressão da rede de abastecimento e na continuidade operacional de sistemas urbanos de saneamento, exigindo esforços logísticos extraordinários para mitigar a perda de níveis de serviço regulamentares e assegurar a proteção da saúde pública.

Adicionalmente, em resposta às vulnerabilidades reveladas pelo apagão, foi apresentado o Plano de Reforço da Segurança do Sistema Elétrico Nacional com um pacote de 31 medidas para reforçar segurança do sistema elétrico nacional, garantindo os objetivos de descarbonização e transição energética.

O Plano de Reforço ora apresentado é norteado por três grandes princípios: (i) robustecimento do sistema elétrico nacional e da capacidade de resposta das infraestruturas críticas; (ii) compromisso com a transição energética e a descarbonização; e (iii) colaboração internacional para a integração de mercados e o reforço das interligações.⁹

O abastecimento de água e o saneamento em Portugal¹⁰

Em Portugal, o setor da água caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as Autarquias locais.

⁸ Cf. Resolução da Assembleia da República n.º 127/2025, de 10 de abril

⁹ <https://ambienteonline.pt/noticias/governo-apresenta-plano-de-400-milhoes-para-reforcar-seguranca-do-sistema-eletrico-nacional>

¹⁰ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

O grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

PANORAMA NACIONAL

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
9,5 milhões de habitantes servidos	8,5 milhões de habitantes servidos com drenagem
97% de alojamentos servidos	87% de alojamentos servidos
197 litros: consumo médio diário de água por habitante	8,5 milhões de habitantes servidos com tratamento
Tarifa média ponderada: 0,5634 EUR/m ³	86% de alojamentos servidos com tratamento
Indicador de Água Segura em Portugal Continental (alta): 99,69%	2,02 milhões de m ³ de águas residuais recolhidas diariamente
	Tarifa média ponderada: 0,6028 EUR/m ³

Dados: RASARP 2025

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. O elevado investimento necessário, numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno através da suavização das tarifas praticadas ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na infraestruturização dos sistemas, mantém-se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e, neste sentido, a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024 aprovou o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

O PENSAARP 2030¹¹ estabeleceu o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

A março de 2025 foi apresentada a Estratégia Nacional para a gestão da água “Água que Une”¹², a qual preconiza uma gestão integrada da água, assumindo as seguintes orientações:

- Contribuir para uma governança ágil e eficaz da água;
- Diminuir a vulnerabilidade à escassez hídrica;
- Reforçar a sustentabilidade ambiental;
- Promover a coesão territorial Esta Estratégia pretende dar suporte à revisão do Plano Nacional de Água (2026) e à atualização da Estratégia para o Regadio Público 2014-2020 através do Plano Rega (a elaborar).

¹¹ Comunicado do Conselho de Ministros de 14 de dezembro que aprovou a resolução 23/2024 publicada em DR a 5 de fevereiro de 2024 já alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024 de 22 de agosto de 2024.

¹² <https://portaldagua.pt/2025/03/12/agua-que-une-estrategia-nacional-para-a-gestao-da-agua/>

No âmbito da implementação da Estratégia Nacional “Água que Une” (AqU), observaram-se avanços em duas vertentes:

- A implementação de medidas que se encontram no âmbito das Entidades Gestoras (EGs) do grupo AdP, como por exemplo a dessalinizadora do Algarve, em execução pelas Águas do Algarve. (nota: cada empresa dar exemplos próprios)
- Em outubro de 2025, foi apresentada a AdP AQUA, uma empresa do grupo Águas de Portugal que terá como missão planejar, financiar, construir e gerir aproveitamentos hidráulicos, nomeadamente de fins múltiplos, que promovam a segurança hídrica de Portugal no horizonte 2040, enfrentando os desafios das alterações climáticas, do crescimento demográfico, do desenvolvimento económico e da preservação ambiental através de uma gestão integrada, resiliente e sustentável do recurso água.

O Grupo AdP em 2025

O Grupo AdP constituiu e mantém-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

Neste contexto, trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu *know-how* no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente: i) na adaptação, com destaque para a resiliência dos sistemas, a economia circular e eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente e ii) na mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Na Agenda de Inovação do Grupo AdP, e em linha com as Ambições de Sustentabilidade, encontram-se identificadas as seguintes áreas estratégicas: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento. Neste sentido, em 2025, o Grupo promoveu a inovação em rede no âmbito da segunda edição do Concurso AdP Inovação Proactiva.

Foi aprovado, em reunião do Conselho de Ministros, um Decreto-Lei que promove uma alteração ao Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio e atribui à Águas de Santo André a concessão da exploração e da gestão do sistema de abastecimento de água (gerindo de forma integrada origens não convencionais, como a água do mar e a água para reutilização), de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, face aos desafios de escassez hídrica e à necessidade de reconfiguração do sistema para promover a sustentabilidade ambiental e a resiliência hídrica das atividades industriais, agrícolas e turísticas da zona de influência da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), aguardando-se a respetiva publicação.

Em 2025, a Estação de Dessalinização do Algarve (EDAMA) avançou significativamente, com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) a dar luz verde condicionada em novembro 2024, após consulta pública sobre o projeto em Albufeira, que visa captar e tratar água do mar para consumo.

Na dimensão da economia circular, salienta-se a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoreagentes.

Neste âmbito, em 2025, para além de várias ações de sensibilização, a Águas do Algarve concluiu investimentos em infraestruturas para a ApR na ETAR da Quinta do Lago, a Águas do Tejo Atlântico forneceu Água para Reutilização ao Município de Lisboa para a rega de parques e jardins, expandindo um projeto-piloto.

A norte (AdN), o projeto Regadouro, que se encontra em fase de conclusão, tem como objetivos fundamentais não só o de aumentar o conhecimento sobre a reutilização na rega de água tratada nas infraestruturas de tratamento de águas residuais, como também o de fomentar o aproveitamento dos nutrientes e fertilizantes presentes na mesma.

No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, a gestão da energia constitui uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, destacando-se o Programa de Neutralidade Energética ZERO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No plano internacional, em 2025, o Grupo, através da sua subsidiária AdP Internacional, reforça a sua presença internacional com a criação da empresa *Société Agua Services d'Assainissement* na Tunísia. Este passo decorre da adjudicação, pelo Estado tunisino, do contrato de concessão para a gestão, operação e manutenção do sistema de recolha e tratamento de efluentes da zona norte da cidade de Túnis, por um período de 10 anos.

3. O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO GRUPO AdP

O consumo de energia elétrica, enquanto componente fundamental e inseparável da operação das empresas do Grupo Águas de Portugal, constitui uma das principais rubricas de despesa, representando uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais. Trata-se de um fator com peso muito significativo no FSE e com impacto direto tanto nas tarifas aplicadas aos serviços de água e saneamento como no equilíbrio económico-financeiro das concessões e parcerias estabelecidas.

Com base nos dados de consumo (em apuramento a 5 de fevereiro de 2026), os consumos elétricos do Grupo AdP em 2025 foram de 817,95 GWh (+1,3% face a 2024). Destes, 784,18 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), o que corresponde a +1,0% em comparação com 2024, e 33,76 GWh foram provenientes de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+8,6% face a 2024).

Relativamente aos caudais, os dados atuais (ainda não finais) apontam para um aumento de 3,3% no caudal de abastecimento de água e de 6,3% no caudal de água residual.

Os dados de 2025 indicam uma produção de 41,59 GWh/ano (+8,9% face a 2024). O autoconsumo foi de 33,76 GWh (+8,6% face a 2024) e a energia vendida à RESP totalizou 7,83 GWh (+10,4% face a 2024).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2025 foi de 776,36 GWh, o que representa uma variação de +0,9% face a 2024, ano em que o saldo foi de 769,26 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP em 2025 foi de 5,1%, tendo sido de 4,7% em 2024.

A fatura com a energia elétrica adquirida à RESP, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 5 de fevereiro 2025) deverá atingir em 2025 cerca de 96,27 milhões de euros, que corresponde a +3,38 milhões euros face aos gastos registados no ano anterior (+3,6%).

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2025 a frota elétrica do Grupo AdP, percorreu mais de 2,5 milhões de km, estimando-se ter sido evitado o consumo de mais de 212 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representa uma redução de 534 barris de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -42,8% (-77,8 tep) e o consumo elétrico foi de 483 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -477 toneladas (-84,7%).

No ano de 2025 a frota automóvel de motor térmico em utilização no Grupo AdP consumiu cerca de 3,1 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de -5,5% face a 2024 – ano em que foram consumidos 3,3 milhões de litros, o que representa em termos médios de consumo diário 8 169 l/dia em 2025 (em 2024 o consumo médio diário foi de 9 095 l/dia).

Apesar da relevância da frota elétrica atualmente em operação no Grupo AdP, importa salientar que o seu reforço continua previsto para os próximos anos, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que atribui um apoio do Fundo Ambiental no montante global de 7,52 milhões de euros ao processo de renovação

e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo. Este processo - integrado no Programa de Neutralidade Energética - visa a implementação de uma Frota Verde, totalmente constituída por veículos não poluentes, incluindo viaturas de emissões nulas, contribuindo assim para a eliminação progressiva do consumo de combustíveis fósseis na operação do Grupo.

Embora a eletrificação da frota implique um aumento do consumo de energia elétrica, o impacto associado é substancialmente compensado pelos benefícios ambientais resultantes da redução das emissões de gases com efeito de estufa e da eliminação do consumo de combustíveis de origem fóssil. O efeito líquido é, por isso, claramente positivo, reforçando a transição energética do Grupo AdP e contribuindo para a concretização dos seus compromissos climáticos.

A estratégia do Grupo AdP

O Grupo AdP - Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Esta realidade evidencia a dimensão económica, social e ambiental que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua atividade, bem como a sensibilidade do Grupo às tendências e à volatilidade dos mercados energéticos europeus e mundiais, que têm marcado a evolução dos preços grossistas na Europa nos últimos anos.

A natureza volátil destes mercados, agravada pela oscilação dos preços internacionais da energia e pelo impacto das políticas climáticas europeias, torna particularmente complexa a previsão da evolução do custo da eletricidade. Neste contexto, a experiência acumulada pelo Grupo AdP no acompanhamento dos mercados energéticos reforça a necessidade de uma estratégia ancorada em medidas robustas que induzam:

- A redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- A redução dos gastos, otimizando a contratação, ajustando potências e perfis de consumo aos períodos tarifários, eliminando a energia reativa e reforçando a gestão inteligente da energia,
- O aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (potenciando a produção de biogás e a sua valorização energética e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- A constituição de Comunidades de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a partilha do consumo da energia 100% renovável produzida nas empresas do grupo, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

A definição desta estratégia está igualmente alinhada com os compromissos internacionais assumidos por Portugal, em particular o objetivo de atingir a neutralidade carbónica até 2050, consagrado no Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050) e no Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

Enquanto maior grupo empresarial público na área do ambiente e operador essencial de serviços críticos, a atuação da AdP deve, assim, contribuir decisivamente para as metas nacionais de neutralidade energética e carbónica, refletindo a sua responsabilidade ambiental e o impacto sistémico da sua operação.

É neste enquadramento que o Grupo AdP desenvolveu o Programa ZERO, um programa de neutralidade energética alinhado com a década crítica definida pela União Europeia para a redução das emissões de gases com efeito de estufa (2021-2030). O Programa assenta numa estratégia integrada que combina a redução de consumos com um aumento substancial da produção própria de energia 100% renovável, com o objetivo de atingir a neutralidade energética em 2030, posicionando o Grupo como um dos primeiros operadores internacionais do setor da água a adotar um modelo de autossustentabilidade energética

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos. Até novembro de 2025, o investimento acumulado no âmbito do Programa ZERO totalizava 32,77 milhões de euros.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

4. CONTEXTO REGULATÓRIO

Em 2025, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor da água, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidade atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2025, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta [EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias] e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

4.1. REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

O Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro, altera os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, promovendo igualmente o restabelecimento de competências da ERSAR que haviam sido revogadas pela LOE 2021, a partir de 1 de janeiro de 2026.

O Decreto-Lei n.º 97/2025, de 21 de agosto, definiu, para o ano de 2025, as tarifas, os rendimentos tarifários e demais valores cobrados nos termos dos contratos de concessão dos sistemas multimunicipais.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2025, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

Em 2025 a ERSAR definiu uma nova metodologia de avaliação de eficiência que pretendeu simplificar o processo de avaliação da eficiência dos gastos de exploração (OPEX) através da redução do número de métricas a avaliar. A avaliação da eficiência do OPEX – a vigorar entre 2025 e 2028 – é materializada por uma única métrica para cada serviço, calculada por *OPEX/m³ de água faturada* no que respeita ao serviço de abastecimento de água (AA), e *OPEX/m³ de água tratada* para o serviço de saneamento de águas residuais (AR). No que respeita ao investimento (CAPEX) a ERSAR continuará a fazer o seu acompanhamento e definiu uma métrica específica para a manutenção e para os investimentos de substituição.

No decorrer de 2025, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2024, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa ao Projeto de Regulamento do sistema nacional de aprovação dos produtos em contacto com a água destinada ao consumo humano (com início em 2024), ao procedimento de recolha de contributos para a elaboração do Regulamento Tarifário da Água (RTA) respondendo ao conjunto de questões colocadas pela ERSAR, e ao início da consulta pública ao projeto de Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas (RTA).

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro. No decorrer do segundo semestre de 2025 foram enviados para apreciação da ERSAR os Estudos de Viabilidade Económico e Financeiros da maioria dos SMM.

AGDA – ATIVIDADE EM “ALTA”

A AgdA é um sistema municipal, e exerce, através de contrato de gestão, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em alta”, celebrado no contexto de parceria entre o Estado e as autarquias.

Esta parceria rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 90/2009, de 9 de abril, e n.º 194/2009, de 20 de agosto, nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como na demais legislação e regulamentação.

A AgdA está sujeita a regulação da ERSAR, nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, e à supervisão da Comissão de Parceria – entidade criada ao abrigo do contrato de parceria outorgado, constituída por representantes do Estado e por representantes das autarquias, cuja missão é exercer os poderes de direção, fiscalização e supervisão dos Municípios sobre o sistema municipal gerido neste regime.

As tarifas em “alta”, nos termos do contrato de gestão, que compreendem uma componente fixa e uma componente variável, são estabelecidas a preços constantes e por períodos quinquenais. A atualização das tarifas é efetuada anualmente nos termos dos respetivos contratos. À Comissão de Parceria está atribuída a responsabilidade de aprovar estas tarifas e à ERSAR a responsabilidade pela emissão de parecer não vinculativo.

A AgdA é regulada por custos eficientes aceites, que incluem os gastos operacionais de exploração e manutenção dos seus sistemas, as amortizações do investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a adequada remuneração dos capitais próprios.

Durante o ano de 2025, as tarifas aplicadas na faturação pela AgdA, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e aprovadas pela Comissão de Parceria.

O contrato de parceria gera a mesma remuneração contratual que os contratos de concessão dos SMM.

O contrato da AgdA estabelece que tem direito ao registo e à recuperação dos DRG gerados, por via tarifária, calculados pela diferença entre o resultado líquido gerado e a remuneração contratual dos capitais próprios para o ano.

Em 31 de dezembro de 2025, estavam registados 2 595 598 euros de DRG de natureza deficitária, decorrentes das atividades da AgdA.

4.2. REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

A AgdA está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2025, foi apresentado o Volume I do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP 2024) com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2023. Sintetiza a informação mais relevante referente à caracterização do setor no ano de 2023, abordando a sua caracterização e evolução, os principais intervenientes, os principais números em termos de recursos do setor, a análise económica e financeira e os principais resultados da avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, com destaque para o primeiro ano de aplicação da 4.ª geração do sistema de Avaliação Qualidade do Serviço, sendo também disponibilizada a avaliação comparada (benchmarking) do desempenho das entidades gestoras. É ainda realizada a análise da relação das entidades gestoras com os utilizadores e apresentação dos principais resultados no que respeita à monitorização legal e contratual das entidades gestoras.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da AgdA, disponível em <https://www.agda.pt/indicadores-ersar-qualidade-dos-servicos>.

4.3. REGULAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

A AgdA que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a AgdA deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a AgdA implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes.

Em 2025, no cumprimento da legislação, a AgdA implementou o PCQA, tendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos sido comunicadas às entidades competentes.

Os resultados do controlo da qualidade da água realizado pela AgdA são também incluídos no RASARP.

Em 2025, foi apresentado o volume 2 do RASARP 2024 com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2023. Sintetiza a informação mais relevante relativa à qualidade da água fornecida aos utilizadores pelas entidades gestoras no ano de 2023, e procede à comparação dos resultados obtidos com os resultados de anos anteriores, permitindo assim avaliar a evolução da situação.

4.4. REGULAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR

A AgdA está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

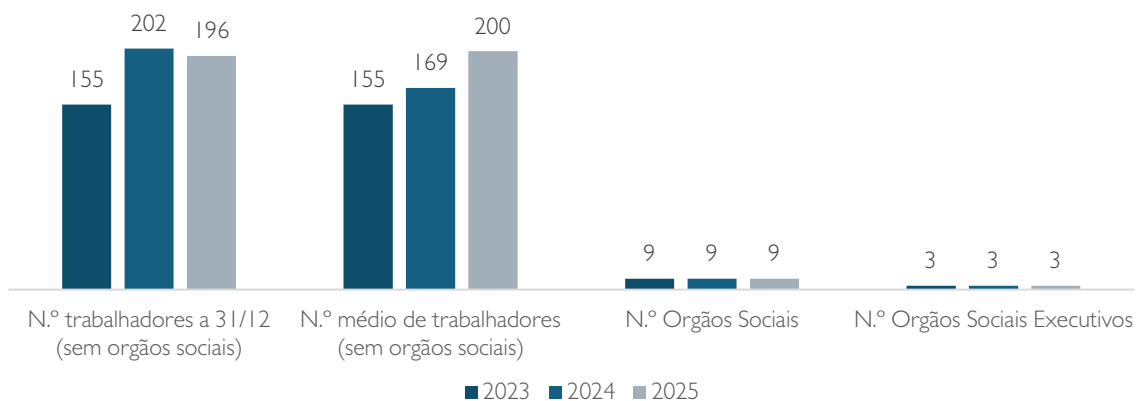
Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água e são analisados pela ERSAR. Para esse efeito a AgdA dispõe de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet.

Durante o ano de 2025 verificou-se uma taxa de resposta aos pedidos de informação de 95% e a reclamações de 97% constatando-se um incremento na percentagem de respostas enviadas aos reclamantes relativamente ao período transato.

5. AS NOSSAS PESSOAS

O capital humano é um dos ativos da empresa tendo no final de 2025 atingido os 196 trabalhadores. Ao número de trabalhadores referido deverá acrescentar-se 9 Órgãos Sociais, dos quais 3 pertencem à Mesa de Assembleia Geral (Presidente, Vice-presidente e Secretário), 1 Fiscal Único e 5 Administradores, dos quais 1 é Presidente Executivo, 1 é Vice-Presidente Executivo, 1 é Vogal Executivo e 2 são Vogais não executivos.

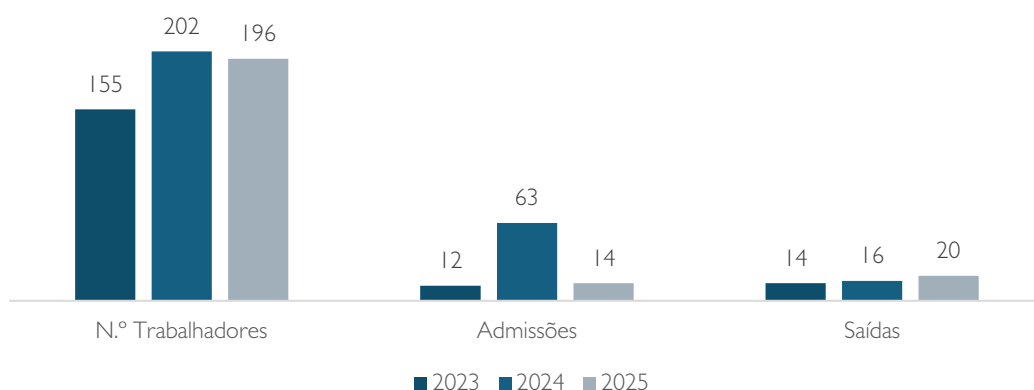
Evolução do Capital Humano



ROTATIVIDADE DE TRABALHADORES

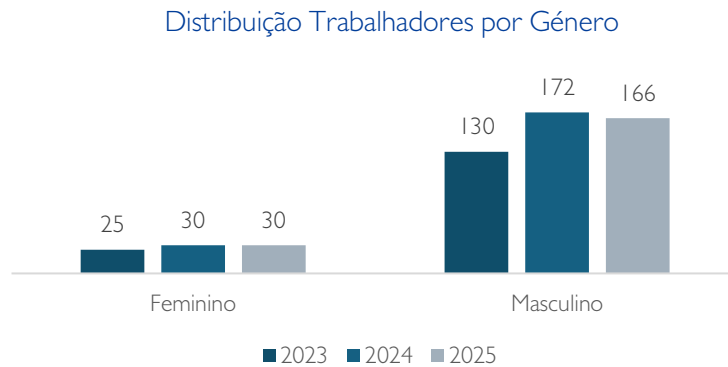
O ano 2025 iniciou-se com 202 trabalhadores e terminou com 196 trabalhadores, como consequência de 20 saídas e 14 admissões, sinal das dificuldades em estabilizar o quadro de trabalhadores.

Rotatividade



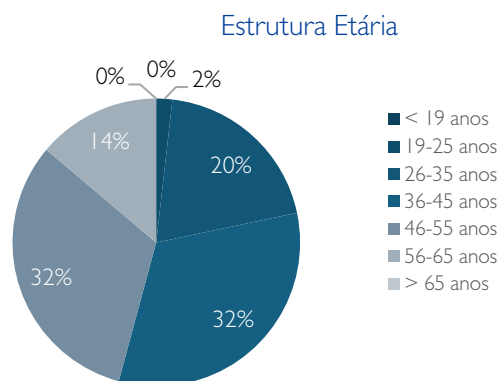
DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES POR GÉNERO

Atualmente, o quadro de trabalhadores conta com 166 homens e 30 mulheres. O nosso quadro de trabalhadores é maioritariamente do sexo masculino, resultante do predomínio das funções operacionais.



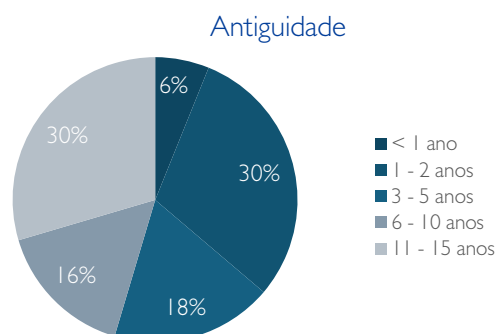
ESTRUTURA ETÁRIA

As idades dos trabalhadores variam entre os 22 e os 64 anos de idade, localizando-se a média etária nos 44 anos.



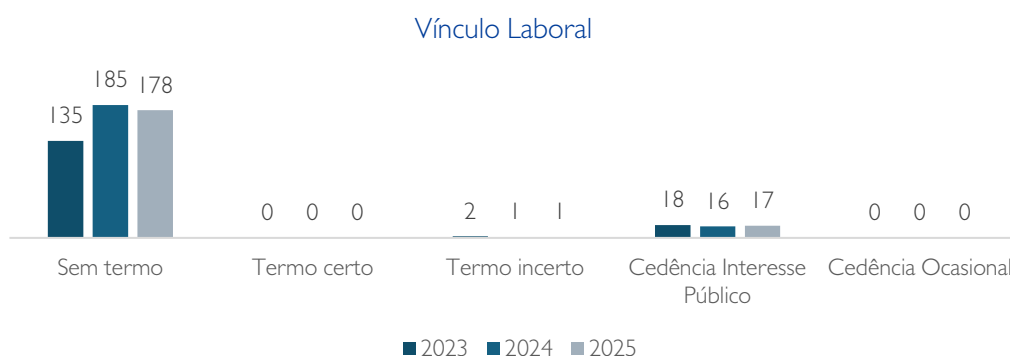
ANTIGUIDADE NA EMPRESA

O início da atividade operacional em 2010 e a elevada rotatividade contribuem para uma antiguidade relativamente baixa, em torno de um valor médio de 7 anos.



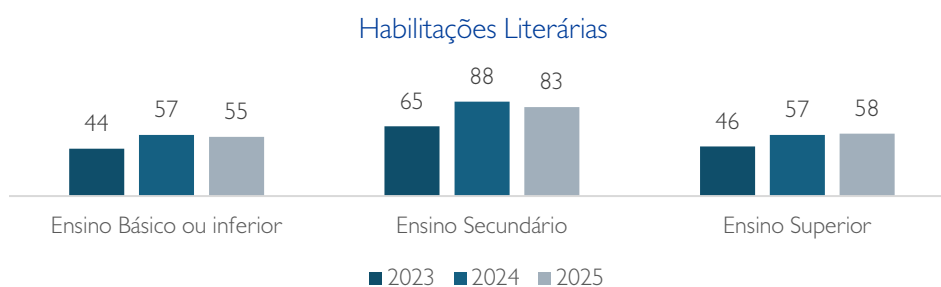
VÍNCULO LABORAL

O vínculo laboral dos trabalhadores é, predominantemente, o contrato sem termo (178), sendo de relevar ainda a expressão das situações de cedência por interesse público (17).



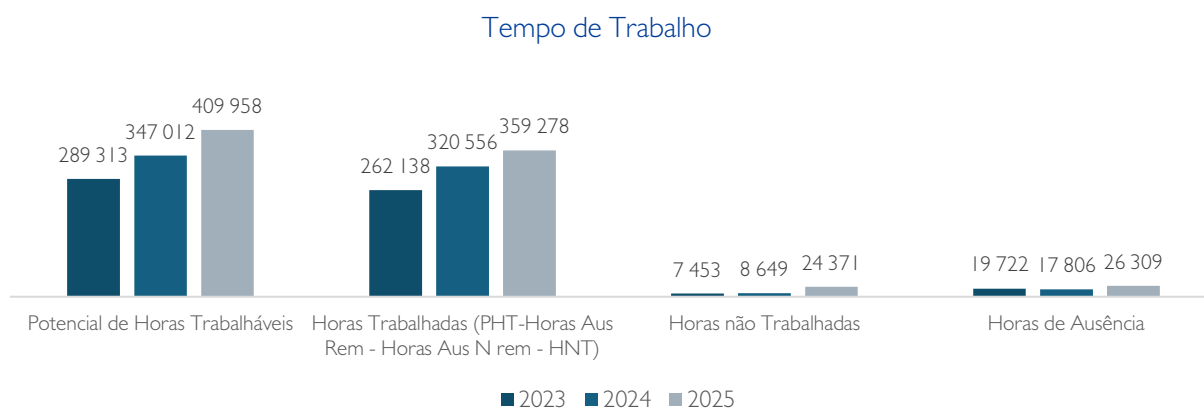
HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

A evolução do perfil de habilitações evidencia a aposta na qualificação dos trabalhadores, o que conjugado com a aposta em planos de desenvolvimento, constituem pilares de um modelo de negócio que valoriza a autonomia e reforço do quadro de pessoal.



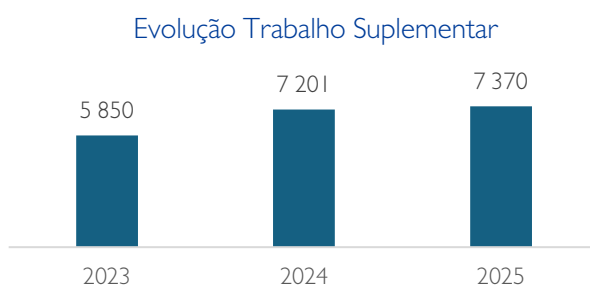
TEMPO DE TRABALHO DOS TRABALHADORES

No gráfico abaixo é possível verificar um aumento de todas as variáveis. Este aumento é justificado pelo aumento do número médio de trabalhadores ao longo do ano de 2025, que se cifrou nos 200 trabalhadores.



TRABALHO SUPLEMENTAR

O trabalho suplementar atingiu em 2025 um total de 7 370 horas, representando um aumento comparativamente ao ano anterior.



FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO

A empresa tem vindo a possibilitar a formação em contexto de trabalho através do acolhimento de estagiários, visando a diminuição da distância entre as escolas e o mercado de trabalho.

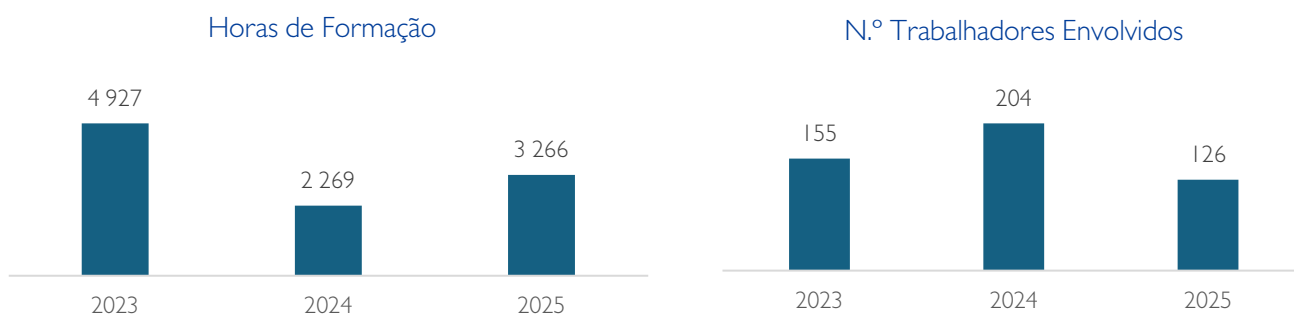
ESTÁGIOS 2025

Tipo de Estágio	Nível	Área	Duração	Instituição de Ensino	Comparticipação	Observações
Curricular	IV	Informática	3 meses	Agrupamento de Escolas N° 2 de Beja	Não	Concluído
Curricular	IV	Informática	3 meses	Agrupamento de Escolas N° 2 de Beja	Não	Concluído
Profissional	VI	Controlo Operacional	6 meses	IEFP	Sim	Concluído
Profissional	VII	Gestão de Ativos	6 meses	IEFP	Sim	Concluído
Profissional	VII	Gestão de Origens	6 meses	IEFP	Sim	Concluído

Esta circunstância permite aos alunos colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo dos cursos ao mesmo tempo que a empresa se assume como agente de formação e contribui para uma educação profissional de qualidade em estreita cooperação com as escolas.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Em 2025 as ações de formação desenvolvidas abrangeram 126 trabalhadores, tendo sido atingido um volume de formação de 3 266 horas.



Paralelamente temos vindo a apoiar trabalhadores em formação contínua, nomeadamente para a frequência de cursos de Licenciatura e Mestrados, que em 2025 abrangeu um universo de 5 trabalhadores nos seguintes cursos:

Formação Avançada	Área	Entidade Formadora	Nº Trabalhadores
Licenciatura	Gestão de Empresas	IP Beja	2
Licenciatura	Licenciatura em Engenharia do Ambiente	IP Beja	2
Mestrado	Segurança Informática	ISCTE	1

6. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Decorrente da Missão definida e da Visão Estratégica, foi estabelecida uma Política de Gestão Integrada, com um conjunto de grandes objetivos, coerentes e interativos, contribuindo para a prossecução da Missão.

Estamos empenhados em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano, bem como o tratamento de águas residuais, aos 20 Municípios, de um modo responsável, ambientalmente sustentável e num grupo de trabalho seguro e saudável para todas as pessoas que trabalham sob o seu controlo, num clima de bem-estar e confiança entre clientes, acionistas, fornecedores, comunidade envolvente e público em geral.

Assim, num quadro de sustentabilidade económica e social pretendemos:

- i. Antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua e sistemática a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, acionistas, colaboradores, restantes partes interessadas e comunidade;
- ii. Avaliar e verificar continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização;
- iii. Promover a ecoeficiência das suas atividades de forma a prevenir a poluição, diminuindo o consumo dos recursos naturais, de matérias-primas e de energia, e promovendo a reutilização de reciclagem;
- iv. Avaliar as implicações ambientais da atividade;
- v. Avaliar e controlar continuamente a Higiene e Segurança, promovendo a identificação, a avaliação e o controlo dos perigos e riscos de forma a prevenir lesões, ferimentos e danos para a saúde e a segurança dos trabalhadores e das instalações, incluindo acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, pela implementação de medidas de prevenção e monitorização eficazes;
- vi. Disponibilizar os meios humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para o desenvolvimento de todas as atividades da empresa;
- vii. Envolver e promover a participação de todos os colaboradores da AgdA e dos que trabalham em seu nome, de modo a garantir o seu compromisso com a Sustentabilidade Empresarial;
- viii. Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores e a sua motivação, pela sua formação, atualização e sensibilização permanentes, assegurando e melhorando as condições laborais e sociais, em conformidade com os requisitos da norma SA 8000;
- ix. Subscrever e cumprir o Código de Conduta e Ética do Grupo AdP.

Todas e cada uma das atividades principais da empresa serão desenvolvidas em condições de total respeito pelo ambiente e pela qualidade de vida das populações atuais e das gerações vindouras, com especial ênfase na preocupação pela garantia das melhores condições de trabalho dos colaboradores e da qualidade do serviço prestado, procurando, simultaneamente:

- i. Promover ações de melhoria contínua da atividade, em todas as áreas de intervenção da empresa, a fim de assegurar que a AgdA seja reconhecida como uma empresa segura, saudável e transparente em todas as suas áreas de atividade e influência, e promover o bem-estar e satisfação dos colaboradores da empresa em todos os aspetos pessoais, profissionais e humanos e, ainda, garantir a satisfação da sociedade envolvente e das entidades oficiais, quer pela

qualidade do serviço prestado quer pela garantia do cumprimento das normas ambientais, laborais, sociais e fiscais em vigor;

- ii. Responder às exigências dos acionistas da empresa, assegurando o seu desenvolvimento e a sua sustentabilidade económica e financeira, de acordo com os requisitos do Contrato de Parceria, quer pelo melhor desempenho das competências atuais quer pela expansão geográfica.

Decorrente da Portaria 317-A/2021 de 23 de dezembro, foram propostos os objetivos de gestão dos Órgãos Executivos de Administração, sendo o seu cumprimento avaliado no capítulo de Cumprimento das Obrigações Legais.

7. A ATIVIDADE

7.1. INTRODUÇÃO

Compete à empresa, enquanto Entidade Gestora da Parceria, a exploração e gestão dos serviços de águas, abrangendo a captação, o tratamento, a adução e o fornecimento aos municípios de água para consumo público, bem como a recolha, tratamento e a rejeição de águas residuais canalizadas pelos municípios.

Compete-nos ainda a conceção, o projeto e a construção das infraestruturas e das instalações necessárias à exploração e à gestão dos Serviços de Águas relativos ao SPPIAALENTEJO, bem como a reparação, renovação, manutenção e aquisição, de acordo com as exigências técnicas.

A maior circularidade do nosso setor, integrando instrumentos económicos corretos para potenciar a promoção da reutilização de águas residuais em moldes adequados aos diferentes contextos e a gestão das lamas de ETA e ETAR assente na valorização destes subprodutos e sua reintrodução na cadeia de valor, tendem a integrar o modelo de negócio das entidades gestoras.

Também a integração das águas pluviais irá assistir a importantes desenvolvimentos, com é patente no sentido da política pública, sinalizada também na designação do novo Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e de Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030) para o período 2021-2030.

Também a aposta no aumento da eficiência e produção de energia, potenciada pelo nexus água-energia é uma evidência.

É, pois, com importantes mudanças, mesmo de paradigma no pensamento e abordagem que nos temos vindo a preparar para responder aos desafios sociais que enfrentamos e que 2025 demos continuidade.

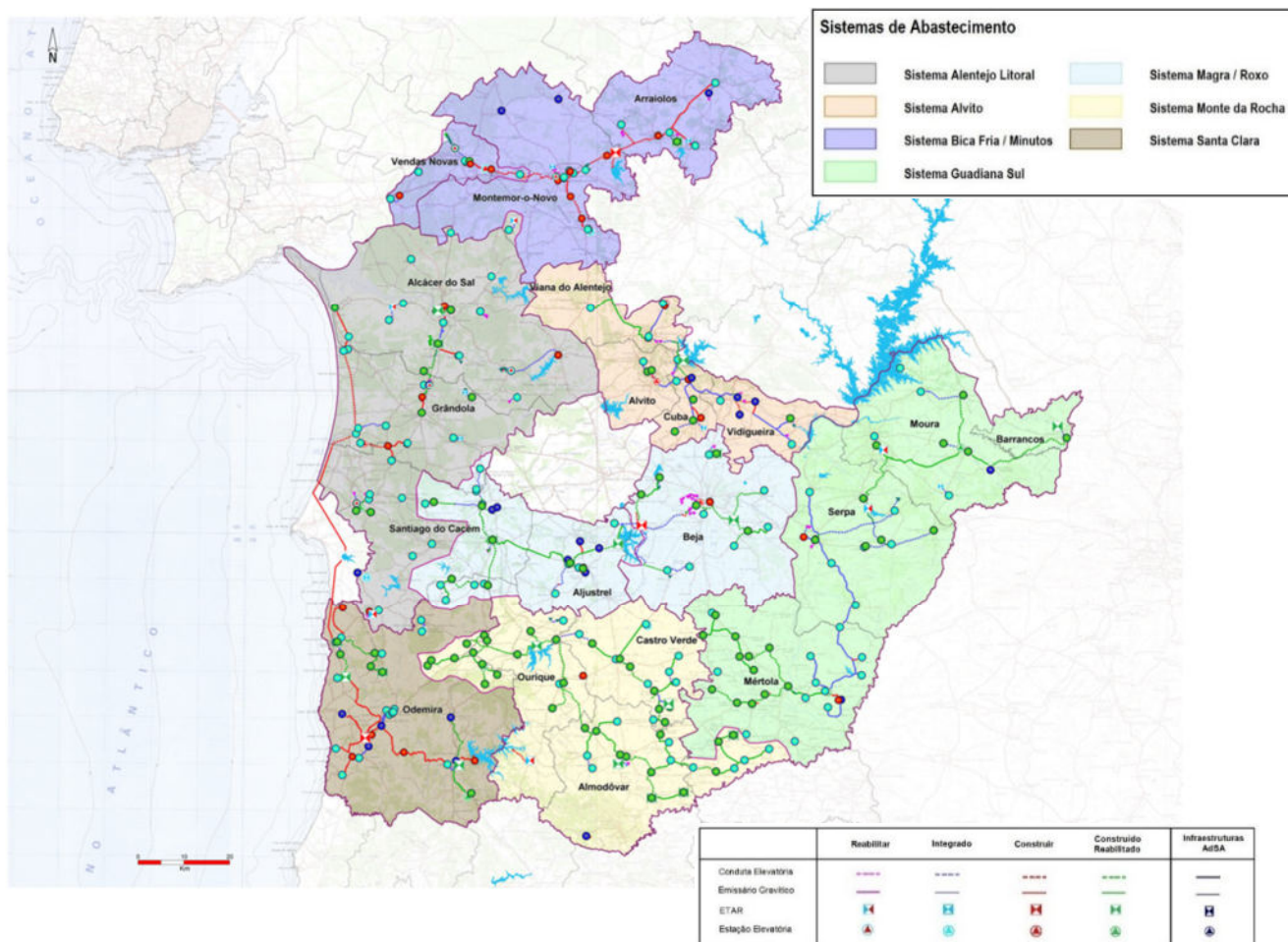
A carteira diversificada de eficiência e diversificação de origens e de vários níveis de serviços de águas, determinados em consulta com as comunidades, impõem novas competências em várias áreas, como as novas tecnologias de engenharia e ciências ambientais e sociais, economia, marketing, política, atendimento ao cliente, saúde, consulta e pesquisa aplicada.

É, pois, cientes destes desenvolvimentos decorrentes dos fenómenos associados às alterações climáticas e dos objetivos de descarbonização que temos vindo a orientar decisões de gestão, assim como um conjunto de propostas que os parceiros se encontram a discutir.

Na sequência da aposta no estabelecimento de parcerias com as atividades económicas foi identificada a oportunidade de alargamento da atividade ao fornecimento de água bruta, otimizando e rentabilizando infraestruturas existentes.

7.2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

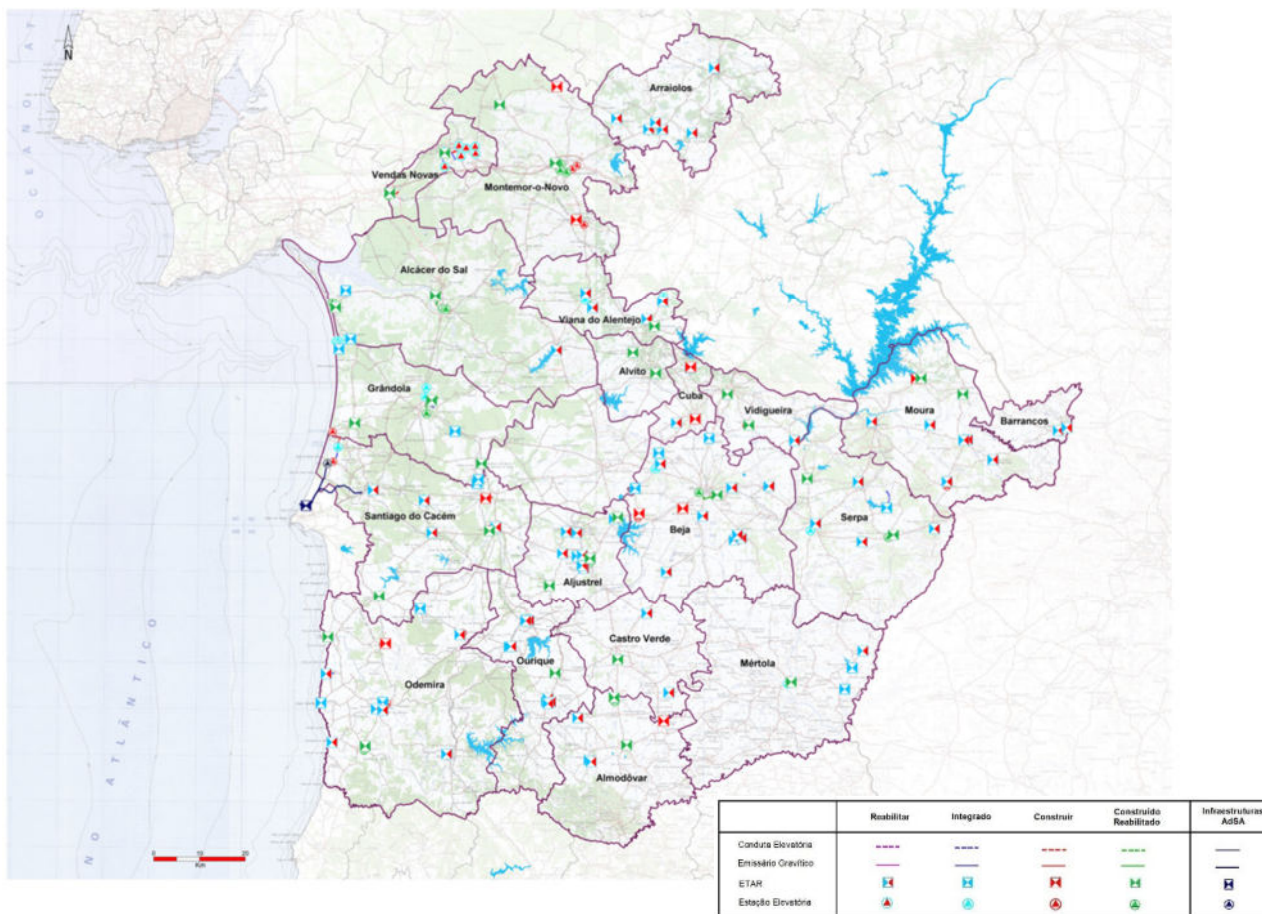
Nos termos do Contrato de Gestão ficou estipulado que seja efetuado o fornecimento para abastecimento de água, em alta, a aglomerados com mais de 100 habitantes residentes e sedes de freguesia e ainda a aglomerados com mais de 50 e menos de 100 habitantes residentes, mas que não distem mais de 500 metros dos troços de condutas adutoras.



Face à dimensão do território, dispersão dos aglomerados urbanos e localização e natureza das principais origens de água, a solução técnica adotada assenta numa estrutura de 7 sistemas de abastecimento de água: Bica Fria / Minutos, Alvito, Guadiana, Magra / Roxo, Monte da Rocha, Santa Clara e Alentejo Litoral. Constitui também uma característica a inclusão de um vasto conjunto de reservatórios de distribuição de água, que constituem a grande maioria dos pontos de entrega aos utilizadores do sistema da parceria.

7.3. SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Nos termos do Contrato de Gestão ficou estipulado que seja assegurado pela alta a recolha e tratamento das águas residuais geradas no SPPIAALENTEJO em aglomerados cujas projeções populacionais estimem mais de 300 habitantes residentes em 2025, tendo a solução técnica adotada sido estruturada em 126 sistemas.



7.4. ATIVIDADE OPERACIONAL

7.4.1. ORIGENS

O ponto de partida fundamenta-se na estratégia de combinação de origens de água superficiais e subterrâneas, que esteve subjacente à definição das soluções técnicas associadas aos sistemas de abastecimento de água, complementada pela existência de captações redundantes e pela aposta na reutilização, num território historicamente habituado a lidar com a escassez do recurso hídrico.

A consolidação destas soluções tem vindo a desenvolver-se com base no progressivo aprofundamento do conhecimento das disponibilidades hídricas e da evolução da procura, sendo ainda reforçada pela implementação de iniciativas estruturantes, designadamente o Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas, concluído em 2019, o Plano de Segurança da Água, integrado na Avaliação de Risco submetida à ERSAR em 2023 e respetivas atualizações 2024/25— cuja aprovação suportou o Plano de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) 2026 —, bem como pela elaboração de planos de contingência e pela definição, em 2020, de um plano complementar de origens, no qual se integra igualmente a estratégia de reutilização.

N.º CAPTAÇÕES DO SPPIA ALENTEJO

Sistema	Município	Número de captações		Total Município
		Superficiais	Subterrâneas	
Alvito	Alvito	0	2	2
	Cuba	1	2	3
	Viana do Alentejo	0	2	2
	Vidigueira	0	6	6
Bica Fria / Minutos	Arraiolos	0	21	21
	Montemor-o-Novo	0	30	30
	Vendas Novas	0	12	12
Gadiana Sul	Barrancos	1	0	1
	Mértola	0	3	3
	Moura	0	8	8
	Serpa	1	11	12
Litoral	Alcácer do Sal	3	26	29
	Grândola	0	16	16
	Santiago do Cacém	0	20	20
Magra / Roxo	Aljustrel	1	0	1
	Beja	1	21	22
Monte da Rocha	Almodôvar	1	3	4
	Castro Verde	0	7	7
	Ourique	2	3	5
Santa Clara	Odemira	7	3	10
TOTAL		18	196	214

Fonte: PCQA 2026

A diversidade das origens e dos contextos é particularmente evidente no elevado número de captações de águas de superfície e subterrâneas associadas aos sistemas de abastecimento de água do SPPIA Alentejo, integrados no nosso PCQA. Esta complexidade e dispersão territorial têm, ao longo do tempo, constituído um constrangimento significativo, nomeadamente no que se refere à obtenção da titularidade das parcelas prediais onde se localizam as captações subterrâneas. Tal situação tem inviabilizado a constituição dos perímetros de proteção, designadamente da zona imediata, com impacto direto no desenvolvimento dos procedimentos regulatórios, em particular na obtenção dos respetivos títulos de recursos hídricos.

Importa, no entanto, referir a existência de um conjunto significativo de captações — cerca de 110 — que, pelas suas características de fraca produtividade, se encontram em regime de reserva, contribuindo, ainda assim, para o aumento da resiliência dos sistemas.

Neste contexto, foi desenvolvido e apresentado um Plano de Regularização do Licenciamento das Captações, que tem como objetivo a concretização dos trabalhos necessários à obtenção dos respetivos títulos. Com a implementação do Plano, pretende-se pôr termo à situação irregular das captações, definir os perímetros de proteção e promover, de acordo com a legislação em vigor, uma abordagem integrada à Avaliação do Risco, incluindo a análise dos riscos associados à bacia hidrográfica correspondente a cada captação.

Atendendo à diversidade das origens referida, o Plano assenta numa priorização das captações, tendo em consideração o nível de utilização, a localização e as características do regime de exploração. Esta abordagem permite a definição de um cronograma de trabalhos ambicioso, cuja concretização depende de vários fatores e do envolvimento de diferentes áreas da empresa.

Nesta fase, encontra-se concluído o levantamento de terreno relativo às captações previamente identificadas, estando também numa fase avançada o desenvolvimento das diligências tendentes à obtenção de documento que confira à AgdA a titularidade dos terrenos, peça fundamental no processo de licenciamento em curso. Este processo desenvolve-se em duas fases distintas: uma destinada à submissão das peças instrutórias e outra, já em curso, que teve como base o envio à Entidade Licenciadora da listagem e dos elementos adicionais relativos ao universo considerado, bem como a submissão para análise e publicação dos polígonos cadastrais afetos às áreas dos perímetros de proteção — Zona Imediata — para a totalidade das captações identificadas.

7.4.2. DISPONIBILIDADES HÍDRICAS

No final de dezembro de 2024, o volume de água armazenado nas albufeiras do continente apresentou uma redução face ao mês anterior, e situou-se geralmente abaixo das médias históricas de dezembro (referência 1990/91–2023/24), com exceções em algumas bacias como a do Guadiana.

No início de janeiro de 2025, as reservas hídricas aumentaram em todas as bacias hidrográficas, comparativamente a dezembro, e a maioria ultrapassou as médias históricas de janeiro, com exceções nomeadamente na bacia do Mira. Nessa altura, 33 das 60 albufeiras monitorizadas apresentavam mais de 80% da sua capacidade total.

Ao longo do inverno e da primavera de 2025, o regime pluviométrico foi favorável em muitas regiões, contribuindo para um aumento global do armazenamento. Na terceira semana de março, por exemplo, cerca de 83% das albufeiras encontravam-se com níveis acima de 80% da capacidade total, tendo o volume total das reservas atingido aproximadamente 92% da capacidade máxima em território continental.

Durante o mês de junho de 2025, os dados semanais do Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos (SNIRH) indicaram que cerca de 78% das albufeiras tinham mais de 80% da capacidade total, ainda que persistissem níveis aquém da média histórica em algumas regiões do Sul, sinalizando diferenças regionais no comportamento das reservas hídricas.

No verão e início de outono, verificou-se uma tendência de descida dos níveis de água, com queda nos volumes armazenados em muitas bacias hidrográficas, embora grande parte ainda se mantivesse acima das médias históricas para setembro.

No final de novembro de 2025, a tendência geral foi de aumento dos volumes armazenados em todas as bacias hidrográficas em comparação com o mês anterior. A maioria das bacias apresentou níveis de armazenamento superiores às médias históricas de novembro para o período de referência 1990/91–2024/25. Destacam-se a bacia do Guadiana com elevados níveis de água armazenada.

Nesta altura, das 60 albufeiras monitorizadas, 19 apresentavam disponibilidades superiores a 80% da capacidade total e apenas 4 estavam abaixo de 40%, refletindo um quadro global relativamente confortável em termos de armazenamento hídrico.

Em 2025 observou-se uma recuperação sustentável das reservas hídricas a qual ocorreu após um final de 2024 com níveis inferiores à média, impulsionada pelas chuvas de inverno e primavera de 2025. Grande parte das bacias hidrográficas manteve níveis acima das médias históricas ao longo de 2025, embora persistam diferenças regionais — especialmente no Sul onde os valores tendem a ser mais baixos ou sujeitos a maior variabilidade. O comportamento dos níveis de armazenamento ao longo do ano hidrológico 2024/25 evidencia uma melhoria geral no quadro de recursos hídricos superficiais em Portugal continental,

mas com necessidade de atenção contínua a contextos climáticos e pluviométricos futuros com especial relevância nas bacias do Sul, nomeadamente na bacia do Mira.

Com base na análise dos dados do *Copernicus Climate Change Service* (C3S), ERA5, 2025 foi o terceiro ano mais quente já registado a nível global, ficando apenas ligeiramente (cerca de 0,01 °C) mais frio que 2023 e cerca de 0,13 °C abaixo de 2024 — que se mantém como o ano mais quente de sempre desde que há registos instrumentais. Desta forma apesar de não ter sido mais quente que 2024, 2025 destacou-se como um dos anos mais quentes alguma vez observados, reforçando a tendência de aquecimento global claramente identificada pelo C3S e pelas reanálises ERA5.

De acordo com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) – Divisão de Clima e Alterações Climáticas, no Boletim de Clima Anual 2025, o ano de 2025 em Portugal continental foi classificado como muito quente, integrando o conjunto dos anos mais quentes desde o início dos registos instrumentais (1931), com valores da temperatura média do ar significativamente acima da normal climatológica (1991–2020). O IPMA identifica igualmente 2025 como um ano globalmente húmido, com um total anual de precipitação superior à média, apesar de uma distribuição espacial e temporal irregular, e com ocorrência de vários fenómenos meteorológicos extremos, designadamente ondas de calor e episódios de precipitação intensa.

Segundo o índice PDSI (*Palmer Drought Severity Index*), no final de setembro de 2025, a intensidade do período de seca apresentava-se, nas regiões a sul do Tejo, predominantemente nas classes de seca fraca a seca moderada, com maior expressão no interior do Alentejo e em alguns setores do Algarve. À escala do território continental, a quase totalidade da área encontrava-se em situação de seca meteorológica, maioritariamente fraca (cerca de dois terços do território), registando-se também uma fração significativa em seca moderada, refletindo a persistência de défices hídricos acumulados ao longo do ano hidrológico, de acordo com a informação disponibilizada pelo IPMA.

No final do ano hidrológico de 2024/25, o sul de Portugal — em particular a região do Algarve e parte do Baixo Alentejo — continuou a evidenciar situações de seca hidrológica, apesar de uma melhoria significativa nos níveis de armazenamento de água superficial face aos piores anos recentes. No entanto, persiste a necessidade de gestão eficiente dos recursos hídricos, uma vez que a região tem enfrentado períodos prolongados de seca hidrológica e pluviometria deficitária, refletindo vulnerabilidades estruturais à escassez de água o nível da seca hidrológica, tendo como referência o final do ano hidrológico, encontrava-se em situação de Seca Hidrológica Extrema a bacia do Mira, em situação normal a bacia do Guadiana e a bacia do Sado. No respeitante à evolução das reservas hídricas subterrâneas e com base nos mapas de evolução dos níveis piezométricos de setembro, a maioria das massas de água registaram os níveis inferiores ao percentil 20, o que reflete que os eventos pluviosos ocorridos não foram suficientes para a recuperação dos níveis de água subterrânea.

Não obstante o referido, quatro das seis principais origens de água possuem ligação ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) (Roxo, Alvito, Enxoé e Magra), pelo que apesar das condições adversas, não se verificou qualquer constrangimento, uma vez que a albufeira de Alqueva apresentou durante o ano 2025, um nível de armazenamento confortável, oferecendo garantias quanto à continuidade do serviço.

Em síntese, é possível verificar no quadro abaixo o ponto de situação relativo às disponibilidades hídricas a 31 de dezembro dos últimos 3 anos.

ALBUFEIRA	BACIA HIDROGRÁFICA	2023		2024		2025	
		hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%
Alvito	Sado	75,24	56,8	92,97	70,2	111,25	74,4
Enxoé	Guadiana	7,94	76,4	8,05	77,4	10,4	100
Monte da Rocha	Sado	8,17	7,9	11,96	11,6	30,1	29,3
Roxo	Sado	37,5	38,9	42,09	43,7	36,94	38,4
Santa Clara	Mira	149,51	30,8	176,21	36,3	281,38	58,0

Fonte: Adaptado AdP e SNIRH

Legenda:

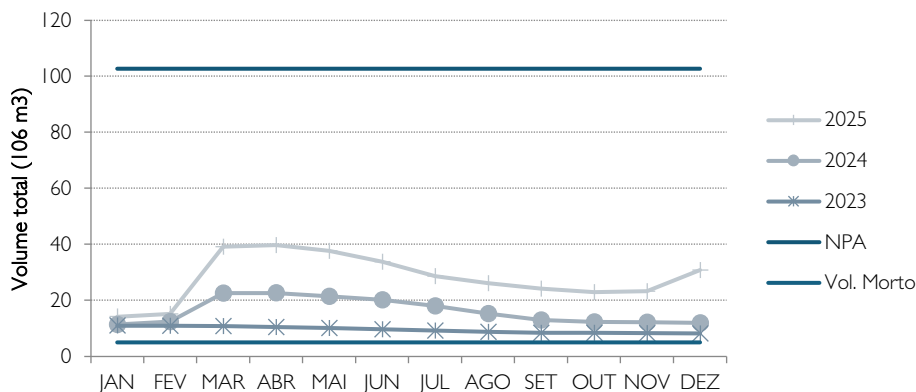


Para além da tendência decrescente da disponibilidade hídrica na albufeira de Santa Clara, importa igualmente salientar a persistência de níveis extremamente baixos de volume armazenado na albufeira de Monte da Rocha.

Relativamente à albufeira de Santa Clara, destaca-se o espaço de diálogo estabelecido entre as várias entidades envolvidas, designadamente a AgdA, o Município de Odemira, a Associação de Beneficiários do Mira, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, com vista ao desenvolvimento de ações de curto e médio prazo que permitam criar condições mais adequadas para a exploração da albufeira, salvaguardando, em particular, o uso prioritário do abastecimento público

Assim, a principal preocupação no decorrer do ano 2025 mantém-se na albufeira do Monte da Rocha, uma vez que foi mantido um nível de armazenamento consideravelmente reduzido, tal como se pode observar no gráfico abaixo.

Evolução do Armazenamento - Albufeira do Monte da Rocha



A variação de nível da referida albufeira não foi muito acentuada pelo facto de terem sido implementadas medidas por forma a garantir o volume necessário para o abastecimento público. Verificou-se, que foi salvaguardada a garantia de 2 anos de abastecimento para consumo humano previsto na legislação.

A albufeira do Enxoé continuou a apresentar problemas de qualidade, pelo que se manteve a necessidade de recorrer à albufeira de Brinches, através do EFMA, para produção de água para abastecimento público.

No que concerne às disponibilidades hídricas subterrâneas, salienta-se que a precipitação ocorrida durante o ano hidrológico 2024/2025 não foi suficiente para uma recuperação do nível piezométrico das massas de água. Na massa de água, “Maciço Antigo Indiferenciado Sul, A10 - Moura - Ficalho, T3 - Bacia Do Tejo-Sado / Margem Esquerda” os níveis piezométricos

encontram-se (final do ano hidrológico) significativamente inferiores aos valores médios mensais pelo que se mantiveram algumas dificuldades pontuais na garantia do abastecimento em determinados sistemas.

Relativamente à qualidade da água em captações subterrâneas, continuaram a verificar-se concentrações elevadas de alguns parâmetros já considerados como críticos.

MUNICÍPIO	PARÂMETROS CRÍTICOS
Alcácer do Sal	Sódio; Dose Indicativa Total
Montemor-o-Novo	Nitratos
Odemira	Cloretos; Fluoretos; Sódio
Santiago do Cacém	Cloretos; Fluoretos
Vendas Novas	Dose Indicativa Total

Relativamente à qualidade da água nas captações de superfície, para além do aumento da concentração de matéria orgânica associado à redução dos níveis de armazenamento nas albufeiras, mantém-se a deteção persistente do herbicida Mecoprope nos canais do sistema de Santa Clara.

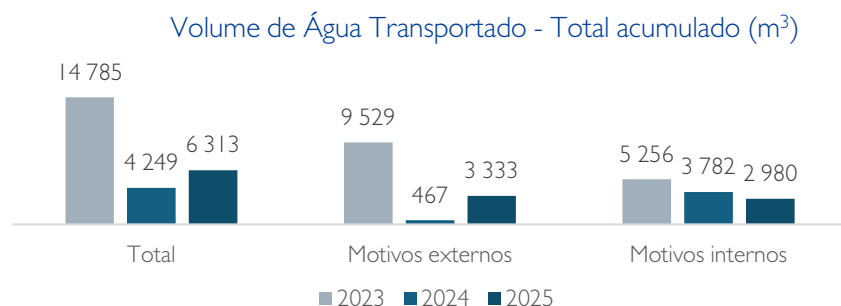
Em 2024 foi identificada a origem da referida substância e, em estrito cumprimento das recomendações emitidas pela Autoridade de Saúde e pelo Regulador, a AgdA reforçou de forma significativa a monitorização operacional deste sistema, procedendo, inclusive, ao alargamento do âmbito de monitorização a substâncias que não se encontravam inicialmente previstas.

Paralelamente, foram desenvolvidas diligências com vista ao reajustamento da estratégia anteriormente definida, tendo sido implementado um conjunto de intervenções adicionais não contempladas nos períodos de 2022/23, as quais resultaram num acréscimo substancial de encargos face ao inicialmente preconizado e que se mantêm aos dias de hoje.

Não obstante o cumprimento rigoroso das obrigações legais em matéria de qualidade da água para consumo humano, subsiste a necessidade imperiosa de uma efetiva implementação de uma abordagem integrada de controlo na origem, conforme consagrado na Diretiva-Quadro da Água, uma vez que a deterioração do estado da massa de água continua a traduzir-se em penalizações relevantes. Estas materializam-se quer nos incumprimentos registados, quer no aumento significativo de encargos associados à adoção de medidas adicionais nos sistemas de tratamento, bem como no pagamento de coimas e contraordenações decorrentes do incumprimento dos valores paramétricos e da impossibilidade de conclusão atempada dos respetivos processos, acrescendo ainda uma perda reputacional significativa, e um impacto potencial na saúde da população abastecida a partir desta origem.

Neste contexto dever-se-á sublinhar que no âmbito da implementação de uma abordagem de avaliação de risco, deve-se procurar encontrar soluções de barreiras múltiplas para que a qualidade da água nos seus usos finais não fique apenas dependente de uma medida de controlo e que só de forma integrada e múltipla será possível um incremento significativo na segurança da água, nomeadamente, na vertente da proteção da saúde humana, pelo que, importa realçar que sem prejuízo de todo o esforço da melhoria dos processos de tratamento e do reforço da monitorização implementado, o controlo deste tipo de poluentes deve impreterivelmente ocorrer na origem, nos termos previstos na Diretiva Quadro da Água.

No sentido de assegurar o abastecimento, e para fazer face às restrições de natureza qualitativa e quantitativa, permaneceu a necessidade de efetuar o transporte de água, o qual registou um aumento de cerca de 48,6% em relação a 2024, em resultado essencialmente dos consumos elevados que se verificaram em algumas localidades (capitações muito superiores a 180 l/hab.dia).



Tendo em vista capitalizar o melhor conhecimento e a ligação aos parceiros municipais e cientes que o aumento da resiliência e segurança hídrica passa em muito pelo aumento da eficiência e contenção de usos do bem escasso que é a água, junto das comunidades, mantivemos as práticas de partilha de informação sobre os consumos *per capita* e as iniciativas de educação ambiental.

Também no sentido do estreitar a proximidade com as comunidades foi dada continuidade à cooperação com as atividades económicas relevantes para a resposta a incidentes ambientais e de uma forma geral na melhoria do estado das massas de água, através designadamente da dinamização de uma maior colaboração e uma visão integrada, em linha também com as responsabilidades com o desenvolvimento do território.

7.4.3. OPERAÇÃO

Não foram registadas alterações na estrutura da Direção de Operação durante o ano 2025, pelo que a mesma continuou a integrar quatro Centros Operacionais e 8 Áreas de Gestão, de acordo com a seguinte distribuição:

CENTRO OPERACIONAL NOROESTE:

- a. Área de Gestão Bica Fria / Minutos: Vendas Novas, Arraiolos e Montemor-o-Novo;
- b. Área de Gestão Litoral: Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém;

CENTRO OPERACIONAL CENTRO:

- a. Área de Gestão SAA Magra e Roxo: Abastecimento de Aljustrel e Beja;
- b. Área de Gestão SAR Beja e Aljustrel: Saneamento de Aljustrel e Beja;
- c. Área de Gestão Alvito: Cuba, Alvito, Viana do Alentejo e Vidigueira;

CENTRO OPERACIONAL ESTE:

- a. Área de Gestão Guadiana: Barrancos, Moura, Serpa e Mértola;

CENTRO OPERACIONAL SUL:

- a. Área de Gestão Monte da Rocha: Almodôvar, Castro Verde e Ourique;
- b. Área de Gestão Santa Clara: Odemira.

Foi mantido o regime de exploração em *outsourcing* dos subsistemas de abastecimento de água localizados na margem direita do concelho de Mértola.

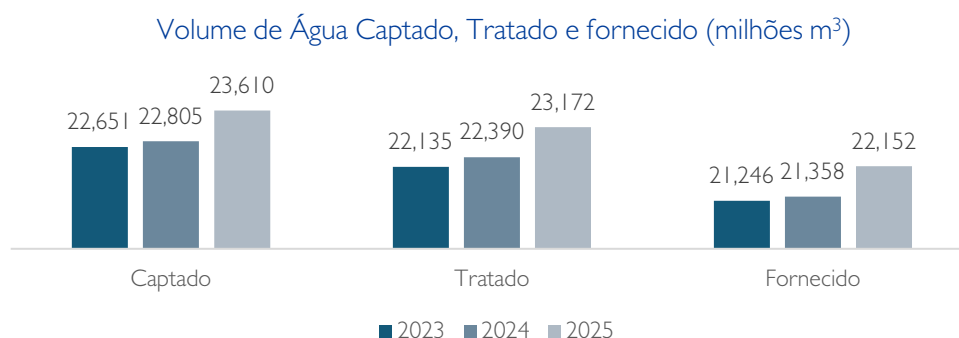
Como atividade transversal, destaca-se o seguinte:

- Consolidação da internalização total da atividade ligada à área do Saneamento;
- Consolidação da implementação da plataforma NAVIA nas 8 Áreas de Gestão;
- Desenvolvimento da interligação entre a plataforma NAVIA e AQUAMAN;
- Foi dado seguimento ao trabalho de consolidação da elaboração de procedimentos de contratação associados às atividades base da operação, situação que permitiu efetuar um melhor planeamento das atividades a desenvolver.

7.4.4 ABASTECIMENTO ÁGUA

VOLUME DE ÁGUA CAPTADO, TRATADO E FORNECIDO

No ano 2025 foram captados 23,61 milhões de m³ de água, sendo 54,3% de origem superficial e 45,7% de origem subterrânea, encontrando-se este valor em linha com a estratégia preconizada pela empresa. Do volume total captado, foram tratados 23,17 milhões de m³ e fornecidos aos municípios cerca de 22,15 milhões de m³ de água.



Os volumes de água fornecidos apresentaram um aumento, tendo sido registado em 2025 um incremento de 3,7% por comparação com o ano anterior. Esta situação pode ser justificada não só pelo aumento de consumos que se verificou na grande maioria dos municípios, como também pela integração dos novos sistemas de Montemor-o-Novo, a qual ocorreu no último trimestre de 2024.

ÁGUA NÃO FATURADA

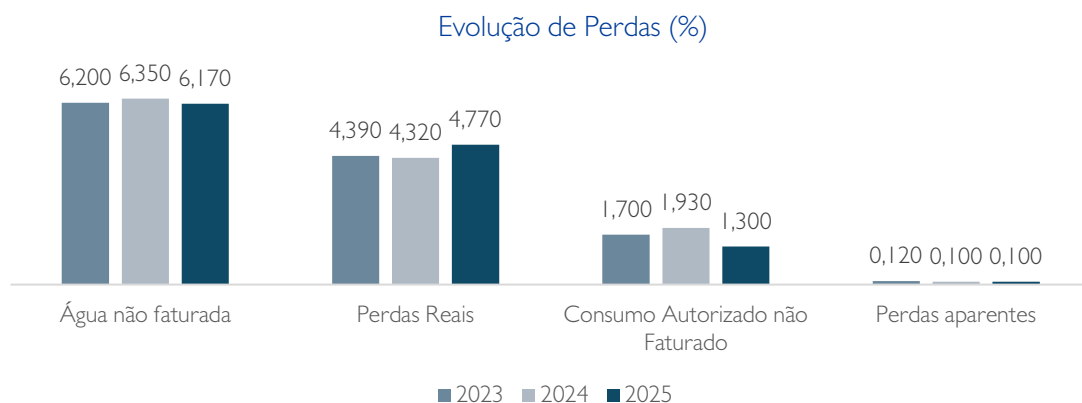
A água não faturada constitui a diferença entre o volume de água captada e o volume de água faturado, sendo desagregada da seguinte forma:

- Consumo autorizado não faturado: consiste no volume utilizado pela própria entidade, ou seja, trata-se do volume relativo a lavagens de filtros, purgas dos decantadores, descarga de flotadores e higienização de reservatórios e condutas;

- Perdas aparentes: são todas as perdas contabilizadas por erros de medição ou acertos de leituras por haver contadores em pontos não coincidentes com os pontos físicos de entrega;
- Perdas reais: constituem o somatório das fugas nas condutas de água bruta e no tratamento, com as fugas nas condutas de adução e as fugas e extravasamentos nos reservatórios.

Assim, no ano 2025 o volume correspondente à água não faturada foi de 1,46 milhões de m³, ou seja 6,17%, o qual se subdividiu da seguinte forma:

- Consumo autorizado não faturado: 0,31 milhões de m³ (1,30%);
- Perdas aparentes: 0,02 milhões de m³ (0,10%);
- Perdas reais: 1,13 milhões de m³ (4,77%).



O aumento da percentagem de “água não faturada” está diretamente relacionado com a tendência verificada na componente “consumo autorizado não faturado”.

Relativamente ao “consumo autorizado não faturado”, é de referir que a redução verificada esteve essencialmente relacionada com a otimização dos processos de tratamento.

Em 2025, o volume de perdas reais por unidade de comprimento de conduta foi de 2,07 m³/km/dia, situação que se traduz num índice de “qualidade de serviço boa”, de acordo com os critérios definidos pela ERSAR.

QUALIDADE DA ÁGUA

Garantir a qualidade da água em toda a extensão do sistema de abastecimento de água, desde a captação até aos pontos de entrega às entidades gestoras em “baixa”, constitui uma das principais preocupações, seguindo-se para este efeito uma política de boas práticas de operação das infraestruturas. Neste sentido, temos implementados os seguintes planos de controlo de qualidade da água:

- Plano de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), que permite avaliar continuamente a qualidade da água fornecida, garantindo a sua conformidade com os valores legalmente estabelecidos, cuja conceção e implementação é fiscalizada pela ERSAR;

- Plano de Controlo Operacional (PCO), com o objetivo de verificar o nível de qualidade da água para consumo humano em toda a extensão do sistema de abastecimento de água e detetar atempadamente possíveis anomalias, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas eficazes;
- Plano de Controlo de Qualidade das Origens efetuado no âmbito dos respetivos contratos de concessão de captação.

A execução das análises relativas ao PCQA e ao Plano de Controlo de Qualidade das Origens é garantida na íntegra por um laboratório externo, com métodos devidamente acreditados para o efeito. O controlo analítico associado ao PCO encontra-se fracionado por grupos de parâmetros, sendo a sua concretização partilhada entre um laboratório externo, o laboratório interno e os técnicos operativos que asseguram as rotinas de operação locais.

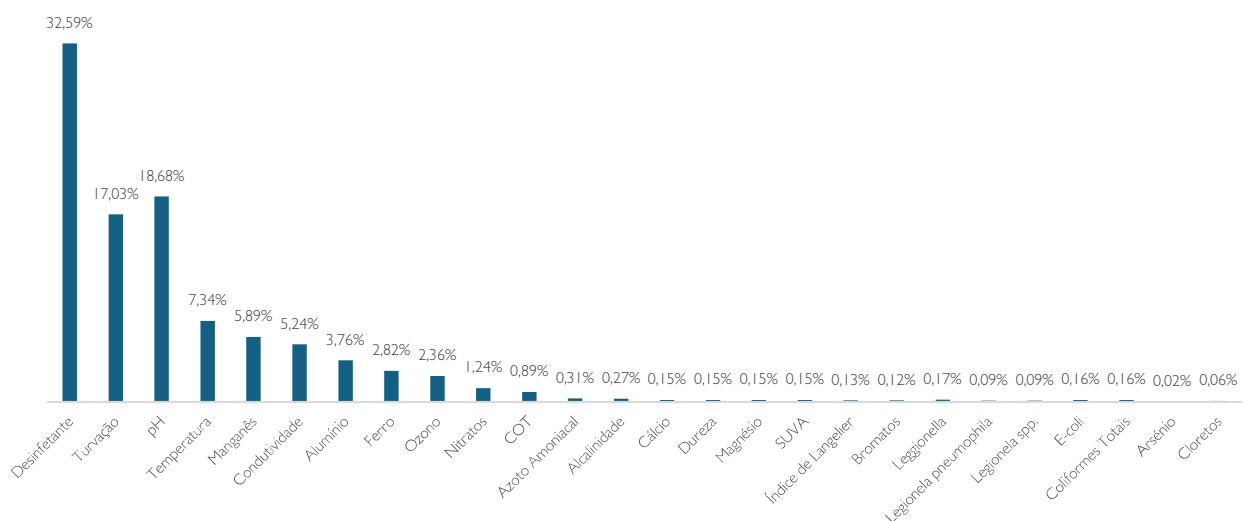
A precipitação verificada no ano hidrológico de 2024/2025 conduziram à recuperação dos níveis de armazenamento das principais origens utilizadas para abastecimento, na área de abrangência do SPPIAA, no entanto, tal situação não teve um impacto significativo ao nível da qualidade da água.

É ainda de salientar que continuou a ser quantificado um pesticida (Mecoprope) na água dos canais de Santa Clara, sendo que ao nível da origem na albufeira de Santa Clara continua-se a confirmar que tal contaminação é inexistente. Nesta fase, identificada a proveniência da substância, continua-se a desencadear uma série de diligências junto das entidades competentes, no contexto da prossecução do envolvimento das diferentes partes na análise e resolução do problema, de uma forma integrada e de controlo na origem. Não obstante o referido, no final do ano 2025, foi definido um conjunto de ações a implementar em algumas ETA do concelho de Odemira, durante o ano 2026, as quais irão permitir mitigar o impacto deste problema, no que se refere à qualidade da água fornecida.

PLANO DE CONTROLO OPERACIONAL

No ano de 2025 foram realizadas pelo laboratório de controlo operacional, e pelas equipas de operação, cerca de 150 860 determinações analíticas.

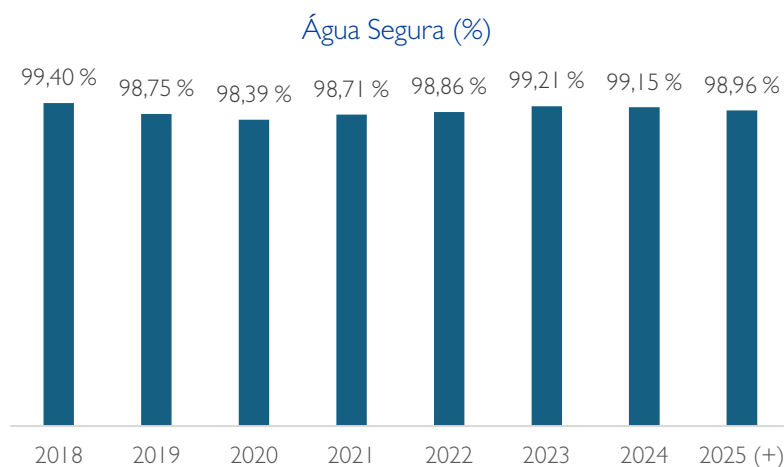
Determinações Analíticas Efetuadas Internamente



Houve a necessidade de recorrer a laboratório externo para assegurar a execução do controlo analítico dos parâmetros cuja metodologia de determinação não se encontra implementada no laboratório de controlo operacional interno, designadamente Trihalometanos, Cloratos, Bromatos, Arsénio, Selénio, Fitoplâncton e Pesticidas (Mecoprope). Neste âmbito, foram realizadas cerca de 1 686 determinações analíticas.

PLANO DE CONTROLO DE QUALIDADE DA ÁGUA

No ano de 2025 foram realizadas, no âmbito da implementação do PCQA, cerca de 14 643 determinações analíticas. A percentagem de água segura constitui um indicador da qualidade da água fornecida, sendo o seu cálculo realizado com base no produto da percentagem de cumprimento da frequência de amostragem pela percentagem de cumprimento dos valores paramétricos fixados na legislação.



(+) valor estimado internamente, sujeito a revisão e validação pela ERSAR

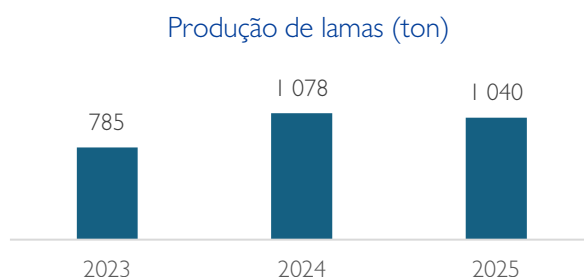
Verificou-se, comparativamente com o ano 2024, uma ligeira redução ao nível do indicador “percentagem de água segura”, a qual, teve na sua origem as seguintes causas:

- alteração da legislação (2023), implicou uma intensificação da frequência de determinação dos parâmetros críticos (execução do PCQA com base na avaliação de risco, integrando critérios que definem os parâmetros a controlar e a frequência de amostragem em função do histórico da qualidade da água, das características da água bruta, dos tratamentos aplicados e das demais especificidades de cada sistema de abastecimento);
- etapa de afinação (oxidação intermédia e adsorção em carvão ativado granular) das principais ETA fora de serviço, devido a avarias;
- inexistência de sistemas de tratamento adequado em algumas instalações, bem como de condições adequadas para armazenamento de hipoclorito de sódio (estando esta última questão muito relacionada com a ocorrência de incumprimentos de cloratos).

Para o futuro pretende-se dar continuidade à melhoria do indicador “Água Segura”, com o objetivo de manter um nível de qualidade de excelência. Para esse efeito foi efetuado, no final do ano 2025, um plano de ação onde foram identificadas medidas concretas, com o objetivo de minimizar a probabilidade de ocorrência de incumprimentos. Foi definido que o plano em questão deveria ser implementado durante o ano 2026.

PRODUÇÃO DE LAMAS

Foram produzidas nas ETA e encaminhadas para destino final cerca de 1 040 toneladas de lamas resultantes dos processos de clarificação da água.



OUTRAS ATIVIDADES A DESTACAR

No decorrer deste exercício destacam-se ainda as seguintes atividades:

- Em 2025 continuou a não ser possível efetuar o arranque dos sistemas de tratamento instalados no ano 2023, em São Domingos, Santa Susana e Campo Redondo, os quais irão permitir resolver alguns problemas de qualidade da água, nomeadamente no que se refere aos parâmetros Cloretos, Sódio e Dose Indicativa Total. O respetivo processo de solicitação de incremento de potência foi iniciado em tempo útil, no entanto, continuou a verificar-se alguma dificuldade na contratação do serviço;
- Foi efetuada a integração do SAA Foros da Caiada (concelho de Odemira) no sistema de abastecimento do Roxo, de forma a melhorar a qualidade da água fornecida, nomeadamente no que se refere ao parâmetro Fluoretos;
- Acompanhamento dos municípios na gestão de perdas em baixa, através da monitorização de caudais noturnos;
- Comunicação com os municípios na sequência da verificação de tendências persistentes de capitações excessivas, tendo em vista a identificação e resolução mais célere de problemas na rede em baixa e minimização das situações de transporte de água através de autotanques;
- Participação em sessões de educação ambiental;
- Acompanhamento de visitas de estudo.

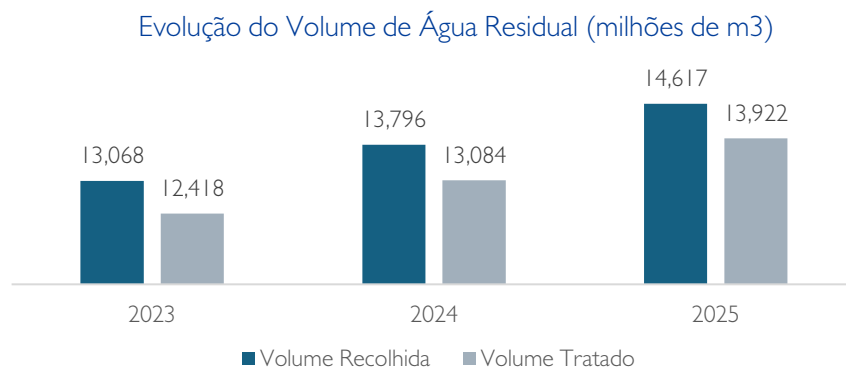
7.4.5. SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

VOLUMES RECOLHIDOS E REJEITADOS

No decorrer do ano 2025 foram recolhidos nos sistemas de saneamento de águas residuais 14,62 milhões de m³ de águas residuais, dos quais foram exportados para tratamento no sistema de saneamento de águas residuais da empresa Águas de Santo André (AdSA) 0,59 milhões de m³, correspondentes às águas residuais da cidade de Santiago do Cacém.

Estima-se que do volume total recolhido tenham sido tratados e rejeitados para os meios hídricos recetores cerca de 13,92 milhões de m³.

Deve salientar-se que grande parte das ETAR ainda não dispõem de dispositivos de medição de caudal, pelo que cerca de 47% do valor associado aos volumes recolhidos e rejeitados, constitui uma estimativa.



QUALIDADE DA ÁGUA RESIDUAL REJEITADA

Garantir a qualidade dos efluentes descarregados no meio recetor constitui um dos principais objetivos, tendo em vista a minimização dos impactos nos ecossistemas e dos riscos para a qualidade de vida das populações, para além do cumprimento das obrigações legais aplicáveis.

As variações significativas na qualidade e quantidade das aflúncias às ETAR têm efeitos negativos no desempenho do sistema de tratamento, podendo comprometer o cumprimento dos normativos de descarga. Desta forma a implementação de um plano de monitorização robusto, bem como a adoção de boas práticas de exploração das infraestruturas são essenciais para que se consigam alcançar os objetivos definidos.

Neste sentido, encontram-se implementados os seguintes planos de controlo de qualidade do efluente descarregado:

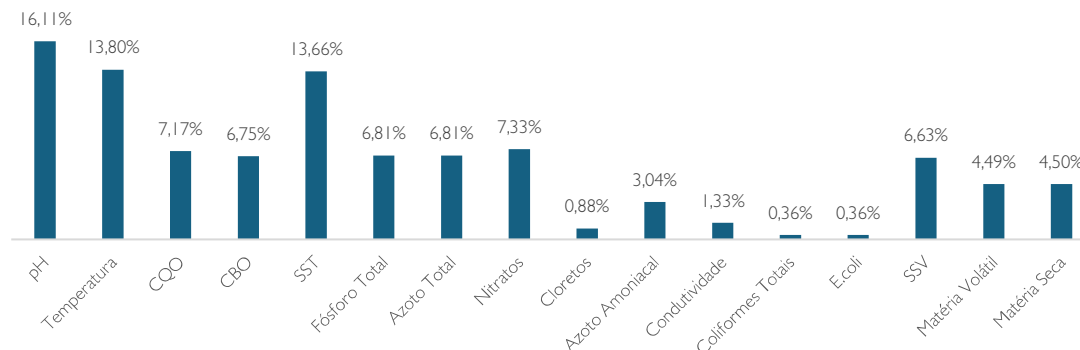
- Plano de Autocontrolo: permite avaliar a qualidade do efluente rejeitado, garantindo a sua conformidade com os valores legalmente estabelecidos. Constitui uma obrigação legal, sendo fiscalizado pela APA;
- Plano de Controlo Operacional (PCO): tem por objetivo fundamental avaliar o funcionamento de todos os órgãos de tratamento e detetar atempadamente possíveis anomalias, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas e corretivas eficazes.

A execução das análises relativas ao Plano de Autocontrolo foi garantida na íntegra por um laboratório externo, devidamente acreditado para o efeito, enquanto o controlo analítico associado ao PCO foi assegurado na íntegra pelo laboratório de controlo operacional interno.

PLANO DE CONTROLO OPERACIONAL

No laboratório de controlo operacional interno foram realizadas cerca de 18 279 análises.

Determinações Analíticas Efetuadas Internamente



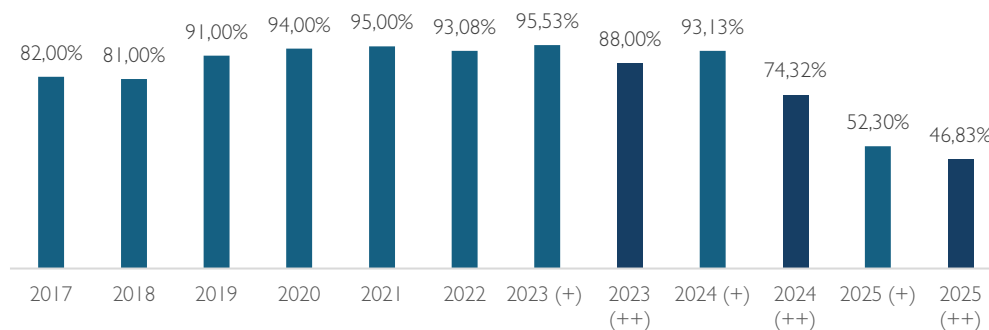
PLANO DE AUTOCONTROLO

No ano de 2025 foram realizadas, no âmbito da implementação do Autocontrolo, cerca de 15 723 determinações analíticas.

O nível de cumprimento das licenças de descarga constitui o indicador utilizado para medir o índice de qualidade do efluente descarregado.

No gráfico seguinte encontra-se apresentada a evolução relativa ao nível de cumprimento das licenças de descarga, o qual foi apurado, até 2022, tendo por base as premissas definidas pela ERSAR (AR13a) e com base na fórmula de cálculo dos indicadores de 3.^a geração. Para o ano 2023, a fórmula de cálculo foi alterada e nesse sentido o indicador ERSAR (AR21ab) foi estimado com base na fórmula de cálculo dos indicadores de 4.^a geração. Ainda assim, e no sentido de permitir uma certa comparabilidade entre os anos, mantiveram-se os resultados obtidos através da fórmula de cálculo dos indicadores de 3.^a geração para 2023 a 2025.

Cumprimento das Licenças de Descarga (%)



(+) valor apurado segundo indicadores ERSAR de 3.^a geração

(++) valor apurado segundo indicadores ERSAR de 4.^a geração

Nota: os valores apresentados para 2024 são valores estimados sujeito a revisão e validação pela ERSAR (indicadores ERSAR de 4.^a geração)

Dada a alteração da fórmula de cálculo do indicador pela ERSAR, ocorrida no apuramento dos indicadores de 2022 para 2023, nomeadamente no que concerne aos critérios relativos aos indicadores de 3.ª geração para a 4.ª geração, constata-se uma variação que se atribui essencialmente à base da fórmula de cálculo, pois a mesma, considera na 4.ª geração as instalações que servem uma população equivalente igual ou superior a 2000 e.p. (TURH) e que asseguram o cumprimento dos requisitos de descarga de acordo com as condições definidas no Decreto-Lei n.º 152/1997, de 19 de junho, ao invés do critério anterior, que apenas considerava as instalações com título válido nos últimos 12 meses e instalações com pedido de renovação atempado.

Na sequência da publicação pela ERSAR de uma nova versão do Guia de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos – 4ª Geração (v. 31/01/2024, revista em abril de 2024), regista-se uma alteração significativa no universo e nos critérios de avaliação associados ao indicador AR2 lab, que passa a considerar apenas as instalações que servem mais do que 2 000 habitantes equivalentes, sendo a avaliação de conformidade efetuada com base no Decreto-Lei n.º 152/1997, de 19 de junho. Apresenta-se no quadro abaixo o resultado da aplicação do indicador revisto, destacando-se que este apenas considera cerca de 23% do universo de ETAR da empresa.

HABITANTES EQUIVALENTES COM TRATAMENTO SATISFATÓRIO*

Ano	N.º de instalações consideradas	Hab. Eq. servidos	Hab. c/ tratamento satisfatório	Cumprimento da licença (%) (*)
2023	27	161 821	136 950	88,00%
2024	28	179 150	133 150	74,32%
2025	29	182 450	87 650	46,83%

(*) Critério ERSAR Indicadores de 4ª geração (v.31/01/2024)

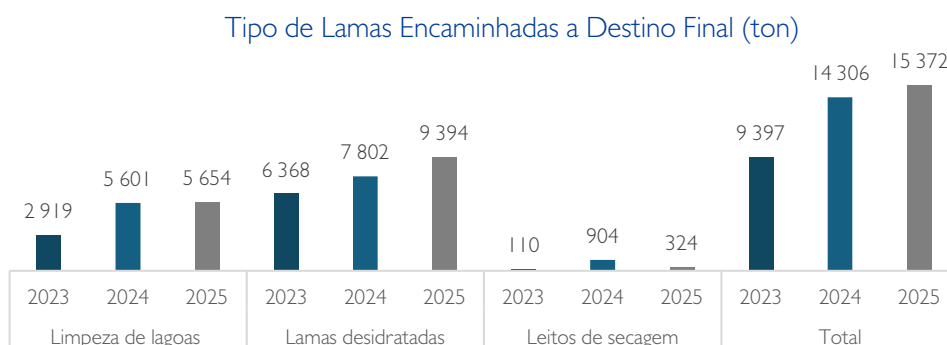
Da análise do quadro constata-se uma redução do valor global do indicador, com impacto direto no número de habitantes equivalentes servidos com tratamento satisfatório. Esta diminuição resulta sobretudo da obsolescência das instalações, responsável por cerca de 59% dos incumprimentos observados, seguindo-se falhas de equipamentos no processo de tratamento (15,5%) e falhas no próprio sistema de tratamento, que representam aproximadamente 12% das causas apuradas

A redução do indicador em questão está associada a uma conjugação de vários fatores:

- Avarias, por períodos prolongados, de equipamentos que são cruciais para garantir a eficiência dos processos de tratamento;
- Falta de recursos técnicos, para acompanhamento da internalização da atividade de saneamento;
- Reduzida experiência da equipa técnica na operação de infraestruturas de saneamento, não tendo sido proporcionada a devida formação, para que a integração total da atividade do saneamento fosse conduzida sobre uma base mais sólida de conhecimento.

PRODUÇÃO DE LAMAS E RESÍDUOS

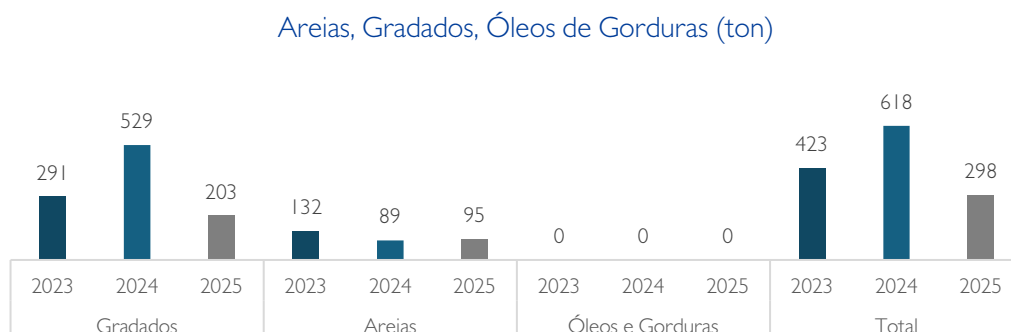
Durante o ano em análise foram encaminhadas para destino final 15 372 toneladas de lamas com encaminhamento para compostagem da totalidade. Por comparação com 2024, verificou-se um aumento de cerca de 7,4% na quantidade de lamas encaminhadas para destino final.



No decorrer do ano 2025 foi efetuada a remoção de lamas de lagoas das seguintes instalações:

- ETAR Almogrove (Lagoa arejada);
- ETAR Cabeça Gorda B (Lagoa Facultativa);
- ETAR Faro do Alentejo (Lagoa Facultativa);
- ETAR Igreja (Lagoa anaeróbia);
- ETAR Neves (Lagoa Facultativa);
- ETAR Pias (Lagoa anaeróbia);
- ETAR S. Pedro da Gafanhoeira (Lagoa de maturação);
- ETAR Vimieiro (Lagoa anaeróbia).

Ainda durante o ano de 2025 foram encaminhadas para destino final 298 toneladas de areias, gradados, óleos e gorduras, o que representa uma redução de cerca de 51,8 % em relação ao ano anterior. No ano 2024, foi efetuada a limpeza de um leito de secagem onde se encontrava depositada uma grande quantidade de gradados, pelo que a totalidade da pesagem foi considerada como tal (cerca de 239 t). Este facto justifica a diferença observada entre 2024 e 2025.

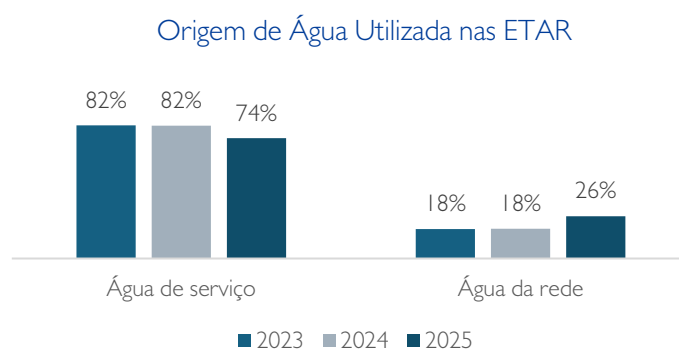


Não têm sido retirados óleos e gorduras das instalações devido a avarias nos respetivos sistemas.

ÁGUA DE SERVIÇO PARA UTILIZAÇÃO INTERNA

A utilização da água de serviço nas instalações contribui para o uso sustentável dos recursos hídricos, na medida em que permite a manutenção de água no ambiente e a respetiva preservação para usos futuros, assumindo particular pertinência em territórios como o Alentejo.

No decorrer do ano em questão foram utilizados 87 740 m³ de água na totalidade das instalações de saneamento, dos quais 74% corresponderam a ApR e 26% a água da rede, em que neste caso estão incluídas utilizações onde é requerida água potável.



A redução da água de serviço nas ETAR está diretamente relacionada com a existência de avaria de equipamentos.

OUTRAS ATIVIDADES A DESTACAR

As principais atividades a destacar relativamente ao ano 2025 são:

- Consolidação da internalização da operação da totalidade das infraestruturas de saneamento;
- Participação no Grupo de Trabalho de Erradicação de Incumprimentos, do grupo AdP;
- Participação no Grupo de Trabalho da nova DARU, do grupo AdP;
- Acompanhamento de visitas de estudo.

7.4.6. GESTÃO DE ORIGENS

Na continuidade do trabalho desenvolvido nesta área, durante o ano de 2025, destacam-se as seguintes áreas de intervenção no âmbito das competências do Departamento de Gestão de Origens:

- Aposta na digitalização de sistemas, através do desenvolvimento e organização de ficheiros partilhados, com o objetivo de agilizar a comunicação entre as áreas da GO e da DOP, promovendo a maximização de recursos e a otimização dos circuitos de comunicação, com impacto direto no desempenho global, nomeadamente na Comunicação de Avarias AR, Comunicação de Afluências Indevidas e Comunicação de Bypass;
- Reforço da monitorização na componente de saneamento, concretizado através da análise diária dos resultados obtidos no âmbito da implementação do Plano de Autocontrolo, assegurando a verificação da conformidade legal e o cumprimento da licença de descarga;

- Desenvolvimento e parametrização do sistema informático H₂Online, destinado à gestão, acompanhamento e apoio à tomada de decisão em todo o processo de gestão da informação associada ao controlo analítico e à monitorização de AA, AR e NA. O sistema encontra-se em fase de parametrização, com AA estabilizado, incluindo a produção automática de Editais e Parâmetros Conservativos;
- Atualização mensal da informação ao Grupo de Gestão da Crise decorrente da seca e efeitos conexos (Task Force Seca), grupo criado por deliberação da Comissão Executiva da AdP SGPS, atendendo à situação de seca que afeta as várias empresas de abastecimento do Grupo AdP;
- Instrução de processos de Licenciamento Ambiental (LUA/SILiAmb), no decurso do ano de 2025;

Tipologia	N. ° de processos
Abastecimento (captações)	1
Saneamento (descarga)	12
Ocupação do DPH	5
TOTAL	18

- Articulação com as autoridades ambientais e regulador, no âmbito do reporte obrigatório e do acompanhamento de visitas às instalações e ações de fiscalização;
- Apoio ao desenvolvimento da Missão Monte Rocha, com o envolvimento de várias áreas da AgdA, incluindo a elaboração de um Plano de Ação para a monitorização da ocorrência de problemas de cheiro e sabor na água tratada. No decurso de 2025, foram desenvolvidas as diligências necessárias ao acompanhamento da situação e à implementação de medidas operacionais, em articulação com a AS, ERSAR e entidades gestoras em baixa;
- Elaboração do IDQA 2025 e do PCQA 2026;
- Articulação com entidades externas, nomeadamente parceiros e entidade licenciadora, para o desenvolvimento dos estudos necessários à intervenção de limpeza da linha de água que recebe a descarga de emergência da ETAR da Zambujeira do Mar;
- Implementação do Plano de Regularização do Licenciamento das Captações (PRC), incluindo a definição dos Perímetros de Proteção (PP) da zona imediata, a identificação e agregação dos elementos instrutórios para submissão dos processos de licenciamento das captações, bem como a submissão dos PP de Zona Imediata para efeitos de publicação;
- Participação no Grupo de Trabalho – Deterioração da Qualidade da Água no Sistema de Santa Clara, Odemira (GT Mecoprope), envolvendo diversas entidades (AS, ERSAR, CM, DGADR, APA, ARH Alentejo e ABM), com desenvolvimento do Plano de Ação definido;
- Desenvolvimento de ações no âmbito do controlo da carga piscícola em albufeiras, nomeadamente na albufeira do Enxoé;
- Elaboração das peças do procedimento internacional para a contratualização dos serviços de colheitas, transporte e determinações analíticas de AR, AA e NA;
- Participação no Grupo de Trabalho do Rio Almansor (GT Almansor), envolvendo a APA/ARH Tejo e Oeste, DGADR, Município de Montemor-o-Novo e APOMOR, com vista à identificação de soluções para situações de descargas indevidas no Rio Almansor;
- Concretização da execução da captação de água subterrânea de Piçarras – GW I;
- Submissão do projeto MARCLAIMED ao Prémio ERSAR 2025, na categoria de Melhor Projeto de Inovação;

- Submissão do projeto MARCLAIMED ao prémio “Melhor Projeto de Inovação e Digitalização – Tubo de Ouro”, no âmbito da ENEG 2025;
- Desenvolvimento de uma matriz de risco e prioridades, com vista à elaboração de uma proposta de abordagem às captações subterrâneas;
- Procedimento de avaliação e consulta para a aquisição de estudos relativos aos Perímetros de Proteção das zonas intermédia e alargada;
- Análise e estudo para aquisição de serviços da solução Hydro AI – Smart Reservoir Monitoring, ferramenta tecnológica inovadora e disruptiva, reconhecida em contextos académicos e fóruns de inovação, que permite a obtenção de informação fiável e de elevada qualidade sobre as albufeiras, com base em dados de satélite Copernicus Sentinel-3, eliminando a necessidade de instalação, operação e manutenção de sensores.

Para além das atividades anteriormente referidas, foi igualmente assegurada a participação em diversos Grupos de Trabalho, nomeadamente nas áreas de Erradicação de Incumprimentos - AR, ApR e DARU (Grupo AdP), entre outros. Paralelamente, registou-se a participação em várias iniciativas associadas ao novo quadro comunitário de financiamento, incluindo oficinas temáticas no âmbito do ITI Água e Ecossistemas de Paisagem (Algarve e Alentejo), bem como sessões relativas aos seguintes projetos: i) Limpeza de linha de água – Saboia; ii) Limpeza de linha de água – Zambujeira do Mar; iii) Monitorização de parâmetros climatológicos na Albufeira de Santa Clara; iv) Projeto de Atualização do Diagnóstico Hidrogeológico do Baixo Alentejo em Contexto de Alterações Climáticas.

No que se refere à inovação, destaca-se os trabalhos desenvolvidos para o projeto *MARCLAIMED - Integrated Decision Support Tool for Reliable and Affordable Application of Manage Aquifer Recharge with Alternative Water Resources in River Basin and Drought Management Plans*. O Projeto *MARCLAIMED* visa promover a integração da gestão da recarga de aquíferos (*Managed Aquifer Recharge, MAR*), utilizando fontes alternativas de água (*Alternative Water Resources, AWR*), no planeamento e na gestão de bacias hidrográficas, aumentando a disponibilidade de águas subterrâneas e apoiando a adaptação e resiliência dos sistemas estruturais de abastecimento no contexto das alterações climáticas.

O projeto tem 12 parceiros, cabendo ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e à AgdA a responsabilidade de implementação e validação das ferramentas de apoio à decisão produzidas no âmbito do projeto, bem como pela otimização do desempenho e da monitorização das áreas experimentais, tendo em vista a aumentar o potencial de replicação do sistema.

O projeto *MARCLAIMED* assenta em três pilares principais:

- I. Eficiência operacional, onde o desempenho operacional dos sistemas é avaliado através de três ferramentas baseadas em inteligência artificial para;
 - i. monitorizar e controlar a qualidade da AWR e dos meios recetores;
 - ii. prever a disponibilidade de recursos hídricos;
 - iii. fornecer indicadores de riscos para a saúde, ambientais e de desempenho;

2. Sustentabilidade económica, monitorizada através de:
 - i. indicador de escassez de água, por meio de uma ferramenta de pegada hídrica à escala municipal facilitando decisões sobre governança hídrica;
 - ii. segurança hídrica e o valor económico de MAR com AWR através de uma ferramenta de cálculo de seguros;
 - iii. um sistema baseado na recuperação de custos;

3. Aceitação social através da:
 - i. implementação de ações sociais para fortalecer o envolvimento dos decisores políticos nacionais e da UE em colaboração com uma Comunidade de Prática (CoP);
 - ii. definição de orientações europeias de MAR para promover recomendações políticas e impulsionar o respetivo quadro regulamentar.

Para garantir a fiabilidade, aceitação e confiança em sistemas MAR com AWR está a ser construída uma Ferramenta Integrada de Suporte à Decisão (IDST) de ponta e interoperável, integrando as ferramentas dos pilares 1 e 2 e com base no *feedback* do pilar 3, que fornecerá soluções para enfrentar as ameaças existentes e emergentes e apoiar a tomada de decisões e as políticas de adaptação.

Ainda no contexto da inovação destaque para a participação no 1.º Concurso AdP Inovação Proativa, através do consórcio das empresas Águas do Norte, Águas Públicas de Alentejo e EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A. O projeto visa a criação de um portal “*Balcão Único de ApR*”. Este portal terá como objetivo facilitar e agilizar processos de gestão, de licenciamento e de aquisição de Água para Reutilização (ApR), atendendo às necessidades dos seus utilizadores e produtores e consumidores de ApR.

No âmbito das atividades da área, regista-se a participação enquanto palestrante nas XIV Jornadas de Engenharia do Grupo ADP e no 17.º Congresso da Água (APDA), com a apresentação do projeto *MARCLAIMED* e do ponto de situação das ações em curso.

7.4.7. ENGENHARIA E GESTÃO DE ATIVOS

A implementação da solução técnica baseou-se numa estratégia de priorização assente:

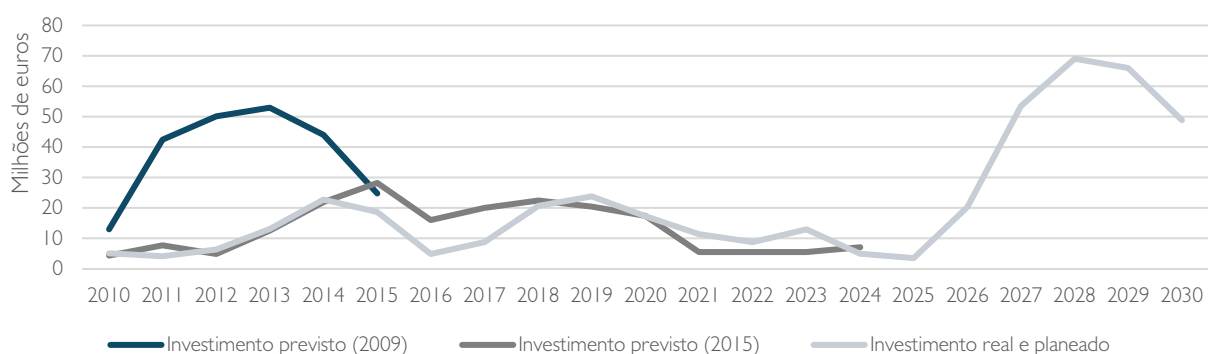
- Na continuação da resolução dos principais constrangimentos em termos de abastecimento de água;
- Na continuação da resolução dos processos de contencioso ambiental ao nível do tratamento de águas residuais urbanas, tendo já em vista a nova Diretiva das Águas Residuais Urbanas (DARU);
- Na calendarização dos investimentos por executar, em resultado da aplicação da matriz de risco desenvolvida, grau de maturidade dos projetos, e de prioridades / necessidades entretanto surgidas e que foi alvo de atualização, pelo grupo de trabalho de priorização de Investimentos;

- Os processos de contencioso comunitário que envolveram cerca de 33 instalações de 18 concelhos e mais de 150 mil habitantes equivalentes no âmbito do SPPIAA, dos quais o Estado português foi condenado relativamente a 17 instalações num universo nacional de 44, chegamos ao fim de 14 anos com as dificuldades assinaladas ultrapassadas.

No ano de 2025 continuou a ser dado seguimento ao plano de investimentos em infraestruturas, entretanto revisto. Com vista à concretização das intervenções previstas na solução técnica atualmente aprovada e a aprovar, mais orientadas para a reabilitação de um vasto conjunto de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais que servem na sua grande maioria aglomerados de menor dimensão, continuando a ser encetadas diligências ao nível de preparação de elementos com vista à captação de financiamento no âmbito Portugal 2030, e também um conjunto mais vasto de preocupações, em linha com a agenda ambiental, designadamente:

- Reforçar a aposta na digitalização, completando e reforçando em especial a componente de monitorização, automação, supervisão, telegestão e segurança dos sistemas, indispensável para a elevação do desempenho e otimização da sua exploração e gestão, otimizando os recursos necessários para a operação e monitorização dos sistemas com vista com a sua eficiência;
- Integrar a agenda do aumento da circularidade do nosso setor e inclusão no respetivo modelo de negócio, através em especial da valorização de lamas de ETAR através de unidades de compostagem, mas também da produção de ApR;
- Reforçar a aposta na produção e eficiência energética, em linha com o desafio global de descarbonização e do Grupo AdP de neutralidade energética em 2030, como importante contributo para a persecução das metas nacionais neste domínio e com vista à redução dos custos deste recurso essencial ao desenvolvimento da nossa atividade;
- Melhorar a apresentação das infraestruturas, incluindo reforço da identidade regional, indispensável para a afirmação da Parceria, mas também para a motivação e autoestima das nossas equipas;
- Melhorar um conjunto de instalações de suporte;
- Adaptação das nossas infraestruturas de saneamento tendo em conta a nova DARU.

Evolução da execução financeira do plano inicial de investimentos em infraestruturas (preços correntes)



Em paralelo, e tendo em vista preparar as respostas do território a desafios ambientais acrescidos, que impõem o reforço e segurança hídrica dos serviços, e de um conjunto de dinâmicas, mas também nos posicionamos relativamente a um conjunto de oportunidades, continua a ser desenvolvido o trabalho da análise e recuperação de potenciais intervenções que, apesar de não se encontrarem previstas no plano inicial de investimentos em infraestruturas, não podem deixar de ser equacionadas, a saber:

- A evolução dos consumos em determinados sistemas, seja no sentido do crescimento face ao previsto, seja no sentido de não confirmação das expectativas de redução inicialmente admitidas;
- A evolução de um conjunto de parâmetros relevantes associados aos recursos hídricos e à incerteza climática;
- As perspetivas de desenvolvimento identificadas em determinadas áreas, em especial de novos empreendimentos no litoral;
- A importância de integrar a agenda da reutilização num território de elevada escassez de água;
- A necessidade de corresponder a um quadro comunitário de apoio mais alargado (2030);
- A publicação e novas exigências decorrentes da publicação da nova DARU.

Por fim, e com vista a garantir o financiamentos dos investimentos previstos, tendo em conta os avisos previstos, as exigências dos mesmos, e os seus prazos, foi efetuada a reorganização do plano de investimentos, tendo em conta a matriz de risco desenvolvida no ano anterior, novas prioridades e necessidades identificadas, o Plano de Ação para redução de incumprimentos em saneamento, em articulação com o futuro Plano de Ação do Grupo AdP, a revisão da Solução Técnica proposta aos Municípios e a atualização dos valores de construção, sem nunca deixar de ir ao encontro das expectativas iniciais dos parceiros.

Continua a ser dada particular relevância à eficiência energética da empresa e aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis, à digitalização, à valorização orgânica de lamas de ETAR, à melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores, e à produção de ApR (Água para reutilização).

INVESTIMENTO EM ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O investimento acumulado realizado em sistemas de abastecimento de água ascende em 2025 ao valor de 127,569 milhões de euros, tendo o valor realizado no ano ascendido a 810 mil euros de euros associado à execução de empreitadas abrangendo 4 concelhos (Beja, Aljustrel, Grândola e Montemor-o-Novo), em grande medida apoiadas no âmbito do ALENTEJO 2030.

↳ 4 CONCELHOS ABRANGIDOS – 3,11 MILHÕES DE EUROS DE EMPREITADAS EM CURSO EM 2025

- SAA Magra-Roxo – Reforço da Fiabilidade da Adução a Beja, 2,64 milhões de euros;
- SAA Magra-Roxo – Reabilitação Estrutural do Reservatório de Messejana, 0,25 milhões de euros;
- SAA Comporta – Trabalhos de Pintura, Caixilharia e Vedação do Reservatório da Comporta, 0,17 milhões de euros;
- Reabilitação Estrutural do Muro da Encosta do Castelo em Montemor-o-Novo, 0,05 milhões de euros.

Paralelamente e na continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, foram elaborados e concluídos os projetos de Ligação EFMA – Monte da Rocha, Adução a Beja – 2.ª Fase, Expansão a Mértola Noroeste, Fonte da Telha e Horta dos Banhos, a NT da ETA de S. Teotónio, Projetos de Serpa (ZIL Vila Nova de São Bento, Sobrepressora de Serpa, ZIL de Serpa

e novo PE de Serpa), Reforço do Abastecimento a Santiago do Cacém (Escatelares) e foi promovida a execução de projetos de execução, sendo de realçar Sistema de S. Teotónio – Adução a Boavista dos Pinheiros (SAA Odemira) e Zambujeira do Mar (Via ETA de S. Teotónio) e Reabilitação de adutoras em Odemira (Lote 1) e Adução à Fataca via S. Teotónio e Brejão (via ETA de S. Teotónio) (Lote 2), Reforço de Adução a Melides, Projetos de Execução de Abastecimento de Água ao Sistema de Alvito, Sistemas de Minutos e Bica Fria e Sistemas de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira e Santiago do Cacém (Lotes A, B e C), Captação e Adução do Sistema de Santa Clara.

Também durante o ano de 2025 foram promovidos concursos para empreitadas no valor total de 4,67 milhões de euros:

- Empreitada de Reabilitação do Órgão de Segurança da Barragem do Enxoé e da Barragem do Monte Clérigo;
- Empreitada de Execução do Reforço da Fiabilidade da Adução a Aljustrel;
- Empreitada de Reabilitação dos Reservatórios de São Francisco da Serra e do Almogrove;
- Empreitada de Trabalhos de Pintura, Caixilharia e Vedação do Reservatório da Comporta;
- Empreitada de Conceção-Construção para a Reabilitação Estrutural do Muro da Encosta do Castelo.

Ainda durante 2025 foram dadas como concluídos os seguintes investimentos:

- Reabilitação do Reservatório da Comporta



- Consolidação do reservatório e reabilitação do Muro da Encosta do Castelo



Complementarmente ao conjunto de empreitadas em curso, encontram-se concluídas e em operação várias intervenções num conjunto de 7 sistemas.

↳ 7 SISTEMAS – 1 12,6 MILHÕES DE EUROS DE INVESTIMENTO REALIZADO

- Sistema do Alentejo Litoral – 2 ETA, 6 EE, 13 reservatórios, 53,6 km de condutas, 8 captações, 6,3 milhões de euros;
- Sistema do Alvito – 1 ETA, 2 EE, 9 reservatórios, 43 km de condutas, 6,6 milhões de euros;
- Sistema da Bica-Fria / Minutos – 1 EE, 1 reservatório, 19 captações, 1,3 milhões de euros;
- Sistema do Guadiana Sul – 2 ETA, 2 EE, 9 reservatórios, 47,3 km de condutas, 30,7 milhões de euros;
- Sistema do Monte da Rocha – 3 ETA, 13 EE, 24 reservatórios, 114 km de condutas, 32,1 milhões de euros;
- Sistema do Roxo/Magra – 2 ETA, 2 EE, 12 reservatórios, 146,52 km de condutas, 1 captação, 29,1 milhões de euros;
- Sistema de Santa Clara – 2 ETA, 4 EE, 6 reservatórios, 34,0 km de condutas, 6,5 milhões de euros.

INVESTIMENTO EM SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

O investimento acumulado realizado em sistemas de saneamento de águas residuais totalizou 59,463 milhões de euros, tendo a realização no ano de 2025 ascendido a 2,792 milhões de euros, associado à execução de um conjunto de empreitadas abrangendo 3 concelhos, em grande medida apoiadas no âmbito do COMPETE 2020 e ALENTEJO 2030

↳ 3 CONCELHOS – 8,67 MILHÕES DE EUROS DE EMPREITADAS EM CURSO EM 2025

- SAR de Cuba – ETAR de Cuba, 2,8 milhões de euros;
- SAR de Ermidas do Sado – ETAR de Ermidas do Sado, 3,1 milhões de euros;
- SAR de Ermidas do Sado – Empreitada do Sistema de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Ermidas do Sado, 0,83 milhões de euros;
- SAR do Ciborro – ETAR do Ciborro, 1,94 milhões de euros.

Em paralelo e dando continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, foi elaborado e concluída a Nota Técnica para a Conceção/Construção da ETAR de Moura, e encontram-se em desenvolvimento os projetos de Estudos e Projetos para Reabilitação dos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Aljustrel, Arraiolos, Barrancos, Beja e Castro Verde, Estudos e Projetos de transporte e Tratamento de Águas Residuais (Lote 1 a 5), Estudos e Projetos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais – Grupo 2 (Lote 1 a 3).

Também durante o ano de 2025 foi promovido o concurso para a Empreitada de Conceção-Construção da ETAR de Moura no valor total de 4,99 milhões de euros.

Complementarmente ao conjunto de empreitadas em curso, encontram-se concluídas e em operação as intervenções num conjunto de 18 concelhos:

↳ 18 CONCELHOS – 54 MILHÕES DE EUROS DE INVESTIMENTO REALIZADO

- Alcácer do Sal – 2 ETAR, 4 EE, 8,5 km de condutas, 7,6 milhões de euros;
- Aljustrel -2 ETAR, 1 EE, 2,2 km de condutas, 1,8 milhões de euros;

- Almodôvar - 2 ETAR, 1 EE, 2,5 milhões de euros;
- Alvito - 2 ETAR, 0,4 milhões de euros;
- Beja -2 ETAR, 1 EE, 5,6 km de condutas, 5,2 milhões de euros;
- Castro Verde - 1 ETAR, 1,8 milhões de euros;
- Cuba – 1 ETAR, 2,9 milhões de euros;
- Grândola - 3 ETAR, 1 EE, 3,5 km de condutas, 4,1 milhões de euros;
- Mértola - 1 ETAR, 1 EE, 0,6 km de condutas, 1,6 milhões de euros;
- Montemor – o -Novo - 2 ETAR, 3 EE, 5,3 km de condutas, 6,9 milhões de euros;
- Moura - 2 ETAR, 0,5 milhões de euros;
- Odemira - 2 ETAR, 2 EE, 1,5 km de condutas, 4,4 milhões de euros;
- Ourique - 1 ETAR, 1,3Meuros;
- Santiago do Cacém - 2 ETAR, 0,5 km de condutas, 5,8 milhões de euros;
- Serpa - 2 ETAR, 1 EE, 1,8 km de condutas, 2,7 milhões de euros;
- Vendas Novas - 2 ETAR, 1 EE, 0,6 km de condutas, 2,4 milhões de euros;
- Viana do Alentejo 2 ETAR, 2,3 km de condutas, 0,6 milhões de euros;
- Vidigueira - 2 ETAR, 1,6 milhões de euros.

CADASTRO E EXPROPRIAÇÕES

Na área de Cadastro e Expropriações, o ano de 2025 ficou marcado pelo progresso de dois importantes projetos para a AgdA: a Adução ao Subsistema de São Teotónio e o Plano de Regularização de Captações.

Em fases distintas de maturação, ambos os projetos consumiram importantes recursos internos e também da empresa prestadora de serviços contratado para este efeito (*Luso-Roux Avaliações, Lda.*).

Para além de imensurável trabalho de pesquisa, consulta e obtenção de informação junto de entidades externas com competência na gestão patrimonial (Finanças e Conservatória do Registo Predial), a Adução ao Subsistema de São Teotónio originou diligências com, aproximadamente, 118 *proprietários* (para além de aproximadamente 360 correspondências registadas, carta e/ou E-mail, foram efetuadas 18 reuniões presenciais com proprietários de terrenos privados afetados pelo referido projeto). Apesar dos esforços, estas diligências apenas permitiram a aceitação das condições de indemnização propostas pela AgdA de 26 (de um total de 118) proprietários.

No que respeita ao Plano de Regularização de Captações, ainda que numa fase mais preliminar, foram desenvolvidos importantes esforços, quer na consulta e obtenção de informação junto de entidades externas com competência na gestão patrimonial (Finanças e Conservatória do Registo Predial), quer nos levantamentos topográficos, os quais permitirão que, durante o primeiro trimestre do ano de 2026, venhamos a conseguir formalizar as propostas de indemnização aos proprietários das cerca de 200 parcelas de terreno privado afetadas.

Entre outros processos de expressão menos significativa, mas não menos exigentes do ponto de vista burocrático, destacamos as ações desenvolvidas na prossecução da regularização fundiárias de situações respeitantes a património integrado dos municípios, sem a titularidade do terreno a seu favor, como são o Polo de Captações do Borbolegão (Grândola) e da Amoreira

da Torre (Montemor-o-Novo), entre outros, sendo o panorama geral, relativamente a empreitadas e projetos em desenvolvimento o abaixo plasmado.

Empreitada / Projeto	Parcelas Afetadas	Parcelas Libertas	Extensão / Área (m / m2)	Disponibilidade para Obra Domínio Público (m)	Disponibilidade para Obra Domínio Privado (m)	Disponibilidade para Obra % (Pub.+ Priv.)	Valor das Indemnizações (€)
Ligação EFMA - Roxo	11	11	4 315	0	4 315	100%	36 100 €
Reforço da Fiabilidade a Beja	22	22	5 533	3073	2 460	100%	48 494 €
ETAR de Santiago de Escoural	1	1	10 000	0	10 000	100%	26 605 €
SI de Santiago de Escoural	8	2	2 614	185	1 141	50,70%	20 350 €
Novo Emissário de Ermidas do Sado	1	1	4 039	0	1 777	100%	17 640 €
Reforço da Fiabilidade a Aljustrel	51	45	7 476	5254	1 267	87,20%	60 791 €
Expansão a Mértola Noroeste	49	32	12 424	5799	611	51,60%	77 175 €
Empreitada de Adução a Grândola - 2.ª Fase	13	5	3 330	1546	777	69,80%	26 129 €
Subsistema de São Teotónio	118	24	36 200	0	7350	21%	309 000 €

O resultado dos contactos e negociações realizados traduziu-se na concretização de 10 Acordos de Servidão, 23 Escrituras de Constituição de Servidão e 2 Escrituras de Compra e Venda, correspondendo a um montante global de indemnizações no valor de € 56.507,75.

Paralelamente, e com vista à otimização dos atos de gestão patrimonial, foi dada continuidade, ao longo do ano de 2025, ao processo de obtenção da isenção do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a qual passou a abranger 115 prédios, com um valor patrimonial global de € 24.007.681,42, atualmente isentos de imposto. Neste tema destacamos a inscrição a favor da AgdA e respetiva isenção de pagamento de IMI do terreno da Barragem e Albufeira do Enxoé (com um valor patrimonial de € 1.246.710,00).

Relativamente à concretização de bens a abranger por Declaração de Utilidade Pública (DUP), foram instruídos e requeridas ao Ministério do Ambiente e Energia as DUP referentes às seguintes empreitadas: Conceção-Construção da ETAR e Sistema Intercetor (SI) de Santiago do Escoural (Expropriação e Servidão); Adução a Grândola 2.ª Fase (Servidão); Reforço da Fiabilidade da Adução a Aljustrel (Servidão); Polo de Captações da Amoreira da Torre, em Montemor-o-Novo (Expropriação); Captações, Caminhos de Acesso e Infraestruturas dos Subsistemas de Abastecimento de Água (SAA) do Borbolegão e da Aldeia do Pico, em Grândola (Expropriações). Destes requerimentos foram publicadas em Diário da República o Despacho das DUP da Adução a Grândola e do SI de Santiago de Escoural, ao abrigo das quais foram efetuadas as subseqüentes Vistórias Ad Perpetuum Rei Memoriam (APRM) das servidões do SI de Santiago do Escoural e da Adução a Grândola 2.ª Fase e as arbitragens do SI de Santiago do Escoural.

Por fim, importa mencionar que foram realizados os primeiros cinco processos de conservação cadastral, os quais asseguraram a integridade, a atualização e a precisão dos dados territoriais legalmente previstos, referentes aos processos do Reservatório

de Montes Velhos (dois terrenos particulares afetados), Reservatório de Fornoalhas Novas, Reservatório do Lobato e Reservatório de Namorados).

GESTÃO DE ATIVOS

A AgdA opera um vastíssimo portfólio de infraestruturas, abrangendo o abastecimento de água para consumo público e o saneamento de águas residuais urbanas, mas também a conservação, reparação, reabilitação, manutenção e melhoria das infraestruturas afetadas à operação. Neste sentido, o seu desempenho pode ser mensurado numa dupla vertente, nomeadamente:

- Eficácia e eficiência nos processos de captação, tratamento, adução e armazenamento de água para abastecimento público e transporte, tratamento, devolução, produção de água para reutilização e produção de energia;
- Concretização de metas infraestruturais, ao nível de construção, conservação, reparação, reabilitação e manutenção de infraestruturas.

Neste contexto global e premente de incremento dos níveis de eficiência e redução de custos, é fundamental que a AgdA implemente, de forma sistematizada e planeada, um conjunto de processos de gestão que promovam a coordenação das atividades da organização, de forma a maximizar a extração de valor dos seus ativos, assegurando o equilíbrio entre o custo, o risco e o desempenho associados aos seus ativos, ao longo do ciclo de vida útil.

A Gestão de Ativos pretende assegurar a implementação, de forma sistematizada e planeada, um conjunto de processos de gestão, de forma a contribuir para a criação de valor ao longo do ciclo de vida do ativo, assegurando o equilíbrio entre o custo, o risco e o desempenho, estabelecendo orientações de planeamento, construção, conservação, reparação, reabilitação, manutenção e desativação dos ativos operacionais que suportam as atividades da organização, sendo um objetivo a curto prazo a implementação da Norma NP ISO 55001:2016 – Sistema de Gestão de Ativos (SGAt) e respetiva certificação.

Sem prejuízo para o exposto anteriormente, para uma política efetiva de gestão de ativos, é fundamental a conciliação das diversas áreas operacionais da empresa, que contribuem de forma impactante para o desempenho dos ativos bem como a articulação e interligação dos diversos cadastros da organização ao nível aplicacional, nomeadamente os cadastros financeiro, técnico e geográfico.

Em 2025, foram desencadeadas as seguintes ações que se consideram relevantes para a organização ao nível da gestão de ativos:

- Elaboração das peças concursais para um procedimento de contratação pública para Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística de Ativos, prevendo-se que a fase pré-contratual ocorra no 1.º trimestre de 2026. Esta ação é determinante para a atualização e avaliação do inventário físico do imobilizado e respetiva reconciliação bem com avaliar e aferir as avaliações já efetuadas, para cada uma das infraestruturas, no âmbito dos Sistemas de Gestão Financeiro / Contabilístico, da Manutenção e Informação Geográfica da empresa;
- Preparação do Plano Estratégico de Gestão de Ativos, devidamente alinhado os objetivos organizacionais, numa ótica de adotar uma política efetiva de gestão de ativos, melhoria da qualidade de serviço e dinamizar a eficiência energética e neutralidade carbónica, prevendo-se a sua conclusão no mês de fevereiro de 2026.

GESTÃO DE ENERGIA

Com o objetivo de acompanhar a agenda de otimização da exploração e de neutralidade energética, e fortemente alavancada pela ampliação dos compromissos do Grupo AdP neste domínio, no ano de 2025 demos continuidade a um conjunto de iniciativas destinadas a aumentar a eficiência e a produção de energia através de fontes renováveis de energia.

Em 2025, realizou-se a 2.^a auditoria de acompanhamento após a renovação da concessão do Sistema de Gestão de Energia (NP EN ISO 50001:2019) efetivada em 2023, cujas fronteiras do sistema são a EEAA da Pia Quebrada, ETA de Alvito e ETA do Monte da Rocha. Estas infraestruturas caracterizam-se por consumos e custos energéticos expressivos, sendo que as três infraestruturas representaram em 2025 12% do consumo total de energia da AgdA, desagregando-se por: EEAA da Pia Quebrada, 2%, ETA de Alvito, 6% e ETA do Monte da Rocha, 4%.

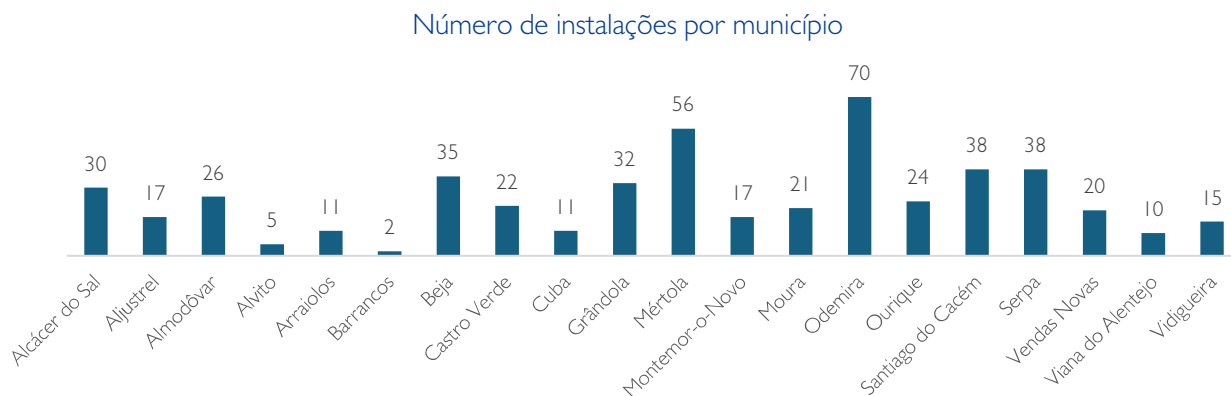
Encontra-se em execução o contrato de prestação de serviços de apoio técnico especializado na área energética com a AdP ENERGIAS, destacando-se a compilação de dados de consumos e custos energéticos, apoio no estudo e definição de soluções na produção solar fotovoltaica, bem como na preparação de procedimentos concursais. Em estreita colaboração com a AdP ENERGIAS, foi criado o Grupo de Gestão de Energia, constituído pela Administração da AgdA, Administração da AdP ENERGIAS, equipa da AdP ENERGIAS, diretores da AgdA e respetivos coordenadores das áreas operacionais e gestor de energia. Este grupo reúne periodicamente e tem como vetores estratégicos a implementação de um *Master Plan* da área energética, produção de indicadores energéticos e planeamento de investimentos em energia. Não obstante, este grupo desencadeia ações com efeito dinamizador na vertente energética.

Encontra-se em execução contratual de aquisição de serviços para auditorias energéticas, o que está a permitir avaliar e caracterizar os consumos energéticos nas instalações mais consumidoras de energia, com o objetivo de proceder à elaboração de planos de ações e validação de medidas que se verifiquem economicamente viáveis, de acordo com os objetivos anteriormente descritos, fundamental para a criação e implementação do *Master Plan* da área energética.

Durante o ano 2025 desenvolveram-se estudos internos com o objetivo de aumentar a produção de energia com recurso a fontes renováveis, nomeadamente solar fotovoltaica, prosseguindo o objetivo de descarbonização definido pelo grupo AdP e de fazer face ao significativo aumento do custo da energia.

Assim, e para além do aumento da aposta neste domínio, continuam as diligências para a efetivação das oportunidades das comunidades de energia renovável, designadamente através da integração de outras infraestruturas, como do aprofundamento da parceria com os parceiros municipais e do alargamento da colaboração com outras entidades relevantes.

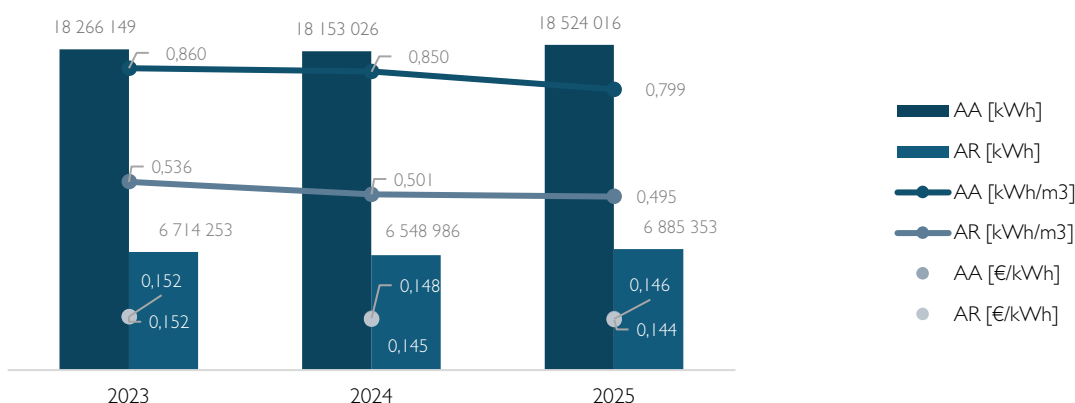
A nossa realidade é uma extensa e dispersa carteira de 500 instalações consumidoras de energia da rede de distribuição.



A representatividade dos encargos com energia elétrica por nível de tensão apresenta uma prevalência da média tensão, com base na média dos valores de 2023, 2024 e 2025, e uma muito expressiva origem nas instalações associadas aos sistemas de abastecimento de água.

Em 2025, a fatura de energia elétrica ascendeu a 3,671 milhões de euros, ou seja, 13,49% do volume de negócios e 18,3% dos gastos operacionais, tornando evidente a sua importância em especial dos encargos controláveis, motivo pelo qual tem merecido uma particular atenção em todo o Grupo Águas de Portugal, particularmente para 2023 e anos seguintes na sequência das perspectivas de evolução do preço de energia.

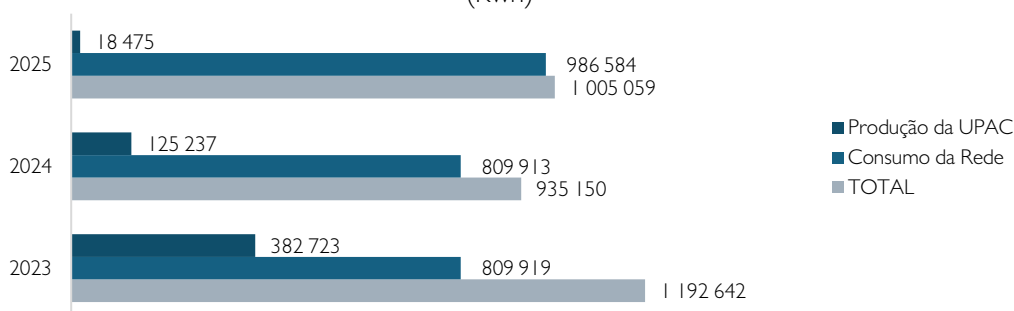
Consumo energético, custo e custo específico por atividade



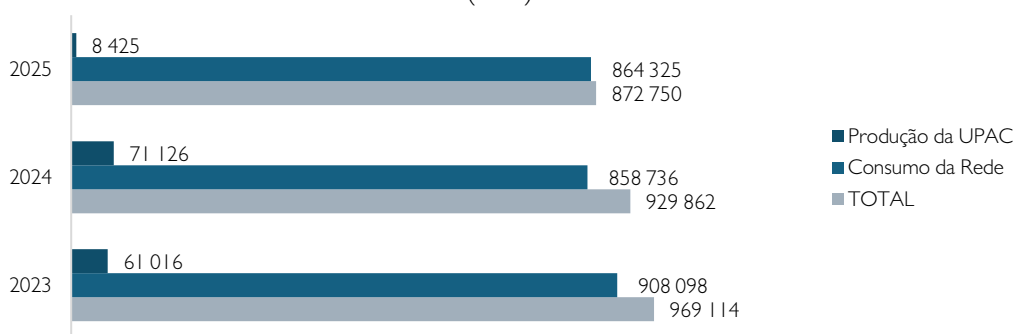
Sem prejuízo para a diminuição dos consumos específicos, apesar de se verificar um aumento do consumo de energia, deverão continuar a serem analisadas as eficiências dos equipamentos mais consumidores de energia, em especial nas infraestruturas com maior consumo energético bem como dar continuidade à implementação de medidas de eficiência energética.

No ano de 2024 estiveram em exploração as UPAC solar fotovoltaica da ETA da Magra, da ETA do Roxo e da ETAR de Cuba, com potências de 300kW, 74kW e 80kW respetivamente, correspondendo a uma produção de 18.475kWh na ETA da Magra, 8.425kW na ETA do Roxo e 13.539kWh na ETAR de Cuba. O decréscimo de produção na UPAC da ETA da Magra, face ao período homólogo, deve-se ao facto de esta ter sido alvo de 3 furtos dos cabos solares e consequente avaria nos inversores, sendo que a mesma apenas produziu nos meses de novembro e dezembro. Em virtude de um incidente na ETA do Roxo, a UPAC desse infraestrutura foi afetada, tendo produzido apenas nos meses de janeiro e fevereiro. Relativamente à UPAC da ETAR de Cuba, a mesma entrou em exploração junho.

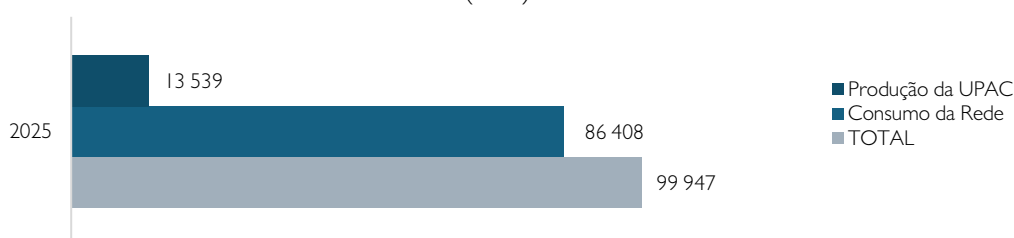
ETA da Magra - evolução da produção e do consumo da rede (Kwh)



ETA do Roxo - evolução da produção e do consumo da rede (Kwh)



ETAR de Cuba- evolução da produção e do consumo da rede (Kwh)



Conhecedores do enorme potencial de progressão no setor da água, encontra-se em desenvolvimento o planeamento de medidas e ações tendentes a atingir a neutralidade energética, tendo em consideração os vetores do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP (Zero), através implementação de medidas e ações de eficiência energética, aumento da produção através de fontes renováveis de energia e digitalização, sendo este último fundamental na integração dos dois vetores anteriores, com efeito dinamizador para o atingimento das metas de mitigação das mudanças climáticas e redução de emissões de gases com efeito de estufa, que igualmente se refletirá na redução dos encargos de energia associados.

7.4.8. MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS

Em 2025, a gestão da manutenção das infraestruturas do SPPIAALENTEJO manteve a sua atividade focada na consolidação dos processos e na melhoria contínua do desempenho operacional. Embora não tenham ocorrido alterações relevantes ao nível da entrada ou saída de pessoal, persistiram dificuldades na contratação de técnicos especializados, o que continuou a impedir a completa estabilização e composição das equipas de manutenção.

A manutenção dos sistemas de abastecimento e saneamento prosseguiu segundo um modelo híbrido, combinando a atuação das equipas internas com o apoio de prestadores de serviços especializados em áreas específicas. A dispersão territorial da empresa e a necessidade de resposta rápida às ocorrências reforçaram novamente a importância do modelo organizacional adotado, assente em áreas de suporte, responsável pelas especialidades e suporte às equipas, bem como equipas descentralizadas no terreno, atuando de forma próxima, contínua e com conhecimento direto das instalações e equipamentos.

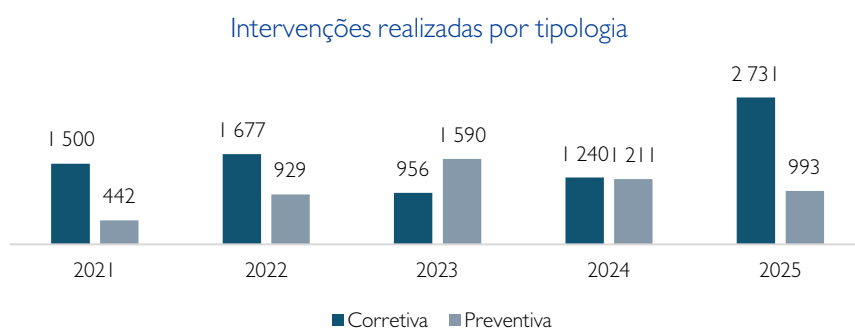
Este modelo contribuiu para uma maior eficiência, rapidez de intervenção e reforço da componente de formação prática no local (“on job”), mitigando parcialmente as limitações decorrentes da escassez de recursos humanos especializados.

Ao longo de 2025 foi desenvolvido e implementado o Plano de Manutenção Preventiva reforçado, tendo como principal objetivo aumentar a qualidade das intervenções preventivas e alargar a sua abrangência a um número superior de classes e

tipologias de equipamentos, comparativamente ao ano anterior. Este plano foi executado pelas equipas internas e por prestadores de serviços especializados, por forma a garantir condições de segurança nas instalações e nos locais de trabalho, assegurar desempenho, estabilidade e eficiência operacional através da manutenção regular; aumentar a disponibilidade dos ativos, identificando precocemente potenciais falhas, prolongar a vida útil dos equipamentos, otimizando investimentos e reduzindo custos de substituição, minimizando custos diretos e indiretos ao reduzir a necessidade de intervenções corretivas urgentes, garantindo o cumprimento das normas legais, nomeadamente em matéria de segurança e ambiente.

No sentido de reforçar a articulação entre as equipas de campo e as áreas técnicas, prosseguiu também com o desenvolvimento da ferramenta de software de Gestão de Manutenção, que continuará a contribuir para um maior controlo e sistematização das intervenções, promoção da cultura de manutenção preventiva, melhoria contínua das rotinas operacionais e aumento da eficiência global da área de manutenção.

Relativamente a intervenções de manutenção corretiva e preventiva no ano de 2025 refletem um esforço adicional das equipas em recuperar o passivo existente e que culminou com um aumento de execução de intervenções corretivas.



Também de ressaltar a contratualização em 25 de novembro de 2025 da intervenção de 115 instalações localizadas nos concelhos de Santiago do Cacém, Grândola e Alcácer do Sal, com o objetivo de equipar as infraestruturas com sistemas modernos de monitorização e controlo. Este investimento, no montante de 630 659,00€ e com um prazo de execução de 180 dias, enquadra-se na estratégia da empresa em reforçar a eficiência operacional, aumentar a robustez dos sistemas e otimizar a utilização dos recursos disponíveis. Com esta iniciativa, a empresa reafirma o seu compromisso com a inovação tecnológica e a gestão sustentável dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento, promovendo uma maior fiabilidade e qualidade no serviço prestado às populações.

7.4.9. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO

Em 2025, a área de Tecnologias de Informação consolidou o compromisso com a modernização e fortalecimento da infraestrutura tecnológica, integrando 19 novos colaboradores e assegurando a operacionalidade face a 22 saídas, num contexto de crescimento da equipa e consolidação de práticas orientadas para a segurança, eficiência e sustentabilidade dos sistemas de informação.

O ano foi exigente devido ao elevado número de admissões e saídas, com um esforço contínuo de integração e suporte técnico garantindo que todos os colaboradores dispõem de ferramentas digitais e de comunicação necessárias ao desempenho das suas funções. Dando sequência ao programa de renovação tecnológica, procedemos à entrega de 25 computadores portáteis para renovação do parque informático e 9 computadores portáteis para integração do suporte digital nas ETAR (Grândola, Alvalade, Montemor, Castro Verde, Alcácer, Vendas Novas, Serpa, Vidigueira e Vila Nova de Milfontes), reforçando a fiabilidade e desempenho da infraestrutura tecnológica.

INFRAESTRUTURA FÍSICA

A nível estrutural, destacou-se a adaptação da instalação da ETAR de Beja para acolher toda a equipa da DAF (13 colaboradores). Este projeto envolveu intervenções nas áreas de rede, energia e comunicações, garantindo condições adequadas de funcionamento, segurança e conforto para todos os utilizadores.

CIBERSEGURANÇA E CONFORMIDADE

No domínio da cibersegurança, 2025 marcou o início de uma nova etapa estratégica. Iniciámos o planeamento para adoção dos referenciais NIS2 e ISO 27001, com destaque para:

- Análise GAP NIS2: A AgdA integrou um concurso centralizado para realização da análise, com conclusão prevista para o 1.º semestre de 2026;
- Migração da Firewall: Transferência do equipamento da Sede para a ETA de Magra, criando um cluster de redundância;
- Projeto C-Network: Em parceria com o Instituto Politécnico de Beja e o Centro Nacional de Cibersegurança, iniciámos um diagnóstico de risco para elevar a maturidade em segurança da informação.

Estas ações inserem-se numa estratégia abrangente de governação, gestão de riscos e resposta a incidentes, reforçando a resiliência e confiança na infraestrutura tecnológica.

MONITORIZAÇÃO CONTÍNUA

Mantivemos a aposta na monitorização proativa através do *Zabbix*, garantindo visibilidade em tempo real do desempenho da rede, servidores e aplicações críticas. A integração de processos e automatização de alertas continua essencial para a gestão eficiente da infraestrutura e minimização de riscos operacionais.

O balanço de 2025 traduz um ano de crescimento, consolidação e reforço da segurança, posicionando a organização de forma sólida para enfrentar os desafios futuros e sustentar a eficiência operacional e inovação.

7.4.10. SISTEMA DE RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO

Em 2025 foi dada continuidade à manutenção dos processos de certificação, cujos normativos se têm vindo a implementar de forma faseada desde 2014. Neste ensejo, após a renovação da certificação no final do ano transato aos referenciais de Qualidade, Ambiente e Segurança materializados no Sistema de Gestão Integrada da empresa, foi realizada nos dias 27, 28 e 29 de outubro de 2025 a 1.ª auditoria de acompanhamento a estas normas, por entidade externa. Registe-se ainda a ocorrência, nas mesmas datas, da 2.ª auditoria de acompanhamento ao Sistema de Gestão de Energia (SGE), após renovação da certificação ocorrida em 2023.

Com estas certificações pretendemos atestar, junto das partes interessadas, que além do cumprimento de todos os requisitos das normas de referência, procurando-se reforçar a implementação da política e objetivos em matéria de sustentabilidade que passam objetivamente por:

- melhorar o desempenho de sustentabilidade da empresa;
- prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho;
- prevenir a ocorrência de impactes ambientais;
- garantir o cumprimento de requisitos legais, contratuais e regulamentares a que a empresa está vinculada.

IGUALDADE DE GÉNERO

A AgdA mantém o seu compromisso na promoção da igualdade de género nas suas atividades, garantindo oportunidades e tratamento equitativo entre homens e mulheres. Encontra-se em vigor e disponível no site da empresa a Política de Igualdade de Género, aprovada em 2020.

Os principais pilares desta Política incluem:

- Igualdade de oportunidades: no emprego, formação e progressão na carreira
- Conciliação da Vida Profissional e Familiar: Políticas que apoiam o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal
- Prevenção de Assédio: Compromisso com um ambiente seguro e respeitoso para todos.

Cientes da nossa responsabilidade para com as comunidades e o território, mas também da importância para o desenvolvimento e consolidação da nossa organização e dos nossos trabalhadores, incluindo o seu bem-estar, procurámos em 2025 dar continuidade aos esforços da nossa aposta neste domínio.

Dando cumprimento ao disposto na Lei nº 62/2017, de 1 de agosto e no Despacho Normativo nº 18/2019, de 21 de junho, a AgdA efetuou a avaliação do cumprimento do Plano para a Igualdade de 2025 e elaborou o Plano para a Igualdade de 2026, o qual foi submetido no Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas. Para além disso, estes documentos estão disponíveis para consulta no *website* da empresa (www.agda.pt).

Em linha com a nossa agenda de desenvolvimento organizacional e com os nossos compromissos de promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, foi mantido durante todo o ano, o modelo de teletrabalho em regime híbrido,

iniciado a 11 de outubro de 2021 com um dia fixo por semana, alargado para um regime de 2 dias de teletrabalho por semana, às segundas e sextas-feiras.

Não houve conhecimento de qualquer situação de assédio que tenha sido comunicada à Comissão de Ética do Grupo AdP.

AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A segurança e a saúde dos trabalhadores são valores fundamentais para a empresa, que tem vindo a desenvolver diversas iniciativas com o objetivo de promover uma cultura de segurança e melhorar continuamente as condições de trabalho, mitigando os riscos associados às suas instalações e atividades.

Ao longo do ano foram desenvolvidas diversas atividades com o objetivo de melhorar as condições dos locais de trabalho, promovendo maior bem-estar e segurança para os trabalhadores, destacando-se:

- Visitas conjuntas dos serviços de Medicina do Trabalho e de Segurança, com partilha de informação relevante;
- Realização de auditorias internas para identificação de oportunidades de melhoria e verificação da conformidade legal e normativa;
- Avaliações de riscos nas instalações;
- Acompanhamento conjunto com a Direção de Engenharia e Gestão de Ativos das empreitadas a iniciar, garantindo a integração das medidas de segurança desde a fase de projeto;
- Distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- Realização de simulacros de resposta a emergências;
- Monitorização de riscos físicos nos ambientes de trabalho;
- Consulta aos trabalhadores sobre as condições de SST;
- Implementação de melhorias nas infraestruturas, de acordo com as necessidades identificadas e reportadas;
- Ações de sensibilização dirigidas aos trabalhadores, focadas em boas práticas de segurança, utilização correta de EPI e preparação para situações de emergência.

Simulacros em Segurança e Ambiente

A capacidade de resposta a emergências é avaliada anualmente na AgdA através da realização de diversos simulacros em matéria de segurança e ambiente. Em 2025 foram realizados os seguintes simulacros:

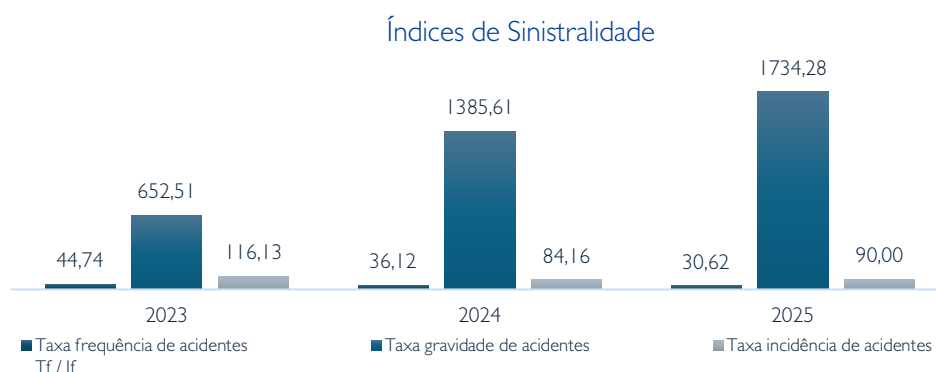
- Derrames de substâncias perigosas: 7 instalações com 41 participantes
- Incêndios e evacuação: 8 instalações com 69 participantes

Acidentes de Trabalho

Em 2025 registaram-se 20 acidentes de trabalho, dos quais 11 resultaram em incapacidade temporária absoluta, dois foram descaracterizados e sete não originaram incapacidade. Este cenário refletiu-se numa diminuição da taxa de frequência, que passou de 36,12% em 2024 para 30,62% em 2025, valor classificado como “Bom” de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Não se registaram acidentes de trabalho graves.

Por outro lado, a taxa de gravidade — que mede a relação entre os dias perdidos e o número de horas trabalhadas — apresentou um aumento, passando de 1 385,61% em 2024 para 1 734,28% em 2025. Este aumento ocorreu apesar de se ter mantido o número de acidentes com incapacidade temporária absoluta, sendo justificado essencialmente pelo impacto de dois acidentes específicos: um que resultou em 167 dias perdidos e outro referente a um acidente ocorrido em 2024, cujo processo foi reaberto, originando 120 dias de baixa em 2025. Estes valores são consideravelmente elevados quando comparados com os restantes acidentes registados.

Este cenário demonstra que, apesar de se ter verificado uma melhoria da taxa de frequência, associada ao aumento do número de horas trabalhadas, os acidentes ocorridos em 2025 tiveram um impacto mais severo em termos de tempo de recuperação e consequente perda de produtividade.



Estas circunstâncias traduzem-se no apuramento de índices de frequência e gravidade da OMS/OIT com classificação de Bom e Médio, respetivamente.

INDICADORES DE SEGURANÇA

	2023	2024	2025
Total de Acidentes de Trabalho	16	17	17
Acidentes de trabalho com baixa	12	11	11
Dias de ausência	175	422	623
Índice de Gravidade ⁽¹⁾	653	1 386	1 734
Índice de Frequência ⁽²⁾	44,74	36,12	30,62
Índice de Incidência ⁽³⁾	103,23	84,16	
Avaliação do Índice de Frequência ⁽⁴⁾	Bom	Bom	Bom
Avaliação do Índice de Gravidade ⁽⁴⁾	Bom	Médio	Médio

⁽¹⁾ Ig = (Nº de dias perdidos/Nº horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000

⁽²⁾ If = (Nº de acidentes de trab. com baixa /Nº horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000

⁽³⁾ li = (Nº de acidentes de trab. /Nº de trabalhadores) x 1.000

⁽⁴⁾ Ig = Tg/ 1.000 | Avaliação realizada de acordo com a OMS/OIT

Comité para a saúde, segurança e bem-estar

A qualidade de vida, a saúde física e mental, a segurança no trabalho e o equilíbrio entre vida pessoal, familiar e profissional são condições indispensáveis para equipas motivadas, resilientes e capazes de responder com excelência aos desafios da gestão da água no Alentejo.

O Comité para a Saúde, Segurança e Bem-Estar reforça o compromisso da AgdA em promover um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e participativo, com os seguintes benefícios esperados:

- Cultura de segurança reforçada – ao garantir que a prevenção de riscos e a segurança no trabalho estão enraizadas em todos os níveis da organização.
- Promoção da saúde mental e bem-estar emocional – ao implementar programas de apoio psicológico, sensibilização para o stress laboral e equilíbrio emocional.
- Integração da conciliação da vida pessoal, familiar e profissional – com medidas que aumentem a satisfação e a produtividade, reduzindo absentismo e rotatividade.
- Adoção das melhores práticas de felicidade organizacional – ao potenciar a motivação, o reconhecimento e o orgulho de pertença à AgdA.
- Maior atratividade e reputação institucional – posicionar a AgdA como empregador de referência na região, atraindo novos talentos.
- Melhoria contínua – em articulação com os sistemas de gestão existentes, garantindo a monitorização de indicadores claros e avaliação periódica das iniciativas.

Este Comité é composto pelos seguintes elementos:

- Representante do Conselho de Administração
- Responsável de Recursos Humanos
- Coordenador de Sustentabilidade empresarial
- Técnico de Segurança e Saúde no Trabalho
- Representante de Comunicação, Imagem e Sensibilização Ambiental
- Representação da Comissão de Trabalhadores
- 2 Embaixadores/as da Conciliação da Vida Pessoal, Familiar e Profissional
- Especialistas externos convidados (ex.: psicologia organizacional, nutrição, ergonomia, ...) para sessões temáticas ou projetos específicos.

SAÚDE MENTAL

A AgdA assume a sustentabilidade como um compromisso integrado que inclui, para além da dimensão ambiental, a responsabilidade social perante os seus trabalhadores e comunidades. Neste contexto, a saúde mental constitui um fator determinante para a produtividade, segurança e bem-estar das equipas.

O stress ocupacional, os riscos psicossociais, o assédio e a fadiga emocional são riscos emergentes reconhecidos pela Organização Internacional do Trabalho e pela legislação nacional. Estes fatores representam desafios que afetam diretamente o desempenho, a motivação e a retenção de talento.

A saúde mental impacta:

- O desempenho e a produtividade – influenciando a capacidade de concentração, decisão e inovação;
- O bem-estar e a motivação – prevenindo absentismo, rotatividade e burnout;
- A segurança no trabalho – dado que situações de fadiga e stress aumentam a probabilidade de acidentes;
- A reputação organizacional – consolidando a AgdA como empregador de referência no setor público empresarial.

Este tema enquadra-se na estratégia ESG da AgdA, em particular no pilar Social (S), que valoriza a saúde, segurança, bem-estar e motivação das pessoas, e no pilar Governança (G), através da adoção de práticas de gestão responsáveis e alinhadas com normas internacionais.

Adicionalmente, a promoção da saúde mental contribui para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente:

- ODS 3 – Saúde e Bem-Estar;
- ODS 5 – Igualdade de Género (ao prevenir riscos psicossociais relacionados com assédio e discriminação);
- ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico (ao promover produtividade e condições de trabalho seguras).

Na AgdA desenvolveram-se as seguintes atividades relacionadas com esta temática:

Dia Mundial da Saúde Mental (10 de outubro)

O dia foi assinalado com uma campanha interna (newsletter, *posts* em redes sociais e cartazes digitais) que reforçaram a importância do equilíbrio emocional e o bem-estar físico e mental de todos, sob o mote “Cuidar de quem cuida da água, é o primeiro passo para um futuro mais sustentável”



Sessões de sensibilização sobre “Gestão do Stress”

Foram realizadas em novembro e dezembro, com o apoio da Unidade de Saúde Pública do Baixo Alentejo, 4 sessões sobre “Gestão do Stress”. Estas ações decorreram na ETA da Magra e contaram com a participação de 50 colaboradores de todas as áreas de gestão e categorias profissionais.

Avaliação dos riscos psicossociais

Foi realizado o diagnóstico dos riscos psicossociais aos trabalhadores da AgdA com uma taxa de resposta de 75%. O plano de ação resultante será implementado em 2026/27.

Apoio psicológico

Consciente do impacto destas mudanças na saúde física e mental dos trabalhadores, o Grupo AdP disponibiliza apoio psicológico a todos os colaboradores, assegurado por profissionais especializados.

Ações de sensibilização em SST e Ambiente

Mensalmente a *newsletter* da AgdA – AgdA Sustentável – aborda temas relacionados com o ambiente e segurança. Ao longo de 2025 foram tratadas as seguintes temáticas de SST: prevenção de acidentes de trabalho, ruído, saúde mental e riscos biológicos. No que respeita à temática Ambiente, foram abordados os temas: uso racional da água, biodiversidade, pegada carbónica e compras sustentáveis.

Paralelamente foram desenvolvidos materiais internos sobre: Gestão de óleos lubrificantes usados, Prevenção e Controlo da *Legionella*, Radão: Prevenção e Controlo.

7.4.11. COMUNICAÇÃO, IMAGEM E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

Na AgdA reconhecemos a comunicação como um elemento crucial para divulgar a nossa atividade e projetos, promover a transparência, construir confiança e fortalecer o relacionamento com os *stakeholders*, potenciando a interação com os mesmos. Esta é a base para, com foco na nossa estratégia, elevar o nosso desempenho, crescimento e inovação. Transmitir o que somos, fazemos, pretendemos e o que queremos oferecer é essencial para que continuemos a dignificar os nossos objetivos e a manter-nos unidos pela água, pelo bem-estar e pelo futuro.

Em 2025 investimos em estratégias de comunicação que também envolveram e inspiraram a comunidade. Através de diversos canais, como redes sociais, ações de sensibilização, comunicados de imprensa e, com destaque para a nova *Newsletter* mensal “AgdA Sustentável”, assegurámos que as informações pertinentes estivessem acessíveis a todos. Ao longo do ano, disponibilizámos informações detalhadas sobre a gestão dos recursos hídricos, os investimentos realizados e os resultados alcançados, promovendo a transparência através da divulgação proativa de dados e resultados que permitem a compreensão plena do nosso desempenho.

Através de mensagens claras e consistentes, demonstrámos o nosso compromisso com a qualidade, a responsabilidade social, a excelência, a sustentabilidade e o bem-estar da comunidade. Destaca-se-, em particular, o envolvimento nas ações de sensibilização em contexto escolar e nas visitas às infraestruturas da AgdA, assim como a presença em feiras municipais com stand institucional, um eixo de atuação amplamente valorizado no território, tendo sido marcada a presença em 16 certames, de abril a novembro de 2025.

Realçamos a comunicação dos projetos financiados pelo programa regional Alentejo 2030, assegurando a visibilidade do financiamento da União Europeia, no valor global aproximado de 7,5 milhões de euros, através da utilização dos logótipos do programa financiador, do Portugal 2030 e do emblema da União Europeia nos materiais de comunicação, desde os suportes digitais, a folhetos e painéis informativos afixados em locais visíveis ao público.

Destacamos a continuação da comunicação do MARCLAIMED EU, um projeto Horizonte Europa financiado pela União Europeia que visa integrar as soluções de Recarga Gerida de Aquíferos (MAR) com Recursos Hídricos Alternativos (AWR) para mitigar o stress hídrico e gerir proativamente os eventos de seca.

A comunicação assertiva e eficaz requer uma adaptação constante às mudanças nas preferências e comportamentos da comunidade. Estamos comprometidos em enfrentar esses desafios com flexibilidade e inovação, continuando a aprimorar as nossas estratégias, adaptando-nos às exigências de um mundo em constante evolução.

Acreditamos que uma comunicação transparente e participativa é fundamental para o sucesso a longo prazo da gestão sustentável dos recursos hídricos na região do Alentejo.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL

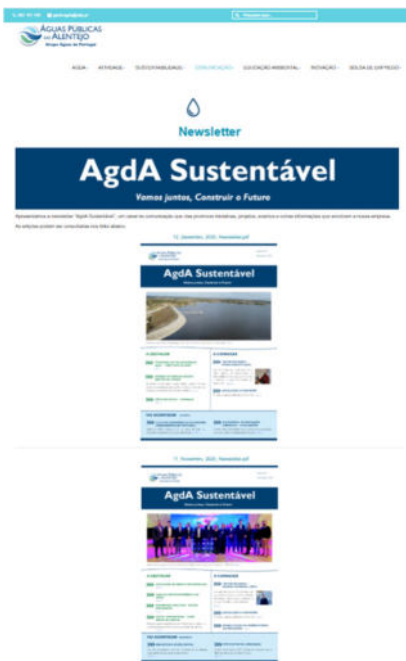
Em 2025, consolidámos a estratégia de comunicação digital integrada, orientada para a transparência e proximidade com a comunidade. O reforço da aposta nas redes sociais traduziu-se numa maior difusão de informação, materializada na publicação de 80 conteúdos ao longo do ano. Os conteúdos das publicações envolveram a comunicação de eventos, feiras, visitas técnicas e escolares às instalações, ações de sensibilização, estado das empreitadas, formações, iniciativas de Sustentabilidade Empresarial, efemérides, reconhecimento do papel dos colaboradores, comunicados, processos de recrutamento e campanhas de sensibilização ambiental. A comunicação visual privilegiou o recurso a fotografias e à utilização de vídeos de curta duração (*reels*), promovendo formatos dinâmicos e adequados aos diferentes canais digitais.

Esta estratégia refletiu-se no crescimento consistente da comunidade digital e no reforço da presença institucional online, destacando:

- A ativação do *LinkedIn* institucional da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., em junho de 2025, que contribuiu para um aumento de 111% no número de seguidores, passando de 360 para 760. Este canal registou aproximadamente 40 000 impressões orgânicas e 1 200 reações às publicações.
- O reforço da comunicação editorial através do Website institucional (www.agda.pt), com a publicação de 53 artigos em 2025 e um total de 21 250 visitas aos artigos publicados, realçando a criação da nova aba “Concursos Públicos”, o artigo com maior número de visitas no ano.

- ↘ A aposta na produção de conteúdos para a plataforma Meta (*Facebook e Instagram*) com resultados positivos ao nível do alcance e da interação:
 - Facebook: 331 000 visualizações e 3 800 interações com conteúdos, registando-se um aumento de 28% no número de seguidores, de 1 800 para 2 300.
 - Instagram: 53 000 visualizações e 702 interações com conteúdos, com um crescimento de 9% no número de seguidores, de 760 para 826.

Alguns exemplos de conteúdos divulgados nos meios de comunicação digitais institucionais em 2025:



JANEIRO 2025

A AgdA dinamiza uma palestra sobre o Ciclo da Água e Uso Eficiente da Água para mais de 100 alunos dos 3º e 4º anos, na Escola Secundária de Castro Verde.



MARÇO 2025

A AgdA celebra o Dia Internacional da Mulher com um almoço dedicado a todas as suas colaboradoras.



O Dia Mundial da Água conta com Ações de Sensibilização nos municípios de Vidigueira, Cuba e Viana do Alentejo e com visitas de alunos à ETA do Alvito. É promovida também uma visita à ETA do Almogrove, em parceria com o município de Odemira.

FEVEREIRO 2025

A AgdA e os parceiros do MARCLAIMED EU reúnem-se em Portugal para reforçar a colaboração no âmbito do projeto.

A AgdA e o LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) promovem uma visita ao Demo Site - ETAR da Comporta, permitindo conhecer a área de demonstração do projeto MARCLAIMED em Portugal.

AgdA presente na XV Jornadas de Engenharia do Grupo Águas de Portugal.



ABRIL 2025

Participação nas feiras Festival Sabores do Borrego, em Castro Verde e na EXPOBARRANCOS 2025, em Barrancos.

A AgdA recebe o executivo do município de Santiago do Cacém, em visita às obras da nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Ermidas do Sado e do Sistema de Transporte de Águas Residuais Rejeitadas de Ermidas do Sado.



MAIO 2025

A AgdA marca presença na 41ª edição da Ovibeja, e, Beja e na Feira de Maio – Moura Terra Mãe do Azeite do Alentejo, em Moura.

É assinalado o Dia Europeu das Barragens e Albufeiras e a AgdA assina protocolo com o LNEC para assessoria técnica especializada nas barragens de aproveitamentos hidráulicos geridos por empresas do Grupo AdP.



JUNHO 2025

Participação em 3 Feiras: na Santiago, em Santiago do Cacém e na Feira Do Campo Alentejano, em Aljustrel e na PIMEL, em Alcácer do Sal.

Dia da Criança assinalado com visita ao Centro de Ciência Viva com filhos dos colaboradores.

AgdA no encontro “Resiliência dos Sistemas de Abastecimento de Água”, promovido pela APDA, com o Presidente do Conselho de Administração da AgdA, Eng. Diogo Nascimento a integrar o Painel 3 – “Exemplos Práticos de Disrupções no Abastecimento”.



JULHO 2025

Participação em 3 Feiras: na FACAL, em Almodôvar, na Feira de São Boaventura, em Arraiolos e na FACECO, em Odemira.



AGOSTO 2025

Participação na Feira de Agosto, em Grândola.

Ações de sensibilização ambiental com atividades/jogos/dinâmicas para crianças nos municípios de Serpa e Viana do Alentejo.



SETEMBRO 2025

Participação na Feira da Luz/Expomor, em Montemor-o-Novo, na Feira Anual de Cuba e na Feira D'Aires, em Viana do Alentejo.

A AgdA recebe o executivo da Câmara Municipal de Cuba, em visita técnica à nova ETAR de Cuba o executivo da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, em visita técnica à nova ETAR do Cíborro

Comemoração do 16º aniversário da AgdA com evento interno realizado no Alqueva.



NOVEMBRO 2025

AgdA presente no ENEG 2025 e na Expo Conferência da Água.

A AgdA é distinguida pela Cercibeja com o Prémio "Sou Solidário", uma iniciativa que reconhece o contributo solidário de entidades e pessoas para a missão da cooperativa de educação e inclusão social.



OUTUBRO 2025

A AgdA aliou-se ao município de Grândola no movimento "outubro Rosa" da Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC), iluminando o Reservatório de Grândola de cor-de-rosa durante o mês de outubro.

Participação na Feira da Caça, em Mértola e na Feira dos Santos e Frutos Secos 2025, em Alvito.



DEZEMBRO 2025

A AgdA convidou os colaboradores com filhos até aos 12 anos de idade a participar numa tarde especial com atividades para as crianças e espírito natalício na ETA da Magra.



SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL 2025

As visitas às instalações e as ações de sensibilização desempenham um papel crucial no âmbito da Sensibilização Ambiental. Em 2025, impactámos cerca de 1 160 pessoas nestas atividades, permitindo sensibilizar a comunidade para o uso eficiente da água e para a correta utilização da rede de saneamento. Estas iniciativas foram destinadas, maioritariamente, ao público escolar, contando com o apoio da Direção de Operação da AgdA.



Em 2025, lançámos os concursos de desenho e fotografia sob o tema “Água: Um recurso, diferentes olhares”. Estes concursos, dirigidos a alunos do 1.º Ciclo (Desenho) e do Ensino Secundário (Fotografia) dos Municípios que englobam a parceria, para o ano letivo 2025/26, pretendem fomentar a criatividade e a reflexão sobre a importância da água e os desafios da sua gestão sustentável. Pretende-se incentivar os jovens a exprimirem, através do desenho e/ou fotografia, a sua visão sobre como podemos proteger, valorizar e utilizar com consciência este recurso vital.



CAMPANHAS DESENVOLVIDAS EM 2025:

Somos, há dezasseis anos, responsáveis pela gestão de forma integrada em "alta" dos serviços de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais em 20 Municípios ao longo do vasto Alentejo. Continuaremos a dignificar o nosso serviço, procurando criar um mundo mais resiliente e sustentável, não só através das nossas intervenções, como também através de campanhas de sensibilização que nos permitem consciencializar a população. Com o objetivo de dar continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo dos anos, algumas das nossas campanhas prolongam-se no tempo e as campanhas de 2025 mantiveram o foco no alerta para o uso eficiente de água e para a correta utilização da rede de saneamento. Demos, assim, particular importância ao reforço das mensagens em momentos-chave por outras iniciativas de comunicação e sensibilização direta.

➤ No Cano Lixo Não

Esta campanha mantém-se atual e relevante, sendo por esse motivo que continuámos a divulgar a mesma. Este tema foi abordado em várias situações, como em visitas de estudo às instalações, ações de sensibilização, feiras e na distribuição de folhetos junto dos Municípios, quando solicitado. O objetivo é alertar a população sobre o que não deve ir para o esgoto e as consequências dos resíduos deitados no cano.



➤ Água é Vida. Não a desperdice.

Continuação da campanha sob o mote “Água é vida. Não a desperdice”, do Grupo Águas de Portugal (AdP), com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

A AgdA mantém-se associada a esta campanha, que alerta para a importância da água, sendo particularmente direcionada para territórios frequentemente afetados pela seca, como o Alentejo.

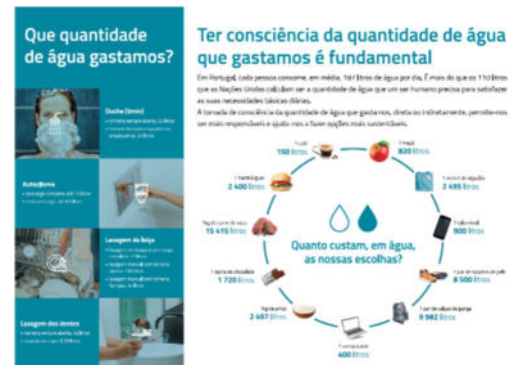
Assim, o nosso objetivo é que a mensagem seja amplamente difundida para que possamos atingir a meta da utilização sustentável e parcimoniosa da água, que é imperativa para o futuro de todos. A campanha multimeios utilizou o conceito de “tempo” para mostrar que uma torneira aberta durante um minuto pode gastar até 12 litros de água. Quando este valor é multiplicado à escala da população em Portugal, o desperdício diário corresponderia às necessidades básicas de cerca de 1 milhão de pessoas.

Investimos na partilha da campanha nas redes sociais, na assinatura de e-mail, na distribuição de folhetos e na promoção da campanha em ações de sensibilização ambiental.



➤ Água com um pingo de consciência

Prolongámos também a campanha “Água com um pingo de consciência”, através da promoção em ações de sensibilização nas escolas e com a distribuição de folhetos trípticos da nas feiras, uma vez que esta campanha, impulsionada pela AdP para toda a área geográfica abrangida pelas empresas do Grupo, aborda o valor da água tendo como foco o uso da água virtual. Com o objetivo de divulgar a campanha, foram utilizados os respetivos vídeos nas ações de sensibilização e em feiras.



➤ Tenha uma ecoatitude

Esta campanha, direcionada aos trabalhadores, continua em vigor, com o propósito de incentivar os mesmos a ter hábitos e práticas sustentáveis, tanto ao nível da poupança de energia, como ao nível da reciclagem. A divulgação desta campanha é feita através de sinaléticas e cartazes expostos em todas as infraestruturas da AgdA.

Sinalética
Colocação de sinalética nos interruptores e nos comandos de AC a sensibilizar os colaboradores para que tenham uma EcoAtitude.

Tenha uma EcoAtitude. Apague a luz ao sair, se faz favor.

Tenha uma EcoAtitude. Reduza a temperatura da AC Condicionada.

- Não deixe a temperatura ambiente superior a 26°C.
- Não deixe a temperatura ambiente inferior a 20°C.
- Não deixe a temperatura ambiente superior a 26°C.
- Não deixe a temperatura ambiente inferior a 20°C.

Cartazes
Cartazes com boas práticas a adotar nas Copas e nos WC, nas diversas áreas (água, gestão de resíduos, energia, etc.).

Dicas para a eficiência na copa

- Não deixe a água a correr enquanto se lava as mãos.
- Não deixe a água a correr enquanto se lava a louça.
- Não deixe a água a correr enquanto se lava a roupa.
- Não deixe a água a correr enquanto se lava o chão.

Tenha uma EcoAtitude! Faça a correta separação dos resíduos

Copos café usados → [Lixo Orgânico]

Resíduos de café, guardanapos e outros papéis → [Papelão]

Cartões e papel limpo → [Papelão]

Guardamos os resíduos e os resíduos de café são 100% orgânicos

Obrigado!

Tenha uma EcoAtitude! Faça a correta separação dos resíduos

Que deve conter	Que não deve conter
Vidrio <ul style="list-style-type: none">• Garrafas de vidro limpas e sem tampas• Copos de vidro limpos e sem tampas• Copos de vidro com tampas• Copos de vidro com tampas e tampas	<ul style="list-style-type: none">• Vidros quebrados e com vidro partido• Vidros com líquidos e resíduos• Vidros com tampas e tampas• Vidros com tampas e tampas
Papelão <ul style="list-style-type: none">• Caixas de cartão limpas e sem tampas• Caixas de cartão com tampas• Caixas de cartão com tampas e tampas• Caixas de cartão com tampas e tampas	<ul style="list-style-type: none">• Caixas de cartão com líquidos e resíduos• Caixas de cartão com líquidos e resíduos• Caixas de cartão com líquidos e resíduos• Caixas de cartão com líquidos e resíduos
Embalagem <ul style="list-style-type: none">• Embalagens de plástico limpas e sem tampas• Embalagens de plástico com tampas• Embalagens de plástico com tampas e tampas• Embalagens de plástico com tampas e tampas	<ul style="list-style-type: none">• Embalagens de plástico com líquidos e resíduos• Embalagens de plástico com líquidos e resíduos• Embalagens de plástico com líquidos e resíduos• Embalagens de plástico com líquidos e resíduos
Resíduos orgânicos <ul style="list-style-type: none">• Restos de comida e resíduos de cozinha• Restos de comida e resíduos de cozinha• Restos de comida e resíduos de cozinha• Restos de comida e resíduos de cozinha	<ul style="list-style-type: none">• Restos de comida e resíduos de cozinha• Restos de comida e resíduos de cozinha• Restos de comida e resíduos de cozinha• Restos de comida e resíduos de cozinha

7.4.12. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, DECARBONIZAÇÃO E ECONOMIA CIRCULAR

A maior circularidade do nosso setor, integrando instrumentos económicos corretos para potenciar a promoção da reutilização de águas residuais com modelos de negócio adequados aos diferentes contextos e a gestão das lamas de ETA e ETAR com modelos de negócio assentes na valorização destes subprodutos e sua reintrodução na cadeia de valor, tendem a integrar o modelo de negócio das entidades gestoras.

Também a integração das águas pluviais irá assistir a importantes desenvolvimentos, com é patente no sentido da política pública, sinalizada também na designação do novo Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e de Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030) para o período 2021-2030, em elaboração.

A aposta no aumento da eficiência e produção de energia, potenciada pelo nexus água-energia também já salientámos.

É, pois, com importantes mudanças, mesmo de paradigma no pensamento e abordagem que nos temos vindo a preparar para responder aos desafios sociais que enfrentamos e que em 2025 demos continuidade.

A eficiência e diversificação de origens e de vários níveis de serviços de águas, determinados em consulta com as comunidades, impõem novas competências em várias áreas, como as novas tecnologias de engenharia e ciências ambientais e sociais, economia, marketing, política, atendimento ao cliente, saúde, consulta e pesquisa aplicada.

É, pois, cientes destes desenvolvimentos que temos vindo a tomar importantes decisões ao nível da gestão, assim como um conjunto de propostas que os parceiros se encontram a discutir.

7.4.13. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO / INOVAÇÃO

A aposta em ID&I demonstra a vontade de procurar a mudança na empresa e nas comunidades, tendo em vista a melhoria contínua dos processos, aprofundar o conhecimento e a satisfação das partes interessadas e contribuir para o desenvolvimento sustentável dos nossos serviços e do nosso território.

Cientes da sua importância, o Grupo Águas de Portugal, no seguimento do Quadro Estratégico de Compromisso, veio reforçar a sua aposta através da apresentação da Estratégia de Inovação 360°.

A expressão dos desafios e a relevante incerteza que enfrentamos constitui um incentivo acrescido para a nossa aposta.

Conscientes das limitações decorrentes da nossa fase de desenvolvimento, mas também das características e especificidades do nosso território e da estratégia que tem vindo a ser implementada no nosso território, singular no Continente, a que não é alheia a circunstância de também constituir um *hotspot* para o impacto das alterações climáticas, tem sido com grande disponibilidade e empenho que temos continuado a promover e participar num conjunto de projetos em parcerias nacionais e internacionais alargadas, relativamente aos quais merecem especial referência no passado recente¹³:

- PREDAQUA - Pre-Tratamientos de Depuración de águas industriales y domésticas: contribución a un Desarrollo Económico respetuoso con el Medio Ambiente (2015-2019), destinado a evitar que efluentes industriais de queijarias, lagares e adegas e domésticos colapsem redes e outras infraestruturas;
- Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas (PEAAC), (2018-2019);
- Projeto Life Alchemia (2017-2021), projeto europeu que tem como principal objetivo remover a radioatividade natural na água potável;
- Projeto REUSE I e II (2019 a 2021), projeto de produção, fornecimento e aplicação de ApR numa parcela de romanzeiras e ensaio de sistema de desinfecção solar;
- AQUAVINI (2021), projeto de produção, fornecimento e aplicação de ApR em rega de uma vinha;
- Projeto Demola – O papel das comunidades na segurança hídrica (2021) foi o desafio colocado aos alunos no âmbito da nossa participação;
- Iniciativa AGITAR, a inovação social para promover a maior proximidade e participação das comunidades na elevação do desempenho ambiental (2022).

¹³ No nosso sítio da internet pode ser obtida informação adicional.

Na mesma linha e em desenvolvimento, encontramos-nos a participar num conjunto de projetos, dos quais merecem especial referência:

Projeto AgreeMAR no âmbito do programa PRIMA (2022-2025)

O projeto AGREEMAR propõe uma gestão melhorada e integrada dos recursos hídricos centrada na otimização do armazenamento de água no subsolo com o objetivo de aumentar a segurança hídrica na região mediterrânica. Para atingir esse objetivo, o projeto desenvolverá uma metodologia integrada, participativa e coordenada para avaliar e mapear a viabilidade de soluções baseadas na natureza, como a gestão da recarga de aquíferos (MAR) para adaptação às mudanças climáticas em alinhamento com os princípios de Gestão Integrada de Recursos Hídricos. As origens de água para recarga incluem os excedentes hídricos de anos húmidos, águas residuais com tratamento terciário e os excedentes industriais devidamente tratados.

O projeto é coordenado pelo grupo INOWAS da Universidade Técnica de Dresden e tem a participação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), sendo financiado pelas agências nacionais para a investigação e tecnologia da Alemanha (Bundesministerium für Bildung und Forschung – BMBF), Chipre (Research & Innovation Foundation – RIF), Portugal (Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT), Espanha (Ministerio de Ciencia e Innovación – MCI) e Tunísia (Ministère de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche Scientifique – MESRS) através do programa Partnership for Research and Innovation in the Mediterranean Area (PRIMA). O programa PRIMA é suportado pelo Horizonte 2020 no âmbito do Quadro para a Investigação e Inovação da União Europeia.

No âmbito do projeto, a ETAR da Comporta é o demo português.

Projeto MARCLAIMED - Ferramenta integrada de apoio à decisão para uma aplicação da gestão da recarga de aquíferos com recursos hídricos alternativos em planos de gestão de bacias hidrográficas e de secas.

Aprovação do financiamento do projeto MARCLAIMED no âmbito do programa Horizonte Europa. Este projeto tem como objetivo integrar a Gestão da Recarga de Aquíferos nos instrumentos de planeamento dos recursos hídricos, reforçando os sistemas de abastecimento nas vertentes de adaptação às alterações climáticas e resiliência.

As ferramentas desenvolvidas no âmbito do projeto serão validadas em 3 locais de demonstração, sendo no caso de Portugal a ETAR da Comporta, constituindo um dos principais objetivos do projeto a replicação noutros locais das abordagens testadas.

O Consórcio é composto por 12 parceiros provenientes da Áustria, Bélgica, Espanha, França, Países Baixos, Polónia e Portugal, sendo a coordenação assegurada pela CETAQUA - Centro Tecnológico del Água. Os projetos de demonstração serão desenvolvidos pela AgdA, Aigües de Barcelona (Espanha) e Acacia Water (Países Baixos).

Em 2025 merece também especial referência a continuidade de estudos e a participação em candidaturas num conjunto de projetos e a associação a parcerias, sob diversas perspetivas, que constituem uma oportunidade de reflexão para um conjunto

de desafios e de estreitar laços, que confirmam o interesse que o nosso território suscita para o aprofundamento de um conjunto de respostas aos principais desafios climáticos:

- Aprovação de projeto no âmbito do 1º Concurso AdP Inovação Proativa, integrando consórcio com a Águas do Norte e a Águas do Vale do Tejo para a criação de uma plataforma colaborativa de licenciamento da produção e utilização de água para reutilização (ApR), tendo em vista a criação de um balcão único de acesso para os potenciais utilizadores e empresas do Grupo AdP de modo promover a procura e customizar a instrução do processo de licenciamento, incluindo o cálculo de estimativas de tarifas;

8. RISCO E CONTROLO

8.1. Sistema de Controlo Interno e Gestão do Risco Empresarial

A AgdA e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da prevenção da corrupção e infrações conexas, bem como à transparência da informação e à fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a AgdA se inclui, e por forma a possibilitar o cumprimento das obrigações legais decorrentes do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do Controlo Interno (CI) existente nas empresas, em 2025, e concluída a Fase 2, procedeu-se à consolidação do funcionamento do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

A escolha deste modelo assenta na sua flexibilidade, adaptabilidade à estrutura e atividades de negócio das empresas, abrangência e fiabilidade na resposta que proporciona aos desafios internos ou externos existentes. Este modelo possibilita uma correlação direta entre os objetivos que a organização define, ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as componentes do CI (Ambiente de Controlo, Avaliação de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), representativas da estrutura funcional da empresa e essenciais para a sua concretização.



- **AMBIENTE DE CONTROLO**

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. Contempla um conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização e define o espírito da organização, influenciando a consciência que os trabalhadores têm para o risco. É a base de todas as restantes componentes do SCI.

- **AVALIAÇÃO DE RISCO**

Visa identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos, de forma consistente e por categorias, aos diferentes níveis da organização - operações, reporte e conformidade - com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

- **ATIVIDADES DE CONTROLO**

Correspondem às atividades recorrentes desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos nos processos de negócio da empresa. As atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração, para mitigar os riscos na concretização dos objetivos, são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização, em várias etapas dos processos de negócio e no ambiente tecnológico. Podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

- **INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Componente instituída para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e do controlo da atividade e dos riscos da empresa.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade, proveniente de fontes internas e/ou externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é um processo contínuo que permite compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para atingir os objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente.

A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Permite assegurar que os trabalhadores recebem uma mensagem clara por parte da gestão sobre a relevância do controlo interno e a forma responsável, como as atividades de controlo devem ser assumidas.

A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

- **MONITORIZAÇÃO DE ATIVIDADES**

A Monitorização é executada com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, garantindo, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

São utilizadas avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, variam em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração, e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são igualmente comunicadas ao Conselho de Administração.

Em 2025 foi concluída a Fase 2 do Projeto de Implementação do SCI, com o mapeamento, de parte dos restantes processos de negócio identificados como críticos, o qual compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC), onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação. Presentemente, encontra-se em fase de atualização o Manual de Controlo Interno, com a inclusão dos documentos que se encontram a ser elaborados.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, promover a melhoria dos conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados. Será ainda definido e formalizado o modelo de governo do SCI a utilizar nas empresas do Grupo AdP, por forma a responsabilizar e consciencializar os diferentes interlocutores do processo e dotá-los de meios que possibilitem um acompanhamento permanente dos controlos e do seu funcionamento, tornando o CI uma ferramenta útil para a gestão da empresa.

Foi dada continuidade à avaliação das métricas de avaliação do SCI, a qual possibilita aferir o cumprimento das mesmas nas várias componentes do CI e obter uma visão global sobre a preocupação da empresa com a temática do CI.

A avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados da eficácia no funcionamento dos controlos chave decorrentes das auditorias realizadas, possibilitará a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, proporcionando um nível de segurança razoável quanto à sua eficácia à Administração da AgdA.

Tem vindo a ser efetuada a sensibilização ao CI e pretende-se a realização de formação específica sobre a temática, conforme previsto nas métricas do SCI, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, designadamente pelos responsáveis dos processos de negócio.

A existência do SCI, conjugada com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirá ao Conselho de Administração da AgdA, reforçar o seu enfoque na monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e resultantes da operação diária da empresa.

Com efeito, a existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco e promove o amadurecimento da cultura de risco da organização, permitindo:

- i. estabelecer uma linguagem comum para a definição e conceito dos riscos;
- ii. assegurar o alinhamento entre os objetivos definidos, os riscos e controlos existentes na empresa;
- iii. reduzir o risco de perda de investimentos e ativos; e
- iv. reforçar a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com leis e regulamentação aplicáveis.

A adequabilidade do SCl encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

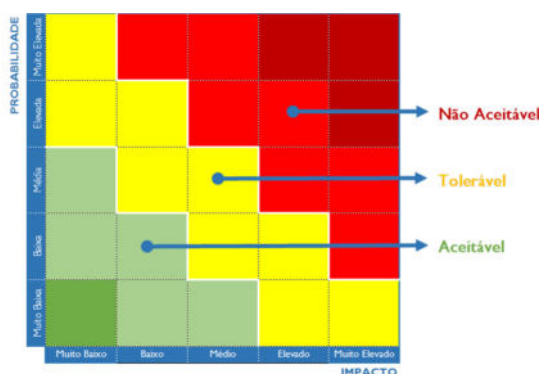
Com vista a assegurar a melhoria contínua, a adaptação às melhores práticas internacionais, uma maior efetividade e continuidade no processo de avaliação e a atualização face à realidade envolvente ao grupo AdP, encontra-se em curso a revisão do Modelo de Gestão do Risco Empresarial vigente. Esta alteração, que já contemplou a atualização da matriz de riscos do Grupo, integra ainda:

- i. a modificação da metodologia de avaliação, que passará a assentar numa análise quantitativa suportada em indicadores, presentemente em fase de identificação e validação quanto à sua aderência; e
- ii. a implementação de um modelo de governo para a gestão do risco, em elaboração no decurso de 2025.

Alinhado com a metodologia COSO, o novo modelo organiza os riscos segundo uma estrutura de classes e categorias, conforme apresentado em baixo:

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE SERVIÇO
CATEGORIAS	Relação com Stakeholders	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas
	Capital Humano	Financeiros	Resiliência das Operações
			Eficiência, circularidade e inovação

A avaliação dos riscos é presentemente realizada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCl instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspectiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspectiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, na avaliação interna do nível de risco a que a empresa está sujeita e no acompanhamento das medidas de mitigação definidas.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela AgdA, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a monitorização e tratamento são complementados por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidades de valor para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à semelhança dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas mesmas.

No âmbito do projeto de revisão do modelo de Gestão de Risco anteriormente referido, será dada continuidade ao mesmo através do desenvolvimento das seguintes fases/atividades:

- A aprovação formal da metodologia de avaliação do risco revista no grupo AdP
- A aprovação formal do modelo de governo associado à Gestão de Risco

- A aprovação formal do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A conclusão da identificação dos *Key Risk Indicators (KRI)* a utilizar na avaliação futura dos riscos, bem como a realização dos respetivos testes de cálculo, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva
- A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno

Em 2025 foi realizado novo exercício de avaliação do Risco, conforme previsto no modelo de gestão de risco em vigor, e definidos pela empresa os PTR e os PIO entendidos como críticos para a mitigação das avaliações consideradas em patamar Tolerável ou Não Tolerável.

Apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a AgdA se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2025:

- Água para Abastecimento – Risco de incumprimento dos parâmetros exigíveis de qualidade da água no abastecimento.
- Atração e Retenção de Talento – Risco de inexistência ou falhas nas competências e qualificações necessárias à prossecução da estratégia definida devido à incapacidade de atração, contratação, desenvolvimento e retenção de talento.

8.2. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

8.2.1. FATORES DE RISCO

As atividades da AgdA e do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

8.2.2. RISCO DE MERCADO

Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AgdA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AgdA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AgdA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da empresa.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DA TAXA DE JURO

	31.12.2025	Taxa Média + 1%	Taxa Média - 1%
Juros suportados à taxa variável	956 296	1 194 738	717 333
TOTAL	956 296	1 194 738	717 333

O impacto da variação de taxa mensurada é calculado num prazo de doze meses.

Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da AgdA em energia e combustíveis, representam aproximadamente 30,70% do total de fornecimentos e serviços externos. A AgdA através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AgdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

RISCO DE LIQUIDEZ

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Passivo				
Empréstimos	2 158 239	33 609 237	28 387 097	64 154 574
Fornecedores e outros Passivos	4 292 186	0	0	4 292 186
Passivos de Locação	123 759	22 266	0	146 025
TOTAL	6 574 184	33 631 504	28 387 097	68 592 784

Os empréstimos contratados são maioritariamente BEI e permitiram contratualmente que a AgdA e o Grupo AdP escolhessem a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI

foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, e para o período subsequente manteve-se a taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro	Capital em dívida em 31.12.2025(Eur)
2025	39 354 839
2026	38 064 516
2027	36 129 032
2028	33 548 387
2029	30 967 742
2030	28 387 097
2040	2 580 645
2042	0

A AgdA apenas dispõe de contrato “BEI V”, não sendo entre garantido através de contratos de fiança celebrados entre a República Portuguesa e o BEI.

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos acionistas e outros empréstimos bancários) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2025 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2025 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AgdA não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, uma vez que AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

O objetivo da AgdA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

RISCO DE CAPITAL

	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos não correntes	(61 996 334)	(63 241 202)
Empréstimos correntes	(2 158 239)	(1 536 058)
Disponibilidades	1 790 604	1 075 700
Dívida Líquida	(62 363 970)	(63 701 560)
Subsídios ao investimento	93 139 691	87 334 603
Total do capital próprio	15 930 649	15 178 491
Capital e Subsídios	109 070 340	102 513 095
Dívida Líquida/total do capital	57%	62%

O modelo de financiamento da Empresa assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, no financiamento acionista e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A AgdA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes da AgdA tem essencialmente a naturezas de autarquias locais ou empresa municipal.

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas que de imediato têm sido solucionadas. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da AgdA entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AgdA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2025 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS

	31.12.2025	31.12.2024
Depósitos à Ordem	1 784 004	1 072 741
Depósitos Prazo	0	0
Fundo de reconstituição do capital	0	0
Outros	0	0
TOTAL	1 784 004	1 072 741

DEPÓSITOS À ORDEM

	31.12.2025	31.12.2024
Novo Banco	2 581	2 740
Santander Totta	0	2 880
Caixa Geral de Depósitos	14 392	14 564
Banco Português do Investimento	117	585
Millennium BCP	265	889
Bankinter	6 359	17 384
Instituto de Gestão do Crédito Público	1 760 290	1 033 698
Depósitos à Ordem	1 784 004	1 072 741

RATING'S

	Moody's Longo prazo Ano 2025	Moody's Longo prazo Ano 2024
Novo Banco	BBB	BBB+
Banco Santander Totta	A	A
Caixa Geral de Depósitos	A	A-
Caixa de Crédito Agrícola	Baa2	Baa1
Banco Português do Investimento	A	A
Millennium BCP	BBB+	BBB+
Banco Bankinter	A	A
Instituto de Gestão do Crédito Público	A	A

8.2.3. RISCO DE EXPLORAÇÃO

Risco de catástrofe

A AgdA está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a AgdA tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela Empresa. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

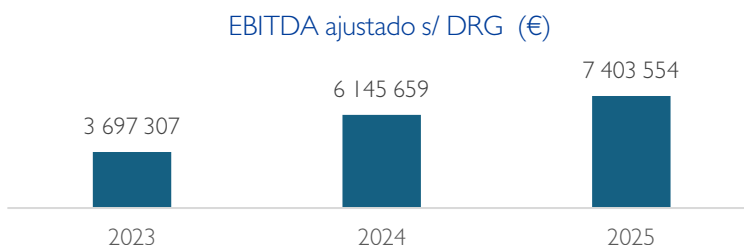
9. DESEMPENHO ECONÓMICO – FINANCEIRO

9.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

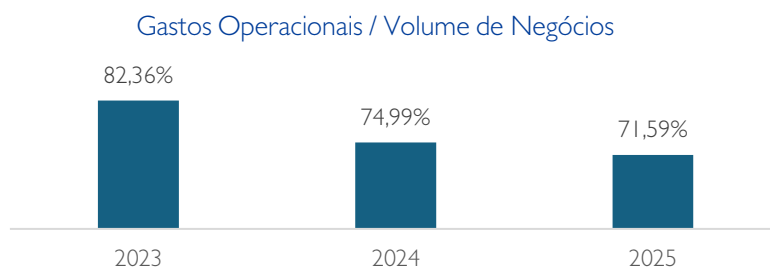
A AgdA encerrou o exercício de 2025 com um resultado líquido de 752 mil euros, abaixo do valor do ano transato em resultado da redução da Taxa Obrigações do Tesouro a 10 anos. Nos termos do contrato de gestão a remuneração Acionista é calculada com a rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade, ou outra equivalente que a venha a substituir que melhor traduza a ausência de risco, após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas, acrescida de uma máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social. Em 2025, os capitais próprios foram remunerados à taxa de 5,86%.



O EBITDA, ajustado do desvio de recuperação de gastos, ascende a 7,404 milhões de euros, o que representa um aumento de 20,52% relativamente ao ano anterior.



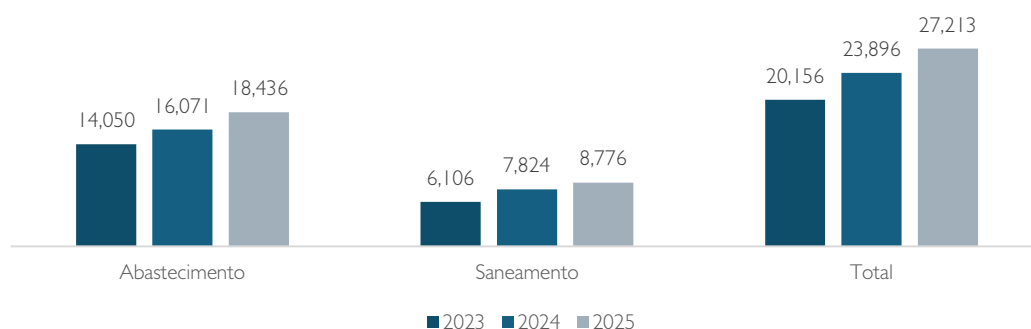
Sem prejuízo, merece destaque a melhoria do rácio de cobertura de gastos operacionais pelo volume de negócios (GO/VN)¹⁴ face ao passado recente, evidenciando uma consolidação das atividades, num contexto de maior exigência em matéria de eficiência produtiva, conforme se poderá obstar no ponto 14 do capítulo de Cumprimento de Obrigações Legais.



¹⁴ GO/VN | GO=CMVMC+FSE+GP | VN=VENDAS+PSERV.

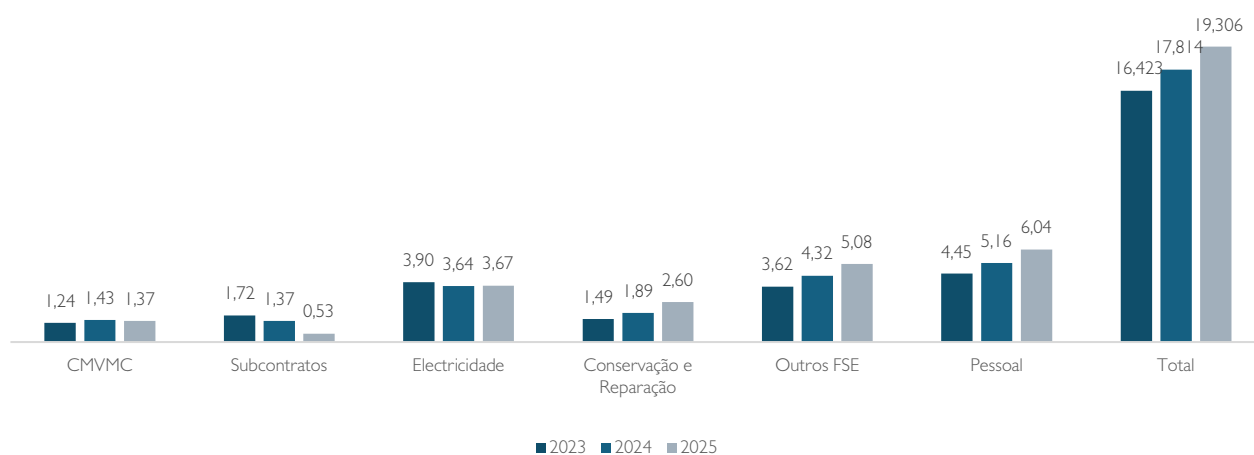
O volume de negócios, expurgado do rédito de construção de ativos, ao abrigo da norma IFRIC 12 e do desvio de recuperação de gastos, ascendeu a 27,213 milhões de euros, ou seja mais 13,88% relativamente ao ano anterior.

Volume de Negócios por atividade (m€)

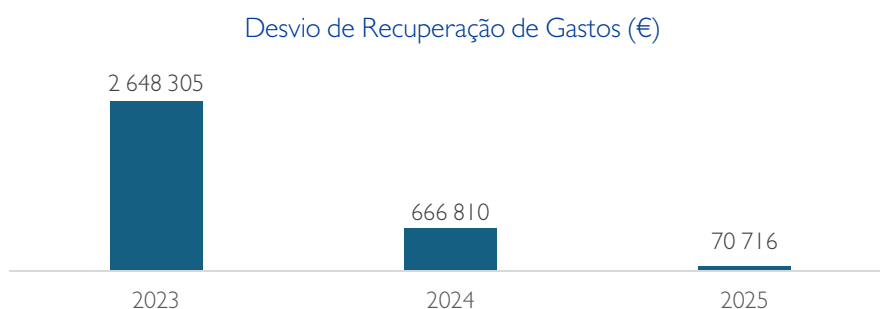


O conjunto de gastos de exploração aumentou 1,493 milhões de euros em 2025, passando de 17,814 milhões de euros para 19,306 milhões de euros. A circunstância de ainda nos encontrarmos em fase de execução de investimentos, que visam o alargamento e a melhoria da qualidade do serviço prestado, antecipam uma margem de crescimento de encargos e volume de negócios, com especial incidência nos serviços de saneamento. Dar particular relevância ao aumento de gastos com a manutenção de infraestruturas, reforçando a necessidade de adotar práticas preventivas na conservação de infraestruturas de forma a mitigar riscos de degradação e ineficiências no funcionamento destas. Também os gastos com pessoal evoluíram positivamente, justificado pelo aumento de remunerações pela concretização do acordo plurianual de valorização remuneratória e ainda pelo aumento do número médio de trabalhadores.

Estrutura de custos cash (m€)

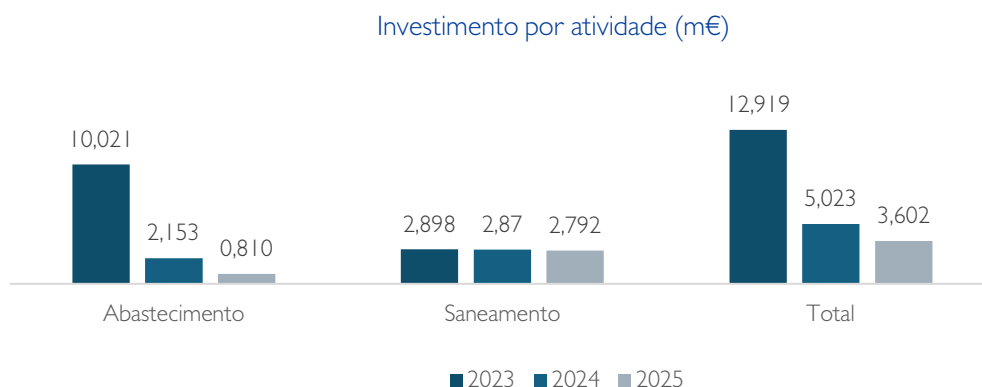


O desvio de recuperação de gastos, correspondente à diferença entre a remuneração acionista e o resultado líquido gerado pela respetiva atividade. Este foi deficitário em 0,071 milhões de euros, circunstância que decorreu da regularização do acordo com a Associação de Beneficiários do Roxo, dando termino a um longo processo de contencioso iniciado em 2010, cujo impacto se cifou em 0,535, bem como ao reconhecimento de uma potencial prescrição de juros de mora por faturar aos municípios, com impacto de 0,987 milhões de euros, pese embora o Conselho de Administração mantenha a expectativa de vir a receber o montante no seu todo. O reconhecimento destes 2 impactos resultaram no défice tarifário, situação que colocaria a empresa num superavit de 1,451 milhões de euros.



9.2. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

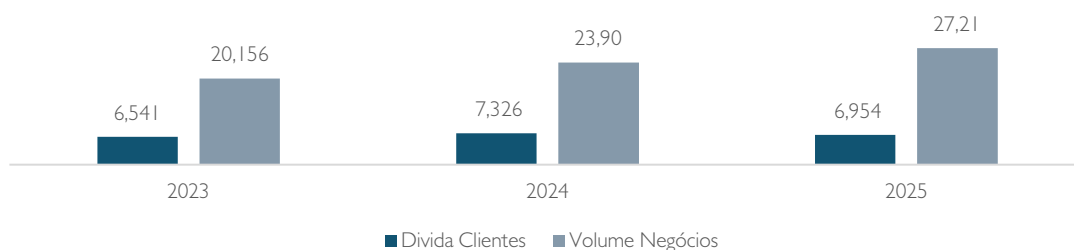
O ativo líquido total aumentou cerca de 2,536 milhões de euros, como resultado das variações conjugadas do ativo corrente (+3,826 milhões de euros) e do ativo não corrente (-1,290 milhões de euros), este último justificado pela redução do Imposto Diferido Ativo em resultado das previsões de redução de impostos.



O aumento em ativos correntes justifica-se maioritariamente pelo reconhecimento de fundos comunitários a receber, registados em outros ativos correntes, designadamente pela execução de investimentos integrados em contratos de financiamento aprovados e contratualizados com a C.C.D.R.

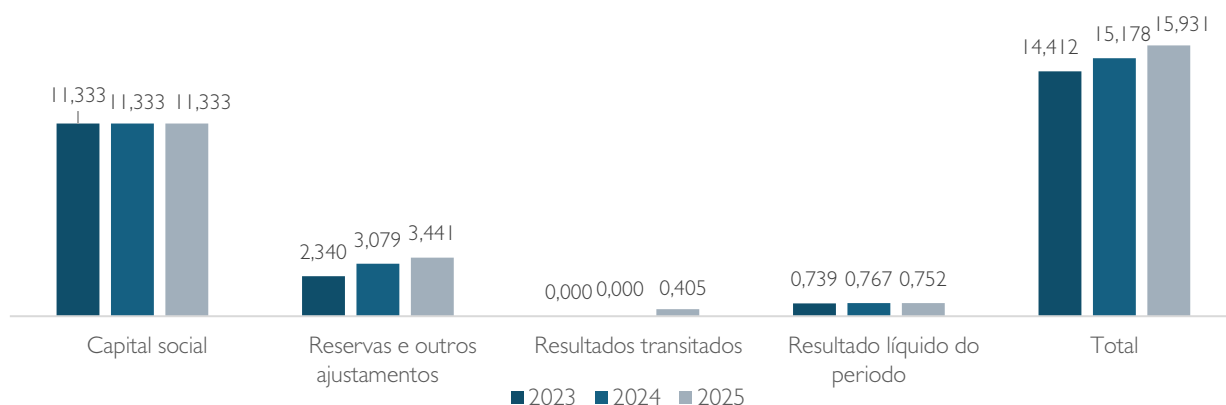
O crédito de clientes registou uma redução de 5,1% pese embora o aumento do volume de negócios em 13,84%.

Dívida total de clientes vs volume de negócios (m€)



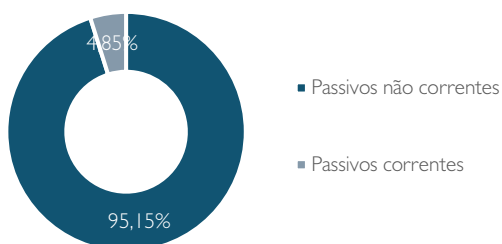
O capital próprio aumentou 0,752 milhões de euros no exercício, correspondendo ao resultado líquido de 2025, totalizando 15,931 milhões de euros,

Decomposição do capital próprio (m€)

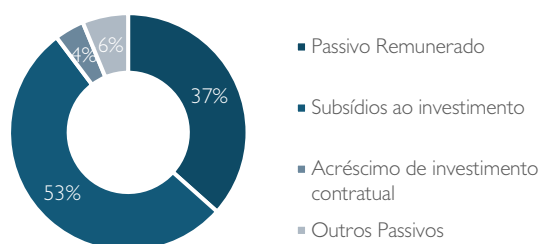


O passivo total aumentou 1,31%, passando para 175,305 milhões de euros, decorrente essencialmente do aumento dos subsídios ao investimento em 5,805 milhões de euros. O passivo não corrente, no valor de 166,799 milhões de euros, representa 95,15% do total do passivo sendo composto essencialmente por: (i) empréstimos (no valor de 61,999 milhões de euros) (ii) subsídios ao investimento (no valor de 93,140 milhões de euros); e (iii) acréscimos de gastos de investimento contratual (no valor de 7,110 milhões de euros).

Distribuição do passivo

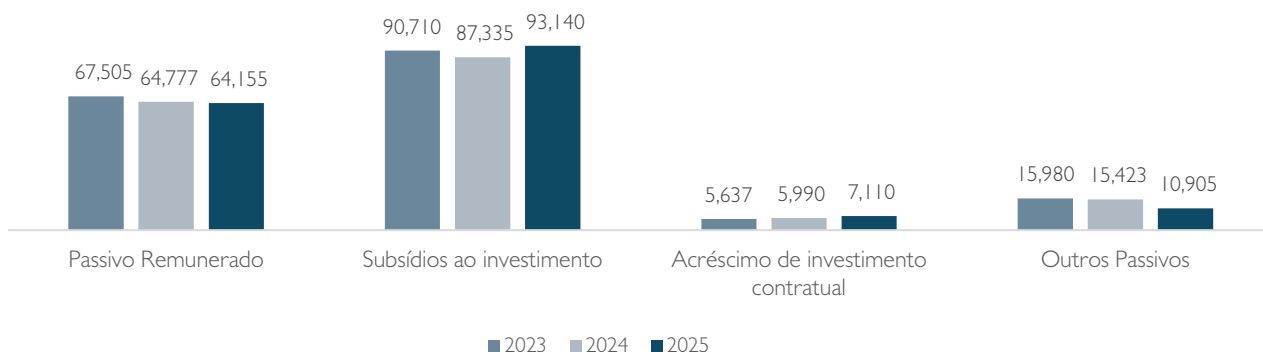


Composição do passivo



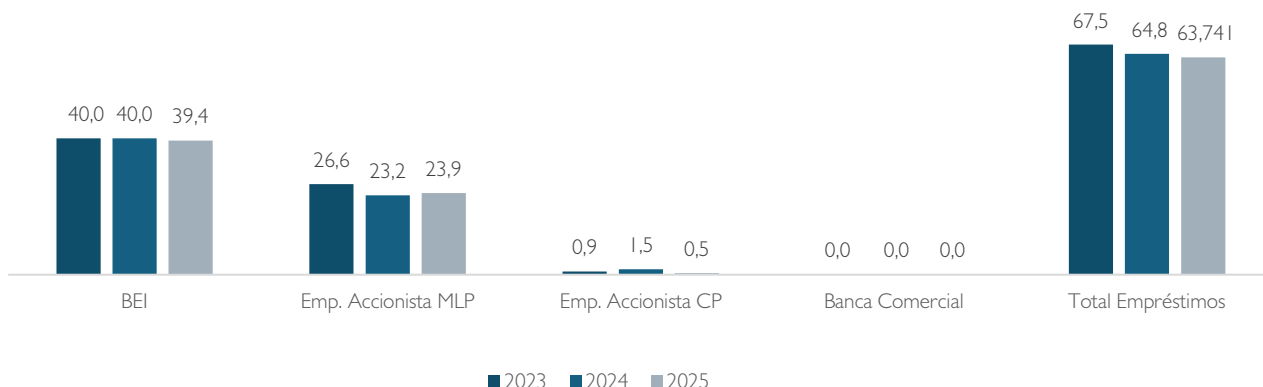
No passivo não corrente salienta-se a expressão do montante associado aos subsídios ao investimento, a reconhecer como rendimento, configurando-se por isso como *quasi*-capital.

Composição do Passivo (m€)



O valor de passivo remunerado ascende a 63,741 milhões de euros, tendo-se verificado uma diminuição em 2025 essencialmente pela conjugação de dois fatores, recebimento de fundos comunitários que permitiram amortizar financiamento e a redução em 1,421 milhões de euros do investimento realizado.

Empréstimos (m€)



O financiamento comunitário constitui um pilar central para a concretização das intervenções estratégicas em curso no nosso território, atentas as características destes serviços e os desafios ambientais que vem ampliar de forma significativa as exigências de um território de baixa densidade, onde a intensidade da escassez já se faz sentir com especial acuidade.

FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO (M€)

Programa	AA	AR	Total
POVT	23,6	16,9	40,5
POSEUR	60,6	15,2	75,8
COMPETE 2020 / REACT-EU	0,4	2,4	2,8
ALENTEJO 2030*	3,0	4,6	7,6
TOTAL	87,6	39,1	126,7

*Financiamento Contratualizado

É pois, partindo da importância dos financiamentos comunitários para a sustentabilidade, mas também da competitividade do território, que a partir da atualização do plano inicial de investimentos em infraestruturas, desenvolvemos ainda uma reflexão interna destinada a suportar o desafio de capitalizar para o território as oportunidades proporcionadas pelo Instrumento de Recuperação e Resiliência (IRR), pelas Bases do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo e por um quadro comunitário de apoio mais alargado (2030), para melhor respondermos aos desafios da resiliência e segurança hídrica, mas também das oportunidades proporcionadas por uma agenda verde e digital.

10. EVENTOS RELEVANTES SUBSEQUENTES

Em resultado das tempestades verificadas em janeiro e fevereiro de 2026 resultaram danos nas infraestruturas da AgdA com impacto na atividade, particularmente infraestruturas situadas nos Concelhos de Alcácer do Sal, Odemira e Serpa.

A Conselho de Administração ativou o Gabinete de Gestão de Crises e Emergência e foram acionados os seguros patrimoniais.

Sem prejuízo do referido, não se esperam impactos financeiros significativos atendendo a que se espera que os danos sejam comparticipados pelos seguros e pelas linhas anunciadas pelo Governo. Paulatinamente as atividades foram sendo retomadas nas áreas abrangidas.

O Conselho de Administração declara que, após o termo do exercício de 2025 e para além do já referido, não se observaram outros quaisquer factos relevantes que justifiquem o seu registo.

11. PERSPECTIVAS FUTURAS

O ano 2025 veio tornar evidente que cada vez mais estamos expostos a situações extremas, seja ao nível da seca, que atravessámos nos últimos anos, seja ao nível de episódios de intempéries, e períodos de forte precipitação, como aconteceu recentemente. Desta forma, receia-se o agravamento das condições de abastecimento em determinados sistemas, tornando-se evidente a necessidade de concretizar os investimentos previstos. Este facto assume especial relevância, uma vez que a atual versão do Plano de Investimentos já reflete o atraso acumulado na sua concretização, em resultado de eventos ocorridos no passado recente, como o congelamento do investimento verificado no período de intervenção da Troika (2011-2015) e os constrangimentos causados pelo estado de alerta devido à COVID-19 (2020-2022).

No quadro de evolução da AgdA, os dois próximos anos também serão particularmente desafiantes, nomeadamente pela consolidação da internalização da operação dos sistemas de águas residuais, pela consolidação da área de manutenção, bem como pela participação em projetos de inovação nacionais e internacionais. A nível interno, mantém-se o objetivo da consolidação das funções de suporte essenciais, nomeadamente manutenção e compras e logística, indispensáveis para a melhoria do nosso desempenho e redução da degradação das infraestruturas. Por esta via, também é pretendida uma afetação mais otimizada do tempo dos vários intervenientes, de modo a aumentar a eficiência dos processos e a eficácia das intervenções.

A crescente exigência associada à prestação dos serviços de água, focada nas questões da eficiência e do cumprimento do quadro legal, por sua vez cada mais exigente, não se coaduna com análises simplistas e parciais, não suportadas em ferramentas que permitam a integração do vasto conjunto de dados gerados na operação diária dos sistemas. Também a necessidade de adotar abordagens mais inovadoras obriga à criação de condições para a formação e valorização profissional dos principais agentes da mudança na empresa.

No que se refere ao abastecimento, a conclusão do estudo “Abastecimento de Água ao Litoral Alentejano: Zona Costeira de Grândola, Santiago do Cacém, Sines, Alcácer do Sal e Zona Norte de Odemira” permitirá identificar as necessidades de intervenção nos sistemas de abastecimento para fazer face aos consumos estimados, tendo em conta a capacidade das origens subterrâneas e de superfície e a capacidade dos sistemas de captação, adução e tratamento. Também para os sistemas de Santa Clara e de Monte da Rocha estão previstos investimentos significativos. No caso de Santa Clara, destaca-se o projeto de abastecimento através de captação direta na albufeira e adução por conduta dedicada até à nova ETA de S. Teotónio e desta às restantes ETA do sistema. No caso de Monte da Rocha, destaca-se a conclusão da empreitada de ligação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva à albufeira de Monte da Rocha, que hoje abastece uma população que se aproxima dos 20 mil habitantes de cinco concelhos.

Como resultado das intervenções associadas ao incremento da fiabilidade do abastecimento, tem-se mantido uma tendência decrescente da necessidade de reforço de abastecimento com o recurso de transporte de água por autotanque. No entanto, o agravamento das disponibilidades hídricas conjugado com o atraso na concretização dos investimentos já previstos ou novos, poderá inverter a referida tendência, com especial impacto em aglomerados com histórico de fiabilidade, nomeadamente de Santiago do Cacém, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Grândola e Alcácer do Sal. Relativamente ao processo de internalização de todo o serviço, deverá ser consolidada a integração dos técnicos operativos contratados nas respetivas equipas. Em relação ao saneamento, também importa realçar a premência da concretização dos investimentos previstos, em

que para além das questões ambientais, verifica-se o risco de aumento das situações de contencioso, com implicações financeiras e reputacionais para a empresa.

No percurso já iniciado pela empresa de utilização de ferramentas de apoio à gestão, destaca-se nos próximos anos o reforço da organização funcional e capacitação tecnológica, destacando-se a consolidação e transformação digital da empresa. Este processo de transformação complementa e concretiza o previsto no Plano Estratégico de Sistemas de Informação da empresa, promovendo as melhores práticas de governação tecnológica e sempre tendo por base as prioridades da empresa.

No contexto da agenda de inovação, e pela especificidade de algumas das nossas soluções e abordagens, condicionadas muitas vezes pelas características do território onde estamos inseridos, manter-se-á a aposta na valorização e capacitação da nossa equipa através da participação em projetos e partilha de conhecimento e de melhores práticas com parceiros nacionais e internacionais. Destaca-se a abordagem inovadora da ligação entre economia circular e águas subterrâneas, no âmbito do projeto europeu MARCLAIMED financiado no âmbito do programa Horizonte Europa, que já mereceu menções e destaques pela sua relevância.

No que se refere à atuação articulada com os parceiros relevantes no território, importa dar continuidade às diligências sentido de uma clarificação da regulação da nossa relação com entidades gestoras de empreendimentos de fins múltiplos e equiparados.

Para além de um conjunto de desafios de organização interna, a capacidade de atuação da empresa está muito condicionada pela garantia e previsibilidade de financiamento. Também o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo constitui um instrumento em que se depositam expectativas face à pertinência das intervenções infraestruturais previstas e aos antecedentes na região do Algarve.

No contexto da sustentabilidade da empresa, importa destacar a relevância da aprovação do estudo de viabilidade económica e financeira, relativo ao quinquénio 2025-2029, ainda em discussão pelos parceiros Estado e Municípios.

Em resumo, desafios como a concretização dos investimentos previstos, a redução dos tempos de resposta a quebras de serviços, o plano de continuidade de negócio, a melhoria de processos, contribuindo para isso a digitalização, telegestão e gestão de ativos, colocam todas as áreas da empresa num nível de exigência significativo.

Melhorar a eficiência ao nível dos processos de compras e contratação, conseguindo reduzir os prazos administrativos, envolvendo para isso todas as áreas interessadas.

A aprovação atempada do PAO, assim como da revisão do EVEF, em curso, serão decisivas para a dispormos de condições estáveis para a concretização dos nossos objetivos, garantindo-se o financiamento necessário que permita a execução dos investimentos previstos.

Incentivar a participação de todos nos vários momentos da vida da empresa, desde a formação profissional até à celebração de várias datas ao longo do ano, permitirá uma maior agregação das equipas e criação de identidade empresarial.

Um trabalho de proximidade com os nossos clientes e partes interessadas, permitirá uma maior afirmação da empresa como empresa de referência na região, que a torna imprescindível na prestação do serviço que desenvolve.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2025, entende o Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- i. O Acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A, em representação do Estado Português;
- ii. O Acionista AMGAP, em representação dos 20 Municípios;
- iii. A Comissão da Parceria na sua qualidade de entidade de supervisão da Parceria;
- iv. Os Organismos e Serviços Públicos, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente e respetivos serviços descentralizados: Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, a Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos;
- v. O Programa Operacional de Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos (POSEUR);
- vi. Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- vii. Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- viii. O Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento das atividades da empresa;
- ix. Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral;
- x. Os Nossos Trabalhadores pelo seu notável sentido de serviço e de missão, sem o qual o nosso desempenho não poderia ter sido o que foi.

13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2025, no valor positivo de 752 157,68 euros (setecentos e cinquenta e dois mil, cento e cinquenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

- 37 607,88 euros (trinta e sete mil, seiscentos e sete euros e oitenta e oito cêntimos) do resultado líquido de 2025 para constituição de Reserva Legal, correspondendo a uma vigésima parte do resultado líquido do exercício, valor mínimo previsto no art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais;
- 322 977,96 euros (trezentos e vinte e dois mil, novecentos e setenta e sete euros e noventa e seis cêntimos) do resultado líquido de 2025, para constituição de Reservas Livres, nos termos do n.º 1 da cláusula 2ª do Acordo Parassocial;
- 391 571,84 euros (trezentos e noventa e um mil, quinhentos e setenta e um euros e oitenta e quatro cêntimos) do resultado líquido de 2025, para resultados transitados.

14. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA E DISPOSIÇÕES LEGAIS

Ponto 1. Execução do Plano de Atividades e Orçamento

Alínea a) Evidenciar a execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2025 aprovado, com a identificação obrigatória do volume de negócios, gastos operacionais, rácio de eficiência e variação do endividamento, explicitando os valores orçamentados, executados e os respetivos desvios, bem como a justificação para os incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicável.

Indicadores	PAO 2025	Executado 2025	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	839 468 €	752 158 €	-87 311 €	% de Remuneração Acionista abaixo do esperado (OT 10 Anos)
EBITDA	8 585 025 €	7 403 554 €	-1 181 471 €	Volume de Negócios abaixo do esperado, aguardando-se a aprovação da revisão do EVEF pelos Parceiros
Resultado Operacional ¹⁾ (EBIT)	2 124 476€	3 614 687 €	1 490 210 €	Gastos operacionais abaixo do esperado, aguardando-se a aprovação da revisão do EVEF pelos Parceiros
Volume de Negócios ²⁾	28 821 213 €	27 212 810 €	-1 608 403 €	Volume de Negócios abaixo do esperado, aguardando-se a aprovação da revisão do EVEF pelos Parceiros
Gastos Operacionais ³⁾	22 666 090 €	19 748 163 €	-2 917 926 €	Gastos operacionais abaixo do esperado, aguardando-se a aprovação da revisão do EVEF pelos Parceiros
Gastos Operacionais/Volume de Negócios	78,64%	72,57%	-607,44%	Melhoria do indicador
Endividamento ⁴⁾	70 791 016 €	64 154 573 €	-6 636 443 €	Investimento não realizado, aguardando-se a aprovação da revisão do EVEF pelos Parceiros
Dívida Financeira Líquida⁵⁾/EBITDA	814,63%	842,35%	2 772,38%	Não, concretização de Gastos e VN, aguardando-se a aprovação da revisão do EVEF pelos Parceiros
<i>Disponibilidades⁶⁾</i>	855 000 €	1 790 604 €	935 604 €	Recebimentos de dezembro não tendo sido possível a amortização de linhas de financiamento

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios.

3) CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal

4) Passivo remunerado não inclui passivos de locação

5) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades.

6) Caixa conforme Balanço

Alínea b) Aditar os objetivos e metas de gestão relacionados com a atividade da empresa definidos no âmbito do PAO, apresentando o respetivo grau de cumprimento, bem como os desvios verificados e as metas corretivas adotadas.

Ver ponto 10, alínea a) do presente capítulo.

Alínea c) Para as empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das Administrações Públicas (EPR), incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios.

Não aplicável.

Alínea d) Indicar expressamente as autorizações concedidas em sede de apreciação e aprovação do PAO 2025.

Autorização Concedida	Despacho Autorizador	limite/montante autorizado para 2025
Gastos Operacionais	Despacho n.º 98/2025-SETF	Aumento de 3,062 M€ até ao limite de 22,7M€, em 2025

Ponto 2. Eficiência Operacional e Gastos Operacionais

Conforme previsto pelo artigo 52.º da Lei do Orçamento do Estado para 2025 (LOE 2025) e no artigo 140.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO 2025), o rácio da eficiência operacional (gastos operacionais sobre o volume de negócios, excluídos os impactos extraordinários decorrentes do cumprimento de disposições legais, devidamente fundamentados) deve ser igual ou inferior ao verificado em 2024. Na eventualidade de ter sido autorizada a utilização de outro indicador para medir a eficiência operacional, apresentar um quadro de suporte ao respetivo apuramento e evolução, indicando e apresentado em anexo o respetivo Despacho autorizador.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - artigo 140 do DLEO 2025	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025(Exec.)/2024 (Exec.)		2025 (Exec.)/2025 (Orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
Gastos operacionais (GO)							
(1) CMVMC	1 374 363 €	1 623 411 €	1 428 991 €	-54 628	-3,8%	-249 048	-15,3%
(2) FSE	11 959 465 €	14 145 119 €	11 232 639 €	726 826	6,5%	-2 185 654	-15,5%
(3) Gastos com o pessoal	6 414 335 €	6 897 560 €	5 491 088 €	923 247	16,8%	-483 225	-7,0%
(4) Impactos nos gastos decorrentes de disposições legais	265 495 €	259 493 €	232 021 €	33 474	14,4%	6 002	2,3%
Impacto das valorizações remuneratórias obrigatórias	265 495 €	259 493 €	232 021 €	33 474	14,4%	6 002	2,3%
(5) Gastos operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4)	19 482 668 €	22 406 597 €	17 920 698 €	1 561 970	8,7%	-2 923 929	-13,0%
(6) Volume de negócios	27 212 810 €	28 821 213 €	23 895 873 €	3 316 937	13,9%	-1 608 403	-5,6%
Vendas	18 436 470 €	19 062 654 €	16 071 431 €	2 365 039	14,7%	-626 183	-3,3%
Prestações de Serviços	8 776 339 €	9 758 559 €	7 824 442 €	951 898	12,2%	-982 220	-10,1%
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	27 212 810 €	28 821 213 €	23 895 873 €	3 316 937	13,9%	-1 608 403	-5,6%
(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)	71,59%	77,74%	74,99%	-3,40	-4,5%	-6,15	-7,9%

Informação adicional	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025(Exec.)/2024 (Exec.)		2025 (Exec.)/2025 (Orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) Gastos com o pessoal	6 414 335 €	6 897 560 €	5 491 088 €				
i. (-) Gastos relativos aos órgãos sociais	376 403 €	352 019 €	340 368 €	36 035	10,6%	24 384	6,9%
ii (-) Acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico ¹	254 676 €	259 493 €	220 171 €	34 505	15,7%	-4 817	-1,9%
iii(-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT	10 819 €	31 646 €	11 850 €	-1 031	-8,7%	-20 827	-65,8%
v. (+) Efeito do Absentismo	129 224 €	0 €	110 624 €	18 600	16,8%	129 224	-
(2) Gastos com pessoal sem os impactos i. a vi	5 901 661 €	6 254 402 €	4 808 075 €	1 093 586	22,7%	-352 742	-5,6%
(3) Gastos com deslocações e alojamento	19 952 €	19 393 €	18 281 €	1 670	9,1%	559	2,9%
(4) Gastos com ajudas de custo	4 078 €	0 €	587 €	3 491	594,7%	4 078	-
(5) Gastos associados à frota automóvel ¹	1 063 057 €	776 968 €	803 028 €	260 029	32,4%	286 089	36,8%
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	54 246 €	10 000 €	75 931 €	-21 685	-28,6%	44 246	442,5%
(7) Total dos gastos (3) a (6)	1 141 333 €	806 361 €	897 827 €	243 505	27,1%	334 972	41,5%
(8) N.º de Viaturas (operacional)	84	84	84	0	0,0%	0	0,0%
(9) N.º de viaturas (não operacional)	0	0	0	0	-	0	-

Ponto 3. Recursos Humanos e Massa Salarial

Tendo em consideração o previsto nos artigos 138.º e 139.º do DLEO 2025, no Despacho n.º 1103-B/2025, de 22 de janeiro de 2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, apresentar informação sobre a evolução do número de recursos humanos, de forma desagregada e indicar o(s) correspondente(s) impacto(s) nos gastos com pessoal.

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024	Movimentos de Pessoal em 2025					Situação a 31/12/2025
		Saídas	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Contratações para substituição de saídas	Novas contratações*	Alteração da Orgânica da Empresa	
	(1)	(2)		(3)	(4)	(5)	(6) = (1)-(2)+(3)+(4)+(5)
Órgãos Sociais (OS)	9	2	0	2	0	0	9
Cargos de direção (s/ OS)	7	0	0	0	0	1	8
Técnicos Operativos B	113	10	0	6	0	0	109
Técnicos Operativos C	2	0	0	0	0	0	2
Técnicos B	30	5	0	1	0	0	26
Técnicos C	6	0	0	0	0	0	6
Técnicos Superior A	5	0	0	4	0	0	9
Técnicos Superior B	39	5	0	3	0	-1	36
Técnicos Superior C	0	0	0	0	0	0	0
Total (OS+CD+Trabalhadores)	211	22	0	16	0	0	205

Recursos Humanos e massa salarial	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025/2024	
				Δ Absol.	Var. %
N.º de membros dos órgãos sociais (OS)	9	9	9	0	0,00%
N.º de membros cargos de direção (CD)	8	7	7	1	14,29%
N.º dos restantes trabalhadores (sem OS e sem CD)	188	202	194	-7	-3,59%
TOTAL	205	218	211	-6	-2,84%
N.º Trabalhadores/N.º CD	22	23	22	-1	-2,97%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	31 289 €	31 640 €	26 024 €	5 265 €	20,23%
Massa Salarial Global	6 414 335	6 897 560	5 491 088	923 247 €	16,81%
Massa Salarial sem os efeitos de volume (caso se tenha verificado um aumento ou diminuição líquida do n.º de trabalhadores)	6 286 049	6 897 560	6 563 313	-277 264 €	-4,22%

Ponto 4. Plano de Investimentos

Apresentar a execução dos investimentos no período. Explicitar claramente eventuais investimentos executados que não foram previstos no PAO aprovado, ou, estando previstos no PAO aprovado, excederam o valor orçamentado, bem como a eventual autorização autónoma concedida pelas tutelas e em que termos.

Plano de Investimento	PAO 2025	Executado 2025	Fontes de financiamento		Desvio (PAO vs Executado)
			Autofinanciamento (Receitas próprias)	Fundos comunitários	
Abastecimento de Água	5 605 457 €	810 160 €	810 160 €	0 €	-4 795 297 €
Saneamento de Águas Residuais	4 473 486 €	2 791 671 €	1 305 548 €	1 486 124 €	-1 681 815 €
Valor total do investimento	10 078 943 €	3 601 832 €	2 115 708 €	1 486 124 €	-6 477 111 €

O valor do investimento ficou abaixo do previsto devido ao atraso significativo na execução de projetos com consequências de atraso no lançamento dos procedimentos de aquisição de empreitadas, nos procedimentos que foram lançados e que ficaram deserto por ausência de concorrentes para a contratação e ainda pelo atraso verificado em empreitadas que se encontravam em curso.

Ponto 5. Contratualização de Serviço Público

Na eventualidade de existirem contratos-programa, contratos de prestação de serviço público ou, ainda, de interesse económico geral celebrados com Estado, identificar:

Alínea a) Os indicadores e metas anuais, e respetiva execução;

Alínea b) As compensações recebidas pelas obrigações de serviço público asseguradas.

No que respeita a Contratos Programa ou Contratos de Prestação de Serviço Público, a AgdA não celebrou nem prevê celebrar qualquer contrato-programa com o Estado Português, bem como não tem contratualizado qualquer contrato de prestação de serviço público.

Relativamente ao contrato de prestação de serviço público, e tendo por base o artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas às quais tenha sido confiada a prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, devem elaborar e apresentar ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo sector de atividade, tendo presente o disposto na alínea d) do n.º 4 do artigo 39.º, "Definir o nível de serviço público a prestar pelas empresas e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização", propostas de contratualização da prestação desse serviço, associando metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis, modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento e critérios de avaliação e revisão contratuais, exceto quando a relação jurídica e administrativa seja titulada por contrato de concessão / parceria e nos mesmos se encontrem reguladas as matérias atinentes à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral.

Dispõe ainda que:

- As propostas a apresentar devem integrar parâmetros que permitam garantir níveis adequados de satisfação dos utentes, bem como assegurar a respetiva compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício;
- Às empresas públicas encarregadas de proceder à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral celebram obrigatoriamente, para esse efeito, com a entidade pública que lhes tenha confiado a prestação desse serviço, contrato respeitante à remuneração da atividade prosseguida, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto;
- As empresas públicas a que se refere o número anterior adotam metodologias que lhes permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes e ou utentes.

A AgdA executa duas atividades distintas, a saber:

- Atividade de Abastecimento de Água em Alta no SPPIAAentejo – suportada titulado pelo Contrato de Gestão e Aditamento celebrados respetivamente, em 25 de setembro de 2009 e 22 de dezembro de 2015, pelo período de 50 anos;
- Atividade de Saneamento de Águas Residuais em Alta no SPPIAAentejo – suportada titulado pelo Contrato de Gestão e Aditamento celebrados respetivamente, em 25 de setembro de 2009 e 22 de dezembro de 2015, pelo período de 50 anos;

Dado que as duas atividades estão sujeitos às regras específicas do referido Contratos de Gestão e Aditamento são exercidos sob tutela setorial, entende-se que toda a atividade da AgdA tem como objetivo proceder à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral - *a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público, bem como a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e de efluentes industriais, bem como a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas e o respetivo tratamento e rejeição* - ao longo dos anos de execução do referido contrato.

Neste contexto, as atividades da AgdA têm por objetivos garantir:

- A qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações;
- A acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária;
- Contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário;
- O cumprimento dos objetivos relativos à adequação da interface com o utilizador, sustentabilidade da gestão do serviço e de sustentabilidade ambiental;
- Contribuir para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território.

Atendendo às especificidades do Contrato de Gestão da Empresa, cometidas pelo Parceiros através do Contrato de Parceria, foram definidos um conjunto de indicadores e objetivos de serviço público a que a entidade se encontra sujeita, e que atualmente se encontram em revisão atendendo a que quinquenalmente deverão ser objeto de revisão, encontrando-se a ser estabelecidos para o período de 2026-2030. Relativo ao período de 2021-2025 não foram definidos.

Ponto 6. Gestão do Risco Financeiro

Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise da eficiência da política de financiamento, quando aplicável.

As atividades da AgdA e do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AgdA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AgdA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AgdA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da empresa.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DA TAXA DE JURO

	31.12.2025	Taxa Média + 1%	Taxa Média - 1%
Juros suportados à taxa variável	956 296	1 194 738	717 333
TOTAL	956 296	1 194 738	717 333

O impacto da variação de taxa mensurada é calculado num prazo de doze meses.

Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do

Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal seja aplicável. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é residual. Em 2025 e 2024 não foram contratados *swaps* cambiais nem financiamentos em moeda estrangeira.

Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da AgdA em energia e combustíveis, representam aproximadamente 30,70% do total de fornecimentos e serviços externos. A AgdA através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AgdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

RISCO DE LIQUIDEZ

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Passivo				
Empréstimos	2 158 239	33 609 237	28 387 097	64 154 574
Fornecedores e outros Passivos	4 292 186	0	0	4 292 186
Passivos de Locação	123 759	22 266	0	146 025
TOTAL	6 574 184	33 631 504	28 387 097	68 592 784

Os empréstimos contratados são maioritariamente BEI e permitiram contratualmente que a AgdA e o Grupo AdP escolhessem a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, e para o período subsequente manteve-se a taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro	Capital em dívida em 31.12.2025 (Eur)
2025	39 354 839
2026	38 064 516
2027	36 129 032
2028	33 548 387

Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro	Capital em dívida em 31.12.2025 (Eur)
2029	30 967 742
2030	28 387 097
2040	2 580 645
2042	0

A AgdA apenas dispõe de contrato "BEI V", não sendo entre garantido através de contratos de fiança celebrados entre a República Portuguesa e o BEI.

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos acionistas e outros empréstimos bancários) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2025 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2025 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AgdA não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, uma vez que AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

O objetivo da AgdA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

RISCO DE CAPITAL

	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos não correntes	(61 996 334)	(63 241 202)
Empréstimos correntes	(2 158 239)	(1 536 058)
Disponibilidades	1 790 604	1 075 700
Dívida Líquida	(62 363 970)	(63 701 560)
Subsídios ao investimento	93 139 691	87 334 603
Total do capital próprio	15 930 649	15 178 491
Capital e Subsídios	109 070 340	102 513 095
Dívida Líquida/total do capital	57%	62%

O modelo de financiamento da Empresa assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, no financiamento acionista e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A AgdA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes da AgdA tem essencialmente a naturezas de autarquias locais ou empresa municipal.

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas que de imediato têm sido solucionadas. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da AgdA entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AgdA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2025 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS

	31.12.2025	31.12.2024
Depósitos à Ordem	1 784 004	1 072 741
TOTAL	1 784 004	1 072 741

DEPÓSITOS À ORDEM

	31.12.2025	31.12.2024
Novo Banco	2 581	2 740
Santander Totta	0	2 880
Caixa Geral de Depósitos	14 392	14 564
Banco Português do Investimento	117	585
Millennium BCP	265	889
Bankinter	6 359	17 384
Instituto de Gestão do Crédito Público	1 760 290	1 033 698
Depósitos à Ordem	1 784 004	1 072 741

RATING'S

	Moody's Longo prazo Ano 2025	Moody's Longo prazo Ano 2024
Novo Banco	BBB	BBB+
Banco Santander Totta	A	A
Caixa Geral de Depósitos	A	A-
Caixa de Crédito Agrícola	Baa2	Baa1
Banco Português do Investimento	A	A
Millennium BCP	BBB+	BBB+
Banco Bankinter	A	A
Instituto de Gestão do Crédito Público	A	A

Risco de exploração

Risco de catástrofe

A AgdA está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a AgdA tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela Empresa. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

Ponto 7. Limite de Crescimento do Endividamento

Indicar a variação do endividamento homóloga, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 53.º da LOE 2025 e no artigo 141.º do DLEO 2025:

A AgdA cumpre com os limites de crescimento do endividamento definidos conforme se poderá verificar no quadro abaixo:

	2025	2024
Capital estatutário ou social realizado e outros instrumentos de capital próprio	11 332 560 €	11 332 560 €
Financiamento remunerado	64 154 573 €	64 777 260 €
Novos investimentos com expressão material em 2025	0 €	
Variação do Endividamento	-0,82%	

Ponto 8. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Nos termos conjugados do previsto nos artigos 28.º do RJSP, 13.º da LOE 2025 e 97.º do DLEO 2024, as empresas públicas não financeiras devem identificar as disponibilidades e aplicações financeiras que mantêm no final de cada trimestre junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., bem com o junto da Banca Comercial.

Banca Comercial	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Novo Banco, S.A.	558 €	3 721 €	1 907 €	2 581 €
Banco BPI, S.A.	425 €	339 €	228 €	117 €
Banco Santander Totta, S.A.	1 317 €	0 €	0 €	0 €
Banco Comercial Português, S.A.	684 €	540 €	334 €	265 €
Caixa Geral De Depósitos, S.A.	14 441 €	14 441 €	14 413 €	14 392 €
Banco Bankinter, S.A.	15 311 €	10 898 €	8 450 €	6 359 €
Total	32 737 €	29 940 €	25 331 €	23 714 €
Juros auferidos (€)	0 €	0 €	0 €	0 €
Juros entregues (€)	0 €	0 €	0 €	0 €
Data entrega dos Juros	NA	NA	NA	NA

IGCP	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Disponibilidades	1 480 557 €	1 858 293 €	1 231 757 €	1 760 290 €
Aplicações financeiras	0 €	0 €	0 €	0 €
Total	1 480 557 €	1 858 293 €	1 231 757 €	1 760 290 €

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para

fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

No financiamento da carteira de projetos, para além das linhas do BEI e de apoios comunitários, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda duas emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 20 anos e, em 2016 a 12 anos, num total de 225 milhões de euros (capital em dívida no montante de 167 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025).

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2024-2025, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC nº 155, de 4 de dezembro de 2024, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring);
- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas através de descobertos bancários, sempre que as transferências internas entre empresas do Grupo Ad através das contas bancárias no IGCP não permitam mitigar as necessidades de umas empresas com os excedentes das outras empresas;
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos de clientes através da vertente credora dos débitos diretos, através de referências MB e pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser semanalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, que não iniciem por “PT50” e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;

- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa do IGCP não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública;
- Recebimentos em 2024 de verbas no âmbito de processos de injunção contra clientes e no âmbito de subsídios.

Ponto 9. Prazo Médio de Pagamento

Alínea a) Indicar o PMP, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, na sua versão atual:

A AgdA cumpre com os prazos médios de pagamento definidos RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, conforme se poderá verificar abaixo:

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

	2025	2024	Variação 25/24	
			Valor	%
Prazo (dias)	31	32	-1	-3%

Alínea b) Indicar os atrasos nos pagamentos ("arrears") conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, conjugado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

A AgdA não teve pagamentos em atraso (*arrears*) e apresenta prazos médios de pagamento adequados e resultantes dos prazos de pagamento acordados com os seus fornecedores.

Ponto 10. Estatuto do Gestor Público

Alínea a) Objetivos de Gestão

Indicar os objetivos de gestão para 2025, conforme proposta submetida à ETF nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 18.º e 30.º do EGP e na Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, apresentando o respetivo grau de cumprimento, identificando os desvios verificados e as medidas corretivas adotadas.

O Conselho de Administração da sociedade deu cumprimento ao disposto no n.º 13 do art.º 3 da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, conjugado com o disposto no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, tendo apresentado uma proposta de objetivos e indicadores de gestão (estratégicos, setoriais e individuais) e respetivas metas a constar dos contratos de gestão, aguardando-se a sua aprovação, nos termos e para os efeitos previstos nos citados normativos.

Sem prejuízo do que antecede, os objetivos propostos foram os seguintes:

2025				
Tipo	Objetivo	Indicador	Grau de cumprimento	Peso
Estratégicos	Eficiência de Gestão (GO/VN)	Varição face ao PAO aprovado	1,0 se var <= -0,10 pp 0,8 se -0,10pp < var <= +0,00pp 0,5 se 0,00pp < var <= +0,10pp 0,0 se var > +0,10pp	10,0%
	Volume de Negócios (VN)	Varição face ao ano anterior ajustado pelo mês em que se realizou a atualização tarifária e pelas características hidrológicas do ano	1,0 se Var > 0 0,8 se -5 pp <= var <= 0 pp 0,5 se -10 pp <= var <= -5 pp 0,0 se Var < -10pp	7,5%
	Resultado Líquido / VN	Varição face ao proposto em PAO (ajustado do desvio de recuperação de gastos, de fatores supervenientes não controlados pela Gestão e caso exista atraso na atualização tarifária pela Comissão de Parceria e Parceiros)	1,0 se Var > 0 0,8 se -5 pp <= var <= 0 pp 0,5 se -10 pp <= var <= -5 pp 0,0 se Var < -10pp	7,5%
Sectoriais	Qualidade da Água Fornecida	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AA04 - "Água Segura" (AS)	1,0 se AS >=98,50% 0,8 se 97,00% <= AS <98,50% 0,5 se 90,00% <= AS <97,00% 0,0 se AS <90,00%	10%
	Qualidade das Águas Residuais	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AR21 - "Cumprimento dos requisitos de descarga" (RD)	1,0 se RD >= 70,00% 0,8 se 60,00% <= RD < 70,00% 0,5 se 50,00% <= RD < 60,00% 0,0 se RD < 50,00%	10%
	Falhas no abastecimento	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AA03 - "Ocorrência de falhas de abastecimento" (FA)	1,0 se FA <= 0,07 0,8 se 0,07 < FA <= 0,08 0,5 se 0,08 < FA <= 0,09 0,0 se FA > 0,09	5%
	Colapsos nos coletores	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AR10 - "Ocorrência de colapsos estruturais em coletores" (CC)	1,0 se CC <= 2,0 0,8 se 2,0 < CC <= 3,5 0,5 se 3,5 < CC <= 5,0 0,0 se CC > 5,0	5%
Individuais (Diogo Nascimento)	Desenvolvimento e Implementação de um Plano de Gestão de Ativos na empresa	Grau de Desenvolvimento e implementação de um plano de Gestão de Ativos	1,0 se Constituição de equipa e aprovação de uma inventariação de uma base dados de Ativos 0,8 se Constituição de equipa 0,5 se Reorganização orgânica incorporando uma área de GA 0,0 se Nenhuma ação desenvolvida	25%
Individuais (Jorge Rosa)	Ineficiência na utilização de recursos hídricos	Evolução Água Não Faturada (Indicador ERSAR AA08a) = [AA08a (ano N) / AA08a (1º Ano mandato -1)] * 100	1,0 X <= 97,50% 0,8 97,50% < X <= 98,50% 0,5 98,50% < X <= 100,00% 0 X > 100,00%	25%
Individuais (Patrícia Palma)	Desenvolvimento e implementação de um Plano de Certificação Empresarial	Evolução do processo de Certificação da empresa em relação a 2024	1,0 se Manter a certificação atual e resolver mais de 60% de não conformidades da auditoria anterior 0,8 se Manter a certificação atual e resolver até 60 % de não conformidades da auditoria anterior 0,5 se Manter a certificação atual e resolver até 30 % de não conformidades da auditoria anterior 0,0 se Manter a certificação atual	25%
Outros	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva: N° Ações executadas (AE) face ao previsto	1,0 se AE >=90,0% 0,8 se 80,00% <= AE <90,0% 0,5 se 70,00% <= AE <80,0% 0,0 se AE < 70,0%	5%
	Respeito pelos prazos de pagamento	PMP (dias)	- no caso de empresas que tenham tido um PMP no ano anterior inferior a 45 dias: 1,0 se PMP <30 dias 0,8 se 30 dias <= PMP < 35 dias 0,5 se 35 dias <= PMP < 40 dias 0,0 se PMP >= 40 dias	2,5%
	Água para Reutilização	Evolução Face ao Ano Anterior	1. ApR >= 102,50% 0,8. 100,00% >= ApR < 102,50% 0,5. 97,50% >= ApR < 100,00% 0. ApR < 97,50%	2,5%
	Plano de Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	0 Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior a 50% face ao previsto no PAO 0,5 Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 50% face ao previsto no PAO 0,8. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	5%
	Plano de Eficiência Energética	Evolução face ao ano anterior em atividade comparável	1. X <97,00% 0,8. 97,00% <= X <98,50% 0,5. 98,50% <= X <100,00% 0. X >= 100,00%	5%

O cumprimento dos objetivos propostos foi o seguinte:

Tipo	Objetivo	Nº	Indicador	Grau de cumprimento	Grau Cumprimento	Gestor Diogo Nascimento	Gestor Jorge Rosa	Gestora Patrícia Palma
Estratégicos	Eficiência de Gestão (GO/VN)	1	Varição face ao PAO aprovado	1,0 se var <= -0,10 pp 0,8 se -0,10pp < var <= +0,00pp 0,5 se 0,00pp < var <= +0,10pp 0,0 se var > +0,10pp	1,0	0,11	0,11	0,11
	Volume de Negócios (VN)	2	Varição face ao ano anterior ajustado pelo mês em que se realizou a atualização tarifária e pelas características hidrológicas do ano	1,0 se Var > 0 0,8 se -5 pp <= var <= 0 pp 0,5 se -10 pp <= var <= -5 pp 0,0 se Var < -10pp	1,0	0,08	0,08	0,08
	Resultado Líquido / VN	3	Varição face ao proposto em PAO (ajustado do desvio de recuperação de gastos, de fatores supervenientes não controlados pela Gestão e caso exista atraso na atualização tarifária pela Comissão de Parceria e Parceiros)	1,0 se Var > 0 0,8 se -5 pp <= var <= 0 pp 0,5 se -10 pp <= var <= -5 pp 0,0 se Var < -10pp	1,0	0,08	0,08	0,08
Sectoriais	Qualidade da Água Fornecida	4	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AA04 - "Água Segura" (AS)	1,0 se AS >=98,50% 0,8 se 97,00% <= AS <98,50% 0,5 se 90,00% <= AS <97,00% 0,0 se AS <90,00%	1,0	0,11	0,11	0,11
	Qualidade das Águas Residuais	5	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AR21 - "Cumprimento dos requisitos de descarga" (RD)	1,0 se RD >= 70,00% 0,8 se 60,00% <= RD < 70,00% 0,5 se 50,00% <= RD < 60,00% 0,0 se RD < 50,00%	0,0	0,00	0,00	0,00
	Falhas no abastecimento	6	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AA03 - "Ocorrência de falhas de abastecimento" (FA)	1,0 se FA <= 0,07 0,8 se 0,07 < FA <= 0,08 0,5 se 0,08 < FA <= 0,09 0,0 se FA > 0,09	0,8	0,04	0,04	0,04
	Colapsos nos coletores	7	Indicador da Qualidade de Serviço da ERSAR AR10 - "Ocorrência de colapsos estruturais em coletores" (CC)	1,0 se CC <= 2,0 0,8 se 2,0 < CC <= 3,5 0,5 se 3,5 < CC <= 5,0 0,0 se CC > 5,0	0,5	0,03	0,03	0,03
Individuais	Desenvolvimento e Implementação de um Plano de Gestão de Ativos na empresa	8	Grau de Desenvolvimento e implementação de um plano de Gestão de Ativos	1,0 se Constituição de equipa e aprovação de uma inventariação de uma base dados de Ativos 0,8 se Constituição de equipa 0,5 se Reorganização orgânica incorporando uma área de GA 0,0 se Nenhuma ação desenvolvida	1,0	0,27	NA	NA
Individuais	Ineficiência na utilização de recursos hídricos	9	Evolução Água Não Faturada (Indicador ERSAR AA08a) = [AA08a (ano N) / AA08a (1º Ano mandato -1)] *100	1,0 X <= 97,50% 0,8 97,50% < X <= 98,50% 0,5 98,50% < X <= 100,00% 0 X > 100,00%	1,0	NA	0,27	NA
Individuais	Desenvolvimento e implementação de um Plano de Certificação Empresarial	10	Evolução do processo de Certificação da empresa em relação a 2024	1,0 se Manter a certificação atual e resolver mais de 60% de não conformidades da auditoria anterior 0,8 se Manter a certificação atual e resolver até 60 % de não conformidades da auditoria anterior 0,5 se Manter a certificação atual e resolver até 30 % de não conformidades da auditoria anterior 0,0 se Manter a certificação atual	1,0	NA	NA	0,27
Outros	Plano de Manutenção	11	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva: Nº Ações executadas (AE) face ao previsto	1,0 se AE >=90,0% 0,8 se 80,00% <= AE <90,0% 0,5 se 70,00% <= AE <80,0% 0,0 se AE < 70,0%	0,0	0,00	0,00	0,00
	Respeito pelos prazos de pagamento	12	PMP (dias)	- no caso de empresas que tenham tido um PMP no ano anterior inferior a 45 dias: 1,0 se PMP <30 dias 0,8 se 30 dias <= PMP < 35 dias 0,5 se 35 dias <= PMP < 40 dias 0,0 se PMP >= 40 dias	0,8	0,02	0,02	0,02
	Plano de Eficiência Energética	15	Evolução face ao ano anterior em atividade comparável	1 X <97,00% 0,8 97,00% <= X <98,50% 0,5 98,50% <= X <100,00% 0 X >=100,00%	0,8	0,04	0,04	0,04
Resultados						78,05%	78,05%	78,05%

Alínea b) Artigos 32º e 33º do EGP

No que se refere a:

- I. À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;*

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público.

- II. Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;*

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público.

- III. Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet;*

Membro do CA	Gastos com Comunicações		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Diogo Nascimento	80 €	101 €	Após 3 de fevereiro de 2025
Simone Pio	80 €	17 €	Até 3 de fevereiro de 2025
Jorge Rosa	80 €	120 €	
Patrícia Palma	80 €	112 €	Após 3 de fevereiro de 2025
João Maurício	80 €	10 €	Até 3 de fevereiro de 2025

- IV. Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço de cada gestor público.*

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Diogo Nascimento	502,25 €	3 431 €	814 €	4 245 €	Após 3 de fevereiro de 2025
Simone Pio	502,25 €	276 €	145 €	421 €	Até 3 de fevereiro de 2025
Jorge Rosa	452,00 €	4 192 €	693 €	4 885 €	
Patrícia Palma	401,75 €	2 303 €	569 €	2 872 €	Após 3 de fevereiro de 2025
João Maurício	401,75 €	157 €	52 €	209 €	Até 3 de fevereiro de 2025

Alínea c) Indicar o grau de cumprimento em 2025 da aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbem a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público.

Ponto 11. Contratação Pública

O Grupo AdP assegura através da AdP SGPS desde 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procuramos disseminar as melhores práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

Ponto 12. Informação Complementar

Alínea a) Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este modelo jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos,

perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

Alínea b) Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista, emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas;

Não foram emitidas recomendações pela(s) acionista(s) na Assembleia Geral de aprovação dos documentos de prestação de Contas do Exercício de 2025.

Alínea c) Diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal de Contas;

Na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício de 2024 não ocorreram reservas.

Alínea d) As recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas ou da IGF – Autoridade de Auditoria nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado;

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas ou IGF dirigidas à empresa nos últimos três anos.

Alínea e) As medidas implementadas no âmbito da adaptação progressiva dos sistemas de reporte e dos processos internos, de modo a assegurar que, caso a empresa ainda não se encontre sujeita à obrigação de apresentação do relato de sustentabilidade, venha a cumprir essa exigência nos prazos legalmente estabelecidos pela Diretiva comunitária Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD).

A AgdA não é uma empresa de interesse público, nem empresa-mãe de grandes grupos, não lhe sendo aplicável o disposto dos artigos 66.º- B ou 508.º- G do Código das Sociedades Comerciais.

Ponto 13. Quadro-Síntese do Cumprimento das Orientações

Ponto	Cumprimento das Orientações	Cumprimento	Indicar Pág. Relatório Gestão
		S/N/N.A.	
I	Execução do PAO	S	120
	Metas a atingir constantes no PAO	S	120
	Investimento	S	120
	Resultados	S	120
	Nível de endividamento...	S	120
	Execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.	120
	Autorizações Concedidas	S	120
2	Eficiência operacional e gastos operacionais	S	121
3	Recursos humanos e Massa Salarial	S	122
	Indicação da evolução dos RH	S	122
	Identificação e disponibilização do Despacho autorizador de aumento dos RH (se aplicável)	N.A.	122
	Evolução da massa salarial (sem efeito de volume)	S	122
4	Plano de Investimentos	S	123
5	Contratualização de Serviço Público	N.A.	123-125
6	Gestão do Risco Financeiro	S	125-129
7	Limites de Crescimento do Endividamento	S	130
8	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	S	130-132
	Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	130
	Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	130
	Juros auferidos e entregues em Receita do Estado	S	130
	Identificação do Despacho autorizador do excecionamento (se aplicável)	N.A.	131-132
9	PMP a fornecedores e arrears	S	132
	Evolução do PMP	S	132
	Pagamentos em atraso	S	132
10	Estatuto do Gestor Público	S	132
	Objetivos de gestão	S	132-135
	Não utilização de cartão de crédito	S	135
	Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	135
	Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	135
	Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	135
	Despesas não documentadas ou confidenciais	S	135
11	Contratação Pública	S	136
	Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	136
	Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S	136
	Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.	136
12	Informação Complementar	S	136-137
	Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	136
	Diligências tomadas sobre as recomendações do acionista na última aprovação de contas	N.A.	137
	Diligências tomadas sobre as reservas emitidas na última CLC	N.A.	137
	Auditorias do Tribunal de Contas	N.A.	137
	Medidas implementadas para o cumprimento do relato sobre sustentabilidade (CSRD).	N.A.	137
13	Sistematização Informação	S	138

15. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

INTRODUÇÃO

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2025.

ATIVIDADE

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

PARECER

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Beja, março de 2026

José Manuel Carvalho Penedo Martins Efigénio
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)

Nota: Documento com assinaturas digitais na página 209.

16. ANEXO AO RELATÓRIO

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447.º e do n.º 4 do art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. em 31 de dezembro de 2025, integralmente detido pelos acionistas que constam do quadro do ponto 2.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2024:

- i. A sociedade não tem ações próprias;
- ii. Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores;
- iii. A sociedade não tem qualquer sucursal.

1. Informação a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Nada a referir.

2. Informação a que se refere o n.º 4 do Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Na data do encerramento do exercício os acionistas que detinham uma participação igual ou superior a 10% do Capital Social, são os seguintes:

ESTRUTURA ACIONISTA

Acionista	%	N.º Ações Classe A	Capital Social Subscrito	Capital Social Realizado
Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	51%	1 155 921	5 779 606	5 779 606
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública do Alentejo	49%	1 110 591	5 552 954	5 552 954
TOTAL	100%	2 266 512	11 332 560	11 332 560



CONTAS DO
EXERCÍCIO DE 2025

1. DEMONSTRÇÕES FINANCEIRAS

1.1. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	5	166 297 316	166 871 609
Ativos sob direito de uso	6	205 555	329 215
Investimentos financeiros	7	24 420	24 420
Impostos diferidos ativos	32	4 913 734	5 506 018
Desvio de Recuperação de Custos - Déficit Tarifário	8	2 595 598	2 524 882
Clientes e outros ativos não correntes	9	94 460	165 304
Total dos ativos não correntes		174 131 083	175 421 448
Ativos correntes			
Inventários	10	107 517	127 624
Clientes	9	6 859 824	7 160 718
Estado e outros entes públicos	11	554 860	376 520
Outros ativos correntes	12	7 795 124	4 541 339
Caixa e seus equivalentes	13	1 790 604	1 075 700
Total dos ativos correntes		17 107 929	13 281 901
Total do ativo		191 239 012	188 703 350
Capital próprio			
Capital social	14.2	11 332 560	11 332 560
Reservas e outros ajustamentos	14.5	3 440 666	3 079 359
Resultados transitados	14.3	405 265	0
Resultado líquido do período	14.4 e 37	752 158	766 572
Total do capital próprio	14.3	15 930 649	15 178 491
Passivos não correntes			
Provisões	15	570 800	480 800
Empréstimos	18	61 996 334	63 241 202
Passivo da locação	6	22 266	146 025
Impostos diferidos passivos	32	3 960 698	4 398 894
Acréscimos de gastos de investimento contratual	16	7 109 586	5 990 390
Subsídios ao investimento	17	93 139 691	87 334 603
Total dos passivos não correntes		166 799 376	161 591 915
Passivos correntes			
Empréstimos	18	2 158 239	1 536 058
Passivo da locação	6	123 759	121 877
Fornecedores e outros passivos correntes	19	4 292 186	8 508 490
Imposto sobre o rendimento do exercício	32	75 223	151 716

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Estado e outros entes públicos	11	1 859 580	1 614 802
Total dos passivos correntes		8 508 987	11 932 943
Total do passivo		175 308 363	173 524 858
Total do passivo e do capital próprio		191 239 012	188 703 350

Sérgio Manuel Ferreira Vaz
(Contabilista Certificado n.º 67655)

Diogo Maria Parreira Cabral Cruz Nascimento
(Presidente do Conselho de Administração)

Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Patrícia Alexandra Dias Brito Palma
(Vogal do Conselho de Administração)

José Manuel Carvalho Penedo Martins Efigénio
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)

Nota: Documento com assinaturas digitais na página 209.

1.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL

	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Vendas	21	18 436 470	16 071 431
Prestações de serviços	21	8 776 339	7 824 442
Rend. de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	21	5 691 397	6 684 620
Desvio de Recuperação de Gastos	21	70 716	666 810
Gasto das vendas/variação dos inventários	22	(1 374 363)	(1 428 991)
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	22	(5 691 397)	(6 684 620)
Fornecimentos e serviços externos	23	(11 888 820)	(11 226 105)
Gastos com pessoal	24	(6 046 226)	(5 158 875)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	25	(7 508 546)	(7 402 835)
Provisões e reversões do exercício	26	(186 469)	(252 714)
Subsídios ao investimento	27	3 648 963	3 559 140
Outros gastos e perdas operacionais	28	(671 430)	(107 800)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	29	358 052	424 272
Resultados operacionais		3 614 687	2 968 774
Gastos financeiros	30	(2 877 155)	(2 160 982)
Rendimentos financeiros	31	329 676	270 997
Resultados financeiros		(2 547 479)	(1 889 985)
Resultados antes de impostos		1 067 207	1 078 789
Imposto do exercício	32	(161 008)	(151 716)
Imposto diferido	32	(154 042)	(160 501)
Resultado Líquido do exercício	37	752 158	766 572
Resultado por ação (básico e diluído)	14.4	0,33	0,34

Sérgio Manuel Ferreira Vaz
(Contabilista Certificado n.º 67655)

Diogo Maria Parreira Cabral Cruz Nascimento
(Presidente do Conselho de Administração)

Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Patrícia Alexandra Dias Brito Palma
(Vogal do Conselho de Administração)

José Manuel Carvalho Penedo Martins Efigénio
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)

Nota: Documento com assinaturas digitais na página 209.

1.3. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

	Capital social	Reserva legal	Reservas Livres	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2023	11 332 560	172 977	2 167 386	0	738 996	14 411 919
Aplicação do res. líquido do exercício de 2023	0	36 950	702 047	0	(738 996)	0
Resultado líquido do período	0	0	0	0	766 572	766 572
Saldo a 31 de dezembro de 2024	11 332 560	209 927	2 869 432	0	766 572	15 178 491
Aplicação do res. líquido do exercício de 2024	0	38 329	322 978	405 265	(766 572)	0
Resultado líquido do período	0	0	0	0	752 158	752 158
Saldo a 31 de dezembro de 2025	11 332 560	248 256	3 192 410	405 265	752 158	15 930 649

Sérgio Manuel Ferreira Vaz
(Contabilista Certificado n.º 67655)

Diogo Maria Parreira Cabral Cruz Nascimento
(Presidente do Conselho de Administração)

Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Patrícia Alexandra Dias Brito Palma
(Vogal do Conselho de Administração)

José Manuel Carvalho Penedo Martins Efigénio
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)

Nota: Documento com assinaturas digitais na página 209.

1.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	29 868 178	24 923 742
Pagamentos a fornecedores	(19 423 996)	(15 404 364)
Pagamentos ao pessoal	(6 415 422)	(5 272 526)
Fluxo Gerado pelas operações	4 028 760	4 246 853
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento	(236 272)	308 492
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional	891 555	1 000 804
Fluxo de caixa das atividades operacionais	4 684 043	5 556 149
Atividades de investimento		
Subsídios de investimento	4 781 545	5 326 938
Outros ativos intangíveis	(190 041)	(490 014)
Ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso	(5 850 464)	(4 615 816)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1 258 960)	221 108
Atividades de financiamento		
Financiamentos obtidos	3 500 000	2 000 000
Pagamento de financiamentos obtidos	(4 099 707)	(4 704 546)
Contrato de locação financeira	(168 133)	(133 913)
juros e gastos similares	(1 942 340)	(2 624 917)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(2 710 179)	(5 463 376)
Resumo de Fluxos por Atividade		
Fluxos de caixa das atividades operacionais	4 684 043	5 556 149
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(1 258 960)	221 108
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(2 710 179)	(5 463 376)
Variações de caixa e seus equivalentes	714 903	313 880
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 075 700	761 820
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 790 604	1 075 700

Sérgio Manuel Ferreira Vaz
(Contabilista Certificado n.º 67655)

Diogo Maria Parreira Cabral Cruz Nascimento
(Presidente do Conselho de Administração)

Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Patrícia Alexandra Dias Brito Palma
(Vogal do Conselho de Administração)

José Manuel Carvalho Penedo Martins Efigénio
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)

Nota: Documento com assinaturas digitais na página 209.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 1. Informação geral

Nota 1.1. Identificação da Empresa

A **AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.** (adiante designada também por AgdA) foi constituída em 25 de setembro de 2009, tendo a sua sede social na Rua Doutor Aresta Branco, n.º 51, em Beja. A AgdA, tem como atividade principal a conceção, construção, exploração e gestão do sistema de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais designado por Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo.

Nota 1.2. Atividade económica

A AgdA tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos "a exploração e a gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, doravante SPPIAALENTEJO, em regime de parceria pública, nos termos do Contrato de Parceria celebrado em 13 de agosto de 2009 entre o Estado e os Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira, integrando como utilizadores originários os referidos Municípios". Tendo por base um Contrato de Gestão celebrado entre os Parceiros Estado Português - Municípios e a AgdA em 25 de setembro de 2009, foi atribuída à Sociedade, em regime de exclusividade, a gestão da exploração, incluindo igualmente a conceção e construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do SPPIAALENTEJO, pelo prazo de 50 anos.

Com o Aditamento ao Contrato de Parceria e de Gestão, assinado em 22 de dezembro de 2015 entre o Estado, a AgdA e os Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira, foi mantido o âmbito da atividade prestada bem como o prazo da Parceria, tendo o âmbito geográfico da Parceria deixado de incluir o Concelho de Ferreira do Alentejo. Os pressupostos utilizados na preparação das demonstrações financeiras são parte integrante do EVEF associado a este aditamento. A revisão dos pressupostos que deveria ser feito numa base quinquenal, nos termos da cláusula 17ª do Contrato de Gestão ainda se encontra em curso, não tendo sido objeto de aprovação até à presente data.

Nota 1.2.1 Atividade Regulada

As entidades gestoras de Sistemas Multimunicipais e Parcerias desenvolvem a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa, e dos rendimentos tarifários, se aplicável, a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como na aprovação dos Desvios de Recuperação de Gastos a reconhecer anualmente nas contas dos SMM, mediante um cenário de eficiência definido previamente. Através do Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro foi restituída à ERSAR a competência da aprovação das tarifas, mantendo-se a sua autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

As empresas gestoras em regime de Parceria estão apenas sujeitas à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

Água – produção e depuração – concessões e parcerias em “alta”

As empresas que integram este segmento têm uma concessão atribuída pelo Estado em regime de exclusividade para a prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais ou integram uma parceria Estado-Autarquias para a prestação do mesmo tipo de serviço. Os contratos de parceria assinados entre o Estado e as autarquias servidas caracterizam-se por níveis elevados de investimentos a efetuar pelas entidades gestoras das parcerias. O financiamento é obtido através de fundos comunitários, empréstimos bancários, capitais próprios e pelos meios gerados pela atividade, sendo também acionistas os municípios a quem são prestados os serviços. O serviço prestado é pago através de tarifa fixada pela comissão de parceria.

ATIVIDADE

Tipo de Serviço	Tipo de Atividade	Prazo	Período	Remuneração Acionista	
				Taxa	Incidência
Abastecimento de Água	Parceria	50	2009 - 2059	OT (*) 10 Anos + 3%	Capital Social
				OT (*) 10 Anos	Reservas
Saneamento	Parceria	50	2009 - 2059	OT (*) 10 Anos + 3%	Capital Social
				OT (*) 10 Anos	Reserva

(*) O cálculo da OT corresponde à média dados valores anuais dos últimos quinze anos da taxa de Obrigações do Tesouro Português a 10 anos após exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas. Uma vez que em 2025 não ocorreu nenhum fator que tivesse reduzido o risco do capital social investido, foi mantido neste exercício o prémio de risco de 2024, ou seja, 3 pontos percentuais.

Nota 1.3. Organização.

São acionistas da AgdA. a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A (51% do Capital social) e a AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública no Alentejo (49% do capital social).

Nota 1.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas Demonstrações Financeiras da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião do dia 6 de março de 2026. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa. É expectativa do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras serão aprovadas em Assembleia Geral sem alterações.

Nota 2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas

Nota 2.1. Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2025.

A informação material sobre as políticas contabilísticas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontra-se descrita nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os quais se encontram registados ao respetivo justo valor (valor de mercado).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

Nota 2.2. Data de referência das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa da AgdA, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e comparativos a 31 de dezembro de 2024.

Nota 2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da AgdA e respetivas notas são apresentadas em euros.

Nota 2.4. Direito de Utilização de Infraestruturas (DUI)

Nota 2.4.1. Classificação da infraestrutura

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão (em regime de parceria), atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão (em regime de parceria). Nos termos desta norma a AgdA presta dois tipos de serviços:

- i. o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e
- ii. o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

Adicionalmente, nos termos da IFRIC 12, a infraestrutura não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos, e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia do contrato da AgdA, nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a AgdA como entidade gestora do Sistema Público de Parceria de Águas do Alentejo (SPPIAALENTEJO) classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas do SPPIAALENTEJO (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica do SPPIAALENTEJO, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Nota 2.4.2. Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas do SPPIAALENTEJO (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica do SPPIAALENTEJO, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Nota 2.4.3. Amortizações

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte da Comissão de Parceria.

As amortizações na entidade gestora dos serviços de água e saneamento são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais fornecidos e tratados nesse exercício e os caudais fornecidos e tratados previstos até ao final da parceria previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de gestão.

As taxas de amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 do direito de utilização de infraestruturas e os respetivos caudais foram as seguintes:

INVESTIMENTO CONTRATUAL

	Total de Investimento do Contrato de Gestão	Número de anos do Contrato de Gestão	Total de Caudais de 2025	Total de Caudais previstos em Contrato de Gestão 2025 a 2059	Taxa Média de amortização do ano 2025
Abastecimento de Água	154 397 518	50	22 152 379	601 536 408	3,68%
Saneamento	98 144 051	50	10 520 684	378 199 094	2,78%
TOTAL	252 541 569	50	32 673 063	979 735 502	

Nota 2.4.4. Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de parceria e de gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de parceria.

No caso da AgdA, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de parceria com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de parceria o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente) em acréscimos de gastos do investimento contratual, sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

Nota 2.4.5. Desvio de Recuperação de Gastos

Em termos contratuais, a AgdA remunera o capital investido pelo acionista, conforme definido no contrato de gestão, onde se estabelece os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos em termos anuais, assegurando a completa recuperação dos gastos de investimento, operacionais, financeiros, impostos e também a adequada remuneração dos capitais próprios dos Acionistas.

Considera-se desvio de recuperação de gastos, à diferença verificada, anualmente, de recuperação de encargos afetos à tarifa, onde se inclui a remuneração acionista e os impostos sobre o rendimento. O desvio de recuperação de gastos pode assumir duas naturezas:

- deficit, quando se verifica uma insuficiência de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária;
- superavit, quando se verifica um excesso de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária.

Nota 2.4.6. R dito – Servi os de Constru o

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concess o (contrato de gest o no caso da AgdA), a constru o da infraestrutura pelo operador constitui um servi o que   prestado aos Parceiros, distinto do servi o de opera o e manuten o, e que, como tal dever  por esta, ser remunerado. O r dito da atividade de constru o deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – R dito de contratos com clientes. No entanto, e na aplica o da IFRIC 12,   assumido que n o existe margem na constru o, uma vez que esta atividade   subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constr i), pelo que o r dito e os gastos associados   constru o s o de igual montante. N o obstante o acima exposto, os rendimentos de constru o e os gastos associados s o registados na demonstra o dos resultados do exerc cio atendendo ao disposto na IFRIC 12.

Nota 2.5. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstra es financeiras s o continuamente avaliados, representando   data de cada relato a melhor estimativa da Administra o, tendo em conta o desempenho hist rico, a experi ncia acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunst ncias em causa, se acreditam serem razo veis. A natureza intr seca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situa es que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabil stico de ativos e passivos no decurso do exerc cio seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulga es associadas  s respetivas rubricas:

- Nota 5.2 - vida  til e imparidade de ativos intang veis;
- Nota 6.2 - vida  til de Loca es;
- Nota 8.2 - estimativas do desvio de recupera o de gastos;
- Nota 9.2 – imparidade de ativos financeiros;
- Nota 32 – estimativas para impostos e impostos diferidos.

Nota 2.6. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos ap s a data da demonstra o da posi o financeira que proporcionem informa o adicional sobre condi es que existiam   data da demonstra o da posi o financeira s o refletidos nas demonstra es financeiras. Os eventos ap s a data da demonstra o da posi o financeira que proporcionem informa o sobre condi es que ocorram ap s a data da demonstra o da posi o financeira, se materiais s o divulgados nas notas  s demonstra es financeiras.

Nota 3 Novas normas e altera o de pol ticas

Nota 3.1. Altera es volunt rias de pol ticas contabil sticas

Durante o exerc cio findo em 31 de dezembro de 2025 n o ocorreram altera es volunt rias de pol ticas contabil sticas, face  s consideradas na prepara o da informa o financeira relativa ao exerc cio findo em 31 de dezembro de 2024, apresentada nos comparativos.

Nota 3.2. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025 e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade"	Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias.	1 de janeiro de 2025

Da aplicação desta alteração de norma não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AgdA.

Nota 3.3. Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2026 e que a AgdA não adotou antecipadamente são as seguintes:

JÁ ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

Descrição	Alteração	Data efetiva
Emenda a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2024 incluem alterações decorrentes dos resultados do processo de revisão de pós-implantação da IFRS 9 efetuado pelo IASB.	1 de janeiro de 2026
Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relacionados com eletricidade dependente da natureza	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2024 inclui guidance e divulgações adicionais relacionadas com contratos de fornecimento de eletricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contratos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos.	1 de janeiro de 2026
Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (volume 11)	Corresponde essencialmente a emendas nas normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.	1 de janeiro de 2026

Estas emendas apesar de aprovadas pela União Europeia, não foram adotadas pela AgdA em 2025, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

AINDA NÃO ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	O objetivo da IFRS 18 é estabelecer requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações financeiras para ajudar a assegurar que estas proporcionam informação relevante que representa fielmente os ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos de uma entidade.	1 de janeiro de 2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	Esta norma permite que uma subsidiária elegível possa optar por divulgações reduzidas nas suas demonstrações financeiras preparadas em IFRS.	1 de janeiro de 2027
Alterações à IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	Eliminação da possibilidade da entidade definir o nível de detalhe das divulgações a efetuar.	1 de janeiro de 2027
Alterações ao IAS 21 - Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária	Especifica os procedimentos de conversão para uma entidade cuja moeda de apresentação seja a de uma economia hiperinflacionária.	1 de janeiro de 2027

Estas normas não foram ainda adotadas pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela AgdA no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, a Empresa encontra-se em fase de identificação dos impactos para as demonstrações financeiras decorrentes da sua futura adoção.

Nota 3.4. Normas em revisão

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o *Exposure Draft* da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os cash-flows futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória. Caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao *Exposure Draft* identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Têm vindo a decorrer reuniões sendo expectativa do IASB publicar a nova norma durante o ano de 2026. A AgdA e o Grupo AdP encontram-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do *Exposure Draft*.

Nota 4. Políticas de gestão do risco financeiro

Nota 4.1. Fatores de risco

As atividades da AgdA e do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Nota 4.2. Risco de mercado

Nota 4.2.1. Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AgdA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AgdA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AgdA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da empresa.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DA TAXA DE JURO

	31.12.2025	Taxa Média + 1%	Taxa Média - 1%
Juros suportados à taxa variável	956 296	1 194 738	717 333
TOTAL	956 296	1 194 738	717 333

O impacto da variação de taxa mensurada é calculado num prazo de doze meses.

Nota 4.2.2. Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da AgdA em energia e combustíveis, representam aproximadamente 30,70% do total de fornecimentos e serviços externos. A AgdA através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

Nota 4.3. Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da

contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AgdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

RISCO DE LIQUIDEZ

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Passivo				
Empréstimos	2 158 239	33 609 237	28 387 097	64 154 574
Fornecedores e outros Passivos	4 292 186	0	0	4 292 186
Passivos de Locação	123 759	22 266	0	146 025
TOTAL	6 574 184	33 631 504	28 387 097	68 592 784

Os empréstimos contratados são maioritariamente BEI e permitiram contratualmente que a AgdA e o Grupo AdP escolhessem a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, e para o período subsequente manteve-se a taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro	Capital em dívida em 31.12.2025 (Eur)
2025	39 354 839
2026	38 064 516
2027	36 129 032
2028	33 548 387
2029	30 967 742
2030	28 387 097
2040	2 580 645
2042	0

A AgdA apenas dispõe de contrato "BEI V", não sendo entre garantido através de contratos de fiança celebrados entre a República Portuguesa e o BEI.

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos acionistas e outros empréstimos bancários) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2025 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2025 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AgdA não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, uma vez que AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

O objetivo da AgdA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

RISCO DE CAPITAL

	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos não correntes	(61 996 334)	(63 241 202)
Empréstimos correntes	(2 158 239)	(1 536 058)
Disponibilidades	1 790 604	1 075 700
Dívida Líquida	(62 363 970)	(63 701 560)
Subsídios ao investimento	93 139 691	87 334 603
Total do capital próprio	15 930 649	15 178 491
Capital e Subsídios	109 070 340	102 513 095
Dívida Líquida/total do capital	57%	62%

O modelo de financiamento da Empresa assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, no financiamento acionista e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Nota 4.4. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A AgdA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Nota 4.4.1. Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes da AgdA tem essencialmente a naturezas de autarquias locais ou empresa municipal.

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas que de imediato têm sido solucionadas. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da AgdA entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

Nota 4.4.2. Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AgdA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2025 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS

	31.12.2025	31.12.2024
Depósitos à Ordem	1 784 004	1 072 741
Depósitos Prazo	0	0
Fundo de reconstituição do capital	0	0
Outros	0	0
TOTAL	1 784 004	1 072 741

DEPÓSITOS À ORDEM

	31.12.2025	31.12.2024
Novo Banco	2 581	2 740
Santander Totta	0	2 880
Caixa Geral de Depósitos	14 392	14 564
Banco Português do Investimento	117	585
Millennium BCP	265	889
Bankinter	6 359	17 384
Instituto de Gestão do Crédito Público	1 760 290	1 033 698
Depósitos à Ordem	1 784 004	1 072 741

RATING'S

	Moody's Longo prazo Ano 2025	Moody's Longo prazo Ano 2024
Novo Banco	BBB	BBB+
Banco Santander Totta	A	A
Caixa Geral de Depósitos	A	A-
Caixa de Crédito Agrícola	Baa2	Baa1
Banco Português do Investimento	A	A
Millennium BCP	BBB+	BBB+
Banco Bankinter	A	A
Instituto de Gestão do Crédito Público	A	A

Nota 4.5. Risco de exploração

Nota 4.5.1. Risco de catástrofe

A AgdA está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a conseqüente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a AgdA tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

Nota 4.5.2. Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela Empresa. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

Nota 5. Ativos intangíveis

Nota 5.1. Políticas contabilísticas

Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.4.

↳ Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

↳ Imparidade

Os ativos da Empresa são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas dos contratos de parceria e de gestão, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da parceria. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos respetivos contratos que são reenviados periodicamente para o regulador do sector e Comissão de Parceria.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos do AgdA. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período (2 a 3 anos) a AgdA efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

↳ Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

↳ Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Nota 5.2. Estimativas e Julgamentos

↳ Vida útil

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da parceria), e de acordo com o respetivo contrato de gestão. No fim da parceria o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%. (ver nota 2.4).

Na determinação do investimento contratual a AgdA utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos no contrato de parceria e EVEFs (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) em vigor, os quais estão em fase de revisão quinquenal, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.

↳ Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Nota 5.3. Detalhe e movimento

O detalhe dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

ACTIVOS INTANGÍVEIS		
	31.12.2025	31.12.2024
Despesas de desenvolvimento	372 999	384 051
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	165 924 317	166 487 558
TOTAL	166 297 316	166 871 609

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis no exercício de 2025 é o seguinte:

MOVIMENTO DO PERÍODO DO ATIVO

Valor Bruto	31.12.2024	Aumentos	Reclassificações	Transferências	31.12.2025
Despesas de desenvolvimento	567 482	0	0	0	567 482
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	219 813 905	5 691 397	0	0	225 505 302
Total Bruto	220 381 387	5 691 397	0	0	226 072 784
Amortizações acumuladas	31.12.2024	Aumentos	Reclassificações	Transferências	31.12.2025
Despesas de desenvolvimento	(183 431)	(11 052)	0	0	(194 483)
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	(53 326 347)	(5 898 643)	(355 995)		(59 580 985)
Total de Amortizações	(53 509 778)	(5 909 695)	(355 995)	0	(59 775 468)
Total Líquido	166 871 609	(218 298)	(355 995)	0	166 297 316

DUI - MOVIMENTO DO PERÍODO

Valor Bruto	31.12.2024	Aumentos	Reclassificações	Transferências	31.12.2025
Terrenos	2 364 947	21 411	0	55 975	2 442 333
Edifícios e outras construções	173 572 791	212 894	0	721 765	174 507 450
Equipamento básico	32 365 956	1 185 774	0	0	33 551 731
Equipamento de transporte	5 441	0	0	0	5 441
Equipamento administrativo	483 100	45 776	0	0	528 875
Outros	410 823	0	0	0	410 823
Investimento em Curso	10 610 847	4 225 542	0	(777 740)	14 058 649
Total do Ativo DUI Bruto	219 813 906	5 691 397	0	0	225 505 303
Amortizações acumuladas	31.12.2024	Aumentos	Reclassificações	Transferências	31.12.2025
Terrenos	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	(30 121 516)	(4 889 592)	0	0	(35 011 108)
Equipamento básico	(8 716 920)	(1 203 393)	0	0	(9 920 313)
Equipamento de transporte	(5 441)	0	0	0	(5 441)
Equipamento administrativo	(474 450)	(7 433)	0	0	(481 883)
Outros	(399 924)	(1 640)	0	0	(401 564)
Correção das Amortizações Investimento Realizado	(13 608 097)	203 415	(355 995)	0	(13 760 677)
Total de Amortizações DUI	(53 326 347)	(5 898 643)	(355 955)	0	(59 580 985)
Total do Ativo DUI Líquido	166 487 558	(207 246)	(355 955)	0	165 924 317

O valor registado em Reclassificações, no montante de 0,778 milhões de euros, corresponde aos investimentos concluídos em 2025.

Importa destacar que a AgdA se encontra em fase de execução do plano de investimentos previsto no contrato de gestão, tendo realizado em 2025 o valor de 4,226 milhões de euros, incluindo capitalização de encargos. Podemos destacar as obras de Sistema Intercetor de Ermidas e ETAR e Sistema Intercetor do Ciborro. A circunstância de se encontrar na transição para um novo ciclo de investimento e programa comunitário, justifica uma menor expressão tendo em conta que parte do investimento resulta ainda da elaboração de projetos.

Nota 6. Locações

Nota 6.1. Políticas contabilísticas

As locações nas quais a AgdA é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a AgdA reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AgdA reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A AgdA tem locações enquanto locatário.

↳ Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de uma remuneração:

- i. O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado quando fica disponível para uso pelo locatário; e
- ii. A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

↳ Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a AgdA contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex.: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a AgdA (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

↳ Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i. Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii. Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação ("commencement date") corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

□) **Contabilização nos locatários**

↳ Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação a AgdA reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

↳ Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Licenças de software	3
Equipamento de transporte	1-4

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a AgdA mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);

- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

↳ Expedientes práticos utilizados pela AgdA enquanto locatária

A AgdA utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AgdA é locatária e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

Nota 6.2. Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Nota 6.3 Ativos sob direito de uso

O detalhe dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e o respetivo movimento ocorrido nos exercícios findos naquelas datas é o seguinte:

MOVIMENTO DO PERÍODO DO ATIVO

Valor Ativo	31.12.2024	Aumentos	Abates	31.12.2025
Equipamento de transporte	1 035 082	0	0	1 035 082
Licenciamento Microsoft	287 428	0	0	287 428
Total ativo sob direito de uso Bruto	1 322 510	0	0	1 322 510
Amortizações acumuladas	31.12.2024	Aumentos	Abates	31.12.2025
Equipamento de transporte	(902 650)	(56 191)	0	(958 841)
Licenciamento Microsoft	(90 644)	(67 469)	0	(158 113)
Total de Amortizações	(993 295)	(123 660)	0	(1 116 955)
Ativo sob direito de uso líquido	329 215	(123 660)	0	205 555

Nota 6.4. Passivos da locação

O detalhe dos passivos da locação em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

PASSIVOS DE LOCAÇÃO		
	31.12.2025	31.12.2024
Locação financeira equipamentos de transporte	22 266	78 389
Locação Financeira Licenças	0	67 636
Total não Correntes	22 266	146 025
Locação financeira equipamentos de transporte	56 123	56 527
Locação Financeira Licenças	67 636	65 350
Total Correntes	123 759	121 877
TOTAL	146 025	267 903

Nota 7. Outros ativos financeiros

O detalhe dos outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

OUTROS ATIVOS FINACEIROS		
	31.12.2025	31.12.2024
Fundo de Compensação do Trabalho	24 420	24 420
TOTAL	24 420	24 420

Nota 8. Desvios de Recuperação de Gastos

Nota 8.1. Políticas contábilísticas

Para as políticas contábilísticas relativas ao desvio de recuperação e gastos, consultar divulgação na nota 2.4.5.

Nota 8.2. Estimativas e julgamentos

Em termos contratuais, a AgdA remunera o capital investido pelo acionista, conforme definido no contrato de gestão, onde se estabelece os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos em termos anuais, assegurando a completa recuperação dos gastos de investimento, operacionais, financeiros, impostos e também a adequada remuneração dos capitais próprios dos Acionistas.

Considera-se desvio de recuperação de gastos, à diferença verificada, anualmente, de recuperação de encargos afetos à tarifa, onde se inclui a remuneração acionista e os impostos sobre o rendimento. O desvio de recuperação de gastos pode assumir duas naturezas:

- deficit, quando se verifica uma insuficiência de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária;
- superavit, quando se verifica um excesso de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária.

Nota 8.3. Detalhe e movimento

O desvio de recuperação de gastos em 31 de dezembro de 2024 e 2025 tem o seguinte detalhe:

DESVIOS DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS (BALANÇO)

	31.12.2025	31.12.2024
Desvios de Recuperação de Gastos Ativos (Deficit)	2 595 598	2 524 882
Desvios de Recuperação de Gastos Passivos (Superavit)	0	0
TOTAL	2 595 598	2 524 882

A AgdA evidencia nos seus documentos de prestação de contas os desvios de recuperação de gastos. Entenda-se o desvio de recuperação de gastos como a diferença entre o valor de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos custos, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios (nota 37), e o valor dos rendimentos efetivos em cada um dos exercícios económicos.

Em 31 de dezembro de 2025 a AgdA apresentou um défice tarifário acumulado na demonstração da posição financeira de 2.595.598 euros que corresponde ao valor do desvio de recuperação de gastos (superavit tarifário) acumulado entre 2016 e 2017 e entre 2020 e 2022 no montante de 2.259.115 euros, ao desvio de recuperação de gastos negativo (défice tarifário) de 2018, 2019, 2023 e 2024 no montante de 4.783.997 euros e ao desvio de recuperação de gastos (défice tarifário) verificado em 2025, no valor de 70.716 euros que será ainda objeto de validação por parte da Comissão de Parceria.

Nota 9. Clientes

Nota 9.1. Políticas contabilísticas

↳ Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - a. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da empresa, a AgdA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, nomeadamente de crédito a clientes.

↳ Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

↳ Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), o AgdA determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado.

↳ Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AgdA não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

↳ Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a AgdA valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da AgdA apenas são detidos ativos financeiros pelo custo amortizado.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AgdA recalcula o valor bruto do ativo bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela AgdA no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

↳ Crédito abatido ao ativo (*write-off*)

A AgdA reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela AgdA se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

↳ Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas "Clientes e outros ativos correntes", a AgdA aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição

atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor da demonstração da posição financeira dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a AgdA não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

↳ Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a AgdA decidir alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

↳ Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:

- o Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - o O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
 - o Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - o Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

Nota 9.2. Estimativas e julgamentos

▾ Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade para clientes e outras contas a receber são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da AgdA não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da AgdA.

Conforme já referido, face à tipologia de clientes da AgdA para os quais na sua maioria são considerados de risco baixo (Municípios) e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecidas na empresa serem considerados como um gasto aceite no desvio de recuperação de gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio da AgdA.

Nota 9.3. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe de Clientes é o seguinte:

CLIENTES		
	31.12.2025	31.12.2024
Clientes Não Correntes		
Clientes Municipais	94 460	165 304
Total em Clientes Não Correntes	94 460	165 304
Clientes Correntes		
Clientes Municipais	5 407 018	5 719 902
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	1 452 806	1 440 816
Total em Clientes Correntes	6 859 824	7 160 718
TOTAL	6 954 284	7 326 022

A rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos corresponde à especialização do fornecimento de água no mês de dezembro no montante de 946 mil euros, à especialização da prestação de serviços de saneamento no valor de 426 mil euros que compreende à tarifa do serviço de saneamento e ao ressarcimento das despesas de saneamento incorridas na AgdA no 4º trimestre de 2025 das ETAR ainda não licenciadas e que irão sofrer intervenções no âmbito do plano de investimentos, no valor de 81 mil euros.

De acordo com os procedimentos em vigor na Empresa, a faturação das componentes variáveis de abastecimento de água e de saneamento referente ao mês de dezembro será efetuada no mês de janeiro de 2026 e o ressarcimento dos gastos do 4º trimestre de 2025 das ETAR ainda não intervencionadas durante o mês de março de 2026.

O saldo corrente de Clientes apresenta o seguinte detalhe por vencimento de dívida em 31 de dezembro de 2025:

CLIENTES - TOTAL DA DÍVIDA POR VENCIMENTO					
	Por faturar	Vencido	Não Vencido	Acordo de Pagamento	Total
Clientes	1 452 806	2 359 810	2 976 364	165 304	6 954 284
TOTAL	1 452 806	2 359 810	2 976 364	165 304	6 954 284

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo a receber de Municípios apresenta o seguinte detalhe por antiguidade:

CLIENTES – TOTAL DA DÍVIDA POR VENCIMENTO S/ ACORDO DE PAGAMENTO

	Mais de 720 dias	360 a 720 dias	150 a 360 dias	60 a 150 dias	Até 60 dias	Total Vencido	Não Vencido	Total	Total Faturado 2025
Alcácer do Sal	0	0	0	0	0	0	0	0	1 879 522
Aljustrel	0	0	0	175 489	303 673	479 162	262 173	741 335	1 484 502
Almodôvar	0	0	0	0	0	0	0	0	597 252
Alvito	0	0	0	0	0	0	21 142	21 142	327 776
Arraiolos	0	0	0	0	0	0	13 876	13 876	681 791
Águas do Vale do Tejo, S.A.	0	0	0	0	0	0	27 688	27 688	326 170
Águas do Alto Minho, S.A.	0	0	0	0	0	0	149	149	149
Barrancos	0	0	0	0	0	0	0	0	196 383
Castro Verde	0	0	0	40 152	161 227	201 379	142 939	344 318	822 193
Cuba	0	33 192	0		73 392	106 584	100 464	207 049	540 332
EMAS	0	0	0	208 202	786 233	994 435	731 309	1 725 745	3 761 058
Grândola	77 740	0	3 338	14 013	0	95 092	349 892	444 984	1 724 197
Mértola	0	0	4 514	0	0	4 514	0	4 514	660 677
Montemor-o-Novo	0	12 863	0	0	0	12 863	50 811	63 674	1 099 236
Moura	0	0	0	41 955	0	41 955	319 211	361 166	1 727 363
Odemira	0	0	98 989	0	0	98 989	396 560	495 549	2 791 223
Ourique	81 185	5 986	0	9 253	0	96 424	7 345	103 769	402 432
Santiago do Cacém	0	0	0	0	19 497	19 497	83 067	102 564	1 941 503
Serpa	0	0	0	0	0	0	399 667	399 667	1 973 155
Vendas Novas	0	0	0	0	0	0	0	0	1 531 572
Viana do Alentejo	6 740	7 621	0	25 384	0	39 745	55 736	95 481	680 905
Vidigueira	169 169	0	0	0	0	169 169	14 335	183 504	730 633
TOTAL	334 835	59 663	106 841	514 447	1 344 023	2 359 810	2 976 364	5 336 173	25 880 024

Nota 10. Inventários

Nota 10.1. Políticas contabilísticas

Os inventários estão valorizados ao valor mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

Nota 10.2. Detalhe e movimento

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

INVENTÁRIOS (SALDO ACUMULADO)

	31.12.2025	31.12.2024
Mercadorias	0	0
Matérias-primas	107 517	127 624
Produtos acabados	0	0
TOTAL	107 517	127 624

O movimento ocorrido nos inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e o apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS

	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Total em Inventários a 31 de dezembro 2024	0	127 624	127 624
Compras	0	1 354 256	1 354 256
Regularização de Inventários	0	0	0
Custo das vendas/variação dos inventários	0	(1 374 363)	(1 374 363)
Total em Inventários a 31 de dezembro 2025	0	107 517	107 517

As matérias-primas e matérias subsidiárias registadas em inventários correspondem aos reagentes químicos utilizados no processo de tratamento de águas para abastecimento e de tratamento de águas residuais.

Nota 11. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe de estado e outros entes públicos é como segue:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	31.12.2025	31.12.2024
IVA a receber	554 860	376 520
EOEP ATIVO	554 860	376 520
Retenções - IRS	48 444	36 922
Retenções - Segurança social	109 242	105 566
Outras Tributações - Outros	9 334	6 869
Outras Tributações - TRH	1 692 561	1 465 445
EOEP PASSIVO	1 859 580	1 614 802

Nota 12. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe de outras contas a receber é como segue:

OUTROS ATIVOS CORRENTES

	31.12.2025	31.12.2024
Devedores Diversos - Fundos Comunitários	4 672 506	0
Devedores Diversos - EDIA	825 312	832 665
Adiantamentos a fornecedores	290 048	853 896
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	349 600	474 206
Outros devedores	153 996	58 126
Acréscimos de Rendimentos	1 338 040	2 142 287
Gastos a Reconhecer	165 622	180 159
TOTAL	7 795 124	4 541 339

O valor registado em Devedores Diversos – Fundos Comunitários diz respeito aos pedidos de pagamento para reembolso de despesa de investimento executado e abrangidos pelos contratos de financiamento com o programa operacional Alentejo 2030.

Relativamente ao valor registado em adiantamentos efetuados a fornecedores, diz respeito ao adiantamento efetuado à EDIA a título de comparticipação das despesas de manutenção com a barragem do Alvito, previstas na cláusula 13º do contrato de captação celebrado entre a APA e a AgdA, que será regularizado aquando da celebração de acordo entre ambas as partes. Pese embora o referido a rubrica registou uma redução de 66% face ao período homologado em resultado do acordo celebrado entre a AgdA e a Associação de Regantes do Roxo, para a comparticipação das despesas de manutenção com a barragem do Roxo.

A rubrica de adiantamento a fornecedores de investimento, que corresponde ao adiantamento efetuado aos Municípios pela retribuição do património integrado no SPPIAALENTEJO, foi parcialmente amortizada em 2025 pelo pagamento da respetiva retribuição do ano.

O valor registado na rubrica de acréscimo de rendimentos respeita essencialmente à especialização dos juros de mora a debitar a clientes pelo atraso de pagamento de faturas conforme disposto no Contrato de Gestão e legislação aplicável, prevendo-se que esta faturação ocorra no primeiro semestre de 2026, porém a AgdA reconheceu uma potencial perda por prescrição no montante de 0,987 milhões de euros pese embora se mantenha a expectativa de recebimento na íntegra. Assim, em 31 de dezembro de 2025 o valor em aberto de 1,338 milhões de euros, corresponde à especialização de juros de mora a receber no montante de 2,325 milhões de euros, líquidos de perdas por imparidade no montante de 0,987 milhões de euros.

Nota 13. Caixa e seus equivalentes

Nota 13.1. Políticas contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários (no caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa), sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

Nota 13.2. Detalhe

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

CAIXA E BANCOS

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	6 600	2 959
Depósitos à ordem	1 784 004	1 072 741
Depósitos a prazo	0	0
TOTAL	1 790 604	1 075 700

Nota 14. Capital próprio

Nota 14.1. Políticas contabilísticas

↳ Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

↳ Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

↳ Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

Nota 14.2. Capital Social

O capital no montante de 11.332.560 euros é constituído por 2.266.512 ações de 5 euros cada e a 31 de dezembro de 2025, encontrando-se totalmente realizado.

CAPITAL SOCIAL

	%	Capital subscrito 31.12.2025	Capital realizado 31.12.2025	Capital subscrito 31.12.2024	Capital realizado 31.12.2024
AdP - Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	51%	5 761 415	5 761 415	5 761 415	5 761 415
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública do Alentejo	49%	5 571 145	5 571 145	5 571 145	5 571 145
TOTAL	100%	11 332 560	11 332 560	11 332 560	11 332 560

Nota 14.3. Variações de Capital

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as variações das rubricas de capital são as seguintes:

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

	Capital social	Reserva legal	Reservas Livres	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024	11 332 560	209 927	2 869 432	0	766 572	15 178 491
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2024	0	38 329	322 978	405 265	(766 572)	0
Resultado líquido do período	0	0	0	0	752 158	752 158
SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025	11 332 560	248 256	3 192 410	405 265	752 158	15 930 649

Nota 14.4. Resultado líquido por ação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o resultado líquido por ação é o seguinte:

RESULTADO POR AÇÃO

	31.12.2025	31.12.2024
Resultado Líquido	752 158	766 572
Número médio de ações (5,00 Eur/cada)	2 266 512	2 266 512
Resultado por Ação	0,33	0,34

Nota 14.5 Reservas e outros ajustamentos

O detalhe das reservas e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

RESERVAS

	31.12.2025	31.12.2024
Reservas legais	248 256	209 927
Reservas livres	3 192 410	2 869 432
TOTAL	3 440 666	3 079 359

Nota 15. Provisões e Passivos Contingentes

Nota 15.1. Políticas contabilísticas

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AgdA divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e

mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração da posição financeira, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A AgdA procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Nota 15.2. Estimativas e julgamentos

A AgdA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A AgdA é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Nota 15.3. Detalhe e movimento

O detalhe das provisões em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

DETALHE E MOVIMENTO DE PROVISÕES				
	31.12.2024	Aumentos	Utilizações	31.12.2025
Processos judiciais em curso	480 800	192 000	(102 000)	570 800
TOTAL	480 800	192 000	(102 000)	570 800

Processos judiciais em curso

A AgdA faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

Garantias

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas pela empresa são as seguintes:

GARANTIAS BANCÁRIAS

	31.12.2024	Boa Execução	Autoridade Tributária	31.12.2025
Garantias Bancárias	3 262 156	166 417	3 423 682	3 590 099
TOTAL	3 262 156	166 417	3 423 682	3 590 099

Relativamente às garantias bancárias emitidas à Autoridade Tributária importa referir que na sequência do acordo celebrado com a Associação de Beneficiários do Roxo, serão todas canceladas no primeiro trimestre de 2026.

Nota 16. Acréscimo de gastos de investimento contratual

Nota 16.1. Políticas contabilísticas

Esta rubrica respeita aos acréscimos de gastos de investimentos contratuais por realizar. O reconhecimento destes acréscimos de gastos (amortizações) permite uma estabilização da tarifa, balanceando, durante o prazo da parceria, os rendimentos (tarifas) e os gastos (incorridos e a incorrer). Considerou-se em investimento contratual o valor de 252 milhões de euros a que corresponde o investimento total de Abastecimento de Água e de Saneamento previsto em Aditamento ao Contrato de Gestão.

O valor desta rubrica corresponde ao valor das amortizações acumuladas de investimento previsto na parceria ainda não realizado à taxa de amortização calculada em cada ano pelo método da soma das unidades de produção.

Nota 16.2. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe e movimento do acréscimo de gastos de investimento contratual é como segue:

ACRÉSCIMO DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

	31.12.2024	Aumento	Reclassificações	31.12.2025
Acréscimos de gastos de investimento contratual	5 990 390	1 475 191	(355 995)	7 109 586
TOTAL	5 990 390	1 475 191	(355 995)	7 109 586

Nota 17. Subsídios ao investimento

Nota 17.1 Políticas contabilísticas

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a AgdA cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Nota 17.2 Detalhe e Movimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

	31.12.2024	Pedidos de Pagamento	Reconhecimento de Proveitos	31.12.2025
Candidaturas - POVT - AA	15 353 106	0	563 729	14 789 378
Candidaturas - POVT - AR	13 868 739	0	387 060	13 481 679
Candidaturas - POSEUR - AA	44 319 291	3 806 707	1 773 277	46 352 720
Candidaturas - POSEUR - AR	11 217 263	974 838	344 533	11 847 568
Candidaturas - COMPETE - AA	593 280	0	12 107	581 173
Candidaturas - COMPETE - AR	1 968 371	0	56 003	1 912 368
Candidaturas - ALT2030 - AA	0	1 207 376	54 164	1 153 212
Candidaturas - ALT2030 - AR	0	3 465 130	105 776	3 359 354
Candidaturas - Outros Subsídios - EDIA	707 960	0	26 072	681 889
Candidaturas - Outros Subsídios - AA	(2 109 185)	0	(164 477)	(1 944 709)
Candidaturas - Outros Subsídios - AR	(2 319 923)	0	353 146	(2 673 070)
Subtotal	83 598 904	9 454 051	3 511 391	89 541 564
Rec. da Integração Barragem do Enxoé	3 735 699	0	137 572	3 598 127
TOTAL	87 334 603	9 454 051	3 648 963	93 139 691

Em 2025 foi reconhecido em subsídios ao investimento os pedidos de pagamento das despesas efetuadas no âmbito dos contratos de financiamento do POSEUR e ALT2030. Pelo direito ao subsídio, a empresa reconhece em rendimentos, a percentagem do subsídio correspondente às unidades produzidas no exercício comparativamente com a soma das unidades de produção previstas até ao final da parceria.

Assim, em 2025 foi reconhecido o direito ao subsídio através de pedidos de pagamento efetuados no montante de 9,454 milhões de euros. Foi ainda reconhecido em rendimento o montante de 3,511 milhões de euros que correspondem à quota-parte do subsídio. Encontra-se por reconhecer em rendimentos relativos a subsídios o montante de 89,542 milhões de euros.

Pela assinatura do contrato de captação na barragem do Enxoé, uma vez que a AgdA é o único utilizador da albufeira, conforme definido no contrato, em 2021 foi efetuada a integração em ativo do valor estimado pela barragem. Como contrapartida foi constituído um passivo de igual valor que será reconhecido em rendimento na mesma proporção da amortização uma vez que não será feito qualquer pagamento pela respetiva utilização. Desta forma, em 2025 foi reconhecido um rendimento de 138 mil euros, permanecendo por reconhecer o valor de 3,598 milhões de euros que se equipará ao valor do ativo líquido.

Nota 18. Empréstimos

Nota 18.1. Políticas contabilísticas

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Fornecedores e Outros passivos não correntes” e “Fornecedores”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AgdA apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

↳ Empréstimos obtidos

Os empréstimos (bancários e acionistas) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a AgdA liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

Nota 18.2. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe dos empréstimos obtidos é o seguinte:

EMPRÉSTIMOS	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos bancários BEI	38 064 516	39 354 839
Empréstimos - Empresa-mãe	23 931 818	23 886 364
Empréstimos Não correntes	61 996 334	63 241 202
Empréstimos bancários BEI	1 290 323	645 161
Empréstimos - Empresa-mãe	454 546	454 545
Acréscimos Gastos-Juros Encargos Liquidar	413 371	436 351
Empréstimos Correntes	2 158 239	1 536 058
TOTAL	64 154 573	64 777 260

↳ Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa é o seguinte:

EMPRÉSTIMOS

	31.12.2025			31.12.2024		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	63 241 203	1 536 058	64 777 263	66 590 910	913 815	67 504 725
Reclassificação de não corrente para corrente	(1 744 868)	1 744 868	0	(1 099 707)	1 099 707	0
Obtenção de empréstimos	3 500 000	0	3 500 000	2 000 000	0	2 000 000
Reembolso de capital de empréstimos	(3 000 000)	(1 099 707)	(4 099 707)	(4 250 000)	(454 545)	(4 704 545)
Varição nos descobertos bancários	0	0	0	0	0	0
Varição na especialização de juros nominais	0	(22 980)	(22 980)	0	(22 919)	(22 919)
Saldo final	61 996 335	2 158 239	64 154 573	63 241 203	1 536 058	64 777 260

Não existiram outras variações nos empréstimos tais como variação de justo valor ou alterações.

↳ Empréstimos por maturidade

O reembolso de capital dos empréstimos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 tem o seguinte detalhe:

MATURIDADE DOS EMPRÉSTIMOS

	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	2 158 239	1 536 058
De 1 a 2 anos	25 640 029	24 494 868
De 2 a 3 anos	2 807 918	2 390 029
De 3 a 4 anos	2 580 645	2 807 918
De 4 a 5 anos	2 580 645	2 580 645
Superior a 5 anos	28 387 097	30 967 742
TOTAL	64 154 573	64 777 260

↳ Empréstimos por tipo de taxa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os empréstimos apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

EMPRÉSTIMOS POR TIPO DE TAXA DE JURO

	31.12.2025	31.12.2024
Taxa de juro variável		
Até 1 anos	596 275	629 142
De 1 a 2 anos	23 704 545	23 204 545
De 2 a 3 anos	227 273	454 545
Superior a 3 anos	0	227 273
Subtotal	24 528 093	24 515 606

EMPRÉSTIMOS POR TIPO DE TAXA DE JURO

	31.12.2025	31.12.2024
Taxa de juro fixa		
Até 1 anos	1 561 964	906 916
De 1 a 2 anos	1 935 484	1 290 323
De 2 a 3 anos	2 580 645	1 935 484
Superior a 3 anos	33 548 387	36 129 032
Subtotal	39 626 481	40 261 754
TOTAL	596 275	64 777 260

↳ Empréstimos contratados e não utilizados

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os empréstimos contratados e não utilizados são os seguintes:

LINHAS DE CRÉDITO CONTRATADAS NÃO UTILIZADAS

	31.12.2025	31.12.2024
Expira num ano (taxa variável)	5 000 000	9 000 000
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	11 750 000	12 250 000
TOTAL	16 750 000	21 250 000

↳ Linhas de crédito contratadas por tipo de aval

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os empréstimos contratados por tipo de aval são os seguintes:

LINHAS DE CRÉDITO CONTRATADAS POR TIPO DE AVAL

Entidade	Tipo de Financiamento	Valor	Garantia/Aval
BEI	Financiamento MLP	40 000 000	Aval AdP
TOTAL		40 000 000	

Decorrente do Decreto-Lei n.º 133/2013, a AgdA tem vindo a financiar-se essencialmente com financiamento BEI, uma última tranche recebida em dezembro de 2022, no valor de 20 milhões de euros, com suprimentos da AdP SGPS e com linhas de financiamento de curto prazo igualmente contratadas com a AdP SGPS e banca comercial através de contratos grupados. Consciente de que o endividamento foi contraído para suprir necessidades de tesouraria da atividade de investimento, cuja recuperação económica será através da tarifa, o contrato de suprimentos celebrado com a AdP SGPS é amortizável em Médio e Longo Prazo permitindo desta forma criar um equilíbrio financeiro entre o passivo e o ativo de curto prazo.

De referir ainda que a AgdA minimiza as disponibilidades financeiras com a amortizações das contas correntes de curto prazo.

Nota 19. Fornecedores e outros passivos

Nota 19.1 Políticas contabilísticas

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a AgdA adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a pagar fornecedores e outras dívidas a pagar a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Nota 19.2. Detalhe

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe de fornecedores e outros passivos é o seguinte:

FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores e outros passivos não Correntes		
Fornecedores de investimentos (Retribuição Património)	0	0
Total em Fornecedores e outros passivos Não Correntes	0	0
Fornecedores e outros passivos Correntes		
Fornecedores gerais	377 316	1 248 409
Fornecedores do Grupo	27 825	138 224
Fornecedores de faturas em receção e conferência	667 319	1 050 876
Fornecedores de investimentos	1 244 323	1 776 469
Acréscimos Gastos-Férias e Subs. de Férias (ano n+1)	745 613	698 587
Sindicatos	182	122
Credores Acréscimos Gastos-Seguros	23 606	0
Acréscimos Gastos-Eletricidade	302 735	339 760
Acréscimos Gastos-Outros	828 441	3 220 568
Outras Regularizações - Locação	74 827	5 026
Outros Credores Diversos	0	30 449
Total em Fornecedores e outros passivos Correntes	4 292 186	8 508 490
TOTAL	4 292 186	8 508 490

Em 2025 verificou-se uma redução na rubrica de Fornecedores e Outros Passivos de 49,55%, decorrente da diminuição nas rubricas de Fornecedores e de acréscimos de gastos. A redução nas rubricas de fornecedores justifica-se pela melhoria no prazo médio de pagamento a fornecedores e também pela diminuição no investimento anual em resultado do término das candidaturas do POSEUR. A rubrica de acréscimos de gastos diz respeito ao reconhecimento de gastos incorridos com a atividade até 31.12.2025 que ainda não foram faturados pelas respetivas entidades, prevendo-se que venha a ocorrer durante 2026. O valor registado em Acréscimos Gastos-Outros diz respeito, aos serviços partilhados e não faturados por empresas do Grupo AdP e outros, respetivamente com os seguintes montantes: 0,471 M€ e 0,358 M€. De referir que a redução ocorrida nesta rubrica face a 2024 decorreu do acordo celebrado, entre a AgdA e a Associação de Beneficiários do Roxo em 11 de dezembro de 2025, para a comparticipação nos encargos com a manutenção e operação da albufeira do Roxo, resultando no registo e pagamento das respetivas faturas.

Nota 20. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos / Passivos financeiros ao justo valor	Total da demonstração da posição financeira a 31.12.2025	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos / Passivos financeiros ao justo valor	Total da demonstração da posição financeira a 31.12.2024
Cientes Não Correntes	94 460	0	94 460	165 304	0	165 304
Cientes Correntes	6 859 824	0	6 859 824	7 160 718	0	7 160 718
Outros ativos correntes	7 795 124	0	7 795 124	4 541 339	0	4 541 339
Caixa e seus equivalentes	1 790 604	0	1 790 604	1 075 700	0	1 075 700
TOTAL DO ATIVO	16 540 012	0	16 540 012	12 943 061	0	12 943 061
Empréstimos Não Correntes	61 996 334	0	61 996 334	63 241 202	0	63 241 202
Empréstimos Correntes	2 158 239	0	2 158 239	1 536 058	0	1 536 058
Fornecedores e outros passivos Correntes	4 292 186	0	4 292 186	8 508 490	0	8 508 490
TOTAL DO PASSIVO	68 446 759	0	68 446 759	73 285 750	0	73 285 750

Nota 21. Rédito de contratos com clientes

Nota 21.1. Políticas contabilísticas

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da AgdA. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AgdA avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela AgdA, existe apenas uma obrigação de desempenho ("*performance obligation*"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido de acordo com o seguinte:

↳ Prestação de serviços

O rédito é reconhecido com base nos volumes recolhidos e a população e alojamentos potencialmente servidos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre cada componente da tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados e a população e alojamentos potencialmente servidos.

↳ Venda de bens

O rédito é reconhecido com base nos volumes fornecidos e a população e alojamentos potencialmente servidos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre cada componente da tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados e a população e alojamentos potencialmente servidos.

↳ Serviços de construção

Ver política contabilística descrita na nota 2.4.6.

↳ Desvios de recuperação de gastos

Ver política contabilística descrita na nota 2.4.5.

Nota 2.1.2. Detalhe e movimento

O rédito de contratos com clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresenta o seguinte detalhe:

VOLUME DE NEGÓCIOS

	31.12.2025	31.12.2024
Vendas	18 436 470	16 071 431
Prestações de Serviços	8 776 339	7 824 442
Rend. de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	5 691 397	6 684 620
Desvios de recuperação de Gastos (Défice)	70 716	666 810
TOTAL	32 974 923	31 247 302

Em 2025 verificou-se um aumento de 14,72% do valor registado em vendas justificado pelo aumento de caudais faturados em 3,7% e pela atualização das tarifas, em julho de 2025 e julho de 2024, uma vez que a atualização destas pelo Índice de Produtividade de Fatores (IPF) se cifrou em 1,4461 % e 26,7832%, respetivamente.

No que respeita a prestação de serviços, verificou-se um aumento do valor registado em 12,17%, justificado pela atualização da tarifa, em julho de 2025 e julho de 2024, pelo Índice de Produtividade de Fatores (IPF) que se cifrou em 1,4464 % e 26,7832%, respetivamente.

Para as restantes infraestruturas, que ainda não foi praticada a tarifa contratual e que serão objeto de intervenção no âmbito do plano de investimentos da AgdA, em 2025 manteve-se o ressarcimento dos gastos suportados com a operação e manutenção das infraestruturas, sendo o rédito deste reconhecido na rubrica de outros rendimentos e ganhos operacionais.

Na sequência do disposto no Contrato de Gestão, a AgdA evidencia nos seus documentos de prestação de contas os desvios de recuperação de gastos. Entenda-se o desvio de recuperação de gastos como a diferença entre o valor de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos gastos, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios, e o valor de rendimentos efetivamente arrecadado em cada um dos exercícios económicos.

No ano de 2025 a empresa gerou um défice tarifário de 0,071 milhões de euros justificado pelo impacto do acordo celebrado com a Associação de Regantes do Roxo, no montante de 0,535 milhões de euros e que dá como findo um longo processo de contencioso que dura desde 2010, assim como o reconhecimento do potencial risco de prescrição de juros de mora a faturar aos municípios, no montante de 0,987 milhões de euros, mantendo, no entanto, a empresa a expectativa de vir a receber o referido valor. Não tendo havido estes impactos, o desvio de recuperação de gastos seria superavitário em cerca de 1,451 milhões de euros.

É convicção da Administração da AgdA que o Desvio de Recuperação de Gastos expresso nas demonstrações financeiras corresponde à melhor estimativa na presente data e que será aprovado pela Comissão de Parceria em 2026.

O rédito de serviços de construção diz respeito ao serviço prestado aos parceiros pela conceção e construção de infraestruturas encontrando-se plasmado na análise a plena fase de investimento em que a AgdA se encontra tendo executado em 2025 o montante de 5,691 milhões de euros. O referido montante é anulado na Demonstração de Resultados na rubrica de gastos de construção em ativos concessionados, conforme se poderá observar na nota 2.4.6.

↳ Vendas e prestações de serviços por tipo de clientes

VOLUME DE NEGÓCIOS POR TIPO DE CLIENTE

	Empresa Mãe	Associadas	Municípios	Total
Vendas	0	334 967	18 101 503	18 436 470
Prestações de Serviços	0	0	8 776 339	8 776 339
Rend. de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	0	0	5 691 397	5 691 397
Desvios de recuperação de Gastos	0	0	70 716	70 716
TOTAL	0	334 967	32 639 956	32 974 923

↳ Vendas e prestações de serviços por mercado

VOLUME DE NEGÓCIOS POR MERCADO

	Nacional	Internacional	Total
Vendas	18 436 470	0	18 436 470
Prestações de Serviços	8 776 339	0	8 776 339
Rend. de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	5 691 397	0	5 691 397
Desvios de recuperação de Gastos	70 716	0	70 716
TOTAL	32 974 923	0	32 974 923

- ↳ Vendas e prestações de serviços por área de negócios

VOLUME DE NEGÓCIOS POR ÁREA DE NEGÓCIO

	Fornecimento de Água	Saneamento	Serviços	Desvios de Recuperação de Gastos	Total
Vendas	18 436 470	0	0	0	18 436 470
Prestações de Serviços	0	8 776 339	0	0	8 776 339
Rend. construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	0	0	5 691 397	0	5 691 397
Desvios de recuperação de Gastos	0	0	0	70 716	70 716
TOTAL	18 436 470	8 776 339	5 691 397	70 716	32 974 923

Nota 22. Gastos das vendas / variação de inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o custo das vendas tem o seguinte detalhe:

GASTO DAS VENDAS/VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS

	31.12.2025	31.12.2024
Matérias-primas (Aquisição de Água bruta)	693 730	738 802
Matérias Subsidiárias (Reagentes)	680 633	690 189
Subtotal	1 374 363	1 428 991
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	5 691 397	6 684 620
Subtotal	5 691 397	6 684 620
TOTAL	7 065 760	8 113 611

Os gastos com vendas compreendem o custo suportado com a aquisição de água bruta e matérias subsidiárias utilizadas no processo produtivo para garantia de qualidade de água para consumo humano e tratamento de água residual para rejeição no meio efluente.

Relativamente ao valor registado em Gastos de Construção, corresponde ao valor do investimento efetuado pela empresa, destacando-se as empreitadas de Sistema Intercetor de Ermidas e ETAR e Sistema Intercetor do Ciborro.

Nota 23. Fornecimentos e serviços externos

Nota 23.1. Políticas contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Trabalhos para a própria empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

Nota 23.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

	31.12.2025	31.12.2024
Subcontratos	532 956	1 371 554
Trabalhos Especializados	5 266 118	4 166 828
Materiais	108 833	100 486
Energia e Fluidos	4 074 306	4 007 694
Deslocações, Estadas e Transportes	85 724	131 515
Serviços Diversos	1 279 240	916 900
Fee´s de Gestão	612 288	537 662
Sub Total FSE	11 959 465	11 232 639
FSE's capitalizados	(70 645)	(6 534)
TOTAL	11 888 820	11 226 105

Os gastos com FSE evoluíram em 2025 justificado pelo reforço de atividades de manutenção para garantia de funcionalidade de infraestruturas. Alinhando com o esperado, na prossecução da estratégia de internalização da atividade de saneamento, os gastos com subcontratos reduziram pelo termino de contrato no início de novembro de 2024, passando os gastos a serem registados em Pessoal através da contratação dos trabalhadores. O acréscimo de gastos em Serviços Diversos de 40% é justificado essencialmente pelo aumento de gastos no aluguer de viaturas, dispondo a frota da AgdA de mais 16 viaturas face a outubro de 2024 e material de laboratório no decorrer da internalização da atividade de saneamento.

Nota 24. Gastos com pessoal

Nota 24.1. Detalhe

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

GASTOS COM PESSOAL

	31.12.2025	31.12.2024
Remunerações Órgãos Sociais	306 197	277 172
Remunerações Pessoal	4 547 255	3 824 490
Indemnizações	(358)	698
Pensões	0	5 866
Encargos sociais sobre remunerações	1 069 647	900 708
Gastos de Ação Social	20 525	18 836
Outros custos com pessoal	471 070	463 318
Sub-total	6 414 335	5 491 088
Capitalização custos c/ Pessoal	(368 109)	(332 214)
TOTAL	6 046 226	5 158 875

Nota 24.2. Variação do Quadro de Pessoal

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o quadro de pessoal tem a seguinte composição:

QUADRO DE PESSOAL		
Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2025	31.12.2024
Órgãos sociais	9	9
Trabalhadores efetivos e outros	200	169
TOTAL	209	178
Número de colaboradores a 31 de dezembro	31.12.2025	31.12.2024
Órgãos sociais	9	9
Trabalhadores efetivos e outros	197	202
TOTAL	206	211

A rubrica de Gastos com o Pessoal representa um aumento do número médio de trabalhadores em resultado da contratação de novos trabalhadores previstos nos Planos de Atividades e Orçamento (PAO) de 2024, neste caso representados ao número médio de trabalhadores uma vez que a admissão apenas ocorreu no final de 2024.

Comparativamente com o exercício de 2024, é ainda observado um aumento do encargo relativo às medidas de progressão previstas em Acordo Coletivo de Trabalho, e ainda das valorizações previstas no compromisso de valorização dos trabalhadores do grupo AdP com a valorização de 3%, e com o valor mínimo de 65 euros.

De referir que apesar de a AgdA substituir os trabalhadores que saem da empresa por dispor dos Planos de Atividades e Orçamento aprovados, em 2025 ficaram por substituir 12 trabalhadores, situação que se prevê ser regularizada no início de 2026.

Nota 25. Amortizações e depreciações do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as amortizações e depreciações do exercício têm o seguinte detalhe:

DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO		
	31.12.2025	31.12.2024
Amortizações de ativos intangíveis	5 909 695	6 034 850
Amortizações de ativos sob direito de uso	123 660	132 177
Acréscimos de custos do investimento contratual	1 475 191	1 235 808
TOTAL	7 508 546	7 402 835

As depreciações, amortizações e reversões do exercício são registadas de acordo com o peso da soma das unidades produzidas nas unidades previstas em EVEF.

Para base deste cálculo foi considerado todo o investimento previsto em aditamento ao contrato de gestão acrescido do Património Integrado e dos ativos adquiridos diretamente para rubricas de Ativo Intangível, deduzido das amortizações acumuladas. Em resultado do exposto, as amortizações do exercício tiveram como base de cálculo um investimento total líquido de abastecimento de água de 117,582 milhões de euros a uma taxa de depleção de 3,6826%, e um investimento total

líquido de saneamento de 82,939 milhões de euros a uma taxa de amortização de 2,7818%. Acresce a este valor as amortizações do património integrado de abastecimento de água e de saneamento de 347.898 euros e 262.117 euros.

De referir que a variação dos montantes entre exercícios está relacionada com a variação de caudal verificado em 2024 nas atividades de abastecimento e saneamento.

Foram ainda registadas as amortizações dos ativos sob o direito de uso, conforme previsto na IFRS 16, no valor de 124 mil euros. Conforme anteriormente referido, pela integração da barragem do Enxoé, foram reconhecidas em amortizações o valor de 137,572 mil euros que são anulados pelo reconhecimento do rendimento de igual valor em subsídios ao investimento.

Nota 26. Provisões

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os gastos com provisões tem o seguinte detalhe:

PROVISÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

	31.12.2025	31.12.2024
Processos judiciais em curso	(186 469)	(252 714)
TOTAL	(186 469)	(252 714)

À semelhança do ano anterior foram reforçadas as provisões relacionadas com processos de contencioso em curso uma vez que houve um agravamento do número de processos de contraordenação ambiental, conforme nota 35.2, havendo também uma maior probabilidade de a empresa vir a ser condenada em alguns desses processos.

Nota 27 Subsídios ao Investimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os subsídios ao investimento do exercício têm o seguinte detalhe:

RECONHECIMENTO DE SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

	31.12.2025	31.12.2024
Rec. do Subsídio da Candidatura POVTV - AA	563 729	547 935
Rec. do Subsídio da Candidatura POVTV - AR	387 060	380 069
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR - AA	1 773 277	1 621 878
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR - AR	344 533	277 141
Rec. do Subsídio da Candidatura COMPETE - AA	12 107	11 768
Rec. do Subsídio da Candidatura COMPETE - AR	56 003	54 992
Rec. do Subsídio da Candidatura ALT2030 - AA	54 164	0
Rec. do Subsídio da Candidatura ALT2030 - AR	105 776	0
Rec. do Subsídio da Candidatura Outros AA	(164 477)	29 037
Rec. do Subsídio da Candidatura Outros AR	353 146	477 262
Rec. do Subsídio da Candidatura Outros Subsídios (EDIA)	26 072	25 341
Subtotal de Subsídios ao Investimento	3 511 391	3 425 422
Reconhecimento da Integração Barragem do Enxoé	137 572	133 718
Subtotal	137 572	133 718
TOTAL	3 648 963	3 559 140

Para base de cálculo do reconhecimento do subsídio no exercício foi considerada a comparticipação efetivamente verificada no âmbito dos contratos com o POVT e ALT2030 e no que diz respeito ao POSEUR, foi considerada a taxa de comparticipação comunitária contratualizada. Para o restante investimento contratual programado que não se encontra atualmente abrangido por programa de apoio comunitário, foi considerada a taxa de média de comparticipação prevista em EVEF, ou seja, 70% com o limite máximo de subsídio previsto em EVEF em vigor.

Nota 28. Outros gastos e perdas operacionais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS		
	31.12.2025	31.12.2024
Impostos	109 077	75 826
Multas e Penalidades	247	250
Donativos	1 500	0
Quotizações	6 280	6 280
Indemnizações	0	1 134
Correções de Exercícios Anteriores	534 673	0
Garantias	15 535	22 821
Perdas Locações Antecipadas	0	0
Teletrabalho	1 973	1 450
Outros gastos operacionais	2 144	39
TOTAL	671 430	107 800

De referir que o montante reconhecido na rubrica "Correções de Exercícios Anteriores" decorreu do impacto do acordo celebrado, entre a AgdA e a Associação de Beneficiários do Roxo em 11 de dezembro de 2025, para a comparticipação nos encargos com a manutenção e operação da albufeira do Roxo desde 2011, dando como terminado um elevado e antigo processo de contencioso.

Nota 29. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os outros rendimentos e ganhos operacionais têm o seguinte detalhe:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS		
	31.12.2025	31.12.2024
Rendimentos suplementares (Saneamento)	266 757	418 272
Outros Rendimentos e Ganhos	91 295	5 999
TOTAL	358 052	424 272

Conforme referido na nota 21, a AgdA assume a responsabilidade pela atividade de saneamento em substituição dos Municípios nas infraestruturas que serão alvo de intervenção programada no âmbito do plano de investimentos da empresa.

Em consequência do acima referido, os gastos suportados pela AgdA no exercício desta atividade, uma vez que nestas infraestruturas não é aplicada a tarifa do respetivo serviço, são debitados aos municípios, sendo os gastos mensurados de acordo com a natureza e os proveitos em outros rendimentos.

Em resultado, foi registado em Outros Rendimentos Operacionais pela atividade de saneamento nas referidas infraestruturas, o valor de 266.757 euros.

O montante inscrito na rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos” corresponde ao valor recebido pelo projeto de inovação de desenvolvimento “Marclaimed”.

Nota 30. Gastos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

GASTOS FINANCEIROS		
	31.12.2025	31.12.2024
Juros suportados	1 889 407	2 445 430
Juros Locação Financeira (Património)	11 499	22 805
Juros Locação Financeira (Outros)	8 612	7 472
Comissões bancárias	163 647	163 958
Outros gastos financeiros	1 796	2 013
Subtotal Gastos Suportados	2 074 962	2 641 678
Anulação de Juros de Mora por potencial prescrição	987 142	0
Subtotal reconhecimento de imparidades	987 142	0
Gastos financeiros capitalizados	(184 948)	(480 697)
TOTAL	2 877 155	2 160 982

Em 2025 os gastos financeiros suportados diminuirão comparativamente ao período homólogo justificado pela diminuição da média de endividamento ao longo dos meses bem como da diminuição da taxa de financiamento. Importa referir que o contexto Geopolítico levou a um aumento significativo das taxas de referência em 2023 e 2024, nomeadamente a Euribor, resultando num aumento significativo da taxa média de financiamento comparativamente com períodos homólogos. Sem prejuízo, no 2º semestre de 2024 e em 2025 as taxas de referência, Euribor, começaram a baixar, situação que permitiu uma redução em 2025 comparativamente com 2023 e 2024, pese embora não se voltem a verificar indexantes negativos, como as verificadas até 2022.

Em gastos financeiros foi ainda reconhecida uma potencial perda por prescrição de Juros de Mora, anteriormente reconhecidos como rendimentos, no montante de 0,987 milhões de euros pese embora se mantenha a expectativa de recebimento na íntegra.

↳ Taxa média de financiamento

No quadro seguinte poderá ser verificada a evolução da taxa média de financiamento da empresa:

TAXA MÉDIA DE FINANCIAMENTO					
Anos	2025	2024	2023	2022	2021
Encargos Financeiros (€)	1 890 013	2 160 982	1 609 034	883 270	705 347
Taxa Média de Financiamento (%)	2,71%	3,37%	2,96%	1,55%	1,30%

A AgdA reconhece ainda em juros a atualização financeira da dívida de capital pela retribuição aos municípios das infraestruturas integradas no SPPIAALENTEJO e o reconhecimento de locações financeiras relativas a viaturas e licenciamento Microsoft.

Nota 31. Rendimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

RENDIMENTOS FINANCEIROS		
	31.12.2025	31.12.2024
Juros de Mora	286 535	236 341
Juros Financeiros de Acordos de Pagamento	12 064	17 971
Outros Juros	31 077	16 684
TOTAL	329 676	270 997

Os Rendimentos Financeiros correspondem ao reconhecimento de juros pela mora de pagamento de clientes após os 60 dias da emissão das faturas.

É ainda de destacar o reconhecimento de juros financeiros pelo financiamento à EDIA para a comparticipação da construção da ETA da Magra conforme protocolo estabelecido entre as entidades.

Nota 32. Imposto sobre o rendimento

Nota 32.1. Políticas contabilísticas

↳ Imposto sobre o rendimento

A AgdA, enquanto entidade com sede em Portugal encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na matéria coletável e às taxas de imposto aplicáveis.

A empresa é tributada à taxa de 20%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,25% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados consolidados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a AgdA cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da

aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A AgdA entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

↳ Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos, exceto quando a AgdA seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

Nota 32.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o imposto do exercício a pagar apresenta o seguinte detalhe:

IMPOSTO DO EXERCICIO - IMPOSTO CORRENTE		
	31.12.2025	31.12.2024
Estimativa de imposto a pagar	161 008	151 716
Pagamento por Conta	(85 785)	0
Passivo - Total do Imposto a Pagar	75 223	151 716

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

RECONCILIAÇÃO ENTRE TAXA NORMAL E TAXA EFETIVA DE IMPOSTO

	31.12.2025	31.12.2024
Resultado antes de Imposto	1 067 207	1 078 789
A acrescentar		
Amortizações de Investimento realizado não aceites fiscalmente	1 601 846	3 095 041
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	186 716	250
Indeminizações por eventos seguráveis	0	1 134
A acrescentar	2 855 770	4 175 214
A deduzir		
Proveitos de reconhecimento de subsídios não aceites fiscalmente	1 028 019	1 806 721
Outros Proveitos Não Aceites Fiscalmente (Desvios de recuperação de gastos - Défice tarifário)	70 716	666 810
Benefícios fiscais	626 394	473 118
A deduzir	1 725 129	2 946 648
Lucro Tributável do ano n	1 130 641	1 228 565
Prejuízos do ano n		0
Dedução de prejuízos fiscais anos anteriores	(497 851)	(798 567)
Matéria Coletável	632 790	429 998
Imposto à taxa de 20%	126 558	90 300
Derrama à taxa de 1,25%	14 133	16 586
Tributação Autónoma	20 317	44 831
Pagamento por Conta	(85 785)	0
Passivo - Total do Imposto a Pagar	75 223	151 716
Ativo - Total do Imposto a Receber	0	0
Imposto do exercício	(161 008)	(151 716)
Imposto diferido	(154 042)	(160 501)
Total de Imposto	(315 050)	(312 217)
Taxa efetiva de imposto	29,52%	28,94%

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e o movimento ocorrido nos exercícios findos naquelas datas é a seguinte:

IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS

	Saldo Inicial	Correções ⁽¹⁾	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	20%	(3%)	17%	20%	17%
Taxa de Derrama	1,35%	(0,10%)	1,25%	1,35%	1,25%
Prejuízos	497 851	0	0	(497 851)	0
Amortizações não aceites / investimento contratual não realizado	25 322 724	0	1 601 846	0	26 924 570
Base de incidência	25 820 575	0	1 601 846	(497 851)	26 924 570
IRC	5 164 115	(759 682)	272 314	(99 570)	4 577 177
Derrama	341 857	(25 323)	20 023	0	336 557
TOTAL	5 505 972	(785 004)	292 337	(99 570)	4 913 734

IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	Saldo Inicial	Correções ⁽¹⁾	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	20%	(3%)	17%	20%	17%
Taxa de Derrama	1,35%	(0,10%)	1,25%	1,35%	1,25%
Amortizações/subsídios - inv. contratual não realizado	18 078 837	0	1 028 019	0	19 106 856
Desvio de Recuperação de Gastos Passivos	2 524 882	0	70 716	0	2 595 598
Base de incidência	20 603 719	0	1 098 735	0	21 702 454
IRC	4 120 744	(618 112)	186 785	0	3 689 417
Derrama	278 150	(20 604)	13 734	0	271 281
TOTAL	4 398 894	(638 715)	200 519	0	3 960 698

⁽¹⁾ A correções correspondem à alteração de taxa

Importa esclarecer que em 2025 o impacto em impostos diferidos inclui a alteração da taxa de IRC e Derrama prevista para os próximos anos, até 2024 reconhecida como 21,35%, tendo passado a ser de 18,25%. Este reconhecimento de alteração de taxa teve um impacto em Impostos Diferidos Ativos de 785 004 euros, em Impostos Diferidos passivos de 638 715 euros e em Demonstração de Resultados uma poupança de 146 289 euros.

Nota 33. Saldos e transações com partes relacionadas

Nota 33.1. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as partes relacionadas da AgdA são as seguintes:

- Acionistas (AdP, SGPS, S.A. e AMGAP);
- Empresas do Grupo AdP

Nota 33.2. Saldos e transações com partes relacionadas

TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Entidade	2025				2024			
	Ativo	Passivo	Rend.	Gastos	Ativo	Passivo	Rend.	Gastos
AdP SGPS, S.A.	0	24 530 099	0	1 635 667	0	24 624 961	0	2 168 637
AMGAP - Ass. Mun. Gest. Águas Publicas do Alentejo	0	108 872	0	204 096	0	179 086	0	179 219
AdP Valor, S.A.	0	103 660	0	87 715	0	144 471	0	28 653
AdP Energias, S.A.	0	2 377	0	28 423	0	16 348	0	21 190
AdA - Águas do Algarve, S.A.	0	235 683	0	318 612	0	35 212	0	187 862
Simarsul, S.A.	0	0	0	0	0	0	0	(149)
AdSA - Águas de Santo André, S.A.	5 130	28 101	0	242 967	5 130	894 257	0	189 619
Simdouro, S.A.	0	0	0	(149)	0	0	0	297
Águas da Região de Aveiro, S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0
Águas do Centro Litoral, S.A.	0	0	0	(297)	0	0	0	(297)
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	0	0	0	0	0	0	0	149
Águas do Douro e Paiva, S.A.	0	0	0	149	0	0	0	149
Águas do Norte, S.A.	0	0	0	(297)	0	0	0	(743)
Epal, S.A.	0	19 949	0	21 997	0	2 057	0	1 612
AdVT - Águas de Vale do Tejo, S.A.	57 195	0	334 967	0	30 143	62 771	299 537	0
Águas do Alto Minho, S.A.	149	149	0	0	0	0	0	297
TOTAL	62 473	25 028 890	334 967	2 538 883	35 273	25 959 165	299 537	2 776 492

Nota 34. Compromissos

A empresa tem assumido os seguintes compromissos que não se encontram incluídos na demonstração da posição financeira apresentada:

a) Contrato de Gestão

Consideram-se como compromissos assumidos os investimentos previstos em aditamento ao contrato de gestão no primeiro e segundo períodos tarifários, no montante de 252,541 milhões de euros. Do investimento previsto realizar a 31 de dezembro de 2025 já se encontravam realizados cerca de 200,189 milhões de euros.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, a 31 de dezembro de 2025 existiam um conjunto de contratos em vigor, conforme consta do quadro seguinte:

COMPROMISSOS ASSUMIDOS					
Entidade	Data Contrato	Data. Termino	Valor Adjudicado	Valor Utilizado	Designação
DETAILNUMBERS COPIERS, S.A.	04/01/2021	03/01/2026	25 000	24 501	Serviços de impressão
HIDRAUVIANA, LDA	06/01/2025	05/01/2026	78 000	4 846	Consumíveis de manutenção
MAXIGLOBAL - QUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S.A.	10/11/2025	09/01/2026	8 748	8 746	Aquisição de UPS
ELECTRO PLANÍCIE, LDA	17/11/2025	17/01/2026	98 499	0	Infraestruturação e ligação de carregadores para veículos elétricos - Lote 1
PROCESL - ENGENHARIA HIDRÁULICA E AMBIENTAL, LDA	25/11/2025	20/01/2026	14 600	14 600	Alterações aos traçados do projeto de adução a São Teotónio
IWT - INTERNATIONAL WATER TECHNOLOGY CONTROL, S.A.	02/08/2023	01/02/2026	50 000	49 985	Aquisição de doseadoras, tubagens e kits de reparação e manutenção - Lote 1
LUSÁGUA - SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.	05/08/2025	05/02/2026	22 455	22 455	Operação das infraestruturas de abastecimento de água da margem direita de Mértola
MARIA ANTONIA MACHADO BIKER DA COSTA MACHADO DA SILVA	11/02/2013	09/02/2026	5 540	5 073	Arrendamento do arquivo 26
ELECTRO PLANÍCIE, LDA	25/11/2025	14/02/2026	69 999	0	Infraestruturação e ligação de carregadores para veículos elétricos - Lote 2
ACCIONA ÁGUA S.A.U. - SUCURSAL PORTUGAL	31/01/2025	22/02/2026	207 113	149 077	Fornecimento, instalação e ligação de equipamentos eletromecânicos nos filtros de carvão ativado granulado (CAG)
REDECOR - REVESTIM. DE PROTECÇÃO E DECORAÇÃO, S.A.	23/02/2024	22/02/2026	47 122	39 795	Limpeza e desinfeção dos reservatórios - Lote 4
ADP AQUA	01/03/2025	28/02/2026	28 526	23 772	Apoio técnico especializado na área energética
ANTÓNIO ENCARNANÇA SILVESTRE	01/03/2025	28/02/2026	1 560	1 265	Fornecimento cabazes de fruta - ETA Monte da Rocha
FÁBIO DANIEL LÚCIO DAVID	01/03/2025	28/02/2026	2 600	1 412	Fornecimento cabazes de fruta - ETA Alvito e ETAR Vidigueira
MINIMERCADO ALMODOVAR, LDA	01/03/2025	28/02/2026	2 340	950	Fornecimento cabazes de fruta - ETA Cavaleiro
MÓNICA LÚCIA DA CRUZ GOMES	01/03/2025	28/02/2026	3 120	1 506	Fornecimento cabazes de fruta - Grândola
PAIXÃO MESTRE BARBOSA - FRUTAS, LDA	01/03/2025	28/02/2026	3 380	1 178	Fornecimento cabazes de fruta - ETA Enxóe e ETAR de Serpa
PAULO SILVA CARNEIRO UNIP. LDA	01/03/2025	28/02/2026	2 340	989	Fornecimento cabazes de fruta - ETA Almogrove e ETAR Vila Nova de Milfontes
PORTAS DE BEJA MINI MERCADO - COMERCIO PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	01/03/2025	28/02/2026	10 530	6 005	Fornecimento cabazes de fruta - Sede, ETA Magra, ETAR Beja e ETA Roxo
MANUSYSTEMS	02/03/2024	01/03/2026	48 050	48 050	Limpeza e desinfeção dos reservatórios - Lote 3
BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	09/03/2023	08/03/2026	647 856	527 524	Acondicionamento, recolha, transporte e deposição de lamas de ETAR - Lote 1
MANUSYSTEMS	16/03/2023	15/03/2026	41 625	37 050	Limpeza e desinfeção dos reservatórios em exploração - Lote 2
MANUSYSTEMS	16/03/2023	15/03/2026	82 950	30 060	Limpeza e desinfeção dos reservatórios em exploração - Lote 1
CONSORCIO ESPINA & DELFIN S.L. PORTUGAL / FACTOR AMBIENTE	03/05/2022	20/03/2026	2 773 361	2 580 826	Empreitada de Conceção-Construção da ETAR de Cuba
SOVIAL, LDA (AVIS)	29/03/2023	28/03/2026	225 000	173 115	Locação de viaturas em regime de rent-a-car
ALBOMBAS - SOCIEDADE DE BOMBAS DO SUL, LDA	30/03/2023	29/03/2026	7 090	6 244	Aquisição de doseadoras, tubagens e kits de reparação e manutenção - Lote 3
MARIA ANTONIA MACHADO BIKER DA COSTA MACHADO DA SILVA	01/04/2013	30/03/2026	3 683	3 066	Arrendamento do arquivo 27

COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Entidade	Data Contrato	Data. Termino	Valor Adjudicado	Valor Utilizado	Designação
RNM - PRODUTOS QUÍMICOS, S.A.	27/02/2025	31/03/2026	21 298	5 925	Aquisição de hidróxido de cálcio
CONTIMETRA INSTALAÇÕES MECÂNICAS, LDA	03/04/2023	02/04/2026	36 760	27 630	Serviços de medição de caudal
AZO - ÁGUA, AMBIENTE E ORGANIZAÇÃO, LDA	07/04/2021	06/04/2026	157 465	157 465	Aquisição de licenças e suporte para plataforma de suporte operacional
MEO-SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E MULTIMÉDIA, S.A.	10/05/2022	10/05/2026	31 837	19 832	Serviços de circuito de dados
INOOUT - AUTOMAÇÃO E CONTROLO LDA	25/11/2025	24/05/2026	630 659	0	Projeto do sistema de telegestão de abastecimento e saneamento
TPF - CONSULTORES DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, S.A.	16/08/2022	29/05/2026	424 838	42 160	Projetos de execução do abastecimento de água ao Sistema de Alvito, Sistemas de Minutos e Bica Fria, e Sistemas de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira e Santiago do Cacém - Lote B
ACÇÃO CONTÍNUA - SAÚDE E PREVENÇÃO	02/12/2025	04/06/2026	16 782	0	Serviços externos no âmbito da Medicina do Trabalho
PARTNEEROAD UNIPessoal, LDA	06/06/2025	05/06/2026	1 704	1 704	Serviços de monitorização de segurança contínua
ANTÓNIO COINCAS, UNIPessoal LDA	09/12/2025	08/06/2026	34 000	0	Serviços de apoio de máquinas - Lote 2
AMBIPAR CONTROL CONSULTORIA ANÁLISES E AMOSTRAGEM AMBIENTAL, LDA	12/09/2025	11/06/2026	320 000	316 907	Colheitas e análises de águas para consumo humano, águas naturais e águas residuais e determinação de parâmetros in situ
KLINGER PORTUGAL, LDA	12/06/2023	12/06/2026	13 500	9 602	Aquisição de doseadoras, tubagens e kits de reparação e manutenção - Lote 2
TEK BOX -WATER ENGINEERING , LDA	16/06/2025	15/06/2026	57 856	15 338	Manutenção preventiva e corretiva na especialidade de eletromecânica - Lote 2
ALFA LAVAL PORTUGAL, LDA	27/06/2024	26/06/2026	131 000	127 431	Manutenção preventiva e corretiva de centrifugas - Lote 1
ACCIONA ÁGUA S.A.U. - SUCURSAL PORTUGAL	16/01/2023	28/06/2026	3 100 000	2 331 777	Empreitada de Conceção-Construção da ETAR de Ermidas do Sado
BP FLEET SOLUTIONS	01/07/2025	30/06/2026	249 851	121 101	Fornecimento de combustíveis em postos de abastecimento públicos em Portugal continental e aquisição de serviços associados - Lote 1
PETROGAL, S.A.	01/07/2025	30/06/2026	45 538	6 475	Fornecimento de combustíveis em postos de abastecimento públicos em Portugal continental e aquisição de serviços associados - Lote 2
IBERDROLA CLIENTES PORTUGAL, UNIPessoal, LDA	01/07/2025	30/06/2026	2 018 486	1 459 998	Aquisição de energia elétrica em média tensão e baixa tensão especial
SU ELETRICIDADE, S.A.	01/01/2023	30/06/2026	3 158 008	2 357 615	Aquisição de energia elétrica em baixa tensão normal (mercado regulado)
TEK BOX -WATER ENGINEERING , LDA	14/07/2025	13/07/2026	86 784	27 694	Manutenção preventiva e corretiva na especialidade de eletromecânica - Lote 1
BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	03/08/2023	02/08/2026	665 041	298 137	Acondicionamento, recolha, transporte e deposição de lamas de ETAR - Lote 2
BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	01/08/2024	05/08/2026	1 327 300	370 047	Acondicionamento, recolha, transporte e deposição de lamas de ETA, areias e gradados das ETAR do SPPIAA
SIEMENS, S.A.	10/08/2024	09/08/2026	18 000	8 504	Fornecimento de acessórios de caudalímetros eletromagnéticos - Lote 2
SIEMENS, S.A.	10/08/2024	09/08/2026	32 479	23 411	Manutenção e verificação de caudalímetros eletromagnéticos - Lote 1
RNM - PRODUTOS QUÍMICOS, S.A.	13/08/2025	13/08/2026	225 500	57 499	Coagulantes inorgânicos à base de cloreto de alumínio
EASYPPOINT, LDA	19/08/2024	18/08/2026	40 000	21 000	Manutenção preventiva e corretiva de centrifugas - Lote 2
AZO - ÁGUA, AMBIENTE E ORGANIZAÇÃO, LDA	05/12/2025	05/09/2026	49 500	12 111	Suporte e assistência à plataforma NAVIA
TRESCAL PORTUGAL, LDA	11/09/2025	10/09/2026	2 535	2 010	Calibração de equipamentos para medição e monitorização (EMM) de laboratório
DAVID MIGUEL PEREIRA GUERREIRO	12/09/2024	11/09/2026	142 400	72 445	Manutenção preventiva e corretiva na especialidade de eletricidade
SILVASUB, UNIPessoal LDA	15/09/2025	14/09/2026	99 000	95 996	Pintura de infraestruturas - Lote 1
WAVE CONSULTING, UNIPessoal, LDA	15/09/2025	15/09/2026	18 000	573	Desodorização da ETAR de Aljustrel - Bairro Azul
SÉRGIO ANTÓNIO CANDEIAS MESTRE	17/09/2025	16/09/2026	45 000	39 900	Pintura de infraestruturas - Lote 4
ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.	18/11/2025	18/09/2026	225 850	55 520	Análises de águas para consumo humano e assessoria na gestão dos dados analíticos a desenvolver no âmbito do Plano de Monitorização da Qualidade da Água
BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	02/10/2023	01/10/2026	270 000	53 497	Gestão de resíduos (resíduos não perigosos)
ROLEAR - AUTOMATIZAÇÃO, ESTUDOS E REPRESENTAÇÕES, S.A.	08/10/2024	07/10/2026	70 200	38 557	Material e componentes elétricos diversos - Lote 2
ROLEAR - AUTOMATIZAÇÃO, ESTUDOS E REPRESENTAÇÕES, S.A.	08/10/2024	07/10/2026	74 200	53 269	Material e componentes elétricos diversos - Lote 1
AMBIÁGUA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DE ÁGUA, S.A.	23/02/2024	13/10/2026	1 938 642	1 831 402	Empreitada de Conceção-Construção da ETAR do Ciborro
SIA - SOCIEDADE DE INOVAÇÃO AMBIENTAL, LDA	23/10/2025	23/10/2026	17 250	5 750	Serviços para identificação dos requisitos legais e análise da conformidade legal
BONDALTI CHEMICALS, S.A.	10/09/2025	31/10/2026	83 178	11 801	Aquisição de cloro gás
INOOUT - AUTOMAÇÃO E CONTROLO LDA	04/11/2024	03/11/2026	66 000	32 333	Serviços de automação, instrumentação e comunicação
EGEO - TECNOLOGIA E AMBIENTE, S.A.	10/11/2023	09/11/2026	25 000	15 219	Gestão de resíduos (resíduos perigosos)
SAPEC QUÍMICA, SA	11/11/2024	11/11/2026	15 000	14 887	Sulfato alumínio líquido 8,2%

COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Entidade	Data Contrato	Data. Termino	Valor Adjudicado	Valor Utilizado	Designação
CEEETA-ECO CONSULTORES EM ENERGIA, LDA	18/11/2025	13/11/2026	22 500	0	Auditorias Energéticas - Lote 2
BORREGO ENGENHARIA, LDA.	18/11/2024	17/11/2026	20 640	9 870	Serviços de técnicos responsáveis pela exploração de instalações elétricas - Lote 3
BORREGO ENGENHARIA, LDA.	18/11/2024	17/11/2026	30 000	13 380	Serviços de técnicos responsáveis pela exploração de instalações elétricas - Lote 2
BORREGO ENGENHARIA, LDA.	18/11/2024	17/11/2026	39 240	18 330	Serviços de técnicos responsáveis pela exploração de instalações elétricas - Lote 1
INSEN - INNOVATIVE KNOWLEDGE FOR SUSTAINABLE ENERGY, LDA	18/11/2025	17/11/2026	20 800	0	Auditorias Energéticas - Lote 1
ITECONS	18/11/2024	17/11/2026	13 440	6 372	Análises de reagentes utilizados no tratamento de água para consumo humano - Lote 1
ITECONS	18/11/2024	17/11/2026	25 520	8 050	Análises de reagentes utilizados no tratamento de água para consumo humano - Lote 2
AQUASIS - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S. A.	03/12/2023	02/12/2026	15 798	15 798	Manutenção do software de base e módulos aplicativos da solução G/InterAqua
EVI0 - ELECTRICAL MOBILITY	03/12/2024	03/12/2026	333	5	Aquisição de energia elétrica para o carregamento de veículos elétricos
MIL - MENDES & IRMÃO S.A.	15/12/2023	14/12/2026	48 510	17 134	Bombas de recirculação e recuperação de água e material de canalização diverso
ENVIMAN MANUTENÇÃO SISTEMAS AMBIENTAIS, LDA	07/01/2025	06/01/2027	750 000	263 255	Limpeza e desobstrução em infraestruturas de água e saneamento de águas residuais
MIL - MENDES & IRMÃO S.A.	22/01/2025	22/01/2027	495 000	187 081	Material para reparação de condutas e órgãos
JOÃO MANUEL FELÍCIO, LDA	24/01/2024	23/01/2027	267 000	221 108	Manutenção preventiva e corretiva de condutas e órgãos de manobra, incluindo reparação de ruturas - Lote 3
APCER - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CERTIFICAÇÃO	29/01/2024	28/01/2027	9 730	9 730	Renovação e auditorias de acompanhamento da Certificação do Sistema de Gestão de Energia
BHB - SISTEMAS DE CONTROLO E MEDIDA, LDA	07/02/2024	06/02/2027	61 883	49 404	Caudalímetros eletromagnéticos - Lote 1
SETCONTROL - PROJECTO E CONTROL INDUSTRIAL, LDA	07/02/2024	06/02/2027	61 540	49 096	Caudalímetros eletromagnéticos - Lote 2
NOS COMUNICAÇÕES,S.A.	01/09/2024	21/02/2027	219 025	78 532	Comunicações de voz e dados móveis e voz fixa
LUSO - ROUX AVALIAÇÕES, LDA	05/11/2025	08/03/2027	138 785	0	Execução de expropriações e servidões - Grupo X
SAPEC QUÍMICA, SA	26/03/2025	26/03/2027	343 913	206 053	Aquisição de hipoclorito de sódio
APCER - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CERTIFICAÇÃO	16/10/2024	17/04/2027	21 117	15 905	Auditoria dos Sistemas de Gestão Integrado em Qualidade, Ambiente e Segurança
JOAQUIM MARIA MIRA RAMALHO FRANCO	01/06/2017	06/05/2027	16 500	14 020	Arrendamento prédio sito Vale Melão 2 - Arraiolos
VWR INTERNATIONAL - MATERIAL DE LABORATÓRIO, LDA	13/05/2024	13/05/2027	16 022	5 174	Reagentes e meios de cultura para análises de águas - Lote 10
IBERLAB & IMUNOREAGE - SOLUÇÕES PARA LABORATÓRIOS, LDA	22/05/2024	22/05/2027	47 097	30 377	Reagentes e meios de cultura para análises de águas - Lote 1
ENZYMATIC, S.A.	27/05/2024	27/05/2027	529	503	Reagentes e meios de cultura para análises de águas - Lote 12
FRANKLAB PORTUGAL - MAT. LAVAGEM, DESINFECÇÃO E DESCONTAMINAÇÃO, LDA	27/05/2024	27/05/2027	1 534	831	Reagentes e meios de cultura para análises de águas - Lote 7
AMPBPAC CONTROL CONSULTORIA ANÁLISES E AMOSTRAGEM AMBIENTAL, LDA	01/07/2024	30/06/2027	9 678	7 562	Colheitas e análises - Projeto MARCLAIMED
WADA SOLUTIONS, LDA	05/02/2025	05/02/2028	2 063	1 375	Anuidades iWater
REMSA - ALUGUER DE MÁQUINAS, LDA	01/04/2025	31/03/2028	46 110	10 293	Aluguer e montagem de contentores para a EEAR4 de Montemor-o-Novo
MOTA-ENGIL ATIV - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ATIVOS, S.A.	11/04/2025	11/04/2028	8 490	8 490	Verificação de equipamentos de trabalho em conformidade com o Decreto-Lei n.º 50/2005 - Lote 2
VIANAS, S.A.	14/04/2025	13/04/2028	39 672	13 224	Verificação de equipamentos de trabalho em conformidade com o Decreto-Lei n.º 50/2005 - Lote 1
AQUASIS - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S. A.	15/04/2024	14/04/2028	277 393	151 877	Implementação de software de Manutenção
PRN INFORMÁTICA, LDA	16/05/2025	15/05/2028	1 950	1 950	Equipamento Informático (Monitores)
PRN INFORMÁTICA, LDA	31/05/2025	30/05/2028	10 500	10 500	Equipamento Informático (Tablets)
PRN INFORMÁTICA, LDA	31/05/2025	30/05/2028	37 500	37 500	Equipamento Informático (Portáteis)
SAFETY MATERIAIS DE INCÊNDIO, S.A.	24/07/2025	24/07/2028	105 000	35 144	Verificação e manutenção anual dos equipamentos de segurança contra incêndios
VIANAS, S.A.	19/12/2025	19/12/2028	43 205	0	Aquisição de equipamento de monitorização trabalhador isolado
JOAQUIM MARIA MIRA RAMALHO FRANCO	01/01/2020	31/12/2029	26 515	12 681	Arrendamento prédio sito Vale Melão 3 - Arraiolos
JOSÉ INÁCIO VALENTE LOPES	01/01/2018	31/12/2058	17 022	3 404	Arrendamento prédio rústico X-33 - SAA Cavaleiros/Almansor Falção 3 e 5
TOTAL			23 809 082	15 418 620	

Nota 35. Ativos e Passivos Contingentes

Nota 35.1 Garantias prestadas

A 31 de dezembro de 2025 as garantias bancárias ativas são as que se identificam no quadro seguinte:

GARANTIAS PRESTADAS

Emitente	Nº/Identificação	Descrição	Beneficiário	Início	Prazo	Valor
NBanco	N00390293	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	23/12/2013	Sem prazo	1 000
NBanco	N00394601	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	29/08/2014	Sem prazo	1 000
NBanco	N00388657	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	04/10/2013	Sem prazo	5 000
NBanco	N00388883	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	18/10/2013	Sem prazo	10 000
NBanco	N00394853	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	25/09/2014	Sem prazo	10 000
NBanco	N00396254	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	23/02/2015	Sem prazo	10 000
NBanco	N00408546	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	03/08/2018	Sem prazo	15 000
NBanco	N00408682	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva	1 000
NBanco	N00408683	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva	1 000
NBanco	N00408684	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Sem prazo	1 150
NBanco	N00408686	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva	3 000
NBanco	N00408688	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva	1 000
NBanco	N00409343	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	25/10/2018	Sem prazo	1 000
NBanco	N00409342	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	25/10/2018	Sem prazo	1 000
NBanco	N00410135	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	14/01/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	44 280
NBanco	N00410723	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	14/03/2019	Sem prazo	1 827
NBanco	N00410775	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	20/03/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 000
NBanco	N00410637	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	04/03/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	2 000
NBanco	N00410955	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	08/04/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 000
NBanco	N00410956	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	08/04/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 750
NBanco	N00411444	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	27/05/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 000

GARANTIAS PRESTADAS

Emitente	Nº/Identificação	Descrição	Beneficiário	Início	Prazo	Valor
NBanco	N00411823	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	01/07/2019	Sem prazo	1 800
NBanco	N00411822	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	ip	01/07/2019	Sem prazo	5 200
NBanco	N00414088	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/03/2020	Sem prazo	1 250
NBanco	N00415025	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	22/07/2020	Sem prazo	1 000
NBanco	N00415834	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	29/10/2020	Sem prazo	1 450
NBanco	N00416155	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	02/12/2020	Sem prazo	20 000
Bankinter	46081	Suspensão de processo executivo	AT	28/02/2022	Sem prazo	186 460
Bankinter	46379	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	06/05/2022	Sem prazo	1 710
Bankinter	46902	Suspensão de processo executivo	AT	30/09/2022	Sem prazo	151 574
Bankinter	46901	Suspensão de processo executivo	AT	30/09/2022	Sem prazo	95 687
Bankinter	48559	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	12/09/2023	Sem prazo	20 000
Bankinter	48857	Suspensão de processo executivo	AT	30/10/2023	Sem prazo	22 151
Bankinter	48858	Suspensão de processo executivo	AT	30/10/2023	Sem prazo	37 215
Bankinter	48859	Suspensão de processo executivo	AT	30/10/2023	Sem prazo	83 581
Bankinter	50134	Suspensão de processo executivo	AT	02/07/2024	Sem prazo	6 625
Bankinter	50135	Suspensão de processo executivo	AT	02/07/2024	Sem prazo	7 221
Bankinter	50146	Suspensão de processo executivo	AT	02/07/2024	Sem prazo	830 163
Bankinter	50138	Suspensão de processo executivo	AT	02/07/2024	Sem prazo	83 265
Bankinter	50139	Suspensão de processo executivo	AT	02/07/2024	Sem prazo	122 118
Bankinter	50140	Suspensão de processo executivo	AT	02/07/2024	Sem prazo	124 659
Bankinter	50141	Suspensão de processo executivo	AT	02/07/2024	Sem prazo	136 950
Bankinter	50142	Suspensão de processo executivo	AT	02/07/2024	Sem prazo	184 492
Bankinter	50143	Suspensão de processo executivo	AT	02/07/2024	Sem prazo	191 389
Bankinter	50144	Suspensão de processo executivo	AT	02/07/2024	Sem prazo	365 597
Bankinter	50145	Suspensão de processo executivo	AT	02/07/2024	Sem prazo	413 645
Bankinter	50137	Suspensão de processo executivo	AT	02/07/2024	Sem prazo	19 929
Bankinter	50136	Suspensão de processo executivo	AT	02/07/2024	Sem prazo	16 060
Bankinter	51524	Suspensão de processo executivo	AT	03/04/2025	Sem prazo	14 633
Bankinter	51525	Suspensão de processo executivo	AT	03/04/2025	Sem prazo	60 455
Bankinter	51527	Suspensão de processo executivo	AT	03/04/2025	Sem prazo	111 257
Bankinter	51528	Suspensão de processo executivo	AT	03/04/2025	Sem prazo	158 558
TOTAL						3 590 099

Tendo em consideração o acordo celebrado com a Associação de Beneficiários do Roxo que permitiu findar o processo de contencioso iniciado em 2010, cujos processos de execução fiscal se encontravam suspensos pela apresentação de garantias bancárias, no primeiro trimestre de 2026 serão canceladas todas as garantias bancária emitidas à Autoridade Tributária no montante total de 3 423 682 euros.

Nota 35.2. Processos judiciais

A 31 de dezembro de 2025 os processos judiciais em curso são os que se identificam no quadro seguinte:

PROCESSOS JUDICIAIS

Tipo de Ação	Breve descrição da Ação	Valor da provisão (euros)	Probabilidade de desfecho
Contraordenações	Processo n.º CO/000119/16.6. SEDE - Contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT	2 500	provável
Outros	Processo n.º 97.12.0BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo	0	Cancelado 2026
Outros	Processo n.º 280.12.9BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo	0	Cancelado 2026
Outros	Processo n.º 477.18.8BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo	0	Cancelado 2026
Expropriações	Processo n.º 193/15.2T8MRA - Constituição de Servidão de aqueduto público subterrâneo	0	possível
Outros	Processo n.º 375.15.7BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo	0	Cancelado 2026
Outros	Processo n.º 23.16.8BEBJA - - Contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo	0	Cancelado 2026
Outros	Processo n.º 450.16.0BEBJA - - Contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo	0	Cancelado 2026
Outros	Processo n.º 626.16.0BEBJA - - Contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo	0	Cancelado 2026
Outros	Processo n.º 250.17.5BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo	0	Cancelado 2026
Outros	Processo n.º 325.17.6BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo	0	Cancelado 2026
Outros	Processo n.º 431.17.7BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo	0	Cancelado 2026
Contraordenações	Processo n.º NUI/CO/001291/17.3.CAJ - Contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT	0	possível
Outros	Processo n.º 6/18.3BEBJA - Processo comum movido por Maria Germina Raposo Loureiro, contra a AgdA e Município de Santiago do Cacém	0	provável
Contraordenações	Processo n.º NUI/CO/001078/19.9.CAJC - Contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT	0	provável
Administrativa comum	Processo n.º 2032/19.6BEBJA - Ação administrativa comum intentada por Habitãmega, pedindo o reconhecimento de direito a compensação por sobrecustos na execução de empreitada	0	provável
Reclamação Graciosa	Reclamação dos atos de liquidação da TEC por parte da Associação de Beneficiários do Roxo	0	Cancelado 2026
Impugnação Judicial	Processo n.º 215/20.5BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo	0	Cancelado 2026
Impugnação Judicial	Processo 274/21.3BEBJA - Impugnação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo	0	Cancelado 2026
Contraordenações	Processo n.º NUI/CO/000635/21.8.CGI - Contraordenação ambiental, a correr termos na IGAMAOT	0	possível
Contraordenações	Processo n.º NUI/CO/001423/21.7.CGI - Contraordenação ambiental, a correr termos na IGAMAOT	24 000	provável
Contraordenações	Processo n.º NUI/CO/000363/22.7.CGI - Contraordenação ambiental, a correr termos na IGAMAOT	24 000	provável
Contraordenações	Processo n.º DJUR.DCCO.00119/2022 - Contraordenação ambiental, a correr os termos na APA	24 000	provável
Contraordenações	Processo n.º 27384/2021 - Contraordenação a correr termos na ERSAR	9 600	provável
Contraordenações	Processo n.º 27428/2021 - Contraordenação a correr termos na ERSAR	15 500	provável
Contraordenações	Processo n.º DJUR.DDAC.00039/2022 - Contraordenação ambiental, a correr os termos na APA	0	possível
Contraordenações	Processo n.º NUI/CO/001439/22.6CGI - Contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT	24 000	provável
Contraordenações	Processo n.º NUI/CO/001434/22.5CGI - Contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT	0	possível
Administrativa comum	Processo n.º 88205/22.3YIPRT - Injunção intentada por SOCO PUL, entretanto convertida em Ação Administrativa comum com o n.º 344/22.0BEMDL - retenção de faturas contratação pública	0	possível
Administrativa comum	Processo n.º 304/22.1BEBJA - Ação Administrativa comum intentada por CASUR - Indemnização por não liberação atempada de garantias - contratação pública	0	possível
Impugnação Judicial	Processo n.º 369/22.6BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de beneficiários do Roxo	0	Cancelado 2026
Contraordenações	Processo n.º DJUR.DCCO.00131/2022 - Contraordenação ambiental, a correr os termos na APA	0	possível
Administrativa comum	Processo n.º 59/23.2BEBJA - Impugnação do Despacho que proferiu a DUP de Relvas Verdes - Aldeia dos Chãos	0	possível
Contraordenações	Processo n.º NUI/CO/000083/23.5.CGI - Contraordenação ambiental, a correr termos na IGAMAOT (ETAR de S. Luís ano 2022)	0	possível
Expropriações	Processo n.º 52/23.5T8ODM - Constituição de servidão de aqueduto público subterrâneo	0	possível
Expropriações	Processo n.º 454/22.4T8ODM - Constituição de servidão de aqueduto público subterrâneo	0	possível
Impugnação Judicial	Processo n.º 341/23.9BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo	0	Cancelado 2026

PROCESSOS JUDICIAIS

Tipo de Ação	Breve descrição da Ação	Valor da provisão (euros)	Probabilidade de desfecho
Contraordenações	Processo n.º NUI/CO/004273/23,2CGI - Contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT (ETAR Beringel)	24 000	provável
Contraordenações	Processo n.º DJUR.DDAC.00157/2023 - Contraordenação ambiental, a correr os termos na APA (EEAR4 MMN)	0	possível
Contraordenações	Processo n.º 28044/22 - Contraordenação a correr termos na ERSAR	39 200	provável
Contraordenações	Processo n.º DJUR.DDAC.00033.2024 - Contraordenação ambiental, a correr termos na APA - EEAR 6 de Vendas Novas	24 000	provável
Contraordenações	Processo n.º DJUR.DDAC.00056.2024 - Contraordenação ambiental, a correr termos na APA - EEAR 4 de Montemor-o-Novo	24 000	provável
Contraordenações	Processo n.º DJUR.DDAC.00080.2024 - Contraordenação ambiental, a correr termos na APA - EEAR 3 Montemor-o-Novo	24 000	provável
Contraordenações	Processo n.º DJUR.DDAC.00091.2024 - Contraordenação ambiental, a correr termos na APA - EEAR 3 Montemor-o-Novo	24 000	provável
Contraordenações	Processo n.º DJUR.DDAC.00146,2024 - Contraordenação ambiental, a correr termos na APA - EEAR 1 e 3 Vendas Novas	24 000	provável
Contraordenações	Processo n.º DJUR.DDAC.00149,2024 - Contraordenação ambiental, a correr termos na APA - EEAR 3 Vendas Novas	24 000	provável
Contraordenações	Processo n.º DJUR.DDAC.00162,2024 - Contraordenação ambiental, a correr termos na APA - EEAR 3 Vendas Novas	24 000	provável
Contraordenações	Processo n.º DJUR.DDAC.00165,2024 - Contraordenação ambiental, a correr termos na APA - EEAR 3 Montemor-o-Novo	24 000	provável
Administrativa comum	Processo n.º 422/24,1BEBJA - GR4PT - Reforço da adução a Beja - Ação Principal -	0	possível
Impugnação Judicial	Processo n.º 496/24,5BEBJA - Impugnação das faturas de liquidação da TEC emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo	0	Cancelado 2026
Contraordenações	Processo n.º NUI/CO/000217/25,5CGI - Contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT (ETAR Torrão)	24000	provável
Contraordenações	Processo n.º NUI/CO/000372/25,4CGI - Contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT (ETAR de Beringel)	24000	provável
Contraordenações	Processo n.º DJUR.DDAC.00011.2025 - Contraordenação ambiental, a correr termos na APA - EEAR 1 de Vendas Novas	24000	provável
Contraordenações	Processo n.º 28607/2024 - Contraordenação a correr termos na ERSAR	60000	provável
Contraordenações	Processo n.º DJUR.DDAC.000054.2025 - Contraordenação ambiental, a correr termos na APA - EEAR 1 de Vendas Novas	24000	provável
Contraordenações	Processo n.º DJUR.DDAC.000137.2025 - Contraordenação ambiental, a correr termos na APA - EEAR4 de Montemor-o-novo	24000	provável
Providência Cautelar	Processo n.º 422/24,1BEBJA-A - GR4PT - Reforço da Adução a Beja - Pedido de suspensão de eficácia da decisão de rescisão sancionatória	0	possível
Contraordenações	Processo n.º NUI/CO/002471/25,3.SPR - Avaliação de Segurança Radiológica	12000	provável

Tendo em consideração o acordo celebrado com a Associação de Beneficiários do Roxo que permitiu findar o processo de contencioso iniciado em 2010, todos os processos de contencioso com essa entidade serão cancelados no primeiro trimestre de 2026

Nota 36. Informações exigidas por diplomas legais

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a AgdA, não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 324 do Código das Sociedades Comerciais

A AgdA., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de setembro,

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2025, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

Nota 37. Rendimento garantido

RENDIMENTO GARANTIDO

	31.12.2025	31.12.2024
Capital social subscrito	11 332 560	11 332 560
Reservas	3 079 359	2 340 363
Base de incidência	14 411 919	13 672 923
Taxa de juro OT	2,86%	3,12%
Spread 3pp	3,00%	3,00%
Total de Taxa de Remuneração	5,86%	6,12%
TOTAL	752 158	766 572

O contrato de gestão determina que a remuneração dos capitais próprios (remuneração acionista) a recuperar por via tarifária seja estimada em resultado da aplicação ao capital social de uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade, ou outra equivalente que a venha a substituir que melhor traduza a ausência de risco, após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas, acrescida de um spread máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social. Uma vez que em 2025 não ocorreu nenhum fator que tivesse reduzido o risco do capital social investido, foi mantido neste exercício o prémio de risco de 2024, ou seja, 3 pontos percentuais.

Nota 38. Eventos Subsequentes

Em resultado das tempestades verificadas em janeiro e fevereiro de 2026 resultaram danos nas infraestruturas da AgdA com impacto na atividade, particularmente infraestruturas situadas nos Concelhos de Alcácer do Sal, Odemira e Serpa.

A Conselho de Administração ativou o Gabinete de Gestão de Crises e Emergência e foram acionados os seguros patrimoniais.

Sem prejuízo do referido, não se esperam impactos financeiros significativos atendendo a que se espera que os danos sejam comparticipados pelos seguros e pelas linhas anunciadas pelo Governo. Paulatinamente as atividades foram sendo retomadas nas áreas abrangidas.

O Conselho de Administração declara que, após o termo do exercício de 2025 e para além do já referido, não se observaram outros quaisquer factos relevantes que justifiquem o seu registo.

É expectativa do Conselho de Administração que o Desvio de Recuperação de Gastos reconhecido em 2025 seja aprovado pela Comissão de Parceria em 2026.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Certificação Legal De Contas

Beja, março de 2026

SÉRGIO
MANUEL
FERREIRA VAZ

Assinado de forma
digital por SÉRGIO
MANUEL FERREIRA VAZ
Dados: 2026.03.17
16:03:18 Z

Sérgio Manuel Ferreira Vaz
(Contabilista Certificado n.º 67655)

Assinado por: **DIOGO MARIA PARREIRA
CABRAL CRUZ NASCIMENTO**
Num. de Identificação: 10177263
Data: 2026.03.18 09:44:31+00'00'

Diogo Maria Parreira Cabral Cruz Nascimento
(Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: **Jorge Paulo Colaço Rosa**
Num. de Identificação: 09627143
Data: 2026.03.18 09:57:12+00'00'

Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: **Patrícia Alexandra Dias Brito Palma**
Num. de Identificação: 10544188
Data: 2026.03.18 15:00:22+00'00'

Patrícia Alexandra Dias Brito Palma
(Vogal do Conselho de Administração)

Assinado por: **JOSÉ MANUEL CARVALHO PENEDO MARTINS EFIGÉNIO**
Num. de Identificação: 10265245
Data: 2026.03.20 14:49:04+00'00'
Certificado por: **SCAP Autárquico Administração Eleitoral**
Atributos certificados: **Presidente da Câmara Municipal de Alvíto**

José Manuel Carvalho Penedo Martins Efigénio
(Vogal do Conselho de Administração)

MARIA DE FÁTIMA
TEIXEIRA SIMÕES
ANTUNES MARINHEIRO

Digitally signed by MARIA DE
FÁTIMA TEIXEIRA SIMÕES
ANTUNES MARINHEIRO
Date: 2026.03.18 16:14:24 Z

Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)



AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A.

**Demonstrações Financeiras em 31 de
dezembro de 2025 acompanhadas da
Certificação Legal das Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. (“Entidade”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 191.239.012 Euros e um total de capital próprio de 15.930.649 Euros, incluindo um resultado líquido de 752.158 Euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme divulgado nas Notas 8 e 21 do Anexo às demonstrações financeiras, o Desvio de Recuperação de Gastos (“DRG”) corresponde à correção (positiva no caso de défice e negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este se apresente de acordo com o Contrato de Parceria, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos e remuneração anual garantida aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de “Desvio de recuperação de gastos” da demonstração de resultados e do rendimento integral, apresenta um défice no montante de 70.716 Euros, que foi estimado pelo Conselho de Administração, não tendo sido ainda aprovado pela Comissão de Parceria. Conforme divulgado na Nota 21 do Anexo às demonstrações financeiras, é convicção do Conselho de Administração que o DRG do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 corresponde à melhor estimativa na presente data e será aprovado pela Comissão de Parceria.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500* entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

Conforme divulgado na Nota 1.2 do Anexo às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras foram preparadas com base na informação mais atualizada sobre a parceria, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento, prazo do contrato de gestão, caudais e as próprias tarifas aprovadas. Os pressupostos utilizados são parte integrante do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (“EVEF”) associado ao Aditamento ao Contrato de Parceria e Gestão assinado em 22 de dezembro de 2015. A revisão dos pressupostos do EVEF que devia de ser feito numa base quinquenal, nos termos da Cláusula 17ª do Contrato de Gestão, ainda se encontra em curso, não tendo sido objeto de aprovação até à presente data.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os órgãos de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

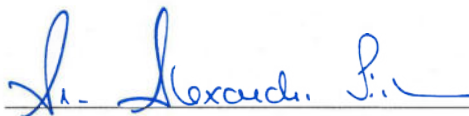
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 18 de março de 2026



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC
Registo na OROC n.º 1496
Registo na CMVM n.º 20161106